configurações

ISSN 1646-6075
17
REVISTA DE SOCIOLOGIA
N.º 17 | Junho de 2016



SOCIEDADE, AUTORIDADE E PÓS-MEMÓRIAS

Título: CONFIGURAÇÕES 17 / JUNHO 2016

Diretora: Ana Paula Pereira Marques

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Polit.. Valência), António Lucas Marín (Univ. Complutense), Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Lovaina), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Elísio Estanque (Univ. Coimbra), François Dubet (Univ. Bordéus), Ilona Kovács (Univ. Téc. de Lisboa), James R. Taylor (Univ. Montreal), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), João Ferreira de Almeida (ISCTE-IUL, Lisboa), João Teixeira Lopes (Univ. Porto), John Law (Univ. Lancaster), José Bragança de Miranda (Univ. Nova Lisboa), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), José Madureira Pinto (Univ. Porto), José Manuel Sobral (Univ. Lisboa), José Maria Carvalho Ferreira (Univ. Téc. Lisboa), Loïc Wacquant (Univ. Califórnia, Berkeley), Luís Baptista (Univ. Nova Lisboa), Maria Beatriz Rocha Trindade (Univ. Aberta), Manuel Villaverde Cabral (Univ. Lisboa), Manuela Ribeiro (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Máiz (Univ. Santiago de Compostela), Renato Lessa (Univ. Fluminense), Veit Bader (Univ. Amesterdão).

Conselho Científico: Ana Maria Brandão (UM), Ana Paula Marques (UM), António Cardoso (Inst. Polit. Viana do Castelo), Catarina Tomás (Instit. Polit. Lisboa), Dina Peixoto (ISCET-Porto), Domingos Santos (Inst. Polit. Castelo Branco), João Carvalho (ISMAI), José Fernando Bessa Ribeiro (UTAD), José Lopes Cordeiro (UM), Manuel Carlos Silva (UM), Maria Cristina Moreira (UM), Maria João Simões (UBI), Maria Johanna Schouten (UBI), Maria Paula Mascarenhas (UM), Rodrigo da Costa Dominguez (CICS-UM), Sheila Khan (CICS-UM), Sílvia Gomes (ISMAI, CICS-UM), Teresa Mora (UM), Vera Duarte (ISMAI).

Conselho de Redação: Ana Jorge (CICS-UM), Francisco Azevedo Mendes (UM), Isabel Ventura (CICS-UM), Manuela Ivone Cunha (UM), Maria Dolores Sanchez (Univ. Vigo), Paula Remoaldo (UM), Rita Borges Neves (CICS-UM), Rita Moreira (CICS-UM), Rosa Adriana da Silva (CICS-UM), Rui Cruz (CICS-UM), Susana Amaral (CICS-UM), Tahiana Meneses (CICS-UM), Tânia Machado (CICS-UM).

Secretariado: Liliana Teixeira (cics@ics.uminho.pt)

Propriedade, redação e administração: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho, 4710-057 Braga – Portugal. Telef.: 253 601 752. Fax: 253 604 696. Site: www.cics.uminho.pt

Coordenadores deste número: Manuel Carlos Silva, Sheila Khan, Francisco Azevedo Mendes

Normas para apresentação e avaliação de artigos:

Apresentação de originais: os textos propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas na parte final da revista.

Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respetivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente a cada dois anos. A decisão final cabe ao(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, à Direção do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho.

Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.

Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, a/c Dra. Liliana Teixeira, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano) pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho, 4710-057 Braga.

Assinatura anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros (2 números).
Outros países: 25 euros.

Preço deste número: 12 euros

Capa: Furtacores design; fotografia da capa: Abigail Ascenso

ISSN: 1646-5075

Depósito legal n.º: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Intercambio solicitado.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste*.

Silva, Manuel Carlos; Khan, Sheila; Mendes, Francisco Azevedo. Sociedade, autoridade e pós-memórias.
Configurações, vol. 17, 2016, pp. 5-8

Sociedade, autoridade e pós-memórias

MANUEL CARLOS SILVA*
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo Universidade do Minho
SHEILA KHAN **
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo Universidade do Minho
FRANCISCO AZEVEDO MENDES***
Lab2PT, Universidade do Minho

Este número sai, por coincidência, num momento significativo da vida europeia. O resultado do referendo do dia 23 de junho no Reino Unido sobre a União Europeia pode, a muitos níveis, ser lido como mais um fenómeno das encruzilhadas (pós-)memoriais, onde se jogam os sentidos das ações ditas históricas. Os horizontes onde se inscrevem estes fenómenos exigem, por isso mesmo, uma multiplicidade de questões e de tentativas de respostas sobre a matéria memorial, num exercício que deve ser encarado como interdisciplinar.

De forma incisiva, os estudos sobre a memória e a pós-memória têm recebido nas últimas décadas uma atenção significativa nas diversas áreas das ciências sociais e humanas e na criação artística. A metarreflexividade resultante dessas análises e criações, acolhendo de resto outras disciplinas, transformou decisivamente as modalidades de perceção e enquadramento dos fenómenos memoriais. A tectónica dos substratos individuais e coletivos das memórias tende, com efeito, a incorporar essas marcas metarreflexivas. Profundamente imbricadas nos mais diversos espaços e tempos e nos processos de reprodução social, memória e pós-memória, elas consubstanciam-se em vários suportes, códigos e linguagens, com mecanismos de preservação e transmissão intra e

* Investigador integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo Universidade do Minho. Email: mcsilva2008@gmail.com.
** Investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo Universidade do Minho. Email: sheilakhan31@gmail.com.
*** Professor Auxiliar no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais e Investigador do Laboratório de Paisagens, Património e Território da Universidade do Minho e do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo Universidade do Minho. Email: fmendes@ics.uminho.pt.

intergeracional através de diversos rituais e práticas operativas, para as quais são convocados diferentes autoridades, comunidades e/ou grupos sociais.

Neste contexto, importa problematizar os regimes de adequação entre os sujeitos que experienciam em sentido direto um evento, um momento, um fenómeno, e os sujeitos que recebem os testemunhos, que narram ou que traduzem a experiência dos outros, como uma 'segunda' memória.

Existem hierarquias entre aquele que conta, que dá o testemunho, e o destinatário pós-geracional desse testemunho, que o reescreve numa outra narrativa? Será que aquele que narra a memória dos outros tem a mesma legitimidade e autoridade na sua narrativa, quando comparada com a autoridade da narrativa original? Como medir e interpretar os intervalos críticos entre uma e outra memória? Quais as autoridades da memória e da pós-memória quando em diálogo ou confronto? Na presença dessas autoridades, quem são e onde estão os autores? Qual o valor de falarmos de uma memória multidirecional com várias escalas autorais? Será mais apropriado falar em dever de memória ou em direitos conflituais de memórias e de pós-memórias?

Os artigos apresentados neste número comprometeram-se a responder a algumas destas questões, assim como apontaram para novos caminhos.

Tendo como referente histórico os conflitos da Bósnia e do Kosovo nos anos de 1990, Jeffrew Andrew Barash debruça-se sobre a experiência histórica e a memória pública que emergiram nas últimas décadas, analisando como os avanços técnicos no domínio dos média têm simulado a experiência direta através de imagens, camuflando o fosso que separa as informações do imediato mundo da vida onde foram originadas.

Acompanhando o estudo dos discursos públicos e da memória pública, Miguel Cardina toma como base empírica um conjunto de discursos proferidos, entre 2006 e 2014, pelo então Presidente da República Portuguesa. Analisam-se as imagens do passado colonial aí presentes e de que forma elas se conectam com uma certa "memória amnésica" que reconfigura a nação.

Sheila Khan reflete sobre a maturidade dos estudos africanos no contexto português de investigação tendo em conta que em 2015 se celebraram os 40 anos de independência das ex-colónias portuguesas com todo o seu património de (pós-)memórias intelectualmente partilhadas.

O estudo de Vicente Paulino trabalha a tradição oral e o conceito de escrita na sociedade timorense, o que lhe permite problematizar com outra eficácia as condições de tradução da identidade histórica e cultural.

A importância da escrita como suporte da memória e das suas várias autoridades transparece na reflexão apresentada por Patrícia Ferreira na sua leitura crítica de *A Noite das Mulheres Cantoras*, de Lídia Jorge, conjugando aspetos da crítica pós-colonial e dos estudos de trauma e memória.

Sandra Sousa retoma a questão da experiência europeia em África, explorando não apenas a escrita ficcional, mas trazendo para a compreensão do

passado colonial a importância da entrevista, outra forma de compilar, guardar memórias que nos ajudam a pensar as relações que o tempo colonial estabelecia para além dos seus limites políticos, ideológicos, concentrando-se nas missões religiosas em Angola.

Carmen Ramos Villar abre os horizontes do património e da experiência memorialística saindo do espaço europeu e africano. Nesse sentido, analisa o uso de histórias no texto memorialístico de três lusodescendentes nos EUA, mostrando como se tece a ponte de ligação entre a memória individual e a memória adquirida ou herdada.

Fabrice Schurmans regressa ao texto ficcional, à memória revelada em *Beloved*, de Toni Morrison, e em *Húmus*, de Fabienne Kanor, e que serve como reivindicação das narrativas da representação do corpo da mulher escrava, assim como da pós-memória do sofrimento decorrente do tráfico negreiro.

Os suportes audiovisuais assumem, também, um lugar de destaque pela importância que demonstram no uso do documentário, assim como da fotografia, para melhor pensar a memória.

Jessica Falconi partindo da análise do docudrama *Contract* de Guenny Pires aborda a história dos antigos trabalhadores cabo-verdianos que durante o colonialismo foram contratados para as plantações de cacau e café nas ilhas de São Tomé e Príncipe. A narrativa, construída a partir do relato das viagens do realizador à procura do seu tio, convoca uma reflexão em torno dos regimes de autoridade memorial instaurados pela escolha da narração em *voice-over*.

Elsa Peralta e Joana Oliveira recuperam pela fotografia a narrativa do retorno, após o processo de descolonização dos territórios africanos que estiveram sob a administração portuguesa, refletindo sobre o valor ético e analítico do conceito de rememoração e de arquivo.

Ana Quintais parte da noção de pós-memória para pensar criticamente as relações entre a memória, a família e a fotografia no fotógrafo e artista visual português Daniel Blaufuks, através das obras *Sob Céus Estranhos* e *Terezín*.

Na secção vária, apresentam-se dois artigos que incidem sobre configurações distintas do trabalho.

Manuel Carlos Silva e Rita Borges Neves apresentam uma leitura sociológica de memórias e vivências do trabalho e de desemprego em fim de carreira profissional, discutindo como as estratégias para lidar com a hetero-exclusão do mercado de trabalho podem passar pela incorporação de uma identidade deteriorada, associada a inatividade e inutilidade.

Miguel Chaves e César Morais analisam a perspetiva da inserção profissional de graduados do ensino superior, estimando e analisando o intervalo temporal entre a conclusão do curso e a obtenção de um emprego, revelando distintos tempos de inserção, tanto no acesso a um primeiro emprego, como a um emprego ajustado ao nível e à área de formação.

Num último plano, publicam-se duas recensões. Uma, de Rui Sarapicos sobre as *Vozes de Chernobyl*, de Svetlana Alexievich. Outra, de Sandra Sousa que aborda a obra de Sheila Khan *Portugal a lápis de cor. A sul de uma pós-colonialidade*.

Pelas pistas que deixa, pelos estilos e metodologias que põe em prática, *Configurações 17* constitui na nossa ótica um passo em frente, com todos os seus desafios e constrangimentos, na discussão da matéria memorial e da intrusão estranha e cada vez mais disseminada dos momentos pós-memoriais que se colam e dobram a matéria da representação das coisas e da vida. Tendo em conta a adesão suscitada, no próximo número da *Configurações*, na secção vária, contamos ainda publicar alguns contributos já aceites sobre esta temática.

Barash, Jeffrey Andrew – Virtual experience, colective memory, and the configuration of the public sphere through the mass media. The example of ex-Yugoslavia. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 11-29

Virtual experience, collective memory, and the configuration of the public sphere through the mass media. The example of Ex-Yugoslavia

JEFFREY ANDREW BARASH*
Princeton University

Resumo

Experiência virtual, memória coletiva e configuração do espaço público através dos* mass media. *O exemplo da ex-Jugoslávia

Ao longo do século XX, o espaço público sofreu uma série de modificações que estão em estreita relação com as transformações dos *mass media*. No mundo contemporâneo, são a imagem televisiva, a internet, a *world wide web* e os diferentes tipos de tecnologia digital, na sua familiaridade e ubiquidade, que dão uma configuração ao espaço público. Este artigo interroga-se sobre as mutações nos modos de organização da experiência e da memória pública, colocando em destaque o modo como os *mass media* selecionam, organizam e transmitem a reportagem dos acontecimentos, dando-lhe uma visibilidade pública. Esta análise toma como base empírica o exemplo concreto fornecido pelas guerras dos Balcãs nos anos 1990.

Palavras-chave: *mass media*, hipermédia, Amselfeld, guerras balcânicas, últimas notícias, vídeo, memória coletiva.

Abstract

In its different manifestations in our contemporary mass societies, the public realm has undergone a series of fundamental transformations over the course of the past century. A comparison of the present-day organization of the public realm with that which predominated among earlier generations, above all prior to World War II, illustrates that these changes correspond to metamorphoses in the mass media: the televisual image, the internet, the world wide web and accompanying types of digital technology, in their ubiquity and familiarity, lend pattern to the public sphere in its contemporary form.

* Fellow at the Institute for Advanced Study, Princeton University. Email: jabarash@gmail.com.

Through illustrations drawn from the Bosnian and Kosovo conflicts of the 1990s, this article focuses on mutations in the modes of organization of public experience and public memory that have emerged over the past decades. According to its central argument, the great technical advances of mass communications have brought forth their uncanny capacity to simulate direct experience through images while *dissimulating* the gap which separates communicated information from the immediate life world in which it originates. In this framework, the format of mass communications has become a principle contemporary source of public visibility, indeed of an iconic status which, as it is publicly conveyed and remembered, is readily translated into mass celebrity and novel contemporary forms of public influence.

Keywords: mass media, hypermedia, Amselfeld, Balkan wars, breaking news, video, collective memory.

Résumé

Expérience virtuelle, mémoire collective et de la configuration de la sphère publique à travers les médias de masse. L'exemple de l'ex-Yougoslavie

Au cours du 20ème siècle, le domaine public a subi toute une série de modifications qui sont dans un étroit rapport avec les transformations des médias de masse. Dans le monde contemporain, c'est l'image télévisuelle, internet, le world wide web et les différents types de technologie digitale, dans leur familiarité et leur ubiquité, qui donnent une configuration à l'espace public. Cet article s'interroge sur les mutations dans les modes d'organisation de l'expérience et de la mémoire publique en mettant en relief la manière dont les médias de masse sélectionnent, organisent et transmettent le reportage des événements en leur accordant une visibilité publique. Cette analyse prend comme base empirique le exemple concret fournit par les guerres des Balkans des années 1990.

Mots-clés: médias de masse, hypermédia, Amselfeld, guerres balkaniques, information de dernière heure, vidéo, mémoire collective.

The public realm comprises a system of organization of collective experience and collective remembrance as it is projected to lend pattern to shared events in the future. In its different manifestations in our contemporary mass societies, the public realm has undergone a series of fundamental transformations over the course of the past century. A comparison of the present-day organization of the public realm with that which predominated among earlier generations, above all prior to World War II, illustrates that these changes in the public sphere correspond to metamorphoses in the mass media: in unprecedented ways, the televisual image, the internet, the world wide web and accompanying types of digital technology, in their ubiquity and familiarity, lend pattern to the public sphere in its contemporary form.

In the following pages I will examine this mutation in the modes of organization of public experience and public remembrance by focusing above all

on the ways in which the mass media select, articulate and transmit reported events. In the course of my analysis I will illustrate this theoretical reflection by means of a concrete example: the Bosnian and Kosovo conflicts that accompanied the disintegration of Yugoslavia in the 1990s. In the mediatized representations these and other forms of what are customarily characterized as current events or "breaking news", the role of the media is not limited to selection, configuration, and communication of events; they also confer public significance on events while interweaving them into the broader web of what may be collectively recalled. In conferring public significance in this manner, the media organize the ways of collectively experiencing and remembering through which the public sphere is shaped; transformations in the media and in their ways of patterning collective experience and remembrance bring about corresponding metamorphoses in this function through which the public sphere is shaped. To identify what I take to be modifications in the modes of collective experience and remembrance brought by changes in the media, we must in preliminary fashion clarify the terms "collective experience" and "collective remembrance" themselves and then more closely examine the dynamics through which the mass media lend them pattern in contemporary mass societies.

I. Since collectivities have no substantial being independent of the individuals who compose them, they can never be said to "remember" in any strict sense of the term. According to its primary signification, remembrance is carried out in the original sphere of the self and may be shared and communicated where it occurs among groups. Original experience and remembrance concerns people and things, events and situations as they actually present themselves in a direct encounter, so to speak, "in the flesh". My understanding of this term draws on phenomenological theory, above all of Edmund Husserl, who equated original experience with what he termed "experience in the flesh in a given living present" ("leibhafte Erfahrung in einer jeweiligen lebendigen Gegenwart").[1] In its full sense, this signifies not only the perception of persons or things as single objects, but above all an encounter with them as they are given in the horizon of a surrounding world. The foreground upon which the observer focuses in such direct encounters presupposes a background, the plenitude of an accompanying context which is simultaneously given, even where the observer pays no attention to it. Where it is not explicitly noticed and stands at the horizon of the direct theme of attention, its passive presence may in many cases be made a topic of recall where an effort is made to retrieve it.

On the level of events that are of public significance, direct "in the flesh" experience and recollection are rare, and in such cases they usually concern

1 Husserl (1973, S. 278f). Cf. Held (1966).

a very small number of individuals who were direct actors in, or eye-witnesses to the events. Where members of a community, as vast as it may be, share remembrances of what can be publicly communicated through word, image and gesture, this remembrance is generally indirect. In attributing to recollection of in the flesh encounters the status of *original* remembrance, I in no way intend to claim that such remembrance would somehow recall the "reality" of what is encountered, if this is taken to mean that it might be experienced independently of the singular perspective of the observer. All direct encounters are remembered from a personal perspective or from that of a given group. Here we are familiar with the possibilities of distortion, omission and fabrication, even where they are unintentional, that may enter into the remembrance of direct encounters. This is why the comparison of testimonies plays such an important role in which the recollection of eye-witnesses is fit into the larger web of events and its spatio-temporal and conceptual logic. In attributing an original status to remembrance of "in the flesh encounters", I claim only that they are essentially *different* from all other forms of mediated encounter which, moreover, *presuppose* this original form of direct experience. For this reason, in spite of the evident weaknesses of eye-witness testimonies, they play a singular and indeed irreplaceable role in our judicial systems and in the quest of historiographical methods to reconstruct the factual truth of past events.

If in its multiple manifestations the public sphere generally lies beyond the realm of personal and small group experience and remembrance, it nonetheless provides the broad context in which mass communication and also interpersonal relations transpire. It is in this context that original experience in the flesh and small group relations are endowed with communicable significance to the extent that they are embodied in symbols. Symbolic embodiment, as I understand it, is not an aspect of experience that is tacked onto it as a secondary addition, but configures it at a primary spatio-temporal and conceptual level.[2] Even before reflecting on them, we are immediately familiar with spatio-temporal and conceptual relations that govern our everyday world: for example, taking one's hat off in acknowledgement of the sacred space of a church, the spontaneous distinction between the private area of a backyard and that of publicly accessible parks, the anticipation in given cities that markets will be closed on Monday mornings and not on Wednesdays. Even the distinctions in the music I hear as it is piped into supermarkets and airports or played live at concerts or discothèques involves modes of symbolic patterning of space and

2 This interpretation of the symbol is in part inspired by the philosophy of Ernst Cassirer. However, my debt to Cassirer concerns less his theory of symbolic forms than what he terms the "originary forms of synthesis" of all experience ("Urformen der Synthesis' aller Erfahrung") as they are symbolically articulated in space, time and number. On this point see Cassirer (1994: 17). I have dealt with this theme in more detail in Barash (2012).

time which, for the most part, are tacitly remembered as modes of orientation for immediate everyday activity.

In referring to the public sector of a vast collectivity in which the mass media evolve, my analysis presupposes the ever greater predominance of social, political and economic contexts that are no longer structured on a local or communal scale, in other words our contemporary situation that has followed in the wake of the industrial and then the technical and information revolutions, of the ever more rapid mobility of people and goods accompanied by mass migration toward urban centers and the integration of finance and of markets on a global scale. Where smaller groups, families and close-knit communities share similar kinds of experience that draw on a web of personal recollections interwoven with those of living generations who remain in close proximity, mass societies integrate groups whose modes of experience may well be unfamiliar to each other and whose relations are characterized by anonymity far beyond that of smaller and more intimate social circles. The fragmented social contexts of mass societies are encompassed in a given shared present in what I term a shared "horizon of contemporaneity", the perspectives of different groups rooted in symbol systems that may overlap, such as when they share a common language, but which may also be nourished by diverse symbolic webs, in relation to religious traditions, dialects, social practices etc., a network of remembrance through which experience is oriented in relation to a given group perspective and specific group expectations. However much similarity to one another the individual members of families, local associations and small communities might exhibit[3], the public sphere, even in the most apparently homogeneous of mass societies, is marked by a mobility, a mutability of personal and social forms of existence, and an exposure to external influences that has not only propelled them beyond the sphere of traditional communal life, but has essentially transformed their ways of being together in a common world. It is here that the mass media both mirror and configure ways of experiencing and of remembering, as well as future expectations, through which the public sphere assumes its contemporary pattern. In bringing to visibility what ordinarily lies outside the range of direct vision, and in conferring on it a public significance, the role of the media is by no means limited to reporting events, but they constitute the primary mode through which current preoccupations and events that ordinarily stand beyond the possibility of direct experience are publicly accounted for and retained in memory.

Beyond the perspective of a specific community and of the broader reach of a given public, the scope of the media is continually and ever more comprehensively extended on a global scale to encompass foreign symbolic networks,

3 The "Sphere of communal familiarity" ("Sphäre gemeinschaftlicher Vertrautheit"), according to Helmut Plessner's apt phrase; cf. Plessner (1981: 55-56). See also in this regard Gerhardt (2012: 202-207).

most of which lie beyond the realm of direct comprehensibility to those who receive what the mass media report. Here a given public is largely dependent on media accounts which translate and interpret what would otherwise be incomprehensible. In this manner the media simultaneously bring to visibility the concentric spheres of community, collectivity and global totality which, whether communicated through print or through visual image, exercise what I term a "reflexive function" in their capacity to endow what has been directly witnessed by a small minority with public status,[4] while opening it to the global reach of the information network. In the process of selection and ordering, information is organized according to the spatio-temporal pattern and logic that is specific to mass communication systems. This spatio-temporal pattern and logic are not simple copies or replicas of those that govern everyday experience in the flesh and remembrance of that experience; they constitute an *autonomous* mode of symbolic embodiment through which public awareness is engendered and channeled and their overarching horizon of contemporaneity is configured. And, what is more, this spatio-temporal pattern and logic, far from a fixed property, is subject to modification in relation to the technical organization of the media themselves through which information is communicated. It is here that we must locate the principal change that has occurred in the way in which the media pattern the public sphere.

II. If we are to pinpoint the essential dynamic in the mass structuring of public experience and public memory, in anticipation of a common future, the decisive metamorphosis that has occurred may be traced in important measure to the role that the *image* has come to play in our contemporary world. Images, of course, are not recent appearances and, in considering their significance, it is not possible to limit their role to what the mass media disseminate. In earlier contexts, art and design provided the principle traditional ways by which images were endowed with public visibility. Images brought before the public eye artistic, political, theological or economic messages that iconography explores in historical perspective. Following the emergence of the mass media and the technology of mass reproduction, however, images assumed an ever more central role: beginning with the Crimean War of 1854, the American Civil War of the 1860s and the Franco-Prussian war of 1870-71, war correspondents served as eye witnesses to events, who sketched images of them for the mass editions of contemporary newspapers and illustrated journals.[5] The role of the images steadily increased in fashion magazines and illustrated weekly

4 Here I draw on the insightful remarks of Niklas Luhmann (2000: 97): "The function of the mass media lies after all that in the directing of self-observation of the social system [...] an observation which itself generates the conditions of its own possibility and in this sense occurs autopoietically".
5 Jackson (1885), Baleva (2012).

journals. With the invention of photography, the role of the image became ever more prominent, and this role was at once reinforced and transformed with the introduction of moving pictures, from movie and newsreel to televised video news and entertainment programs and a host of digitalized forms of communication which have accorded to the image and the culture of the image an ever more central role.

In all of its expressions, traditional or contemporary, the potency of the image lies in its capacity to reproduce the singularity of direct sensuous experience which language can only indirectly convey. Like language, images emerge in the context of specific symbolic networks, but are at the same time characterized by a certain plasticity which lends to them a unique autonomy. Where language and other signs anchor sensuous images in a specific context, images, as publicly interpretable visual phenomena, retain the capacity to overstep the confines of the context in which they emerge – their embeddedness in a specific horizon of contemporaneity – to spontaneously communicate a sensuous meaning.[6] Languages, of course, may be translated, and in this modified form step across linguistic borders to speak to other, foreign contexts. Nonetheless, without translation, language and other contextually bound signs are incomprehensible to those who are not familiar with them, but the sensuous plenitude of the image reaches spontaneously beyond these limits. In its immediacy, indeed, the image approaches much more closely than linguistic description the direct sensuous presence of in the flesh encounters.

To illustrate this potency of the image, we may take as an example an image related to ex-Yugoslavia: the painting *The Kosovo Maiden* (*Kosovka Djevojka*), created in 1919 by Uroš Predić and exemplifying the realist style in Europe that was popular in the late 19th and early 20th centuries. The painting, as is generally familiar to inhabitants of the Balkan peninsula, depicts a famous legend, stemming from the loss of the battle of Kosovo in 1389 against the Turks. This theme became prominent in a tradition of Serbian epic poetry which, since the Middle Ages, has brought forth a range of sedimented symbolic meanings that have been associated with it since then. At the same time, this image of the *Kosovka Djevojka* expresses a certain autonomy in relation to its original context, since it conveys a spontaneous sensuous significance, albeit one that lends itself to interpretation by the various peoples of the Balkan region in light of their specific historical and religious traditions. In the same horizon of contemporaneity in which they live, the sense of the image varies in terms of the fragmented perspectives corresponding to their respective contexts.

6 Following the introduction and spread of the printing press in the 15th and 16th centuries images, as they were reproduced for the first time in large numbers, exerted a novel influence for, as Aby Warburg aptly stated, the sensuous 'language' these 'stereotypical' images (Schlagbilder) communicated was "internationally understandable', cf. Warburg (2010: 456).

If we examine more closely this autonomy of images, we notice not only that they manifest a surplus of possible meanings in relation to any given context in which they are interpreted, but also that they are capable of communicating a free-floating sensuous symbolism, which frees itself from the original horizon of contemporaneity in which it arises. If I consider the painting *Kosovka Djevojka*, for example, it may be that the painting pleases me and at the same time portrays a certain stylistic resemblance to other contemporary European realist paintings of this period. However, if I am not familiar with the context to which the theme of painting corresponds, the complex range of its iconographic significations remains as impermeable to me as the languages spoken on the Balkan peninsula. In all of its forms, the image retains its capacity to exceed contextually embedded significations belonging to the horizon of contemporaneity of those who grasp these significations in the web of symbols interwoven in the segmented strata of memory shared by overlapping living generations. Reinforced either by aesthetic or other evocative qualities that strike us and resonate in memory, the image retains a certain autonomy in relation to the context from which it emerges. In its free-floating capacity to move beyond any singular, fixed standpoint, such images assume the role of "icons" or "key images" (*Schlüsselbilder*).[7] On a scale of global dissemination, such key images or icons can reach a level of abstraction comparable to the omnipresent representations of Che Guevara or Marilyn Monroe. The photo of Che Guevara, which was originally taken in 1960 by the Cuban photographer Alberto "Korda" Diaz while Che was listening to a speech by Fidel Castro in Havana, was initially invested with political significance as it was subsequently displayed at political rallies and demonstrations or in student dormitories. This political meaning was eventually broadened and diluted as it was adopted in clothing styles as an eye-grabbing symbol of fashionable chic and was accorded further commercial significance when Smirnoff used it in advertising for vodka. In its free-floating versatility, the sense of such key images changes in relation to its context of presentation and reception. As publicly reproduced images on a global scale, key images are both immediately recognizable and indeterminate in content. As images, they are pregnant with different connotations rooted in the corresponding networks of embodied symbols that are retained in collective memory and that orient the interpretation of experience in the different contexts in which they are deployed. As icons or key images, they reveal a central trait governing the spatio-temporal pattern and the visual logic of the mass produced image as it is communicated in the public sphere: in its decontextualized form and free-floating autonomy, it draws immediate recognition without necessarily

7 See the insightful analysis of this theme by Zimmermann (2015: 91-116); see also in this regard the source that she cites, Ludes (2001).

conveying a more determinate sense rooted in the original experiential world from which it emerges.

Since the pioneering work of authors like Georg Simmel or Walter Benjamin, we have increasingly oriented our reflection toward the ways in which mass reproduction has modified our manner of perceiving images. This modification has corresponded to the ever-increasing use of images in all aspects of public and private life which, on one hand, are transmitted by ever more diversified types of media and, on the other, encompass disparate kinds of message that the media continually and ubiquitously bring to public visibility. Commercial advertising, entertainment and sports, news broadcasting and political announcements as well as the imagery of sexual allure are among the most common types of imagery produced for mass consumption and assimilated within formats of mass dissemination. Over the course of the 20th century, artists themselves were among the most energetic producers of mass reproduced images, for they recognized the unprecedented possibilities of the mass media as a means of forging visual icons and of bringing them before the public eye. Major currents of 20th century art such as DADA or surrealism creatively explored these possibilities and Pop Art, above all, specialized in the production of icons that, as decontextualized images at the nebulous crossroads between different sectors of public life, provided ideal objects to be formatted for mass consumption. Andy Warhol is a case in point, for he began his career in commercial graphics, and his images brought together in a paradigmatic way different overlapping themes in which the motifs of art, of news, of advertising or fashion, were blended into icons fit for mass consumption. Warhol's representation of the Campbell's soup cans, of the scenes of fatal airplane crashes and car accidents, of the multiple, diversely colored images of Marilyn Monroe, all presented as icons, immediately reach beyond the specific cultural context of their origin and are fit for mass consumption on a global scale.[8]

This same kind of icon may also function on a regional level, as may be illustrated from a Balkan perspective. In 1984, in what was then Yugoslavia, the Sarajevo based rock group "Bijelo Dugme" produced an enormously popular record album for which the name of the group served as the title. On its cover the album bore a representation of the painting by Uroš Predić, *Kosovka Djevojka*. The songs in this album made subtle reference to the previous album of the group ("Uspanavka za Radmilu M.", 1983), in which one song ("Kosovska", signifying song of Kosovo, but also connoting, as a play on words, "Kosovo Maiden"), was sung in Albanian while the other songs on the album were performed in the more usual Serbo-Croatian language. Without

8 Although it is often attributed to him, Andy Warhol did not create the juxtaposed series of "Guerillero Heroico" images that was made in a style resembling his works. This work was originally a falsification that, following the request of its Italian creator, he "authentified"; see in this regard Bourdon (1995) and Ziff (2006).

being nationalistic, the album reflected a renewal of interest in national identity and in traditional folklore which the cover exemplified. Its commercial success may be accounted for by its manner of mixing ethnic themes, offering a product with which an ethnically diverse audience could readily identify. Beyond the image originally painted by Uroš Predić in 1919 and beyond the specific context of the scene that he depicted, the Kosovo maiden could function as an icon, a "Schlüsselbild". In its mass-produced format, it could assume a role analogous to other such commercial and artistic productions in a global, or at least in a multi-ethnic regional market. Such products meet with success the better they are capable of obliquely reflecting the context from which they emerge, in a way which dispenses the observer from a need to delve into its more specific contextual contours and its embeddedness in the horizon of contemporaneity which, for better or for worse, is nourished by deeper sources of collective remembrance lending it a publicly intelligible significance for the community in which it arises. As a product of mass consumption, the *Kosovka Djevojka* could take on a funky folk allure in which the indeterminacy of its context corresponded to its commercial marketability before a mass audience.

Five years after the appearance of this album, Milošević's 1989 Gazimestan speech, presented on the presumed site of the Amselfeld battlefield, sought to reenlist the Battle of Kosovo for the purposes of Serb nationalism and this event cast an ominous shadow on the kind of funky and folklorish perspective it might convey. It would reach beyond the scope of the present paper to examine the ways in which Milošević invoked the theme of a collective memory as it reached deep into the historical past and, as his Gazimestan speech made amply clear, fueled the quest to recover what his followers took to be a lost medieval heritage and the territory which it had originally encompassed. I will cite rather a third example provided by a globally publicized response to the wars that such regional nationalism fueled: in particularly radical form, the Benetton publicity campaign of Oliviero Toscani illustrates the intrinsic dynamic of images which the mass media bring to public visibility and disseminate on a global scale.

In a publicity campaign, photographer and graphic designer Oliviero Toscani, by means of well-known shock images, promoted Benetton clothing while simultaneously directing public awareness toward social issues. His goal was to expose a whole range of social taboos. One of these campaigns was undertaken in 1994, during the Bosnian war, when Toscani intended to illustrate the absurdity and the cruelty of war through what he called his "photographic monument to a known soldier". This photographic monument depicts the young Marinko Gagro, who had been killed in action and was represented in the photo only by his blood-stained clothing and an accompanying typed comment of his father. Neither his uniform nor the content of his father's message call attention to the specific country or cause for which he fought and highlight above all the

loss his death represented. The image was thoroughly decontextualized and the anonymity of Toscani's mode of depicting his death was highlighted by the ambiguity of its message: a scene of horror that was publicly displayed in the form of an advertisement for clothing. As Toscani himself reported, this ambiguity was underscored by a group of young Sarajevo graphic designers who wrote a letter to him and described the photo in the following terms:

> We will never know if this poster concerned with the conflict in our region is one of the most insolent and cynical reactions or if, on the contrary, it is not one of the most skillful warnings in regard to this deep and atrocious wound perpetrated by modern civilization, which seems to accord an ever greater role to marketing and communication.[9]

III. Unlike paintings, still images or photographs, moving pictures, first in film and newsreel and then in video and digital communication, move in time. Their movement in time likens them to the temporality of animated beings and lends them the capacity, beyond any other kinds of pictorial representation, to simulate direct experience "in the flesh". This capacity, it must be stressed, is limited to *simulation* which, even in the most immediate representation through video or numeric images depends on the interface by means of which they are mediated and transmitted. Insofar as they depend on an interface, even the most technically immediate forms of video or numerical representation, such as the image of oneself that one sees on the video screen displayed in a store window one happens to walk by, video and digital representations remain virtual *reconfigurations*. In their simultaneity, they duplicate the spatio-temporal coordinates of the *Lebenswelt* they represent and yet, as virtual images, they are cropped out of and abstracted from the complex plenitude of its experiential context. They represent in this form what might be termed a "mediated immediacy". It is the possibility of recording, condensing and rearranging moving images in accord with the decontextualized and free-floating virtual format that fits them out for mass consumption on a regional or global scale. Such virtual engagement in the representational sphere of moving pictures cannot be termed *experience* in the strict sense of the word, as nearly as it may simulate experience and as much as remembrance of them may transpire for us "as if" we were recalling direct encounters "in the flesh". Virtual representation, indeed, obeys a spatio-temporal pattern and a logic which is not equivalent to that of experience and herein lies the specific character intrinsic to moving pictures as forms of mass communication: on one hand, through their capacity to simulate the animation of experience "in the flesh" they come infinitely closer to replicating it than print media or even still

9 Toscani (1995: 92-93).

images; on the other hand, due to their limits as *virtual* representations they are, like other forms of mass communication, incapable of bridging the gap that separates them from the plenitude of the *Lebenswelt*. And here, in spite of the uniqueness of their capacity to simulate direct experience, their mode of operation in the format of mass communications realizes the utmost possibilities of a dynamic that was already implicit in earlier forms of mass communication, beginning with the mass-produced print media. Here in bringing to fulfillment an uncanny ability to simulate direct experience, they are all the more effective the more they are able to *dissimulate* the distance which their format as mass communication necessarily maintains from it. And herein lies their particular potency and also a specific danger that their reflexive function as organs of public awareness poses for the political organization of the public world more generally.

Contemporary advances in digital technology and satellite communication have realized to an unprecedented degree a quest that was incipient in the earliest forms of mass media: to bring within reach the most minute segments of the globe, as distant as they may be, and to convey information as rapidly as possible in a constant and ubiquitous process of updating. In terms of the reflexive function of the media through which they are made the principle organ of public awareness, this global reach and constant process of updating privileges what is novel and previously unknown, the "news" through which the most recent events in all sectors may be juxtaposed and made visible as objects of public interest. Here, according to a principle that had already predominated in the organization of newspapers[10], the condensed format and haphazard arrangement juxtaposes or places in immediate succession such heterogeneous elements as advertising and "breaking news", sports events and stock market reports. Moving images on the main body of television screens are bordered by moving printed strips on the lower margin of the "hypermediated" display in contemporary CNN-like television announcements, and these mosaics have more recently given rise to ever more elaborate kinds of display on the pages of the world wide web or the Windows touch screen format.[11]

All of these forms of visibility of the image before a mass public depend on a specific order that shapes publicly remembered virtual representations; it is a symbolically configured order not because it assumes the form of a sign or emblem, but due to the immediate spatio-temporal pattern and logic it deploys in the operations of displacement, condensation and reconfiguration of information in a manner that, so to speak, grabs the public eye as it represents moving images as current events. The condensed format and heightened immediacy

10 Walter Benjamin, aptly characterized the principles of journalistic information as "freshness of news, brevity, comprehensibility, and, above all, lack of connection (*Zusammenhangslosigkeit*) between individual news items"; cf. Benjamin (1968: 158-59).
11 On the concept of "hypermediation" see above all Bolter and Grusin (2000).

of media news transposes images from the horizon of contemporaneity of given groups in which original experience transpires, and is remembered and communicated, to what might be termed its "field of currency".[12] In the field of currency, the media present information that is continually updated and lend it a spatio-temporal pattern and logic that formats it for mass dissemination. The abridged, condensed and reconfigured format of the field of currency introduces a gap between their mode of presentation and the horizon of contemporaneity in which everyday experience and remembrance transpires. This, of course, does not mean that that moving images and information communicated in virtual form would somehow remain separate from the domain of direct everyday experience, for virtually depicted events work back on experience and enter into the configuration of the web of embodied symbols that underlie the horizon of contemporaneity of a given group. This is the essential role of what I am terming the "reflexive function" of the mass media. The virtual depiction of events can often assume far greater importance than what we immediately experience in the everyday *Lebenswelt*. There are even instances – and the Bosnian and Kosovo conflicts of the 1990s are a case in point – where victims of attack could simultaneously witness events that they we undergoing on the television screen[13].

Nonetheless, this gap between virtual representation and direct everyday experience remains an essential feature of our public existence even if it is not always brought to awareness. The decontextualized mode of presentation of breaking news in the field of currency renders problematic the logic of verification that we employ in everyday experience by which we test the reality of reported facts by comparing different sources and types of testimony provided by the broader web of experience in the horizon of contemporaneity. It

12 The concept of the "field of currency", in which the spatio-temporal and conceptual format of mass communication is configured, like that of the "horizon of contemporaneity" on which it works back, refer exclusively to the public domain of group experience and remembrance. These concepts are to be distinguished from specifically *historical* categories that correspond to essentially different modes of temporal experience. As I interpret them, the "horizon of contemporaneity" and the "field of currency" are limited respectively to the time-span of living, overlapping generations and to the ephemeral moment during which news of reported events maintain its currency. If, as they are employed, both of these concepts might be encompassed in what Reinhart Koselleck terms the "space of experience" ("Erfahrungsraum"), they nonetheless correspond to entirely different kinds of group experience than those denoted by Koselleck's historical categories. According to Koselleck, the modern experience of historical time emerged in the 18th and 19th centuries, when history was conceived for the first time to be an autonomous, self-sustaining process. Since history in the "space of experience" is interpreted to be a unified process, history may be envisioned as a future that remains to be realized in the framework of a given "horizon of expectation" ("Erwartungshorizont"). See Koselleck (1979: 350-353). Since my analysis is primarily concerned with public experience and collective remembrance, it relates less to such uniform categories of *historical* time than to a plurality of fragmented temporal perspectives that interrelate in a mass social framework.

13 This plausible scenario experienced by war victims was recently reported in the *Frankfurter Allgemeine Zeitung*: "The wars in Yugoslavia illustrate beside many other forms of horror the perversity of the new world of the media: Victims of violence were able to simultaneously see themselves portrayed as victims on the T. V. screen". See Berking (2013: 26).

is precisely the uncanny ability of visual imagery presented by the mass media to simulate direct experience which ordinarily leads us to overlook the specific character of the reconfigured spatio-temporal pattern and logic of representation of virtual accounts. And, even where we bring this specific mode of reconfiguration to awareness, it is not always possible to detect the operation of external factors influencing the selection and organization of reported events. In the political sphere, on one hand, the condensed and concentrated format of representation facilitates simplification of the real plurality of the public world where the viewpoint of a predominant group and its elite monopolize the space of public visibility; the Bosnian and Kosovo conflicts have amply demonstrated how politically problematic such tendencies may prove. On the other hand, commercial factors, commanded by the competition to attract the largest possible audience are subjected to evaluation in terms of the omnipresent ratings or "audimat", which play a role in the programming selections not only of entertainment shows, but even of news programs.[14] And commercial considerations play an ever more central role, which is often not recognized as such, in the modes of representation in the internet. My point here is that the *format* itself of mass communication facilitates the possibility for such political and commercial factors to influence the selection of reported events and the way in which they are made publicly visible; here they may not only limit but also distort the reflexive function of the media through which events are brought to mass awareness and retained in collective memory.

The convergence of political, commercial and other factors in the modes of representation of the mass media only heightens their ambiguity, much as in the case of mass-produced still images. Moving images, in their ability to simulate direct experience, may combine with particular effectiveness different kinds of message which, abstracted from their original context, are nonetheless charged with an implicit iconic sense that draws on latent symbols embodied in the web of collective remembrance of a given group to which the message is addressed.

Let me cite one further example which is relevant both to my analysis of the patterning of the public sphere by the mass media and of their operation, more specifically, in the traumatic Balkan conflicts: the representation by the media of sports. In the context of modern societies, spectator sports fulfill a number of different vicarious functions and this variety is reflected in the ways in which the media represent them. Helmuth Plessner has eloquently characterized the plurality of ways in which sports competition provides the ideal channel through which a series of needs stimulated by contemporary social life may be fulfilled: As Plessner writes,

14 Postman and Powers (2008: 75-89); Bourdieu (1996).

> The need for relaxation and social contact, for aggressivity and play, for competition and activity, as for hero worship, tends toward public expression and is fulfilled through sports.[15]

In a paradigmatic way, this plurality of functions of sports in contemporary mass society is particularly well adapted to the essential ambiguity of media phenomena, by which the mass media indifferently combine political, commercial, entertainment and other kinds of message that are propelled by a variety of partially hidden factors stemming from different areas of social activity. The variety of needs that spectator sports satisfy in bringing competitions before the public eye, corresponding to the ambiguity of roles that sports images combine, lends them enormous popularity and confers on them the power to promote a whole series of interests involving sports club owners, high finance, media representatives and very often, as recent experience amply demonstrates, political figures at the highest levels of command. This phenomenon is well known in contemporary Europe, as illustrated by the famous example of Silvio Berlusconi in Italy, who became a powerful media figure in the early 1970s, concentrating his private television companies into nationwide networks, Canale 5, Italia 1, and Rete 4. In the mid-1980s he acquired the Italian football club, A. C. Milan, and became as a key Italian political figure, serving as prime minister three times between 1994 and 2011, before being convicted of tax fraud in 2013. In similar fashion, Bernard Tapie in France combined his power as owner of the Olympique de Marseille football club with a political role as minister of urban affairs in the socialist government during the second mandate of François Mitterrand, from which he was forced to resign in the wake of corruption charges in the early 1990s. Tapie has also been a television personality and an actor in the cinema and his involvement in high finance has led to much controversy. Berlusconi and Tapie, however, are only two of many examples which illustrate that the mass appeal of associations with spectator sports – whether as influential owner or player - is a source of media presence and public notoriety that is readily translated into political power. Arnold Schwarzenegger as champion weightlifter turned cinema celebrity and then governor of California or boxing world champion Vitali Klitschko as leader of an Ukrainian political faction became the mayor of Kiev illustrate the emergence of this phenomenon in recent decades on a global scale.

Mediatized sports events, and above all football, also played a key role in the Balkans where, as has been amply demonstrated, they served to channel expressions of ethnic nationalism as early as the mid-1980s when Yugoslavia still existed as a nation. In particular, the Zagreb based *Dinamo* team and the

15 Plessner (1985: 154).

Serbian *Crvena Zvezda* or Red Star football club, whose matches were continually before the media, were early vehicles of nationalist sentiment which became increasingly vehement as the Yugoslav State neared collapse. As historian Ivan Čolović has noted, these matches furnished an opportunity for militant Croat *Dinamo* supporters to publicly recycle Ustashe symbols and the *Crvena Zvezda* spectators to publicly recycle songs, slogans and banners that drew on the Serbian Chetnik folklore from the Second World War.[16] In their ambiguity, sports matches not only provided media events and commercial publicity of the first order, but their political role became increasingly significant in the public sphere. As Čolović illustrates, even in the period of Yugoslav communism, political leaders played a central part in the direction of *Crvena Zvezda*, but this political direction took on a wholly different character as national antagonisms emerged at the end of 1980s.[17] Here, as the Serbian case demonstrates, hooligan spectators at football matches formed the core of the paramilitary forces led by the notorious **Željko Ražnatović** or "Arkan", whose ultranationalist "Tigers" were held responsible for war crimes in the ensuing conflict in Bosnia. Ražnatović was the owner of the Obilić football team in Serbia, named after the hero of the battle of Kosovo, and he at the same time assumed an important political function as leader of the Serbian unity party. As the Milošević government centralized the predominant sectors of the mass media, purged a large number of journalists, and placed the media under strict government control, the earlier ambiguity of sports matches gave way to armed conflict during which a policy of media manipulation instrumentalized them as organs of the official ideology. The simultaneous reinforcement of government control of the mass media was also brought about by the Tudjman government in Croatia and the alignments of the different mass media systems in the Balkans closely reflected their ideological leanings in a period of war.

The reinforcement of national ideology through government control of the mass media limited the trans-ethnic appeal they assumed in the earlier Yugoslavian context and realigned them more explicitly in terms of national perspectives and political mythologies that reelaborated the legacy of a more distant past. Consider in this light in conclusion the example of the Serbian media icons represented by the sports club owner and paramilitary chief Ražnatović and his turbo-folk singer wife, Ceca. Presented live on national Serbian television in 1995, during a period that allegedly coincided with the brutal ethnic murders committed by him and his forces in Bosnia, the carefully prepared work of image production and promotion encapsulates in particularly blatant form the ways in which such icons are fabricated for mass consumption in the public sphere. Married in the uniform of a Serbian World War I officer, his

16 Čolović (2002: 259-286).
17 Ibid.

appearance evoked the memory of patriotism in more favorable conflicts, while Ceca's flowing white dress, which was reportedly modeled on Scarlett O'Hara's dress in the film *Gone with the Wind*, underlined her stated desire to make of her wedding a fairy tale. The live transmission of the religious ceremony and of the festivities that followed over a period of many hours, during which Ceca herself performed, highlighted its multifunctional character, mixing military, political and religious rites and symbols which were conveyed before the television spectators in an entertaining show-business format. On the day following the wedding the national newspapers devoted extensive coverage to the event and, as if to reinforce the political mythology that surrounded it, an editorialist in the journal *Duga* likened Ceca to the *Kosovka Djevojka*.[18]

In spite of its political significance in the context of the Balkan wars, the success of the icon was by no means limited to Serbia, and it showed a remarkable plasticity in its capacity to cross national borders and adapt itself to very different kinds of contexts in which it was brought to public visibility. On Saturday, March 1st 2003, a little over three years after Ražnatović's assassination in front of the same Belgrade hotel where her marriage festivities had occurred, the conservative and highly influential French *Figaro Magazine* published an article on Ceca, accompanied by a series of still photos. Titled "Madonna of the Balkans", the article underlined her flamboyant personality and her show business image, while downplaying her role as a folk icon and the political role her husband had accorded to her in the Serbian National Unity Party. The photos remodel the icon by presenting her as a faithful wife (only one of the four photos shows her with Ražnatović), a good mother and a highly successful business woman, a pop star and, following the death of her husband, as the owner and inspirer of the Obilić football club. Several years after the conclusion of the Kosovo war in which her dead husband had played such a notorious role and following the NATO strikes which led to Milošević's downfall, Ceca could appear in a new, decontextualized field of currency and the political mythology with which she had been associated could fade, especially in a non-Balkan context, to the point that she could appear, as stated at the conclusion of the French article, as the "Cinderella of Today."[19] Here, the full ambiguity of such icons became most apparent where, beyond the specific horizon of contemporaneity in which they originated, the various facets of the image were tailored to different symbolic networks. In a decontextualized field of currency, the imagery of the mass media could reconfigure the image's ambiguous meaning and lend to it a quasi-mythological potency. The communicative power of this mythology is deployed by the unique symbolic potency that public visibility in the mass media confers and deposits in the recesses of

18 Thomas (1999: 219).
19 Buisson (2003).

public memory. Where in highlighting its ambiguity, the free-floating symbolism of the image configured by the mass media endows it with a spontaneous force, only contextual analysis may critically evaluate the deeper significance of those obscured aspects of the image that constantly risk being forgotten.

References

BALEVA, Martina (2012), *Bulgarien im Bild. Die Erfindung von Nationen auf dem Balkan in der Kunst des 19. Jahrhunderts*. Köln/Weimar/Wien: Böhlau.

BARASH, Jeffrey (2012), "Articulations of Memory: Reflections on Imagination and the Scope of Collective Memory in the Public Sphere". *Partial Answers. Journal of Literature and the History of Ideas*, 10 (2): 183-195.

BENJAMIN, Walter (1968), "On Some Motifs in Baudelaire", trans. Harry Zohn, in *Illuminations*. New York: Schocken.

BERKING, Sabine (2013), "Imperium zerstörter Seelen. Der Zerfall Jugoslwiens hat eine neue Generation von Autoren hervorgebracht. Wie einige von ihnen schreibt auch Ismet Prcic über Kindheit und Jugend im Krieg", *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, Wednesday, April 3rd: 26.

BOLTER, Jay David, GRUSIN, Richard (2000), *Remediation. Understanding New Media*. Cambridge, MA: MIT Press.

BOURDIEU, Pierre (1996), *Sur la télévision*. Paris: Liber-Raisons d'agir.

BOURDON, David (1995), *Warhol*. New York: Abrams.

BUISSON, Jean-Christophe (2003), "Ceca, La Madonna des Balkans", *Figaro Magazine*, March 1st: 50-54.

CASSIER, Ernst (1994), *Philosophie der symbolischen Formen*, vol. 3. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

ČOLOVIĆ, Ivan (2002), "Football, Hooligans and War", in *The Politics of the Symbol in Serbia*. London: Hurst and Company, 259-286.

GERHARD, Volker (2012), Öffentlichkeit. *Die politische Form des Bewusstseins*. Munich: Beck.

HELD, Klaus (1966), *Lebendige Gegenwart. Die Frage nach der Seinsweise des transzendentalen Ich bei Edmund Husserl, entwickelt am Leitfaden der Zeitproblematik*. Den Haag: Nijhoff.

HUSSERL, Edmund (1973), *Zur Phänomenologie der Intersubjektivität. Texte aus dem Nachlass*. Zweiter Teil: 1921-28, ed. Iso Kern, Husserliana, Band 14. Den Haag: M. Nijhoff.

JACKSON, Mason (1885), *The Illustrated Press. Its Origin and Progress*. London: Hurst and Blackett.

KOSELLECK, Reinhart (1979), *Vergangene Zukunft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

LUDES, Peter (2001), *Multimedia und Multi-Moderne: Schlüsselbilder. Fernsehnachrichten und World Wide Web – Medienzivilisierung in der Europäischen Wahrungsunion*. Wiesbaden: Westdeutsche Verlag.

LUHMANN, Niklas (2000), *The Reality of the Mass Media*, trans. Kathleen Cross. Stanford, CA: Stanford University Press.

PLESSNER, Helmuth (1985), "Die Funktion des Sports in der industriellen Gesellschaft", in *Gesammelte Schriften*, vol. 10, *Schriften zur Soziologie und Sozialphilosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

PLESSNER, Helmuth (1981), "Grenzen der Gemeinschaft. Eine Kritik des sozialen Radikalismus (1924)", in *Gesammelte Schriften*, vol. 5, *Macht und menschliche Natur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

POSTMAN, Neil, POWERS, Steve (2008), *How to Watch TV News*. London: Penguin.

THOMAS, R. (1999), *Serbia under Milosevic. Politics in the 1990s*. London: Hurst.

TOSCANI, Oliviero (1995), *La Pub est une charogne qui nous sourit*. Paris: Hoëbeke.
WARBURG, Aby (2010), "Heidnisch-antike Weissagung in Wort und Bild zu Luthers Zeiten" (1920), in Aby Warburg, *Werke*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
ZIIFF, Trisha (2006), *Che Guevara. Revolutionary and Icon*. New York: Abrams Image.
ZIMMERMANN, Tanja (2015), "Semmeln in Rozna dolina. Eine Erinnerung aus Ljubljana und die Kriegsbilder aus Bosnien", in Boris Previši , Svjetlan Lacko Viduli (eds.), *Traumata der Transition. Erfahrung und Reflexion des jugoslawischen Zerfalls*. Tübingen: Narr/Francke/ Attempto Verlag, 91-116.

Submitted: 15-01-2016
Accepted: 13-05-2016

Cardina, Miguel – Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial
Configurações, vol. 17, 2016, pp. 31-42

Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial*

MIGUEL CARDINA**
CES, Universidade de Coimbra

Resumo
O artigo toma como base empírica um conjunto de discursos proferidos recentemente em momentos comemorativos pelo Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva. Analisam-se as imagens do passado colonial aí presentes e de que forma elas se conectam com uma certa "memória amnésica" que valoriza a nação a partir da singularidade das "Descobertas", da especificidade da presença portuguesa no mundo e dos legados de fraternidade deixados nas antigas colónias. Deste modo, procura-se contribuir para a reflexão sobre o papel do discurso e da autoridade política na difusão de representações seletivas do passado e sobre as dinâmicas entre memória, poder e silenciamentos.

Palavras-chave: memória, nação, passado colonial, poder.

Abstract
Amnesic Memories? Nation, political discourse and representations of the colonial past
This article explores a set of recent speeches delivered at commemorative events by the President of the Portuguese Republic, Aníbal Cavaco Silva. Images of the colonial past are analyzed, showing how they are connected with a certain "amnesic memory" that values the nation from the perspective of the uniqueness of the "Discoveries", the specificity of the Portuguese presence in the world and the legacies left in the former colonies. Thus, it seeks to contribute to an understanding of the role of political discourse and political authority in the dissemination of selective representations of the past, as well as to offer a reflection on the dynamics among memory, power and silencing.

Keywords: memory, nation, colonial past, power.

* Este texto foi desenvolvido no âmbito do projeto *Echoes: Historicizing Memories of the Colonial War*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (IF/00757/2013). Uma versão prévia foi apresentada no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos, decorrido em Coimbra, a 11 de setembro de 2014.
** Investigador no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Email: miguelcardina@ces.uc.pt.

Résumé
Mémoires amnésiques? Nation, discours politique et représentations du passé coloniale
Cet article prend comme base empirique un ensemble de discours dans les moments de célébration, faites récemment par le Président de la République Portugaise, Aníbal Cavaco Silva. Les images du passé coloniale sont analysées, montrant comment ils se connectent avec une certaine «mémoire amnésique» qui valorise la nation des «découvertes», la spécificité de la présence portugaise dans le monde et l'héritage laissé dans les anciennes colonies. Ainsi, il vise à contribuer à l'examen du rôle du discours politique et l'autorité politique dans la diffusion de représentations sélective du passé et à la réflexion sur la dynamique entre mémoire, pouvoir et silences.

Mots-clés: mémoire, nation, passé coloniale, pouvoir.

Introdução

O presente artigo faz parte de uma reflexão sobre o conteúdo e a forma como em Portugal se têm construído imagens do colonial que, ao mesmo tempo que enaltecem a nação a partir da singularidade das "Descobertas" e da especificidade da "presença portuguesa no mundo", produzem reconfigurações semânticas e desvios interpretativos que rasuram a natureza do colonial como colonial. Tomando como objeto de análise um conjunto de discursos proferidos entre 2006 e 2014 por Aníbal Cavaco Silva, então Presidente da República Portuguesa, procura-se observar de que modo aquelas representações têm persistido no período democrático e pós-imperial. Em sentido mais amplo, o texto visa contribuir para a reflexão sobre o papel da autoridade política na difusão de certas representações seletivas do passado e para a problematização das dinâmicas entre memória, poder e silenciamentos.

1. Memória, poder e silenciamentos

Importa notar que a reflexão sobre a natureza da memória social e sobre os seus usos políticos ganhou, nas últimas décadas, um lugar crescente nos centros de produção intelectual. É verdade que os trabalhos pioneiros de Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX, haviam aberto já o caminho para a reflexão sobre a "memória coletiva" e o modo como ela é produzida na interação social (Halbwachs, 1994; 1997). Todavia – e como assinalou o historiador Enzo Traverso – nas décadas de 1960 e 1970 o conceito estava ainda longe de possuir a relevância que veio posteriormente a adquirir no campo das ciências sociais e das humanidades (Traverso, 2007).

Foi sobretudo a partir de meados da década de 1980 que o campo interdisciplinar dos "estudos da memória" se viria a consolidar, quer por via da reflexão sobre o fenómeno do Holocausto e das "memórias traumáticas", quer pela atenção dada à relação entre identidade nacional e materializações da

memória, sedimentada numa série de trabalhos que seguiram no encalço de conceitos como o de "lugares de memória", inicialmente avançado por Pierre Nora (1984; 1986; 1992). Ao mesmo tempo, os impactos do *cultural turn* na reflexão historiográfica complexificaram as relações entre história e memória e transformaram esta última, não só em fonte histórica, mas também em objeto de estudo[1]. A emergência do que alguns consideram um verdadeiro "*boom* da memória" deu-se assim num quadro marcado por processos de (re)construção nacional, por uma maior sensibilidade relativamente aos legados de guerras, genocídios e crimes contra a humanidade e, por fim, pelas mudanças tecnológicas que permitiram uma crescente e mais plural difusão de leituras do passado.

Se é certo que a memória das vítimas, particularmente as que resultaram do Holocausto, concitou uma particular atenção num primeiro momento, os estudos da memória ampliaram posteriormente os seus temas e assistiu-se à proliferação de novas ferramentas conceptuais. Michael Rothberg avançou com a proposta de se ativar uma "memória multidirecional" que articule diferentes passados (por exemplo, a memória do Holocausto e a memória da escravatura e do colonialismo) a partir de uma perspetiva "não competitiva", ou seja, que resista ao ímpeto de considerar as diferentes memórias num espaço público onde a sua possibilidade de inscrição seria escassa e, portanto, sempre determinada por uma lógica concorrencial. A noção de "memória multidirecional" permitiria assim colocar em contraste produtivo diferentes memórias com aspetos comuns, abrindo espaço para o diálogo e para a visibilização de experiências, processos e acontecimentos rasurados da memória pública (Rothberg, 2009).

Essa proposta deverá ter em conta, todavia, que o reconhecimento dos passados – e sobretudos dos passados de injustiça e sofrimento – depende do poder que os grupos sociais têm ou não para inscrever socialmente as suas narrativas e para desafiar as representações dominantes na sociedade. Com efeito, memória e esquecimento/silenciamento são construções forjadas na relação dialética com a ordem social e política vigente. Nesta medida, poder-se-ia mesmo dizer que todos os Estados, nações e comunidades possuem "políticas de memória", ou seja, mecanismos através dos quais se selecionam marcos históricos e se constituem narrativas, instituições e valorações que as dotam de conteúdo e sentido. E que as "políticas da memória", assim entendidas, não são indissociáveis das "políticas de silêncio", através das quais se constroem e ativam versões seletivas do ocorrido.

Na verdade, o silêncio não é um espaço em branco à espera de ser preenchido mas antes um "espaço socialmente construído no qual, e sobre o qual, sujeitos e palavras (…) não se expressam" (Winter, 2010: 4). Michel-Rolph

1 Essa dupla condição está bem patente nas transformações operadas na história oral justamente a partir de meados da década de 1980, transformando-se esta não apenas numa prática associada ao uso de testemunhos orais mas também num campo problematizador do tema da memória. Veja-se Cardina (2012), Portelli (2013) e Abrams (2014).

Trouillot mostrou de que forma o silêncio é inerente à produção historiográfica, manifestando-se no momento da criação das fontes, no processo de constituição de arquivos e na construção posterior de narrativas e significados históricos sobre os eventos (Trouillot, 1995: 26). Neste sentido, o silêncio pode resultar da incapacidade dos indivíduos gravarem a sua narrativa no espaço público (devido à proximidade temporal do evento, ao desconforto social causado pela narrativa, ou à falta de mecanismos sociais e discursivos para a tornar "audível"). Mas também, adicionalmente, como expressão de uma ordem hegemónica que oblitera determinadas experiências vividas, memórias partilhadas ou análises do passado.

Isso é válido também para a relação entre passado, poder e nação. Como nota Prasenjit Duara, a imagem das nações como *sujeitos da história* repousa numa certa ideia de intemporalidade: é pensando-as como unidades homogéneas, mais ou menos imperturbáveis à passagem do tempo, que as nações se postulam como entidades duradouras (Duara, 1998). Enquanto "comunidade imaginada" (Anderson, 1983), as nações alimentam-se de um feixe de representações e interpretações sobre o seu passado. Sedimentadas em diferentes escalas[2], essas imagens têm uma articulação particularmente poderosa e eficaz nas instâncias relacionadas com o Estado ou na produção discursiva dos seus representantes máximos.

2. Cinco tópicos

Efetivamente, a natureza dos discursos políticos passa mais pela reiteração de momentos simbólicos ou de narrativas fundacionais do que pela elaboração de argumentos historiográficos (Shenhav, 2008). O presente artigo observa-o partindo dos discursos proferidos, entre 2006 e 2014, pelo Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva[3], nas sessões solenes comemora-

2 Abordando o estudo das memórias de guerra no século XX, Timothy Ashplant, Graham Dawson e Michael Roper propõem uma "abordagem integrada", que considere a diferentes níveis, e de acordo com os diferentes casos, o papel e as articulações existentes entre indivíduos, sociedade civil e Estado na produção das memórias políticas. Cf. Ashplant, Dawson e Roper (2000).

3 Desde meados da década de 1980 que a figura de Aníbal Cavaco Silva se tornou central na história política portuguesa. Nascido em 1939 em Boliqueime, no Algarve, vem para Lisboa estudar em meados da década de 1950 e, entre 1962 e 1965, cumprirá o serviço militar, permanecendo em Lourenço Marques (atual Maputo). Inicia de seguida uma carreira como economista e académico. Em 1980 torna-se ministro das Finanças da Aliança Democrática (coligação de direita que englobava o Partido Social Democrata, o Centro Democrático Social e o Partido Popular Monárquico). Em Julho de 1985 chega à liderança do PSD e, pouco depois, torna-se Primeiro-Ministro, cargo que ocupará até 1995. É o período da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, de um conjunto de reformas liberalizadoras e, na sua fase final, de incremento da contestação social ao "cavaquismo". Após ter sido derrotado por Jorge Sampaio nas Presidenciais de 1996, Cavaco Silva candidata-se novamente em 2006, vencendo a contenda e permanecendo até 2016 em Belém. Apesar da sua proeminência no cenário político português nas últimas décadas, manteve quase sempre uma pose e um discurso na qual se autorrepresentava como "não-político", numa mobilização simultânea das figuras do "self made man", do "professor de Economia" e do "governante por obrigação moral".

tivas do 25 de Abril e do 10 de Junho. A primeira data evoca, como é sabido, o dia em que o Movimento das Forças Armadas (MFA) produziu o golpe que derrubou o Estado Novo. Desafiando a imagem de um povo resignado e de "brandos costumes", durante o chamado "biénio revolucionário" (1974-1976) abalou-se o aparelho repressivo proveniente da ditadura, questionou-se a estrutura da propriedade, ensaiaram-se novas formas de organização e expressão da vontade popular, conquistaram-se liberdades públicas e assistiram-se a processos de independência de antigas colónias africanas. Pela sua centralidade, o 25 de Abril tem sido um termómetro particularmente sensível às mutações que o país foi sofrendo nas últimas quatro décadas, sendo alvo de múltiplas, conflituantes e por vezes truncadas evocações (Loff, 2014).

As comemorações do 10 de Junho, por sua vez, têm uma história mais antiga: as suas origens remontam às celebrações republicanas do tricentenário de Camões, em 1880, e o dia seria depois transformado pela República em feriado municipal de Lisboa. Em 1933, com o advento do Estado Novo, viria a ser nomeado como "Dia da Raça", e recriado a partir de 1963 num aparatoso momento de glorificação pública do esforço de guerra conduzida em África. Com a queda da ditadura, a celebração seria interrompida. A data voltaria a ser festejada, agora renomeada como "Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas", a partir de 1977, decorrendo anualmente a cerimónia numa diferente cidade do país.

Enaltecendo o regime político e a Nação, ambos os feriados condensam momentos retóricos que manejam e deixam sugeridas certas interpretações da história nacional. Ao serem articulados pela instituição máxima da República, estes quadros históricos adquirem evidentemente um maior alcance político e simbólico. Pela sua natureza, estes são momentos performativos nos quais se pretende interferir no real político. Não são pois imunes às circunstâncias sociopolíticas em que ocorrem e às quais os discursos aludem. Cabe frisar, porém, que se é verdade que os discursos a observar não têm a reflexão sobre a história como objeto primordial, apesar disso se tece aí um vínculo entre contextos do passado e um presente político na qual a voz do Presidente busca reverberar e provocar efeito.

A análise dos dezasseis discursos em questão – oito proferidos no 25 de Abril, oito proferidos no 10 de Junho – permite identificar a presença de cinco tópicos fundamentais associados à temática colonial. O primeiro tópico reside na imaginação da colonização como tendo consistido essencialmente num "encontro de culturas". No discurso de 10 de Junho de 2008, afirma Cavaco Silva:

> Portugal não se limitou a andar pelo mundo e a conhecer vagamente outros povos com quem se defrontou ou negociou. Portugal entendeu-se e misturou-se realmente com os outros, criou raízes fora de casa, lançou as bases para novas nações e pontes para o diálogo internacional que hoje tanto reivindicamos.

Este breve excerto condensa três ideias fortes que parecem sugerir a benignidade do colonialismo português relativamente a outros colonialismos. Em primeiro lugar, vinca-se a diferença do seu cosmopolitismo ("não se limitou a andar pelo mundo" mas efetivamente "criou raízes fora de casa"). Em segundo lugar, define-se a relação histórica entre os portugueses e os povos colonizados à luz das noções de convívio e miscigenação ("Portugal entendeu-se e misturou-se realmente com os outros"). Por fim, indica-se, de forma algo imprecisa, que "as novas nações" resultaram das "bases" lançadas pelos portugueses. Trata-se, com efeito, de uma rasura do processo anticolonial que esteve na génese das nações africanas e de uma reconfiguração dos traços fundamentais do luso-tropicalismo, aspeto ao qual se voltará adiante.

O segundo tópico presente reside na evocação do excecionalismo da presença portuguesa no mundo. Essa inscrição específica na História seria produto do que, no mesmo discurso a 10 de Junho de 2008, se define como "universalismo português". É esse impulso que originou a "aventura que lançou os alicerces do mundo tal como ele se apresenta em nossos dias"[4]. O universalismo luso teria assim dado lugar a uma presença no mundo, não apenas singular, mas ainda hoje culturalmente viva, politicamente frutuosa e socialmente estimada nos territórios outrora sob administração portuguesa. Um sintoma evidente da adoção desta chave de leitura está, não só nas palavras que se escolhem dizer, mas também nas que estão omissas. Com efeito, termos como "colonialismo", "colonização", "racismo" ou "escravatura" não surgem grafados nos dezasseis discursos analisados.

Articulado com o segundo tópico, uma terceira linha de força baseia-se na identificação da língua, da cultura e do património como os produtos históricos daquela "vivência universalista" dos portugueses. O espaço da "lusofonia" aparece sugerido como a reconfiguração contemporânea de um lastro histórico de encontros com outros povos. Conceito ambíguo e complexo (Sousa, 2013), amplificada no quadro da construção da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), a eficácia da noção estaria – como salienta Michel Cahen – na ressonância que estabelece com um "imaginário colonial duradouro" que contribui para apagar "em uma única palavra realidades sociais extremamente diferentes e *status* sociais incomparáveis", revelando assim o lastro ainda operativo de um imaginário "sem o colonialismo como política" mas com a colonização enquanto fenómeno sociocultural persistente (Cahen, 2010).

Curiosamente, a palavra "lusofonia" surge apenas uma única vez, no discurso proferido a 25 de Abril de 2014. Isso não significa, porém, que se abdique de postular a existência de um espaço cultural comum a ex-colonizador e

4 Discurso do 10 de Junho de 2007. Aí se acrescenta: "a obra que os Portugueses realizaram não desapareceu, nem ficou perdida no tempo. Longe de ser apenas uma recordação nostálgica, essa obra permanece viva, quer em cada uma das muitas paragens onde constituímos comunidades, quer nessa rede global de contactos em que o planeta está hoje transformado."

ex-colonizados, tecido através da língua. A palavra "língua", com efeito, surge com muito mais frequência – quinze vezes nos discursos do 10 de Junho; sete vezes nos discursos do 25 de Abril – funcionando como o elemento que permite referenciar a existência de uma História partilhada. Como é dito a 10 de Junho de 2008, "o facto de nos entendermos na mesma língua e de partilharmos uma História que foi comum durante alguns séculos não é irrelevante". Frequentes são também as alusões ao valor artístico do património edificado e ao Mar, entendido simultaneamente como veículo central da grandeza passada e horizonte potenciador de um novo desenvolvimento para o país[5].

Um quarto tópico consiste em definir como europeu o Portugal que então empreendeu a aventura colonial. Como é dito em 2007, "foi Portugal quem primeiro levou a Europa ao encontro de outros povos, tornando assim real e concreto o universalismo que é timbre dos valores europeus". Na verdade, o feixe de palavras mais mencionadas nestes discursos são "Portugal" – "portugueses" – "portuguesas" – "português" (cerca de 400 vezes), logo seguido de "Europa" – "Europeu" – "Europeia" (cerca de 100 vezes). São várias as expressões que põem como ator da aventura colonial um "Portugal europeu" e, consequentemente, uma Europa entendida como farol do mundo. Em 2007, considera-se que Portugal foi "o rosto visível da civilização europeia nos quatro cantos do mundo". Em 2010 afirma-se que "difundimos por toda a parte a cultura de um continente ancestral, que durante muitos séculos vivera voltado sobre si mesmo".

A maioria das referências faz eco obviamente da atualidade política e da relevância da União Europeia na definição dos destinos do país, e que seria, como é sabido, acentuada com o incremento da dependência político-económica a seguir ao resgate da *troika*, em 2011. Com esse pano de fundo, as referências de teor histórico tendem a procurar demostrar o carácter ancestralmente europeu do país, tomando como natural a pertença, não só ao continente, como ao "projeto europeu". Ao mesmo tempo, buscam vincar uma especificidade cujo traço essencial, neste caso, estaria no espírito pioneiro com que "revelámos à Europa dois terços do planeta" (25/04/2010). Neste sentido, estes discursos revelam a vontade de combinar aquilo que Rita Ribeiro designou os dois polos fundamentais através dos quais se foi pensando a identidade nacional: a "vocação atlântica" e a "opção europeia" (Ribeiro, 2011: 93).

5 Na verdade, o Mar e a sua relação com a história do país tem lugar em praticamente todos os discursos do 10 de Junho. No Porto, em 2006, fala-se da "insatisfação colectiva que nos levou por mares tão longínquos". Em 2007, em Setúbal, menciona-se o facto de "conhecermos o mar como ninguém". Em 2008, em Viana do Castelo, evoca-se o "povo que se fez ao mar". Em 2009, em Santarém, refere-se a "aventura marítima". Em 2012, em Lisboa, recordam-se as "grandes epopeias náuticas de Quinhentos". O Mar sinaliza uma espécie de novo desígnio nacional que faria ecoar a ancestral simbiose com esse elemento: daí as referências ao "*cluster* do mar", à "aposta portuguesa no mar" e à "economia do mar" (2007). Esta leitura está em linha, aliás, com iniciativas como a campanha governamental "Portugal é Mar", lançada em 2014, e que teve uma das suas facetas na obrigatoriedade de afixação nas escolas de um mapa em que se mostrava um país que não era pequeno, se consideradas as suas adjacências marítimas.

Por fim, um quinto e último tópico remete para o silêncio sobre a guerra colonial – que é, no fundo, um silêncio sobre as razões do fim do Império e os antecedentes do 25 de Abril. Quando tem necessidade de mencionar o tema – como aconteceu em 2011 na "Cerimónia de Homenagem aos Combatentes da Guerra em África"[6] – Cavaco Silva usa as expressões "Guerra em África" ou mesmo "Guerra do Ultramar", a designação usada pelo Estado Novo para indicar a guerra que decorria – não nas "colónias", que o regime considerava não ter – mas nas "províncias ultramarinas"[7]. Efetivamente, a expressão "guerra colonial" não surge nos discursos observados, e o próprio termo "guerra", sem outro qualificativo apenso, aparece uma única vez, no discurso de 25 de Abril de 2010, fazendo-se aí menção abstrata a um tempo histórico em que "caía um regime cansado de guerra".

A queda do regime é assim interpretada essencialmente à luz dos direitos cívicos coartados e da evocação da ação do MFA, omitindo-se o papel da guerra colonial na gestação do movimento e o lugar dos movimentos de libertação africanos no desgaste decisivo da ditadura. Desta forma, a leitura do 25 de Abril veiculada por Cavaco Silva é composta por dois cortes: um primeiro corte, entre o "regime autoritário" (expressão usada quatro vezes, em detrimento de Estado Novo ou "fascismo") e a democracia; e um segundo corte, entre a democracia e as ameaças à sua consolidação, identificadas nas movimentações políticas e sociais empreendidas nos momentos mais quentes da revolução. Desta forma, rasura-se a importância do processo revolucionário, entendendo-se a consolidação da democracia como resultado da derrota da revolução e não como um produto histórico originado por um compromisso em que se conteve a revolução mas dela se recolheram traços e conquistas substanciais (Rosas, 2014).[8]

3. Um neo-luso-tropicalismo?

Estes cinco tópicos apontam para a persistência de um imaginário de traços coloniais, de timbre luso-tropicalizante[9], num espaço-tempo pós-colonial. Nestes discursos, a questão colonial é pois deslocada através de um mecanismo

6 Silva (2011/2012: 49-51). Nos discursos militares do 10 de Junho, a menção à guerra colonial aparece por duas vezes, sempre designada como "guerra em África".

7 Expressão introduzida com a revisão constitucional de 1951, e suscitada pelos ventos descolonizadores provenientes do pós 2.ª guerra mundial.

8 Essa valorização da democracia *apesar* do processo revolucionário está presente em excertos como este: "Em 1974, foi necessário fazer uma revolução para mudar de regime. Mas, depois, foi necessário construir um regime novo, um regime democrático. (...) O regime democrático encontra-se atualmente consolidado porque o bom senso prevaleceu sobre o aventureirismo, porque o sentido de responsabilidade foi mais forte que as tentações extremistas." (25 de Abril de 2012).

9 Elaborado por Gilberto Freyre, o luso-tropicalismo teve, como é sabido, receção significativa em Portugal, sobretudo a partir de meados da década de 1950, quando veio substituir as teses de matriz mais claramente racistas, usadas para sustentar a legitimidade do que, do Acto Colonial de 1930 em diante, vinha sendo designado como "Império Colonial Português" (Castelo, 1999). Apontando a capacidade inata dos portugueses em se miscigenar e interpenetrar culturalmente, o luso-tropicalismo teve incorporação nas elites do regime mas também expressão visível diversificada na cultura de massas

que omite os processos históricos ligados ao racismo, à escravatura e à dominação económica e cultural e que, em alternativa, realça o papel da língua, do património e do Mar como componentes diferenciadoras da experiência colonial portuguesa. Assim se reciclam, deste modo, um conjunto de tópicos sobre os "Descobrimentos" e a singularidade do "modo português de estar no mundo" (Castelo, 1999), com recurso a uma nova linguagem e conferindo primazia a aspetos como a tónica na ideia de um "Portugal europeu" como agente do processo de expansão colonial. Se estas interpretações revelam uma dada leitura da História – e dos seus usos no presente – elas dão conta também da dificuldade em evocar a dimensão violenta do colonialismo e a forma traumática como se encerrou o ciclo do Império[10].

Miguel Vale de Almeida usa o conceito de "luso-tropicalismo genérico" para identificar a presença reconfigurada desse imaginário de miscigenação e tolerância no contexto pós-ditatorial, sob a égide contemporânea da "lusofonia", e num quadro em que este mencionado "luso-tropicalismo genérico" revela permanências múltiplas, "como inclinação, como interpretação de senso comum e por vezes como representação oficial"[11]. Como nos recorda Eduardo Lourenço, Portugal é o lugar "da mais espectacular boa consciência colonial que a História regista", baseado no esquecimento ativo de que "o seu império era fruto da colonização, isto é, do encontro com outrem sob uma forma que não exclui, nem excluiu, a violência" (Lourenço, 2014: 137). A natureza do colonialismo como "nosso impensado" repousaria justamente na incapacidade para se assumir a sua natureza histórica do colonialismo e os legados que ele deixou após se ter dissipado como realidade política.

De acordo com Manuel Loff, num estudo sobre a memória da ditadura e da revolução no Portugal democrático, as últimas décadas assistiram em Portugal à consolidação de leituras sobre o colonialismo e a guerra colonial simultaneamente antagónicas e comunicantes. Por um lado, manteve-se no essencial a perceção de que o 25 de Abril de 1974 consistira numa rutura socialmente benéfica para a larga maioria da população, o que colocava a ditadura e a guerra como uma espécie de contraponto negativo que a Revolução dos Cravos havia suplantado. Por outro lado, uma certa memória valorizadora da "África perdida", articulada com a ideia de uma descolonização atabalhoada e profundamente lesiva,

durante os anos finais da ditadura (Cardão, 2015), o que na verdade ajudará a explicar a presença desses postulados no Portugal democrático e pós-imperial.

10 Em 2008, numa visita oficial a Moçambique, perguntado sobre se não teria chegado a hora de Portugal reconhecer publicamente a existência de massacres como o de Wiriamu e de pedir desculpas por isso, Aníbal Cavaco Silva respondeu afirmando que não se deve "ficar sempre a olhar para o passado". Ana Sá Lopes (2008), "O antigo alferes não pede desculpas por Wiriamu", *Diário de Notícias*, 25 de Março de 2008.

11 Almeida (2000: 182). Vale de Almeida nota que o luso-tropicalismo "ganhou o estatuto de facto social cujos contornos deveriam ser estudados", o que implicaria considerar "certas factualidades históricas e sociais que estiveram na origem do luso-tropicalismo" mas também analisar criticamente os processos que lhe conferem resiliência e lhe permitem manter-se operativo.

criou o pano de fundo para a proliferação de imagens nostálgicas que tendem a omitir o papel da violência colonial. Como refere a este respeito, "ao mesmo tempo que se percebera que a guerra fora um instrumento inaceitável de bloqueio do direito à autodeterminação dos africanos, uma parte provavelmente maioritária da sociedade não achava, como parece ainda hoje ser o caso, que a dominação colonial fora igualmente inaceitável" (Loff, 2014: 56).

Luciana de Castro Soutelo descortinou o reforço de uma leitura política conservadora relativamente ao 25 de Abril à memória do antifascismo em meados da década de 1980, matizando-se crescentemente a valorização do 25 de Abril com a observação do período revolucionário como tendo sido uma espécie de 'desvario' corrigido pelo 25 de Novembro de 1975 (Soutelo, 2009). Em sentido semelhante, Carlos Maurício examinou sondagens de opinião, publicadas entre 1973 e 2004, a partir das quais seria possível cotejar a evolução da opinião pública relativamente à guerra, ao Império e à descolonização. Faz notar que "após um período de relativa amnésia e de recusa de debate público, o 20.º aniversário do 25 de Abril permitiu uma alteração no modo como a opinião pública encarava a guerra colonial e a descolonização", com a expressão crescente de uma "visão revisionista do colonialismo e muito crítica da descolonização" (Maurício, 2011: 291).

Estas perceções têm nas instâncias políticas, nos média, mas também na escola espaços particularmente significativos de articulação. Analisando as representações do processo colonial entre estudantes portugueses e moçambicanos, Rosa Cabecinhas e João Feijó notaram divergências entre os dois grupos. Se os estudantes portugueses tenderam a focar nos "Descobrimentos" e na narrativa do "encontro cultural", os estudantes moçambicanos destacaram mais a conquista de independência e os efeitos nefastos da colonização (Cabecinhas e Feijó, 2013). Como também foi demonstrado recentemente, os manuais escolares em Portugal comportam ainda modos eurocêntricos de pensar o passado colonial, que resultam numa naturalização do colonialismo e numa "presença ausente do racial", ou seja, numa despolitização do racismo na contemporaneidade (Araújo e Maeso, 2013). Estes exemplos ajudam a perceber a eficácia política de um colonialismo ilibado da sua natureza e estatuto.

Nota conclusiva

O discurso governativo e institucional é modelado em função das convicções, dos contextos e da personalidade dos atores envolvidos. Bastará pensar-se na diferença entre Aníbal Cavaco Silva e dois outros ocupantes do cargo (Mário Soares e Jorge Sampaio) ou até com o atual inquilino de Belém, Marcelo Rebelo de Sousa, oriundo da sua área política, para que esta sugestão ganhe alguma evidência. No entanto, importaria perceber em que medida certos tópicos, como os que este artigo explora, são alvo de representações substancialmente

diferenciadas ou apenas objeto de modelações retórico-discursivas nos diferentes ocupantes do cargo. Deixaremos para uma ocasião futura essa análise diacrónica dos discursos presidenciais.

No caso em apreço, tomou-se como hipótese que as narrativas sobre o colonial expressas por Aníbal Cavaco Silva, estando em linha com o pensamento do cidadão que as profere e resultando de estratégias própria do discurso político, podem igualmente ser tomadas como uma espécie de memória pública dominante, justamente porque a sua eficácia assenta na perceção de que essas versões sobre a nação e sobre os legados coloniais fazem parte de um senso comum enraizado. Ou seja, de um conjunto de considerações sobre o passado do qual faz parte a ideia da singularidade da experiência colonial portuguesa e do lastro histórico que deixou. Desta forma se tem contribuído para promover a ideia de um colonial extirpado da sua dimensão histórica de dominação. Ao mesmo tempo, e situado na periferia de uma União Europeia em crise, nestes discursos o estatuto europeu do país é aditivado a partir de um passado imperial que se dá a ver como parte da sua identidade. E, como nos diz Boaventura de Sousa Santos, "destinos nacionais" e "horóscopos coletivos" são sempre "expressão de um défice de presente que projeta num futuro excessivo o excesso de passado" (Santos, 1996: 65).

Referências

ABRAMS, Lynn (2014), "Memory as both source and subject of study", in Stefan Berger e Bill Niven (ed.), *Writing the History of Memory*. Londres: Bloomsbury, 89-109.

ANDERSON, Benedict (1983), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez (2013), "A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, "Portugal" e (pós-)colonialismo". *Educar em Revista*, 47: 145-171.

ASHPLANT, Timothy; DAWSON, Graham; ROPER, Michael (org.) (2000), *Commemorating War: The Politics of Memory*. New York: Routledge.

DUARA, Prasenjit (1998), "The Regime of Authenticity: Timelessness, Gender, and National History in Modern China". *History and Theory*, 37 (3): 287-308.

CABECINHAS, Rosa e FEIJÓ, João (2013), "Representações sociais do processo colonial – perspetivas cruzadas entre estudantes moçambicanos e portugueses". *Configurações*, 12: 117-139.

CAHEN, Michel (2010), "Lusitanidade e lusofonia. Considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas". *Plural Pluriel. Revue des Cultures de langue portugaise*, 7 (online): URL: www.pluralpluriel.org.

CARDINA, Miguel (2012), "História Oral – caminhos, problemas e potencialidades", in Paula Godinho (org.), *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa: Colibri, 27-43.

CARDÃO, Marcos (2015), "Allegories of exceptionalism: Lusotropicalism in mass culture (1960– 74)". *Portuguese Journal of Social Sciences*, 14 (3): 257-273.

CASTELO, Cláudia (1999), *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.

HALBWACHS, Maurice (1994) *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel [1.ª ed. 1925].

HALBWACHS, Maurice (1997), *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel [1.ª ed. 1950].

LOFF, Manuel (2014), "Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)", in Manuel Loff, Luciana Soutelo (retirar vírgula) e Filipe Piedade (Coord.), *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*. Coimbra: Almedina, 23-144.

LOURENÇO, Eduardo (2014), *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa, Gradiva, 149-170.

MAURÍCIO, Carlos (2011), "A Guerra Colonial e a Descolonização vistas pelas Sondagens de Opinião (1973-2004)". *Nação e Defesa*, 130: 267-295.

NORA, Pierre (1984-1986-1992), *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard. 3 vols.

PORTELLI, Alessandro (2013*), A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Organização de Miguel Cardina e Bruno Cordovil. Lisboa: UNIPOP.

RIBEIRO, Rita (2011), "A Europa em Portugal: uma cartografia das distâncias", in Maria de Fátima Amante (coord.), *Identidade Nacional entre o Discurso e a Prática*. Porto: CEPESE / Fronteira do Caos, 91-102.

ROTHBERG, Michael (2009), *Multidirectional Memory. Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1996), "Onze Teses por Ocasião de mais uma Descoberta de Portugal", in *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento, 49-67, 6.ª edição.

SHENHAV, Shaul R. (2008), "Showing and telling in parliamentary discourse: the case of repeated interjections to rabin's speeches in Israeli parliament". *Discourse and Society*, 19: 23-255.

SILVA, Aníbal Cavaco (2011/2012), *Roteiros VI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

SILVA, Aníbal Cavaco, Discursos proferidos entre 2006 e 2015 nas sessões solenes do 25 de Abril e nas comemorações civis do 10 de Junho. Consultados na página oficial da Presidência da República: http://www.presidencia.pt/

SOUSA, Victor de (2013), "O difícil percurso da lusofonia pelos trilhos da 'portugalidade'". *Configurações*, n.º 12: 89-104.

SOUTELO, Luciana de Castro (2009), A *Memória do 25 de Abril nos Anos do Cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

TRAVERSO, Enzo (2007), *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, politica*. Madrid e Barcelona: Marcial Pons.

TROUILLOT, Michel-Rolph (1995), *Silencing the Past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press.

WINTER, Jay (2010), 'Thinking about silence', in Efrat Ben-Ze'ev, Ruth Ginio, Jay Winter (org.), *Shadows of War. A Social History of Silence in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 3-31.

Submetido: 20-01-2016
Aceite: 17-06-2016

Khan, Sheila – As cores da investigação em Portugal: África, identidade e memória.
Configurações, vol. 17, 2016, pp. 43-56

As cores da investigação em Portugal: África, identidade e memória*

SHEILA KHAN**
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo Universidade do Minho

Resumo
O presente artigo pretende analisar o impacto social e cultural da investigação sobre o que tradicionalmente é denominado por Estudos Africanos. Paralelamente, este trabalho procura refletir sobre a maturidade dos estudos africanos no contexto português de investigação, tendo em conta que no ano de 2015 se celebraram os 40 anos de independência das muitas ex-colónias portuguesas com todo o seu património de memórias e (pós-)memórias intelectualmente partilhadas. Para além deste propósito, procura-se pensar o posicionamento do investigador no tempo e espaço de um paradigma que divide o pensamento científico entre Norte Global e Sul Global.

Palavras-chave: investigação, África, identidade, memória, Estudos Africanos.

Abstract
The complexion of research in Portugal: Africa, Identity and Memory
This article analyzes the social and cultural impact of research carried on within what is traditionally referred to as African studies. Moreover, this paper seeks to reflect on the maturity of African studies in the Portuguese context, given that in 2015 we have celebrated 40 years of independence of many former Portuguese colonies with all their heritage of memories and intellectually shared post-memories. Finally, we discuss the positioning of the researcher within the time and space of a paradigm that divides scientific thought between the Global North and Global South.

Keywords: research, Africa, identity, memory, African Studies.

* Este texto resulta de um projeto de pós-doutoramento sob o tema *O Conhecimento nas Relações 'Norte-Sul': O Contexto Societal e de Investigação em Portugal*, em realização no Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA.UMinho).
** Investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo Universidade do Minho. Email: sheilakhan31@gmail.com.

Résumé

Les couleurs de la recherche au Portugal : Afrique, identités et mémoire

Cet article analyse l'impact social et culturel de la recherche sur ce qu'on appelle traditionnellement les Études africaines. Ce texte vise une réflexion sur la maturité des études africaines dans le contexte portugais de la recherche, sachant qu'on a célébré en 2015 les 40 ans d'indépendance des nombreuses anciennes colonies, avec tout leur patrimoine de mémoire et de (post) mémoire intellectuellement partagés. Outre ce propos, nous avons cherché à réfléchir sur le positionnement du chercheur dans le temps et l'espace d'un paradigme qui divise la pensée scientifique entre le Nord Global et le Sud Global.

Mots-clés : recherche, Afrique, identité, mémoire, Études Africaines.

> Todavia, pelo menos uma outra questão se coloca: quão africanos são os chamados estudos africanos? Por exemplo, por história africana entende-se normalmente o discurso histórico *sobre* África e não necessariamente um discurso histórico proveniente de África ou produzido por africanos.
>
> Paulin J. Hountondji, 2008: 149

1. Introdução

Este ano várias das ex-colónias portuguesas atingiram a maturidade histórica de quarenta anos de independência política face ao longo regime colonial e imperial português. As celebrações em torno dos vários países de maioridade política já alcançada foram abundantes quer ao nível político e diplomático, quer ao nível intelectual e as atividades organizadas à volta desta profunda relação histórica e humana entre Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe são um testemunho dessa relação. As embaixadas destes países africanos de língua portuguesa dedicaram-se a organizar com cuidado e gosto pelas 'cores' das suas bandeiras independentes vários eventos, evocando e reivindicando para todos os seus cidadãos nacionais no país e na diáspora a força e o orgulho associados às suas independências. As universidades portuguesas expressaram com a organização de conferências, seminários, congressos nacionais e internacionais este momento de exaltação histórica, mas também quiseram ir mais longe fazendo destes encontros um momento de um balanço reflexivo sobre o passado e suas mutações para dentro deste presente conturbado não apenas em alguns destes países africanos mas na sua relação com o mundo global. Embora a energia das comemorações académicas se tenha concentrado mais na capital do país, Lisboa, e no Porto, importa realçar que outros pontos do país quiseram acompanhar estas datas comemorativas e pensar não somente a Europa no mundo, mas África

no mundo no espaço de um tempo em crise e com novas mutações identitárias e geopolíticas[1].

Tudo parece normal e quase comum pela partilha longa e inevitável que, aparentemente, temos construído com estes países e com as gentes destes países. Na verdade, os patrimónios de influência portuguesa no mundo não se podem descartar nem sequer ignorar (Ribeiro e Rosa, 2015). Contudo, grande estupefação surge quando no ano de 2015 temos uma nova e inédita ministra da Justiça. A questão não é a ministra ser mulher, a grande surpresa é que esta ministra é uma mulher negra! Francisca Van Dunem, e como alguns alcunham como luso-angolana, é negra, e rompe pela primeira vez com o racismo graciosamente chamado de subtil e rompe-o de uma forma grupal, porque o nosso primeiro-ministro António Costa é de origem goesa e um dos secretários de Estado, Carlos Miguel, deste nosso governo atual é neto de ciganos. Finalmente, um governo étnico e multicultural, dizem as vozes mais otimistas!

Mas a estupefação não termina aqui, alcança algo que me parece relevante e surpreendente e que Bárbara Reis, jornalista e diretora do Jornal *Público*, explora bem no seu artigo "De que cor é esta ministra?", ao alertar para o seguinte:

> Não vale a pena fazer uma festa. Nem António Costa, nem Francisca Van Dunem, nem Carlos Miguel são a prova de que somos um país cosmopolita e multicultural, onde as minorias étnicas vivem integradas e com igual acesso à educação e ao mercado de trabalho.
>
> Mas o extremo oposto é igualmente ridículo. Não faz sentido fazer de conta que não reparámos que Van Dunem é negra. Não notar que a ministra é negra seria o mesmo que dizer que em Portugal estamos tão habituados a ver negros em cargos de poder que já nem reparamos. E isso não é verdade. Todos notámos. (Reis, *Público*, 29-11-2015)

Parece-me importante colocar o dedo na ferida e partir para o propósito deste artigo que é criticamente pensar na inexistência de uma tradição de estudos sobre grupos étnicos e grupos africanos em Portugal quando temos um percurso longo de relações coloniais e pós-coloniais com as pessoas que vieram do antigo Ultramar e, acima de tudo, na ausência de uma investigação-ação que possa promover um impacto palpável e visível da investigação no espaço e vida destas pessoas.

1 Realço a organização de uma conferência internacional organizada na Universidade do Minho, *A Europa no Mundo, o Mundo na Europa. Crise e Identidade* (18 e 19 de Junho, 2015), organizado por Sheila Khan (CICS.NOVA.UMinho), Rita Ribeiro (CECS, Universidade do Minho) e Vítor Sousa (CECS, Universidade do Minho), e que contou com a presença de colegas da Guiné-Bissau e, nomeadamente, com a presença da RDP-África e colaboradores do programa Debate Africano.

2. Estudos Africanos : África, memória e identidade

Nos últimos anos coloca-se nos estudos coloniais e pós-coloniais de língua portuguesa a ênfase na memória das experiências daqueles que vieram do antigo Ultramar. Se os estudos literários empurraram para a luz do dia, ficcionalmente, os sentidos de vida e de identidade dos percursos daqueles que viveram África e que de lá saíram de uma forma voluntária ou involuntária (Cardoso, 2011), outras experiências autobiográficas também ajudam a descascar a ideia mítica de um colonialismo simpático e luso-tropical (Figueiredo, 2015; Vieira, 2015). Não obstante os contributos de natureza literária e culturalista, e sem esquecer os contextos políticos e relações diplomáticas vigentes entre o país ex-colonizador e os países ex-colonizados, a tradição de estudos sobre grupos étnicos ou grupos africanos está longe de assumir o estatuto de maioridade em termos de investigação. Não desmerecendo trabalhos de investigação sobre africanos e mesmo etnias ciganas por sociólogos, antropólogos, historiadores e psicólogos sociais, a investigação limita-se muito a um diálogo entre e para os pares. Sendo certo que esta crítica não almeja desmerecer nenhum trabalho em específico, muitas vezes embalamo-nos numa linguagem fechada, armadilhada e rodeados de instrumentos que a normalidade das pessoas desconhece ou não entende. Diria até que, apesar da seriedade dos estudos realizados, a falta de realidade etnográfica está às vezes ausente. Num artigo de Jorge Vala e Marcus Lima sobre diferenciação cultural e racismo em Portugal entre grupos 'brancos' e africanos os autores dizem:

> No estudo realizado em Portugal mostra-se que a perceção de diferenças culturais não é uma descrição neutra de diferenças, mas uma avaliação negativa da diferença, e que, quanto maior é a diferença percebida entre brancos e negros, maior é a orientação para a discriminação dos negros nas políticas sociais e para a restrição dos direitos sociais e de cidadania política dos imigrantes negros. (Vala e Lima, 2002: 182)

Lendo com atenção este pequeno excerto do artigo em análise, as perguntas que logo saltam são: de quem estamos a falar? Que negros são estes? E que tipo de negros queremos nós que sejam os nossos sujeitos que possam validar as nossas teorias e metodologias? Portugal é um país de gerações de africanos que muito pouco têm já do que poderíamos chamar de africanidade. Em segundo lugar, ao colocarmos sempre a ênfase de que somos um país pós-colonial, multicultural e com pendor para um Norte Global, temos a tentação de esmagar aquilo que é nosso, que é incontornavelmente endógeno, porque estes 'negros' são nossos vizinhos, são nossos colegas de trabalho, formados e civilizados de acordo com uma cultura de timbre ocidental. Em terceiro lugar, o pós-colonial português não pode apagar da sua historicidade a cadeia de diferenças culturais de que somos feitos e de que resultou de uma certa forma a manutenção e a sobrevivência do colonialismo ultramarino.

Certamente que o racismo está entre nós e não é, como advogam alguns estudiosos, um racismo subtil (Vala, 1999), é um racismo hibernado em tempos passados, é um racismo de memória (Henriques, 2015, 2016) e, acima de tudo, é um racismo identitário porque temos a tendência de cotejar as nossas experiências e o modo como criámos as nossas narrativas de uma forma hierárquica com outros que percecionamos como inferiores e menos civilizados do que o 'nós'. A herança colonial e pós-colonial portuguesa não se descola assim tão facilmente seja daqueles que vivem no mundo dos comuns dos mortais, seja daqueles que trabalham e operam no mundo das ideias e das teorias. Na verdade, investigação mais recente indica a existência de dois mundos: por um lado, um pós-colonialismo do quotidiano e, por outro lado, um pós-colonialismo de reflexão, mais académico (Khan, 2015).

O mundo do pensamento académico pode ter a vantagem de pensar por meio de ferramentas mais sustentáveis que nos permitem averiguar e auscultar com maior segurança as nossas realidades sociais, mas nada é mais humano do que sermos capazes de estar e viver no lugar do Outro, daqueles que sem os nossos recursos conseguem também pensar e construir a sua visão do mundo. De facto, nós precisamos como investigadores desse manancial que ultrapassa a nossa forma de ser e de estar, que não faz parte da nossa formação cultural e intelectual, que não usa a mesma linguagem e os mesmos utensílios sociais para conseguirmos os nossos objetivos: investigar, analisar, escrever artigos, publicar artigos para encaixilharmos nos nossos currículos as metas atingidas, na maioria das vezes, de acordo com agendas de financiamento austeras, pouco tolerantes e implacáveis no que toca o tempo de reflexão e de seleção de dados para a realização de um trabalho de investigação sólido, comprometido com a realidade e com impacto nessa mesma realidade de que fazem parte muitos dos dados usados para a concretização destes objetivos.

Como investigadores permanecemos arreigados aos nossos universos culturais perdendo de vista o conhecimento local, idiossincrático dos grupos humanos que estudamos. Durante este ano encontra-se a decorrer uma exposição com múltiplas formas de expressão artísticas onde se inclui a arte, a literatura, a história, a antropologia e a política em torno dos 40 anos do movimento de retorno das ex-colónias portuguesas: *Retornar – Traços de Memória*. Comissariada pela antropóloga Elsa Peralta, este trabalho vale pela sua relação histórica e cronológica com os 40 anos da independência das ex-colónias portuguesas. No entanto, a questão que como investigadora eu gostaria de colocar é a seguinte: para quem está destinada esta exposição? Certamente que é tempo de se abrirem as comportas da memória histórica e pública deste país, que é de uma enorme importância a partilha de testemunhos e, com sorte, teremos ainda vivas muitas das pessoas que sentiram na pele todo o processo do retorno, embora, para muitas dessas pessoas, é importante dizê-lo, este movimento não significou o retornar a um lugar mas, pelo contrário, representou

com alguma amargura e sentido de exílio chegar a um lugar desconhecido e inóspito (Figueiredo, 2015; Cardoso, 2011; Gomes, 2011;Khan, 2006). Ao mesmo tempo, este esforço vale a possibilidade de dar às novas gerações o sentido de história e de conhecimento sobre o passado dos seus familiares e o seu e o presente em que vivem. Mas, mantenho-me colada à minha pergunta: quem são os protagonistas desta exposição? De acordo com o site onde se encontra delineada o *corpus* desta exposição, os convidados para dialogar-se à volta do retorno são: escritores, ensaístas e académicos. Então, onde ficam as pessoas que retornaram? Não é importante escutá-las em primeira mão? Não é relevante para a memória histórica de um país dar a conhecer-se as suas histórias menos oficiais mas não menos importantes para a sua própria historicidade? Por que não a criação de mesas-redondas, de encontros com essas pessoas? Onde está a importância da memória e da pós-memória de uma maneira mais ampla, mais acessível e menos elitista? Estamos preparados para escutar e estudar o Outro, quando o Outro também somos nós? Para que servem estas celebrações das independências africanas quando estamos surpreendidos com o facto de termos uma ministra negra, um primeiro-ministro goês e um secretário de Estado de origem cigana? Em que medida a investigação teve e tem um papel para esclarecer as pessoas, relativizar as suas memórias e as suas crenças de que o Outro é tão semelhante, porque esteve connosco durante todo o caminho que foi a construção, a manutenção e desmantelamento do império?

Não se esgotaram as perguntas, mas acredito que são já um número suficiente para percebemos que as ausências não são apenas construídas ou mantidas por circunstâncias sociais, políticas e económicas. Como investigadores temos o dever e a responsabilidade social de recusar estas ausências, de minorar distâncias entre o sujeito que investiga e o objeto ou o sujeito que são avaliados; de democratizar a memória de uns e de outros e aproximá-las num tempo de um diálogo, de uma partilha onde não existam espaços de antenas mais ou menos privilegiados, que existam espaços humanos de escuta e de reflexão coletiva. Nesta perspetiva concordo com o ensaísta e investigador António Pinto Ribeiro que numa crónica intitulada "*Retornados, refugiados, deslocados e colonialismo português*" e sobre o conjunto de iniciativas sobre as memórias dos muitos retornos, observa que:

> Abordar a questão dos retornados só depois de terem passado 40 anos sobre o acontecimento pode parecer estranho, não fora o caso de esta questão estar associada a uma outra sobre a qual se produziu uma amnésia que se teima em não tratar. Trata-se do colonialismo português. Não é possível abordar seriamente a questão dos retornados enquanto não se realizar um livro negro do colonialismo como o fizeram outros países ex-colonizadores e, em consequência disso, não se tratar do tema – que é um problema da História mas também da Literatura e dos Estudos Culturais – e não se produzirem narrativas disseminadas e acolhidas pelo sistema de aprendizagem escolar e de formação dos cidadãos. Na criação das

> narrativas sobre o colonialismo e suas consequências, cujo problema histórico é o retorno maciço das ex-colónias, é crucial contrapor as narrativas quer dos ex--colonizados, quer dos cidadãos residentes em Portugal, que foram os anfitriões dos retornados, quer ainda, e necessariamente, dos cidadãos das ex-colónias que assistiram à partida desses mesmos retornados. (Ribeiro, 2015: 28)

Concordo com os dois argumentos aduzidos no excerto apresentado: por um lado, a importância de estas narrativas serem acolhidas e transmitidas pelo sistema de aprendizagem escolar, nomeadamente, pelos manuais escolares (Araújo e Maeso, 2010, 2011, 2013, 2015; Cabecinhas e Feijó, 2010, 2013); e, por outro lado, a relevância de contrapor narrativas seja dos retornados, seja daqueles que também vieram no tempo do processo do retorno, os africanos ex-colonizados (Khan, 2015). O perigo de uma só narrativa que tudo explica e tudo abarca permanece em muitos momentos no modo até como pensámos e investigamos o retorno desses Outros que fomos catalogando como retornados, e uma narrativa que continua por estudar; é que não existem como o nome da exposição informa '*Traços de memória*', existem muitos traços de memórias algumas por explorar, outras ainda silenciosas e muitas mais por descobrir. Como observa o historiador Alon Confino a memória histórica de uma sociedade incorpora dinâmicas muito próprias e que expressam muita da maturidade, partilha e relações de poder e de autorrepresentação dessa sociedade e dos seus grupos sociais, no sentido em que:

> (...) in the history of memory is not how a past is represented but why it was received or rejected. For every society sets up images of the past. Yet to make a difference in a society, i tis not enough for a certain past to be selected. It must steer emotions, motivate people to act, be received; in short, it must become a socio-cultural mode of action. Why is it that some pasts triumph while others fail? Why do people prefer one image of the past over another? (Confino, 1997: 1390)

Esta questão relacionada com a hierarquização das memórias é complexa e levanta reflexões não só de cariz político e ideológico; urge também pensar em que medida a investigação, em todo o seu processo de seleção dos seus objetos de estudo, no uso de certas teorias em detrimento de outras e na aplicação de determinadas metodologias, não está também permeável a este tabuleiro de relações de poder que têm indubitavelmente influência na forma como fazemos investigação e as metas que idealizamos. Tem sido quase comum atribuir um *mea culpa* às pressões de financiamento e aos condicionamentos que esta manipulação traz para a escolha de um projeto de investigação e ao modo como devemos apresentá-lo. Mas, não é espúrio e parece-me um estudo a ser feito que os investigadores também são portadores de uma determinada memória histórica e coletiva onde foram educados, formados e formatados de acordo com uma ritualização social, cultural e intelectual. Na minha opinião,

descurar esta influência sobre os nossos percursos de investigação pode conduzir-nos a uma grande ingenuidade face ao modo como nos relacionamos com os nossos trabalhos, com as nossas investigações e como conduzimos essas mesmas investigações. Os investigadores não são apenas aquilo que investigam e como investigam, os investigadores como seres humanos e cidadãos adaptam-se às circunstâncias, aos condicionamentos e de uma certa maneira a uma determinada postura cultural que teoricamente defendem nas suas reflexões, ensaios, palestras, mas que na vida prática não se coaduna como o *modus vivendi* de cada um. Isto significa dizer que, embora o interesse em estudar os grupos étnicos ou grupos africanos assuma já uma presença incontestável nas nossas universidades e carreiras universitárias, o cariz de uma tradição e de um compromisso entre realidade e estudo está longe de ser verdade e uma conquista no contexto de investigação português.

Parafraseando a jornalista Bárbara Reis e evocando o seu artigo sobre a nomeação de uma mulher negra como ministra (2015), não é por termos entre nós estudos e trabalhos já publicados sobre os africanos e os chamados grupos étnicos que podemos celebrar entre nós uma tradição de Estudos Africanos. Não podemos esquecer que muitas vezes os investigadores recorrem a teorias, conceitos e metodologias cujo impacto na vida daqueles que são investigados é nulo e inexistente, ficando estes trabalhos mais à mercê de uma legitimação e análise crítica dos pares do que propriamente daqueles que serviram de material de trabalho para validar o armamento teórico e metodológico de que nos servimos como 'Quixotes de la Mancha' da investigação em 'Estudos Africanos'.

3. Os estudos africanos no contexto pós-colonial português

Paulin Hountondji expressa, na minha opinião, um grande e não menos problemático e incómodo questionamento sobre a veracidade ou maturidade dos Estudos Africanos no contexto ocidental, e ocidentalizado, de investigação, com a seguinte pergunta: "*em que medida são africanos os chamados Estudos Africanos?*" (itálico meu, Hountondji, 2008: 149). Dentro do seu pensamento torna-se claro o argumento de que a produção intelectual e académica sobre África é produzida e interpretada segundo critérios de pensamento e de práxis de cariz ocidental, e mais do que construir uma visão do mundo que incorpore os elementos sociais, culturais, ontológicos dos sujeitos e objetos que se pretende pesquisar, procura-se 'arrancar' verdades e explicações que, por vezes, não vão ao encontro das realidades específicas daqueles que servem como elementos de pesquisa, de projetos e de textos para publicação. Como salienta o autor, este conhecimento sobre África é um conhecimento 'extravertido' porque criado para servir interesses exógenos e não propriamente para acolher, integrar e expressar genuinamente as reais vivências e visões dos sujeitos estudados. Com efeito, a linguagem conceptual e teórica que usamos

para falar com a realidade não serve como elemento de aproximação e de inclusão no universo do Outro. Pode, certamente, existir um cuidado e uma forma de comportamento dúctil e gentil para podermos sem falsidade conquistar a confiança daquele que pretendemos estudar, perceber e até desafiar, e esta é a relação ideal da investigação com a sociedade: a de uma relação de saber, de ética e de transparência. No entanto, vamos para as realidades sociais convictos de que já chegámos lá ainda antes de entrarmos em campo, ainda mesmo de nos confrontarmos com realidades que estão mesmo ali ao nosso alcance, mas que, na verdade, são realidades diferentes das nossas pelos percursos sociais, culturais e históricos dos sujeitos a pesquisar. E que devem ser tratadas com o respeito por essa diferença cultural, para não cairmos no vazio da "história única".

No contexto português de investigação esta preocupação está bem presente quando olhamos para a leitura pós-colonial de algumas narrativas produzidas sobre africanos e retornados. Permanece, ainda, uma certa flacidez na relação entre o mundo académico e de reflexão e o seu diálogo com as comunidades africanas residentes em Portugal (Khan, 2006, 2015), flacidez que se torna legível no modo como as pessoas destas comunidades se sentem sub-representadas nos trabalhos académicos baseados sobre estas comunidades e não para estas comunidades ou pessoas. Embora os esforços de muitos investigadores sejam significativos, estes esforços estão longe de mapear e de sustentar um lugar de tradição de estudos que podemos, com segurança, denominar como Estudos Africanos. Paulo de Medeiros observa, no texto de reflexão *No fio da navalha*, esta urgência de abrangência para melhor pensar e criticamente compreender África e os estudos sobre as comunidades africanas, expressando o seu pensamento deste modo:

> Escrever hoje em dia tornou-se mais do que banal. Exceto que fazê-lo bem e com um sentido definido nunca o será. A escrita pode ter muitas funções ou até mesmo nenhuma em especial. Tal como qualquer outro modo de representação a escrita por si mesma nada garante. Mas enquanto veículo privilegiado do pensamento continuará a ocupar um lugar de primazia no horizonte intelectual. Se pensar Portugal sempre foi apanágio de uma certa elite cultural e burguesa, fechada sobre si, restrita e homogénea, hoje em dia pensar Portugal, isto é, refletir sobre a ideia de comunidade com esse nome, tem de ser uma tarefa desdobrada e múltipla, aberta a todos os tipos de vozes. (Medeiros, 2015: 7)

É precisamente este desdobramento e abertura para outras narrativas que importa incorporar nos estudos africanos no contexto português de investigação, porque ainda permanece uma tendência muito eurocêntrica em olhar de dentro para fora, com um pendor obsessivo em incorporar e despir o Outro das suas diferenças e linguagens, para poder colar-se nessas realidades as nossas teorias e visões do mundo ao objeto de trabalho. Parece rebarbativa esta

minha posição, mas esta preocupação já não é uma angústia solitária, e a vontade de chegar até às comunidades africanas em Portugal não como objetos de trabalho, mas como interlocutores e produtores de 'teorias' e de 'conceitos' capazes de indicar novos caminhos e pistas de investigação, é já algo concreto e audível nas reflexões de outros investigadores. Num estudo realizado sobre a pós-colonialidade portuguesa (Khan, 2015), Rosa Cabecinhas, investigadora em estudos pós-coloniais de língua portuguesa, responde à seguinte questão: o pós-colonialismo de reflexão/académico consegue retratar o quotidiano do pós-colonialismo português?

> Acho que não, espelha pouco. Acho que, às vezes, há esse divórcio entre a comunidade académica e os investigadores e, posso dizer, o senso comum, estou a querer dizer as pessoas no seu dia-a-dia, no seu quotidiano. E, muitas vezes, os investigadores envolvem-se em reflexões e não consultam ou não interrogam, suficientemente, os outros, para terem em conta os elementos de reflexão, que podem ser algo dissonantes face aos paradigmas estabelecidos. (Khan, 2015: 78)

É este divórcio flagrante que, mais do que preocupante para os Estudos Africanos, reflete de uma maneira muito clara o excesso da memória histórica e a relação entre memória histórica de uma sociedade e os estudos da memória nela produzidos, validados e outros tantos silenciados (Martins, 2015). Porque não é só a relação e a visão de Portugal sobre as comunidades africanas aqui residentes que importa, é também necessário o estudo do 'outro lado da linha', a visão, representação e leitura destas comunidades sobre Portugal. Hoje pensar a questão dos africanos e dos retornados no espaço e tempo de um pós-colonialismo português levanta muitas questões e cuidados com o modo como pesquisamos estes conceitos humanos: o que é ser africano e retornado após a descolonização das colónias portuguesas? O que pensam estes africanos e retornados de Portugal e da sociedade portuguesa em geral? Estas pessoas sentem-se como testemunhas e sujeitos de uma autoridade de memória, num tempo de revisão sobre o passado e sobre os 40 anos da independência das ex-colónias? Está a sociedade portuguesa preparada para acolher as suas narrativas (Ribeiro, 2010)? A investigação comprometida com estas questões poderá a seu tempo responder com propriedade a estas pistas, contudo, torna-se importante deixar aqui a reflexão de Inocência Mata, a investigadora em literaturas africanas de expressão portuguesa e de estudos pós-coloniais, quando afirma que é prioritário perceber:

> que o povo português nunca aprendeu a lidar com o Outro, e essa aprendizagem é uma aprendizagem que tem trinta anos, não se esqueça que o colonialismo português foi um colonialismo assimilacionista. É um colonialismo em que o Outro só se integrava na sociedade portuguesa se fosse igual ao metropolitano. E, mesmo sendo igual, dependia do lugar onde ele nasceu, porque havia branco de

> segunda, agora imagine o preto. É preciso, também, quando nós escalpelizamos as questões, ter em conta determinadas realidades. A realidade é que o povo português nunca aprendeu a lidar com a diferença, essa aprendizagem é uma aprendizagem que tem trinta anos. Nesta perspetiva, ele é um bom aluno (...), sobretudo, para quem está em Portugal há vinte anos como eu, é possível ver-se como as relações mudaram, houve mudança... A independência das colónias foi há trinta e tal anos, (...), e não foi em situação de democracia. (Khan, 2015: 63)

Quando lanço a questão sobre se as pessoas das comunidades africanas se sentem representadas e, de um certo modo, se acreditam que estes estudos e pesquisas são realizados para elas e não sobre elas, a resposta traduz a realidade separada e desfasada desse pós-colonialismo do quotidiano e o pós-colonialismo académico (Khan, 2015) e que demonstra o longo caminho que temos a percorrer, um caminho que, nas palavras de Paulo de Medeiros, denuncia que "muito resta ainda por fazer para se compreender como a condição pós-colonial é vivida no quotidiano português e não simplesmente concebida nos modelos teóricos de investigadores" (Medeiros, 2015: 8).

É este salto que a investigação sobre Estudos Africanos no contexto português está para dar, um salto que, na minha opinião, o jornalismo de investigação já conseguiu e concretizou pela sua linguagem, pelos conceitos e modos de chegar a outras narrativas, corrigindo pela lógica da sua forma de pensamento e de comunicação o perigo da narrativa única, mostrando que não há traços de memória, mas muitos e diferentes e multilocalizados traços de memórias para se perceber a historicidade de Portugal e a dos países que, hoje, podem celebrar os seus 40 anos de independência política. Refiro-me ao trabalho de Joana Gorjão Henriques, jornalista do jornal *Público*, que tem vindo a desenvolver uma série especial com o tema: *Racismo em português* (em 2015 sobre Angola, Guiné-Bissau, e em 2016 sobre Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique), nos vários países onde o colonialismo português imperou e impera nas suas variadas e complexas versões e heranças culturais, sociais e identitárias: heranças de experiências e de memórias entre gerações. É um trabalho de uma grande propriedade e com a virtude de trazer para o espaço do debate público a leitura e a constatação de duas observações: por um lado, não é mais possível sonegar da nossa memória histórica que outras narrativas e outras visões do mundo são dela uma parte significativa para, nos dias de hoje, se perceber o que é estudar o colonialismo e o pós-colonialismo e os estudos africanos de expressão portuguesa; e, por outro lado, como investigadores devemos admitir que os nossos trabalhos não devem ser feitos para os pares, para uma elite intelectual, para a validação dos nossos anseios e metas de investigação.

Pelo contrário, o nosso trabalho e compromisso ético tem de basear e nortear-se no sentido de um reconhecimento efetivo e não apenas teórico da diversidade da experiência humana daqueles que mais do que sujeitos de

observação são também eles sujeitos produtores de conhecimento e de reflexão: testemunhas e testemunhos de histórias que a História oficial dos países ex-colonizados e do país ex-colonizador não conseguiu ainda acolher e com a serenidade possível aceitar, e sem pudor pensar com justiça histórica essas outras narrativas e experiências (Henriques, 2016).

4. Considerações (finais)

Apesar do caminho de investigação já percorrido sobre as independências políticas das colónias africanas e o processo de descolonização e do retorno, a maturidade que poderíamos evocar e celebrar relativa aos estudos africanos ainda permanece num estágio de consolidação. Não basta apenas apresentar dados estatísticos e *ratings* de publicação, o mais relevante é criticamente sopesar o lugar e a relevância destes estudos no que concerne aos sujeitos da experiência colonial e pós-colonial africana. Os sujeitos desta experiência são muitos e com uma multiplicidade inesgotável de formas de estar, de ser e de pertença que os nossos modelos teóricos e metodológicos ainda embutidos numa visão eurocêntrica não vão alcançar e nem perceber, porque é preciso saltar o muro, olhar para além do 'quintal' das nossas representações sociais, culturais e históricas. Torna-se cada vez mais premente olhar para além das políticas de memória histórica de uma sociedade que, ainda, escreve a narrativa dos Outros de acordo com critérios externos e muitas vezes descontextualizados das suas visões do mundo. A influência da memória histórica em cada um de nós como cidadãos, como investigadores, não pode ser ignorada nem sequer ser romantizada em convicções pueris de que somos seres menos impuros e capazes de realizar os nossos trabalhos sem qualquer tipo de permeabilidade social, cultural e histórica. Isto é uma falácia e uma fantasia perigosa para quem investiga. Uma visão de investigação sobre africanos – e não para africanos - traduz-se neste tipo de observação:

> No estudo realizado em Portugal mostra-se que a perceção de diferenças culturais não é uma descrição neutra de diferenças, mas uma avaliação negativa da diferença, e que, quanto maior é a diferença percebida entre brancos e negros, maior é a orientação para a discriminação dos negros nas políticas sociais e para a restrição dos direitos sociais e de cidadania política dos imigrantes negros. (Vala e Lima, 2002: 182)

Uma leitura e uma análise da realidade com africanos, pelo contrário, é bem diferente e mostra-nos o défice de representação e de visibilidade que estes sujeitos sentem no contexto de investigação em Estudos Africanos em Portugal, o divórcio entre mundo académico e o seu mundo vivencial:

> Eu acho que não. Quer dizer, eu não estou a dizer que as pessoas não estejam interessadas em tentar perceber. Mas, o que eu me apercebo, o que eu sinto é que fica só no papel. É tudo muito bonito estarmos a ler, muito giro, mas, na prática, eu não vejo essas coisas. (Khan, 2015: 80)

Eu nunca fui abordada por ninguém (...). Se existe, se há alguma coisa, eu não tenho conhecimento; eu não tenho conhecimento de alguma instituição que se tenha preocupado em saber como é que os moçambicanos vivem aqui, em Portugal. (*Ibidem*, 2015: 80)

Referências

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia (2010), "Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de História". *Estudos de Sociologia*, 15 (28): 239-270.

ARAÚJO, Marta; MAESO, Sílvia (2011), "Institucionalização do silêncio: A escravatura nos manuais de história portugueses". *Revista/Ensino Superior, Revista SNESup*, 39: 1-10.

ARAÚJO, Marta; MAESO, Sílvia (2013), "A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, 'Portugal' e (pós-colonialismo)". *Educar em Revista*, 47: 145-171.

ARAÚJO, Marta; MAESO, Sílvia (2015), *The Contours of Eurocentrism: Race, History, and Political Texts*. Lanham, MD: Lexington Books.

CABECINHAS, Rosa; FEIJÓ, João (2013), "Representações sociais do processo colonial – Perspetivas cruzadas entre estudantes moçambicanos e portugueses". *Revista Configurações*, 12: 117-139.

CABECINHAS, Rosa; FEIJÓ, João (2010), "Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: Representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths". *International Journal of Conflict and Violence*, 4 (1): 28-44.

CARDOSO, Dulce Maria (2011), *O Retorno*. Lisboa: Tinta da China.

CONFINO, Alon (1997), "Collective Memory and Cultural History: Problems of Method". *The American Historical Review*, 102 (5): 1386-1403.

FIGUEIREDO, Isabela (2015), *Caderno de memórias coloniais*. Lisboa: Caminho.

GOMES, Aida (2011), *Os Pretos de Pousaflores*. Lisboa: Dom Quixote.

HENRIQUES, Joana Gorjão (2015), "Série Especial: Racismo em Português – Angola", *Público*, Novembro.

HENRIQUES, Joana Gorjão (2015), "Série Especial: Racismo em Português – Guiné-Bissau", *Público*, Dezembro.

HENRIQUES, Joana Gorjão (2016), "Série Especial: Racismo em Português – Cabo Verde", *Público*, Janeiro.

HOUNTONDJI, Paulin J. (2008), "Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspetivas sobre Estudos Africanos". *Revista Crítica em Ciências Sociais*, 80: 149-160.

KHAN, Sheila (2006), "Identidades sem chão. Imigrantes afro-moçambicanos: Narrativas de vida e de identidade, e perceções de um Portugal pós-colonial". *Luso-Brazilian Review*, 43 (2): 1-26.

KHAN, Sheila. (2015), *Portugal a Lápis de Cor. A Sul de uma pós-colonialidade*. Coimbra: Almedina.

MARTINS, Bruno Sena (2015), "Violência colonial e testemunho: Para uma memoria pós-abissal". *Revista Crítica em Ciências Sociais*, 106: 105-126.

MEDEIROS, Paulo de (2015), "No Fio da navalha", in Sheila Khan, *Portugal a Lápis de Cor: A Sul de uma pós-colonialidade*. Coimbra: Almedina: 7-13.

REIS, Bárbara (2015), "De que cor é esta ministra?", *Público*, 29 de Novembro.
RIBEIRO, António Pinto (2015), "Retornados, refugiados, deslocados e colonialismo português", *Público*, 21 de Dezembro.
RIBEIRO, António Sousa (2010), "Memória, identidade e representação: Os limites da teoria e a construção do testemunho". *Revista Crítica em Ciências Sociais*, 88: 9-21.
RIBEIRO, Margarida Calafate; ROSSA, Walter (2015), "Entrevista com Eduardo Lourenço", in Margarida Calafate Ribeiro e Walter Rossa (org.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 149-170.
VALA, Jorge (ed.) (1999), *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta.
VALA, Jorge; LIMA, Marcus (2002), "Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo". *Análise Social*, XXXVII: 181-207.
VIEIRA, José Luandino (2015), *Papéis da prisão*. Lisboa: Caminho.

Submetido: 03-01-2016
Aceite: 01-03-2016

Morgado, José Carlos; Santos, Júlio; Silva, Rui da – Currículo, memória e fragilidades: contributos para (re)pensar a educação na Guiné-Bissau. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 57-77

Currículo, memória e fragilidades: contributos para (re)pensar a educação na Guiné-Bissau

JOSÉ CARLOS MORGADO*
Universidade do Minho
JÚLIO SANTOS**
Centro de Recursos para a Cooperação e Desenvolvimento, Universidade do Minho
RUI DA SILVA***
Instituto de Educação, Universidade do Minho

Resumo
O artigo procura, de forma exploratória, compreender se e como as questões da memória estão presentes na construção do currículo num pequeno Estado frágil e periférico do sistema mundial, especificamente a Guiné-Bissau. A análise centra-se no domínio macro (político-administrativo) de decisão curricular, isto é, nas decisões curriculares ao nível político-administrativo, e procura deslindar algumas nuances que condicionam esse processo.
A reflexão realizada permite inferir que, devido à condição periférica e dependente de ajuda externa, a Guiné-Bissau tem dificuldade em liderar a construção do seu currículo de forma independente e autónoma. De facto, tem vindo a verificar-se que, na maioria dos casos, a construção do currículo é um processo externo, tendo por base reformas viajantes que, muitas vezes, não se sabe de onde vêm e para onde se destinam. A análise permitiu, ainda, constatar que neste empreendimento a memória parece estar a ser utilizada mais com o intuito de legitimar uma determinada opção do que para reforçar e/ou consolidar a(s) sua(s) identidade(s).

Palavras-chave: currículo, memória, fragilidade, transnacionalização da educação, periferia(s).

* Professor Associado no Instituto de Educação da Universidade do Minho, Diretor do Departamento de Estudos Curriculares e Tecnologia Educativa e Investigador integrado no Centro de Investigação em Educação (CIEd). Email: jmorgado@ie.uminho.pt.
** Professor Auxiliar Convidado e Coordenador do Centro de Recursos para a Cooperação e Desenvolvimento no Instituto de Educação da Universidade do Minho. Email: jpsantos@ie.uminho.pt.
*** Bolseiro de investigação no Instituto de Educação da Universidade do Minho a desenvolver um projeto de doutoramento em Ciências da Educação, especialidade de Desenvolvimento Curricular. Email: rdasilva@gmail.com.

Abstract

Curriculum, memory and fragility: contributions to (re)think education in Guinea-Bissau

This paper explores issues of memory in the construction of the curriculum in Guinea-Bissau. Moving from the macro (political) level of curriculum decisions, the article seeks to unravel the role of memory in the process of curriculum construction. I argue that the peripheral and external dependency of Guinea-Bissau constitutes the major factor underlying the difficulty of constructing the curriculum in an independent and autonomous manner. In fact, in most cases, the construction of the curriculum is an external process based on traveling reforms. The analysis also highlights that memory has been used more to legitimize a particular educational decision than to strengthen and/or to consolidate educational identity(ies) in Guinea-Bissau.

Keywords: curriculum; memory, fragility, trans-nationalization of education, peripheries.

Resumé

Curriculum, mémoire et fragilité : contributions pour (re)penser l'éducation en Guinée-Bissau

L'article cherche, de façon exploratoire, à comprendre si et comment les problèmes de mémoire sont présents dans la construction du curriculum dans un petit état fragile et périphérique du système mondial, la Guinée-Bissau. L'analyse se concentre sur le domaine macro (politique et administrative) de décision sur le curriculum et cherche à mettre à jour certaines nuances qui affectent ce processus.

La réflexion nous permet de dire que, en raison de sa condition périphérique et de sa dépendance à l'aide externe, la Guinée-Bissau a des difficultés à diriger la construction du curriculum de manière indépendante et autonome. En fait, on a constaté que, dans la plupart des cas, la construction du curriculum est un processus externe, sur la base de « réformes voyageuses » dont on ne sait souvent ni d'où elles viennent ni à qui elles se destinent. L'analyse a également montré que la mémoire parait être utilisée plus pour légitimer une option éducative particulière que pour renforcer et / ou consolider l'/les identité/s de l'éducation en Guinée-Bissau.

Mots-clé: curriculum, mémoire, fragilité, transnationalisation de l'éducation, périphérie(s).

Introdução

É hoje do domínio comum que a educação é um dos principais eixos estruturantes do desenvolvimento pessoal, social e profissional de cada cidadão e, por conseguinte, de cada comunidade. Assim se compreende que a educação, como projeto de formação intelectual, cultural e humana, que procura responder a necessidades específicas de cada contexto, encontre na escola o espaço privilegiado para a sua concretização. É nesta ordem de ideias que Machado e Gonçalves (1991) assinalam que a escola, concebida como instituição formal de educação, não pode deixar de ter um currículo, consubstanciado num determinado conteúdo que é objeto de transmissão, objetivo de formação ou esteio de reflexão e transformação. Quando isto acontece, isto é, quando o currículo se dimensiona numa perspetiva transformadora veicula uma ação cultural que se inscreve num processo de consciencialização crítica (Freire, 1987).

É nesta linha de pensamento que Moreira e Silva (1995: 7-8) afiançam que o currículo "não é um elemento inocente" nem veicula uma "transmissão desinteressada do conhecimento social"; pelo contrário, o currículo está "implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas e produz identidades individuais e sociais particulares". Assim se justifica o interesse que este artefacto sociocultural tem granjeado ao longo dos tempos, dada a preponderância que assume na organização da educação e, consequentemente, da própria sociedade. Ora, parece-nos que não suscita controvérsia a ideia de que não podemos eximir-nos de refletir sobre a importância do currículo se quisermos apropriar-nos de contributos que nos ajudem a compreender a evolução do empreendimento educativo na Guiné-Bissau, dado tratar-se do contexto que privilegiamos nesta análise.

Contudo, existem ainda dois aspetos que, em nosso entender, se revelam determinantes nesse processo evolutivo: a influência que determinados poderes transnacionais têm tido na definição das políticas educativas e curriculares de cada país; o contexto em que essas políticas são implementadas, nomeadamente nos países do Sul global, por norma mais dependentes de apoio externo e, por isso, mais vulneráveis a certas pressões e/ou imposições externas.

É, pois, em torno dos aspetos que acabámos de referir que se estrutura este texto. No primeiro ponto tecemos algumas considerações sobre a importância do currículo na configuração do fenómeno educativo e seus reflexos em termos culturais e sociais. Num segundo ponto abordamos a transnacionalização da educação por se tornar relevante na compreensão de determinados mecanismos de poder que influenciam os Estados de certos países mais frágeis e os impedem de organizarem e orientarem os seus próprios sistemas educativos. No terceiro segmento de análise procedemos a uma breve caracterização do contexto em que incide este estudo, a Guiné-Bissau, para, em momento posterior, averiguarmos como é que as questões da memória se dimensionam no processo de construção curricular neste Estado periférico do sistema mundial

e que fragilidades daí resultam em termos educativos. No último ponto, que intitulamos Considerações finais, identificamos algumas linhas de força que permitem olhar o futuro e delinear novas análises e, por conseguinte, novas propostas de mudança.

A preponderância social, cultural e política do currículo

Como referimos na introdução deste texto, como artefacto social, cultural e político, o currículo não é neutro nem inócuo. A intensa relação que mantém com o conhecimento confere-lhe um lugar de destaque na própria arquitetura educativa e nas relações que se estabelecem entre a escola e determinados grupos de classes sociais distintas. Sendo reconhecido como um território de lutas pela hegemonia, o currículo interfere, de forma direta ou indireta, quer na legitimação do conhecimento que, em determinado momento, é considerado como *conhecimento oficial* (Apple, 1999), quer na produção e/ou consolidação de determinadas identidades sociais particulares que condicionam a inclusão ou exclusão de cada indivíduo na escola e, mais tarde, na sociedade.

É nesta ordem de ideias que currículo e conhecimento se (re)configuram e, em simultâneo, se assumem como produtos e produtores de *relações sociais*, num processo que Silva (2002) afiança não conseguir manter-se alheio aos interesses de certos grupos específicos que tendem obter na escola um protagonismo semelhante ao poder e à influência que têm na sociedade. A educação assume-se, assim, como um terreno vantajoso para as classes dominantes veicularem as suas ideias, os seus valores e as suas visões do mundo (Jansen, 2003; Kassaye, 2013; Le Grange, 2013; Soudien, 2010), o que lhes permite, como reiteram Khan & Morgado (2013: 80), garantir "a reprodução de uma dada cultura e a perpetuação da estrutura social vigente". Isso só é possível porque o currículo resulta do que Apple (1999: 51) denomina por *tradição seletiva*, um processo que permite aos grupos mais influentes definirem o conhecimento considerado como mais legítimo, enquanto o conhecimento de outros grupos "raramente vê a luz do dia".

Como se constata, a cultura é um referente fundamental na configuração e concretização do currículo, "uma vez que o molda e, em simultâneo, é moldada por ele", o que lhe consigna um carácter claramente político que exibe e lhe permite ser reconhecida como um fator determinante na melhoria, ou debilidade, da coesão social (Khan & Morgado, 2013: 80). Torna-se, assim, visível a grandeza formativa do currículo, bem como a sua influência na (re)produção de relações sociais e na configuração de determinadas identidades, motivo pelo qual tem sido um terreno de disputas a diversos níveis (ver, por exemplo, Jansen, 2003; Kassaye, 2013; Le Grange, 2013). Contudo, a sua legitimação tem-se processado a diferentes ritmos históricos e sociais que não podem ter uma leitura centrada unicamente em pressupostos externos.

Importa, por isso, problematizar se os curricula desenvolvidos e implementados nos anos mais recentes, no âmbito da cooperação em educação entre países de língua oficial portuguesa, têm propiciado uma verdadeira vivência democrática, assumindo-se como meios diferenciação pedagógica e de desenvolvimento e integração pessoal e social de estudantes oriundos de contextos de socioculturais distintos, ou se, pelo contrário, se têm limitado e transmitir e a legitimar o conhecimento válido nos países cooperantes e a difundir determinadas ideologias e políticas dominantes, em detrimento de outras igualmente válidas.

No fundo, trata-se de averiguar se, no âmbito da cooperação portuguesa, o currículo se tem conseguido manter à margem da tendência de *dominação epistemológica* que caracteriza muitos dos países ditos 'mais desenvolvidos' quando em processo de interação com os seus parceiros, evitando, assim, a perpetuação de algumas marcas coloniais, com efeitos menos desejáveis, resultantes de um passado ainda próximo.

Estas questões tornam-se, ainda, mais prementes se tivermos em conta, como lembram Ferreira, Faria e Cardoso (2015: 8), que "o panorama global da cooperação para o desenvolvimento está em mutação acelerada", com um alargamento do número de atores envolvidos, pese embora muitas das políticas públicas que hoje se implementam na generalidade desses países sejam definidas no âmbito de um fenómeno de transnacionalização, com reflexos intensos a vários níveis, em especial na educação.

Transnacionalização da educação

Podemos considerar que cada Estado segue uma agenda globalmente estruturada (Dale, 2004) e estamos perante a existência de uma *global education policy* (GEP) (Robertson, 2012; Verger, Novelli, & Altinyelken, 2012). Este fenómeno que, numa primeira instância, é observável através de efeitos económicos, torna-se mais visível pela introdução de "padrões de eficiência e qualidade, pela privatização de serviços e pela economização do conhecimento, aceitando-se que, a nível político, são cada vez mais convergentes os modos de regulação das políticas educacionais e que, a nível cultural, são transnacionalizados padrões comuns que resultam do reconhecimento de princípios quanto a modos de ser e de viver" (Pacheco, 2009: 108).

Esta promoção é realizada por organizações supranacionais e transnacionais através da imposição das suas agendas, tentando conjugar também fatores culturais e económicos, através de relatórios, pareceres e da criação de rankings entre os países, mas, essencialmente, estas políticas educativas transnacionais promovem uma abordagem centrada nos testes definida pela abordagem centrada nos resultados e em *standards* como, por exemplo, o *Programme for International Student Assessment* (PISA), o *Trends in International*

Mathematics and Science Study (TIMSS), o *Programme d'analyse des systèmes éducatifs de la CONFEMEN* (PASEC), o *Southern African Consortium for Monitoring Education Quality* (SACMEQ), o *Progress in International Reading Literacy Study* (PIRLS) e o *Latin American Laboratory for the Assessment of the Quality of Education* (LLECE) (Burbules & Torres, 2000; Geo-Jaja & Zajda, 2005; Kamens & Benavot, 2011; Pacheco & Marques, 2014; Pacheco & Pereira, 2007; Teodoro & Estrela, 2010). Estes rankings e comparações, entre países de grande escala, requerem testes estandardizados e consequentemente perguntas estandardizadas, que pressupõem que todos os currículos são iguais e que todos os alunos aprendem o mesmo ao mesmo ritmo. Como estes pressupostos não estão reunidos, levam à definição de uma agenda global para a educação e à consequente pressão para um *core* currículo mais convergente a nível global, apesar de haver indícios de que existe mais do que uma forma de estruturar o currículo para atingir melhores resultados (Anderson-Levitt, 2003, 2008; Pacheco, 2011, 2014).

Neste contexto de GEP, os países do Sul global têm uma intensidade de influências globais superior, pois estes países, essencialmente os mais pobres têm uma grande dependência de ajuda externa em diferentes modalidades, como por exemplo em termos de financiamento, informação e de especialistas (Jansen, 2003; Verger *et al*., 2012). Nestes contextos há também uma grande capacidade – material e ideológica – para agentes externos definirem agendas e as prioridades nos países (Jansen, 2003; Verger *et al*., 2012).

Desta forma, os Estados através destes mecanismos de poder/autoridade, especialmente de países pequenos, frágeis e do Sul global, veem reduzida a sua capacidade de "steer their education system" (Ball, 2012: 138), uma realidade também reconhecida por outros autores (Crossley, 2001; Williams, 2009; Jansen, 2003; Soudien, 2010; Kassaye, 2013; Le Grange, 2013).

O termo "Estado frágil" é um conceito contestado, especialmente pelos países que são etiquetados como tal, levando algumas agências a utilizar o termo Estado "resiliente" sem, contudo, alterar os pressupostos inerentes ao conceito que incluem, entre outras, as seguintes características: governo fraco, acompanhado de políticas ineficientes e instituições ainda não consolidadas, quer por falta de vontade de seus governantes, quer por incapacidade política ou económica (Brannelly, Ndaruhutse, e Rigaud 2009, Davies 2011, Kirk de 2007, Bengtsson 2011). Embora não exista uma definição consensual do que constitui um Estado frágil e o que pode ser designado como frágil, parece haver um certo consenso de que este não se limita às áreas afetadas por conflito (Davies 2011, OECD 2006). De acordo com Davies (2011) podemos identificar sete características como sendo as mais comuns e que devemos ter em consideração quando falamos em fragilidade:

- deficits of governance;
- inability to maintain security;
- inability to ensure essential needs;
- spatial polarization of identities;
- ungovernable flows of aid;
- opaque decision-making by a small elite;
- erosion of the people's trust in the state.

Estas características parecem ser mais úteis na análise dos países do que a aplicação do termos "Estado frágil" devido a focar a atenção em dimensões específicas de fragilidade em contextos complexos, caracterizados pela mudança rápida e constante. Por esta razão usamos o termo fragilidade ao longo do artigo, já que "Estado frágil" pode ter uma conotação negativa, para além de tratar os países como uma entidade homogénea.

A política educativa tal como a conhecíamos foi alterada, mas também a forma como pensamos e estudamos estas políticas, pois as organizações internacionais não são órgãos externos ao Estado, são mais externas a uns Estados do que a outros, para além de serem agentes políticos relevantes na governação da educação (Robertson, 2012; Verger *et al*., 2012).

Neste contexto de transnacionalização da educação

> "Not only the sources of authority have been dispersed away from the national, but the state itself – and with it education as public space – has been transformed. This has not been the result of global steamroller, but rather of complex reworking, re/bordering and re/ordering of education spaces to include a range of scales of action" (Robertson, 2012: 49).

Importa também salientar para esta análise os diferentes contextos/níveis de decisão curricular – político-administrativo, de gestão e de realização (Pacheco, 2007), pois como sustenta Anderson-Levitt (2008), embora haja esta tendência para a aparente uniformização curricular a nível mundial, esta está apenas a verificar-se no contexto/nível de decisão curricular político-administrativo (macro), pois o que se passa nas salas de aula (contexto de realização) varia.

Deste modo, podemos afirmar que organizações com várias tipologias e mandatos atualmente veiculam em muitas partes do mundo reformas educativas e um conjunto de políticas educativas similares em locais muito diversos em termos culturais e de desenvolvimento económico. Assim, a mudança educacional sistemática tornou-se um fenómeno global (Carson, 2009) aparecendo *reformas viajantes* que se instalam nos sistemas educativos e provocam "shifts from hierarchy to network as the preferred model" não se sabendo de onde vêm e para onde vão (Steiner-Khamsi, 2012: 8).

Guiné-Bissau – breve caracterização

A Guiné-Bissau é um pequeno Estado da África Ocidental com uma superfície de 36,125 km², aproximadamente com 1,6 milhões de habitantes e com uma taxa média de aumento da população estimada em 3% ano (MENCCJD, 2011; MEPIR, 2011). No Índice Ibrahim[1] encontra-se na posição 45 (de 54) com uma classificação de 35,7 (em 100), sendo o país com pior classificação da África Ocidental. Ainda neste índice apresenta, desde 2011, uma deterioração dos indicadores referentes às categorias *Participation & Human Rights*, *Sustainable Economic Opportunity* e *Human Development*, este último que inclui a educação. Porém, na subcategoria Segurança Nacional apresenta valores acima da média continental (Mo Ibrahim Foundation, 2015). Desde a ocupação colonial portuguesa até à atualidade pode ser considerado um país com uma frágil coesão nacional, com um legado de conflitos, "fragmentado e batido por vagas exteriores" (Pelissier, 1989b: 276). A independência do jugo colonial português foi declarada de forma unilateral a 24 de Setembro de 1973, após onze anos de luta armada para a libertação nacional, sendo reconhecida por Portugal em 1974 e, desde essa altura, até 1991 sob a égide de um partido único (Pelissier, 1989b; Sousa, 2012a, 2012b). A liberalização das políticas económicas (em meados da década de 1980) e a adoção do multipartidarismo como sistema político foram acompanhados pela realização das primeiras eleições multipartidárias (1994) mas também por uma elevada dívida externa fruto da implementação de um Programa de Ajustamento Estrutural que veio a ter elevados custos sociais e económicos e, de uma forma geral, provocar um descontentamento crescente entre os veteranos de guerra e o exército (Cruz, 2007; Temudo, 2008). De 1973 até ao presente ocorreu uma guerra civil, no período de 7 de julho de 1998 a maio de 1999 e 10 golpes de estado, o último em 2012, que interrompeu a segunda volta das eleições presidenciais e cuja ordem constitucional regressou em julho de 2014 (Sousa, 2012b; Temudo, 2008). A guerra civil de 1998-99 não foi um conflito de irracionalidade apolítica despoletada pela ganância, religião ou tribalismo, mas uma *brotherly war*, apesar das forças beligerantes incluírem algumas dimensões étnicas (Temudo, 2008). Mais recentemente, em agosto de 2015, a destituição por parte do presidente da República do governo em funções criou mais um ciclo de instabilidade política. É também considerado o primeiro narco-Estado africano e um dos Estados mais frágeis do continente (O'Regan & Thompson, 2013; Temudo, 2008). Este contexto de crise e fragilidade permanente levou a que as Nações Unidas em 2009 reformulassem o seu mandato no país – de uma abordagem de desenvolvimento para uma de segurança – constituindo esta mudança um marco importante, pois passa a ser reconhecido que as reformas devem ser

1 O Ibrahim Index of African Governance é um índice que fornece uma avaliação estatística anual do desempenho da governação em cada país Africano e inclui os seguintes indicadores Safety & Rule of Law; Participation & Human Rights; Sustainable Economic Opportunity; Human Development.

realizadas através de um programa com foco nos setores da defesa, segurança e justiça (Barros & Rivera, 2011).

O produto interno bruto *per capita* é um dos mais baixos do mundo (1270 dólares americanos), as infraestruturas são pobres, os indicadores sociais baixos e a taxa de pobreza é de aproximadamente 64,7% (MEPIR, 2011; UNESCO Institute of Statistics, 2011). Atualmente o país vive um ambiente de crise alimentar e um *state failure* e ao longo do tempo tem experienciado um longo processo de *depeasantization* do meio rural, ampliado pelo aumento de matrículas de jovens na escola (Temudo & Abrantes, 2013; 2015). Devido à sua condição económica e social, encontra-se bastante dependente da ajuda pública ao desenvolvimento, bilateral e multilateral, particularmente para os serviços públicos, sendo a educação e a saúde os setores com maior dependência. Neste contexto de fragilidade a sociedade civil (essencialmente as ONG e a Igreja Católica) desempenha um papel crucial na assistência às populações mais desfavorecidas e na consolidação do Estado, com relevo para as áreas da educação, da saúde, direitos humanos, ambiente e no processo de consolidação da paz (Barros, 2012). Apesar de a língua portuguesa ser oficial, apenas aproximadamente 5% da população a têm como língua materna e cerca de 10% é capaz de a falar. A maioria dos habitantes fala uma ou mais das 20 línguas existentes no país, incluindo o crioulo (Benson, 2010; Monteiro, 2005; Observatório da Língua Portuguesa, 2009). Das cerca de 20 línguas nacionais as mais faladas/representativas são o Balanta, o Fula, o Mandinga, o Manjaco e o crioulo, que é considerada a língua franca, falada por 30% a 40% dos habitantes (Benson, 2010; Monteiro, 2005).

As condições de fragilidade do Estado, como má governação, corrupção, baixos níveis de coesão social, desigualdades e exclusão podem afetar a educação (Brannelly, Ndaruhutse, & Rigaud, 2009; INEE, 2010). Na Guiné-Bissau, estes aspetos refletem-se, por exemplo: numa taxa líquida de escolarização primária de 67%; 13% das salas de aula de *quirintim*[2]; ausência de livros escolares; número de dias de aulas limitado, devido às greves por causa dos atrasos no pagamento de salários aos professores; elevadas percentagens de insucesso e de abandono escolar; muitos professores em exercício com baixos níveis de formação inicial; a necessidade de contratar em média cerca de 450 professores por ano para alcançar a escolarização universal para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico em 2020; e a mudanças constantes do titular da pasta da educação, tendo tomado posse desde a independência e até à atualidade 35 ministros da educação (Lopes, 2014; MENCCJD, 2011; UNESCO, 2013 & dados dos autores). Assim, o sistema educativo guineense, apesar das mudanças que foram ocorrendo, continua a ser " descontinuado por reformas inacabadas e por atuações avulsas, por vezes sem prumo, um sistema que ficou desajustado, instável,

2 Construídas com materiais locais (bambu).

ineficiente e altamente seletivo" (Monteiro, 2005: 131). Um dos fatores apontados para esta situação é a herança da educação colonial, que chegou mesmo a ser designada como "A origem do mal" (Koudawo, 1996: 69).

Dos países que tiveram influência colonial de Portugal, a Guiné-Bissau foi o último a possuir um liceu público (em 1949), quando em Cabo Verde, por exemplo, já existia um desde 1917 com a maioria do seu pessoal docente de origem Cabo-verdiana (Chabal, 2002). Um ano após o início da guerra libertação/colonial (1964) "only a very small proportion of Guinean children had access to primary education. Virtually no African had received secondary education" (Chabal, 2002: 22) e 99% da população era iletrada, sendo a educação dos africanos (indígenas[3]) desde 1940 da responsabilidade da Igreja Católica, após a assinatura de uma concordata com o Vaticano. A Igreja Católica detinha uma quantidade muito reduzida de oferta educativa tendo em conta a população do país e escolas sem um ciclo de ensino primário completo, sendo apenas permitido o acesso à escola pública aos assimilados[4]. Após o início do plano "Por uma Guiné melhor"[5] o acesso à educação pública teve melhorias em termos de acesso, tendo por exemplo o poder colonial transformado guarnições militares em estabelecimentos de ensino. Contudo, apesar destes esforços, o acesso continuou a ser reduzido (Cá, 2008; Mendy, 2008; Monteiro, 2005; Chabal, 2002; Silva, 1997).

O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na sequência do Congresso de Cassacá em fevereiro de 1964 iniciou o seu programa de educação nas zonas libertadas[6] promovendo a gratuitidade e obrigatoriedade da educação, contudo, devido à guerra que decorria as crianças só iniciavam a escolarização com 10 anos de idade (Cá, 2008; Monteiro, 2005 Chabal, 2002). Amílcar Cabral, líder do PAIGC na altura e "outstanding leader of African decolonization but also as a political thinker and strategist of unusual merits" (Rudebeck, 2006: 89), teve uma influência grande na definição das políticas educativas e uma preocupação particular com a escolarização das meninas, implementado estratégias para favorecer a sua escolarização e prevenir o abandono precoce (Cá, 2008; Chabal, 2002).

No pós-25 de Abril de 1974 com a saída de Portugal da Guiné-Bissau o sistema educativo herdado pelo colonialismo português foi sendo alterado com base nas experiências das zonas libertadas e por condicionalismos e exigências impostas do exterior, provenientes de organizações com várias tipologias e mandatos, tornando-se estas mais evidentes a partir da liberalização

3 Designação utilizada na altura pelo poder colonial.
4 Designação utilizada para caracterizar os africanos que cumpriam 4 requisitos que indicavam que essas pessoas eram portugueses (1. dedicação pelos interesses da Nação Portuguesa; 2. falar a língua portuguesa; 3. possuir os meios necessários à sua subsistência; 4. ter bom comportamento atestado).
5 Designação pela qual ficou conhecida a política de promoção de justiça social, desenvolvimento económico, reforço das instituições tradicionais da Guiné-Bissau durante a governação 1968 e 1973 do General António de Spínola.
6 Zona do país sobe o domínio do PAIGC.

económica e política (em meados da década de 1980) (Carr-Hill & Rosengart, 1982, 1983; Pehrsson, 1996; Monteiro, 2005). Contudo, a estrutura do sistema educativo permaneceu inalterada até ao início de 1990, apesar das várias tentativas de elaborar e aprovar uma Lei de Bases do Sistema Educativo, que se veio, apenas, a verificar no ano letivo 2009/2010 (Daun, 1997; Carr-Hill & Rosengart, 1982, 1983; Pehrsson, 1996; Monteiro, 2005). A disponibilidade de financiamento externo é a principal condição para ocorrerem intervenções no sistema educativo, parecendo haver uma insipiente coordenação entre os vários intervenientes e projetos/ programas, mesmo do mesmo financiador (Carr-Hill & Rosengart, 1982, 1983; Pehrsson, 1996; Monteiro, 2005; Furtado, 2005). Desta forma, as intervenções no sistema educativo apresentam-se fragmentadas, com uma duração confinada à duração dos projetos/ programas, com as diferentes organizações a deixarem pouca margem de negociação ao Ministério da Educação, pelo menos a nível macro (político-administrativo) (Carr-Hill & Rosengart, 1982, 1983; Pehrsson, 1996; Monteiro, 2005; Furtado, 2005; A. Barreto, 2012; Silva, Santos & Pacheco, 2015). Apesar das melhorias alcançadas desde a independência, num quadro de grande fragilidade e de ter havido um grande progresso no acesso, o sistema educativo ainda não chega a todos os guineenses, não cumprindo desta forma os desígnios da Constituição guineense e da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O sistema educativo também parece ser marcado por uma grande indefinição política, descontinuidades, contradições, reformas inacabadas, ineficiência, desajustado da realidade do país, instável e com grandes diferenças entre meio urbano e rural (Carr-Hill & Rosengart, 1982, 1983; Pehrsson, 1996; dauns, 1997; Monteiro, 2005; Furtado, 2005).

As taxas de escolarização são baixas, a título exemplificativo a UNESCO (2013) refere que a Guiné-Bissau apresenta a taxa mais baixa, do conjunto de países da África Ocidental, de alunos que completam os primeiros quarto anos de escolaridade.

O sistema educativo continua a ser centralizado, burocratizado e totalmente politizado, ficando patentes nas palavras de Furtado (2005: 671) que prevalece uma visão da educação centrada no Estado, "no Ministério da Educação e na pessoa do Ministro que ainda detêm um controlo político sobre o sector". Porém, a atual Lei de Bases do Sistema Educativo deixa em aberto que o currículo não é normativo, podendo as escolas utilizar outro currículo para além do nacional, desde que aprovado pelo Ministério da Educação. Uma outra característica é que a grande parte do orçamento destinado à educação historicamente é canalizado para o pagamento dos salários dos professores (atualmente representa 94%), sendo muito importante para o financiamento da educação o contribuindo das famílias (UNESCO, 2013).

O sistema educativo ao longo do tempo tem vindo a manter uma tendência elitista e urbana, pois os meios estão concentrados sobre os poucos alunos que

permanecem no sistema, privilegiando-se o número de matrículas em detrimento da qualidade (Carr-Hill & Rosengart, 1982, 1983; Pehrsson, 1996; Monteiro, 2005; Furtado, 2005).

As características do sistema educativo implementado em 1974 parecem estar ainda bastante presentes na atualidade, persistindo políticas e práticas, apesar de os discursos políticos estarem impregnados de atualidade (Pehrsson, 1996; Monteiro, 2005; Furtado, 2005; A. Barreto, 2012; Silva, Santos & Pacheco, 2015).

O incentivo à iniciativa privada e a uma regulação mercantil do sistema educativo está presente, bem como uma tendência para a *retylerização*[7] das práticas curriculares. Porém, parece emergir um certo paradoxo, pois se por um lado se incentiva a iniciativa privada, por outro reconhece-se que parte da população, embora pague pela educação a que tem acesso, não tem capacidade financeira para tal (Silva, Santos & Pacheco, 2015). Este aspeto pode também estar relacionado com fatores históricos, políticos e socioculturais, pois em algumas zonas do país as populações estão mais propensas à participação na educação, sendo o número de escolas de iniciativa comunitária, nas suas várias tipologias e configurações, mais comuns em algumas regiões (A. G. Barreto, 2012; Lopes, 2007; Ribeiro, 2001; Sanhá, 2014).

Relativamente ao currículo, com a exceção de projetos experimentais que não seguiam o currículo nacional (Benson, 1994; Gomes, 1994; Gomes & Pereira, 2004; Hovens, 1994, 2002; Santos, 1994), pode ser caracterizado como sendo concebido para uma população homogénea, urbana, falante de língua portuguesa e que vai prosseguir estudos. Todas estas características tornam o currículo adequado a uma pequena franja da população guineense, parecendo que a língua contínua a ser um instrumento de dominação como era no período colonial.

Apesar de todas estas fragilidades, um estudo recente (UNESCO 2013) verificou que a educação na Guiné-Bissau tem um forte impacto no domínio social, particularmente o ensino básico, tendo em conta vários indicadores mensuráveis, tais como a reprodução, a saúde, a proteção da mulher e o civismo. Porém, a oferta de uma via profissionalizante, com potencial em termos de efeitos económicos e sociais, contínua a ser reduzida.

Os pais e a sociedade civil têm uma participação ativa na educação formal, na criação de escolas, no pagamento de propinas, na disponibilização de incentivos financeiros e não financeiros que permitem que num quadro de grande fragilidade e instabilidade certas escolas nunca deixem de funcionar. Estas escolas criadas pelas comunidades parecem desfrutar de maior notoriedade e o seu pessoal docente é mais respeitado por parte da comunidade do

7 Entende-se por esta palavra o regresso a Tyler, aceitando-se que o currículo é um plano, definido pela administração (normativo), embora possa ser gerido pelos professores, desde que essa gestão seja controlada pelo currículo nacional e pela avaliação estandardizada.

que os que trabalham nas escolas públicas. Porém, estas têm uma tendência para seguir o modelo das escolas públicas (A. G. Barreto, 2012; Lopes, 2007; Ribeiro, 2001; Sanhá, 2014). Assim, surgem paralelamente às escolas estatais uma série de iniciativas comunitárias[8], religiosas e privadas de serviços educativos, entre elas escolas corânicas com 3 tipologias diferentes[9] (estima-se que 33% da população é muçulmana), devido ao vazio do estado em responder às necessidades, principalmente no meio rural, ainda mais prementes se tivermos em conta a grande percentagem de jovens que caracterizam a população da Guiné-Bissau (Mendy, 2008; Lopes, 2007; Monteiro, 2005; Baldé, 2010; UNESCO, 2013). Segundo os últimos dados disponíveis, 15% e 14% dos alunos do Ensino Básico e Secundário, respetivamente, frequentam escolas comunitárias e madraças (UNESCO, 2013). Também por vezes a grande diversidade cultural é um entrave ao acesso à escola, por exemplo, na zona leste do país muitas meninas não frequentem a escola devido a práticas culturais ancestrais e a crenças religiosas (Baldé, 2010; UNESCO, 2013; Mendy, 2008; Lopes, 2007; Monteiro, 2005).

O setor da educação na Guiné-Bissau nos últimos 40 anos foi dos que mais teve apoio externo, quer de agências multilaterais (e.g., Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo das Nações Unidas para Infância, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Banco Mundial) quer bilaterais (e.g., Suécia, Holanda e Portugal). É de destacar a importância da Suécia (1969 a 1999) que em 1999 se retirou da Guiné-Bissau e "com ela foi-se praticamente a ajuda externa à educação, pelo menos aquela que era gratuita, flexível e fácil de mobilizar" (Monteiro, 2005: 135). Foi uma cooperação bilateral do tipo de assistência ao setor dirigida a pontos considerados cruciais e com ênfase nas seguintes áreas: coordenação, formação de professores, pesquisas pedagógicas, construção e reparação de escolas, e desenvolvimento de meios de ensino. Realizou apoio direto ao orçamento da educação e teve uma participação fundamental na reforma educativa que ocorreu no início dos anos 90. Para Pehrsson (citada por Monteiro, 2005: 129) "sem a ajuda externa, não havia educação na Guiné-Bissau", o que reforça a vulnerabilidade em relação a decisões e apoios financeiros externos.

Um outro fator que influenciou grandemente o sistema educativo foram os Planos de Ajustamento Estrutural, consequência do empréstimo contraído pelo estado Guineense ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial. Os condicionalismos associados ajudaram a fragilizar ainda mais o sistema educativo, contribuindo muitas das medidas adotadas para tornar

8 Escolas onde os pais dos alunos se organizam e constituem a própria escola. O Governo da Guiné-Bissau regulamentou a sua criação, no entanto, continua a ser da responsabilidade das comunidades a sua criação e organização estando previsto o apoio do estado no pagamento de parte do salário do professor.

9 Madjlis, Madraças e Escolas Mistas.

os custos associados à educação proibitivos para a maioria da população (privatização do sistema educativo) eliminando a igualdade de oportunidades, aumentar o rácio professor-aluno, desmotivação dos professores e migração dos professores mais qualificados devido ao baixo salário e à deterioração do sistema educativo fruto da sua liberalização (Cá, 2008; Cruz, 2007; Monteiro, 2005).

O Banco Mundial iniciou a sua influência no sistema educativo a partir de 1985. O projeto que parece ter sido mais significativo foi o Firkidja, implementado de 1997 a 2005, com uma interrupção no período da guerra civil (1998 a 1999). Este projeto foi considerado fundamental no período do 1997 a 2005 para o funcionamento do sistema educativo, principalmente a parte de administração. (Banco Mundial, 2005; Djaló, 2009; Monteiro, 2005). Este projeto parece ter também influenciado uma maior participação das organizações da sociedade civil no sistema educativo, o aumento da taxa bruta de escolarização através de medidas como a construção e a reabilitação de escolas, a eliminação das propinas para o ensino básico, o fornecimento de materiais escolares e o pagamento dos salários em atraso aos professores (Banco Mundial, 2005; Djaló, 2009; Monteiro, 2005).

O sistema educativo guineense é marcado por "descontinuidades e contradições, decorrentes de reformas inacabadas" (Monteiro, 2005: 131) e "vem sendo amplamente modificada pelos organismos internacionais, na busca da reconstrução do sistema de ensino e na tentativa de diminuir os elevados índices de evasão e de reprovação e trazer melhoria da qualidade de ensino" (Cá, 2008: 227).

No entanto, apesar destes aspetos, os sistemas educativos como o da Guiné-Bissau apresentam uma enorme resiliência. Esta constitui uma das características dos sistemas educativos em contexto de emergência/fragilidade/crises prolongadas/reconstrução pós-conflito, uma vez que estes se reconstroem, mesmo nas circunstâncias mais desafiantes, com o apoio das comunidades, devido ao papel simbólico e estratégico atribuído à educação (Brannelly *et al*., 2009; INEE, 2010; Kirk, 2007; Nicolai, 2009). O que marca esta resiliência, no caso da Guiné-Bissau, é: i) o conflito de 1998/1999 acabou por não afetar a dinâmica de crescimento das taxas brutas de escolarização nos anos que se seguiram; ii) antes (nas áreas libertadas) e depois da independência as comunidades organizaram várias estratégias para começar e/ou continuar o acesso à educação; iii) no ano letivo 2009-2010 e 2010-2011, que foram dos mais estáveis dos últimos anos, legislação fundamental foi aprovada (e.g., Lei de Bases do Sistema Educativo, Estatuto da Carreira Docente), foram realizados os exames nacionais e os anos letivos funcionaram sem grandes interrupções (MENCCJD, 2011; Monteiro, 2005).

Memória, currículo e fragilidades

Como referimos na introdução deste texto, a nossa análise pretende averiguar, ainda que de forma exploratória, como é que as questões da memória estão presentes na construção do currículo num pequeno Estado frágil e periférico do sistema mundial, a Guiné-Bissau. Uma análise que se centra no domínio macro, no contexto/ nível político-administrativo de decisão curricular, chamando a atenção para a importância de investigar as questões do currículo em sociedades que emergiram de conflitos e, sobretudo, quando nelas estão envolvidas organizações de desenvolvimento na reconstrução dos sistemas educativos (Weldon, 2009).

Países como a Guiné-Bissau sofrem uma grande influência externa de várias organizações, limitando a sua capacidade de conduzir o seu próprio sistema educativo. No caso particular da Guiné-Bissau, as organizações internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial, a UNICEF, a Cooperação Bilateral (Sueca, Portuguesa, UEMOA, Cubana, entre outras) têm conseguido que as suas agendas sejam tidas em conta na definição de políticas educativas a nível macro, relegando, muitas vezes, os responsáveis pela educação a nível nacional para um papel secundarizado (ver, por exemplo, Pehrsson 1996; Monteiro, 2005; Furtado, 2005; Cá, 2008; Silva, Santos & Pacheco, 2015). De uma forma global, desde a reforma dos anos 90 os primeiros 6 anos de escolaridade parecem ser os que sofrem maior influência das organizações multilaterais e organizações não governamentais e da Cooperação Sueca e o ensino dos restantes anos de escolaridade de organizações bilaterais (Cooperação Portuguesa, UEMOA, Cubana). Neste caso, isso deve-se aos modelos de cooperação bilaterais que escolheram a escola como unidade de intervenção, como é o caso da cooperação portuguesa. Porém, não podemos simplificar este processo ao ponto de assumirmos que as agências internacionais são os únicos atores deste processo. Por exemplo, a educação básica do 1.º ao 4.º ano é uma meta promovida por estas organizações e um objetivo para o país desde a luta de libertação do jugo colonial de Portugal (1964-1974).

Quando nos debruçamos sobre as questões de memória na construção do currículo, os dados que temos disponíveis parecem indicar que nos primeiros anos após a independência estas questões estiveram mais presentes do que na atualidade. Este aspeto parece estar associado à proximidade temporal da "vitória" da luta de libertação nacional e à figura e pensamento de Amílcar Cabral, que se pode traduzir na frase "*Cabral ka morri*"[10]. Um outro fator que surge associado ao período pós-independência e que cruza memória e fatores ideológicos vividos nesse período foi a adoção de determinadas políticas educativas como é o caso da introdução do trabalho produtivo. O trabalho produtivo foi instituído como política educativa na pós-independência e pretendeu gene-

10 Tradução: "Cabral não morreu".

ralizar uma prática das áreas libertadas que consistia na ligação do trabalho manual com o intelectual, neste caso o trabalho rural com a participação dos alunos na produção agrícola.

Nestes primeiros anos após a independência, consideramos importante destacar o papel que Paulo Freire e a sua equipa do Instituto de Ação Cultural (IDAC) realizaram na Guiné-Bissau e que se encontra documentado (Freire, 1984, 2008). Esta experiência de (re)construção curricular é interessante, pois contraria a perspetiva hegemónica destes processos de colaboração. O trabalho desenvolvido partia do pressuposto que "os que ajudam e os que são ajudados se ajudam simultaneamente" não transformando o ato de ajudar "em dominação do que ajuda sobre quem é ajudado" (Freire, 1984: 11). Pois, as experiências não partem de uma solução "empacotada", "na verdade, as experiências não se transplantam, se reinventam" (Freire, 1984: 12). Esta perspetiva imprimiu outra dinâmica ao processo, sem contudo estar livre de tensões, embora parecendo prevalecer a perspetiva guineense.

A principal tensão que parece ter ocorrido é a questão do uso da língua portuguesa como única língua de ensino e escolarização. Este é, ainda hoje, um assunto controverso e causador de tensões, não podendo ser ignorado quando discutimos as questões da memória e do currículo.

Como se encontra documentado, no trabalho de Paulo Freire e da sua equipa (e.g., Freire, 1984, 2008), a memória de Amílcar Cabral ("O Português é uma das melhores coisas que os portugueses nos deixaram") e das escolhas políticas durante a luta de libertação foram utilizadas para legitimar esta opção e contrariar as recomendações para o uso das línguas nacionais, incluindo o Crioulo. Esta evocação da memória vem sendo utilizada recorrentemente, durante os últimos 40 anos, para legitimar a opção tomada, sem a situar num tempo histórico. Ao referir a obra de Cabral e a sua relevância para as políticas linguísticas, Varela (2013) não deixa de considerar como "boas conselheiras" as palavras de Cabral sobre a importância do Crioulo, logo que haja condições para que possa ser usada na escolarização.

Assim, parece que após as reformas introduzidas a partir de meados da década de 1980 com os planos de ajustamento estrutural as questões de memória na construção do currículo têm sido marginais e utilizadas de forma instrumental para legitimar uma posição. Na maior parte dos casos, parece também que na construção do currículo na sua aceção mais ampla tem predominado uma visão externa que subalterniza os ritmos, os tempos, assim como a memória. Isto ocorre devido a estes processos serem liderados por organizações externas e pelos seus consultores/especialistas expatriados. Estes, mesmo que muitas vezes tentem, nem sempre conseguem ter em consideração o contexto e a memória, bem como "despir-se" dos seus conceitos e conhecimentos ocidentais.

Considerações finais

O currículo como artefacto social, cultural e político não é neutro nem inócuo (Moreira & Silva, 1995) assumindo-se assim a educação como um terreno vantajoso para as classes dominantes veicularem as suas ideias, os seus valores e as suas visões do mundo (Jansen, 2003; Soudien, 2010; Kassaye, 2013; Le Grange, 2013) resultando uma *tradição seletiva* (Khan & Morgado, 2013). Porém, num contexto de GEP cada Estado segue uma agenda globalmente estruturada (Dale, 2004) tendo por base *reformas viajantes* que, muitas vezes, não se sabe de onde vêm e para onde se destinam. Assim, os Estados, especialmente de países pequenos, frágeis e do Sul global, veem reduzida a sua capacidade de "steer their education system" (Ball, 2012: 138) verificar-se que, na maioria dos casos, a construção do currículo é um processo externo.

Posto isto, em jeito de balanço final, importa realçar três aspetos que emergem da análise efetuada e que é necessário ter em atenção em futuras pesquisas sobre esta temática.

Em primeiro lugar, a necessidade de refletir sobre a construção do currículo em sociedades em situação de instabilidade e de fragilidade, por isso sujeitas a uma forte dependência das organizações transnacionais, frequentemente envolvidas na reconstrução dos seus sistemas educativos. Esta situação, que parece arrastar-se em pequenos países como a Guiné-Bissau, tende a desenvolver relações de poder desiguais, contribuindo para subalternizar os ritmos, os tempos, bem como a memória.

Em segundo lugar, a necessidade de uma reflexão sobre a utilização da memória na construção do currículo, não apenas para legitimar determinadas opções ou para ser usada de forma acrítica, mas por ser um constructo importante a ter em consideração e que vai para além do currículo formal para considerar os significados históricos da identidade no contexto da nação guineense.

Em terceiro lugar, compreender que a construção do currículo em países frágeis e pós-conflito tem sido uma faceta pouco investigada no campo do desenvolvimento curricular e das políticas educativas e curriculares. Parecenos, por isso, particularmente relevante continuar a aprofundar esta temática, sobretudo tendo em consideração os contextos de fragilidade e pós-conflito no âmbito dos países lusófonos.

Referências

ANDERSON-LEVITT, K. M. (2003), "A world culture of schooling?", in K. M. Anderson-Levitt (ed.), *Local Meanings, Global schooling – Anthropology and World Culture Theory*. New York: Palgrave Macmillan, 1-26.

ANDERSON-LEVITT, K. M. (2008), "Globalization and Curriculum", in F. M. Connelly, M. F. He and J. Philion (ed.), *The SAGE Handbook of Curriculum and Instruction*. London: SAGE Publications, 349-368.

APPLE, M. (1999), *Políticas Culturais e Educação*. Porto: Porto Editora.

BALDÉ, S. (2010), *Da exclusão a auto-exclusão da população muçulmana no sistema educativo guineense*. Paper presented at the 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos – 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade. Lisboa.

BALL, S. J. (2012), *Global education inc: new policy networks and the neo-liberal imaginary*. London: Routledge.

BANCO MUNDIAL (2005), *Guinea-Bissau Basic Education Support Project*. Washington, DC: Banco Mundial.

BARRETO, A. (2012), *Reformas recentes no sistema educativo da Guiné-Bissau: compromisso entre a identidade e a dependência*. Paper presented at the Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência. Lisboa.

BARRETO, A. G. (2012). *Escolas comunitárias na Guiné-Bissau: sentidos, relações e mudanças,* dissertação de mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

BARROS, M. d. (2012), "A Sociedade Civil face ao processo de democratização e desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011)". *Africana Studia,* 18: 71-82.

BARROS, M. d.; RIVERA, O. (2011). *A (Re)Construção Do Estado No Contexto dos Estados Frágeis: O caso da Guiné-Bissau*. Paper presented at the II Congresso "África-Ocidente" – Corresponsabilidad en el Desarrollo. Huelva.

BENGTSSON, S. E. L. (2011), "Fragile states, fragile concepts: A critical reflection on the terminology of fragility in the field of education in emergencies", in Julia Paulson (ed.), *Education, conflict and development*. Oxford: Symposium Books, 33-58.

BENSON, C. (1994), *Teaching beginning literacy in the 'mother tongue': A study of the experimental Kiriol/Portuguese primary project in Guinea-Bissau,* PhD. Los Angeles: University of California.

BENSON, C. (2010), "How multilingual African contexts are pushing educational research and practice in new directions". *Language and Education*, 24 (4): 323-336. doi:10.1080/09500781003678704

BRANNELLY, L.; NDARUHUTSE, S.; RIGAUD, C. (2009). *Donors' Engagement: supporting education in fragile and conflict-affected states*. Paris: UNESCO-IIEP,CfBT Education Trust.

BURBULES, N. C.; TORRES, C. A. (2000), "Globalization and education: an introduction", in N. C. Burbules and C. A. Torres (ed.), *Globalization and education: critical perspectives*. London: Routlege, 1-26.

CÁ, L. O. (2008), *A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso/CAPES.

CARR-HILL, R.; ROSENGART, G. (1982), *Education in Guinea-Bissau 1978-81. The lmpact of swedish Assistance*. Bissau: ASDI

CARR-HILL, R.; ROSENGART, G. (1983), "Education since independence in Guinea-Bissau". *International Journal of Educational Development,* 3 (3): 325-336. doi:http://dx.doi.org/10.1016/0738-0593(83)90051-2

CARSON, T. R. (2009), "Re-thinking Curriculum Change from the Place of the Teacher", in E. Ropo and T. Autio (ed.), *International conversations on curriculum studies: subject, society and curriculum*. Rotterdam: Sense Publishers, 213-224.

CHABAL, P. (2002), *Amilcar Cabral Revolutionary leadership and people´s war* (2.ª ed.). London: Hurst & Company.

CROSSLEY, M. (2001), "Cross-cultural issues, small states and research: capacity building in Belize". *International Journal of Educational Development*, 21 (3), 217-229. doi:http://dx.doi. org/10.1016/S0738-0593(00)00030-4

CRUZ, J. (2007), *O Programa de Ajustamento Estrutural na República da Guiné-Bissau: Uma avaliação política e ética,* dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

DALE, R. (2004), «Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"?». *Educação & Sociedade*, 25: 423-460.

DAUN, H. (1997), "Teachers needs, culturally-significant teacher education and educational achievement in an African context — the case of Guinea-Bissau". *International Journal of Educational Development,* 17 (1): 59-71. doi:http://dx.doi.org/10.1016/S0738-0593(96)00028-4

DAVIES, L. (2011), "Learning for state-building: capacity development, education and fragility". *Comparative Education* 47 (2): 157-180. doi: 10.1080/03050068.2011.554085.

DJALÓ, M. (2009). *A Interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: a dimensão da educação básica-1980-2005,* dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERREIRA, P. M.; FARIA, F.; CARDOSO, F. J. (2015), *O Papel de Portugal na Arquitetura Global do Desenvolvimento: Opções para o Futuro da Cooperação Portuguesa*. Lisboa: MNE e IMVF.

FREIRE, P. (1984), *Cartas à Guiné-Bissau: registos de uma experiência em processo* (4.ª ed.). Rio de Janeiro: Terra e Paz.

FREIRE, P. (1987), *Pedagogia do Oprimido* (17ª Ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (2008), *Amílcar Cabral o pedagogo da revolução*. Retrieved from http://forumeja.org. br/files/amilcar.pdf

GEO-JAJA, M.; ZAJDA, J. (2005), "Rethinking Globalization and the Future of Education in Africa", in J. Zajda (ed.), *International Handbook on Globalisation, Education and Policy Research*. Springer, 109-129.

GOMES, A. (1994), *Avaliação "projecto português" Ensino da língua portuguesa com metodologia de língua segunda no ensino básico – 1.ª fase*. Bissau: ASDI.

GOMES, A.; PEREIRA, A. (2004), *Projecto de apoio ao ensino básico (FASPEBI) – relatório de avaliação*. Bissau: ASDI.

HOVENS, M. (1994), *A experiência CEEF: uma análise alternativa para o ensino na Guiné-Bissau? Um estudo comparativo dos projetos CEEF, "Português" e o ensino oficial na Guiné-Bissau*. Bissau: ASDI.

HOVENS, M. (2002), "Bilingual Education in West Africa: Does It Work?". *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism, 5* (5): 249-266. doi:10.1080/13670050208667760

INEE (2010), *Minimum Standards for Education: Preparedness, Response, Recovery*. New York: INEE.

JANSEN, J. D. (2003), "What education scholars write about curriculum in Namibia and Zimbabwe", in W. Pinar (Ed.), *International handbook of curriculum research*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 471-478.

KAMENS, D. H.; BENAVOT, A. (2011). "National, regional and international learning assessments: trends among developing countries, 1960–2009". *Globalisation, Societies and Education*, 9 (2), 285-300. doi:10.1080/14767724.2011.577337

KASSAYE, W. (2013), "Curriculum Development and Research in Ethiopia", in *International Handbook of Curriculum Research*. New York: Routledge, 161-182.

KHAN, S.; MORGADO, J. C. (2013), "Caminhos desobedientes: pensar criticamente o contexto português de conhecimento". *Configurações*, 12: 75-88.

KIRK, J. (2007), "Education and fragile states." *Globalisation, Societies and Education, 5* (2): 181-200. doi: 10.1080/14767720701425776.

KOUDAWO, F. (1996), "A independência começa na escola. Educação do PAIGC versus educação colonial", in C. Cardoso and J. Augel (ed.), *Guiné-Bissau vinte anos de independência. Desenvolvimento e democracia. Balanço e perspetivas*. Bissau: INEP, 67-78.

LE GRANGE, L. (2013), "Curriculum Research in South Africa", in W. F. Pinar (Ed.), *International Handbook of Curriculum Research*. New York: Routledge, 466-475.

LOPES, C. (2007). *Participação das populações locais no desenvolvimento da educação. Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá, Guiné-bissau (2004-2006),* dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

LOPES, L. d. S. L. (2014), *A Lei de Bases Do Sistema Educativo da Guiné-Bissau*, dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.

MENCCJD (2011), *Pedido Financeiro ao Fundo da Parceria Global para a Educação*. Retrieved from Bissau: Ministério da Educação Nacional, Ciência, Cultura, Juventude e Desportos.

MENDY, P. K. (2008), "Guinea-Bissau". *In New Encyclopedia of Africa*. Detroit: Gale Cengage Learning, vol. 2, 509-516.

MEPIR (2011), *Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*. Retrieved from Bissau: Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional.

MO IBRAHIM FOUNDATION (2015), *Ibrahim Index of African Governance: Country Insights – Guinea-Bissau*. Retrieved from http://static.moibrahimfoundation.org/u/2015/10/02201358/24_Guinea_Bissau.pdf

MONTEIRO, J. (2005), *A Educação na Guiné Bissau: Bases para uma estratégia sectorial renovada*. Retrieved from Bissau: Ministério da Educação Nacional, Ciência, Cultura, Juventude e Desportos.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (1995), *Currículo, cultura e sociedade* (2ª Ed.). São Paulo: Cortez.

NICOLAI, S. (2009), *Opportunities for change: Education innovation and reform during and after conflict*. Paris: UNESCO-IIEP.

O'REGAN, D.; THOMPSON, P. (2013), *Advancing Stability and Reconciliation in Guinea-Bissau: Lessons from Africa's First Narco-State*. ACSS Special Report No. 2, 58. Retrieved from http://africacenter.org/wp-content/uploads/2013/06/SpecialReport-Guinea-Bissau-JUN2013-EN.pdf

OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (2009), *Falantes de Português Língua Materna*. Retrieved from http://www.observatoriolp.com

OECD (2006), "The challenge of capacity development: Working towards good practice", in *DAC Guidelines and Reference Series*. Paris: OECD.

PACHECO, J. A. (2007), *Currículo: teoria e práxis* (3.ª ed.). Porto: Porto Editora.

PACHECO, J. A. (2009), "Processos e práticas de educação e formação: Para uma análise da realidade portuguesa em contextos de globalização". *Revista Portuguesa de Educação*, 22: 105-143.

PACHECO, J. A. (2011), *Discursos e lugares das competências em contextos de educação e formação*. Porto: Porto Editora.

PACHECO, J. A. (2014), *Educação, Formação e Conhecimento*. Porto: Porto Editora.

PACHECO, J. A.; MARQUES, M. (2014), "Governamentalidade curricular: ação dos professores em contextos de avaliação externa", in M. R. N. S. Oliveira (Ed.), *Professor: formação, saberes e problemas*. Porto: Porto Editora, 105-135.

PACHECO, J. A.; PEREIRA, N. (2007), "Globalização e identidade no contexto da escola e do currículo. *Cadernos de Pesquisa"*, 37: 371-398.

PEHRSSON, K. (1996). *O direito à educação na Guiné-Bissau: análise genérica dos problemas do sector.* Estocolmo: ASDI.

PÉLISSIER, R. (1989a), *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia: 1841-1936*. Lisboa: Estampa, vol. I.

PÉLISSIER, R. (1989b), *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia: 1841-1936*. Lisboa: Estampa, vol. II.

RIBEIRO, I. Q. L. A. (2001), *Dinâmica do Ensino Popular na Guiné-Bissau. O Caso das Escolas Populares do Bairro de Quelele. Uma Alternativa para o Futuro do Sistema Educativo,* dissertação de mestrado, Universidade Aberta, Lisboa.

ROBERTSON, S. L. (2012), "Researching Global Education Policy: Angles In/Oun/Out...", in A. Verger, M. Novelli, & H. K. Altinyelken (Eds.), *Global education policy and international development: New agendas, issues and policies*. Londres: Bloomsbury Academic, 33-51.

RUDEBECK, L. (2006), "Reading Cabral on democracy". *African Identities,* 4 (1): 89-98. doi:10.1080 /14725840500338581

SANHÁ, C. (2014), *Do ensino público ao ensino de iniciativa comunitária (análise do desenvolvimento e impacto das Escolas Comunitárias na Guiné-Bissau e as intervenções das ONGs FEC & PLAN),* dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, P. d. (1994), *Avaliação do projecto português*. Retrieved from Bissau: Ministério da Educação Nacional, Ciência, Cultura, Juventude e Desportos.

SILVA, A. E. D. (1997), *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, R. d.; SANTOS, J. G. d.; PACHECO, J. A. (2015), "Crossed looks: globalisations and curriculum in Guinea-Bissau". *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, 45 (6), 978-999. doi:10.1080/03057925.2015.1013018

SOUDIEN, C. (2010), "What to teach the natives": A historiography of the curriculum dilemma in South Africa, in W. F. Pinar (Ed.), *Curriculum Studies in South Africa: Intellectual Histories and Present Circumstances*. New York: Palgrave Macmillan, 19-50.

SOUSA, J. S. (2012a), *Amílcar Cabral (1924-1973) – Vida e morte de um revolucionário africano* (2.ª edição ed.). Lisboa: Nova Vega.

SOUSA, J. S. (2012b), *Guiné-Bissau: A destruição de um país. Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional*. Coimbra: Author.

STEINER-KHAMSI, G. (2012), "Understanding policy borrowing and lending. Building comparative policy studies", in G. Steiner-Khamsi and F. Waldow (ed.), *World yearbook of education 2012. Policy borrowing and lending in education*. London: Routledge, 5-17.

TEMUDO, M. P. (2008), "From 'People's Struggle' to 'This War of Today': Entanglements of Peace and Conflict in Guinea-Bissau". *Africa: Journal of the International African Institute,* 78 (2): 245-263.

TEMUDO, M. P.; ABRANTES, M. (2015), "The Pen and the Plough: Balanta Young Men in Guinea- Bissau". *Development and Change,* 46 (3): 464-485. doi:10.1111/dech.12166

TEMUDO, M. P.; ABRANTES, M. B. (2013), "Changing Policies, Shifting Livelihoods: The Fate of Agriculture in Guinea-Bissau". *Journal of Agrarian Change,* 13 (4): 571-589. doi:10.1111/j.1471-0366.2012.00364.x

TEODORO, A.; ESTRELA, E. (2010), "Curriculum policy in Portugal (1995–2007): global agendas and regional and national reconfigurations". *Journal of Curriculum Studies*, 42 (5), 621-647. doi:10.1080/00220271003735728

UNESCO INSTITUTE OF STATISTICS. (2011), *UIS statistics in brief. General profile – Guinea-Bissau*. Retrieved from http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/document.aspx? ReportId=124&IF_Language=eng&BR_Country=6240&BR_Region=40540

UNESCO (2013), *Guiné-Bissau – Relatório da Situação do Sistema Educativo. Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspetiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza*. Dacar: UNESCO.

VARELA, B. (2013), "A educação, o conhecimento e a cultura na práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral". *Desafios – Revista da Cátedra Amílcar Cabral,* 1: 113-132.

VERGER, A.; NOVELLI, M.; ALTINYELKEN, H. K. (2012), "Global education policy and international development: an introductory framework", in A. Verger, M. Novelli and H. K. Altinyelken (ed.), *Global education policy and international development: New agendas, issues and policies*. London: Bloomsbury Academic, 3-31.

WELDON, G. (2009), *A comparative study of the construction of memory and identity in the curriculum in societies emerging from conflict: Rwanda and South Africa*, PhD, University of Pretoria, Pretoria.

WILLIAMS, L. (2009), "Globalisation of Education Policy: Its Effects on Developing Countries", in J. Zajda and V. Rust (ed.), *Globalisation, policy and comparative research. Discourses of globalization*. Springer Netherlands, 77-92.

Submetido: 28-02-2016
Aceite: 31-05-2016

Paulino, Vicente – Writing and translating Timorese oral tradition.
Configurações, vol. 17, 2016, pp. 79-98

Writing and translating Timorese oral tradition*

VICENTE PAULINO**
Universidade Nacional Timor Losora'e

Resumo
Escrever e traduzir a tradição oral timorense
Este trabalho examina a tradição oral e a evolução do conceito de escrita na sociedade timorense, tendo em vista a compreensão da identidade histórica e cultural de Timor-Leste. Uma vez que não é possível resolver todos os problemas relacionados com os temas mencionados, avaliamos e sintetizamos o que nós consideramos fundamental para a consolidação da história do povo de Timor Leste, em aspetos relacionados com a tradução de tradições orais e a origem da escrita.

Palavras-chave: sociedade timorense, Kes – escrita timorense, tradução, história.

Abstract
This work examines oral tradition and the evolution of the concept of writing in Timorese society in order to understand the establishment of the historical and cultural identity of East Timor. Since it is impossible to address all of the relevant issues, we evaluate and synthesize only those aspects related to the translation of oral traditions and the origins of writing which we consider to remain fundamental to the consolidation of the historical people of East Timor.

Keywords: Timorese society, Kes – Timorese writing, Translating, History.

* The research was supported by Fundação Calouste Gulbenkian from 2009 to 2012. This text is a product of the project "As ciências da classificação antropológica em Timor Português", funded by the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) of Portugal, coordinated by Ricardo Roque, ICS-UL 2009-2013. Thanks to Emanuel Braz and Isabel Graça for reviewing the English text.
** Professor at Social Sciences Faculty, National University Timor Lorosa'e. Email: vicentepaulino123@gmail.com.

Résumé
Écriture et traduction de la tradition orale timoraise
Ce travail examine la tradition orale et l'évolution du concept d'écriture dans la société timoraise, en ordre à la compréhension de l'identité historique et culturelle du Timor Oriental. Puisqu'il n'est pas possible d'aborder toutes les questions liées aux sujets mentionnés, nous tenterons d'évaluer et de synthétiser ce que nous considérons comme fondamental pour la consolidation du peuple du Timor Oriental, du point de vue des aspects liés à la traduction des traditions orales et à l'origine de l'écriture.

Mots-clés: société timoraise, Kes - écriture timoraise, traduction, histoire.

Introduction

Following a historical perspective, the term "text" binds "to a set of institutions: law, church, literature, education. The text is a moral subject and it is the written itself as part of the social contract. It demands observation and respect, but in return it endows the language with a rare trademark, which it did not possess: its irrevocability. As Mallarme wrote: 'It happens alone: 'done it is', so as to say a definite 'being there' while the oral narrative always comes as a 'been there' (Barthes & Marty, 1987:55), and as, also, warns us J. Burrow (1982: 47):

> The normal thing to do with a written literary text, that is, was to perform it, by reading or chanting it aloud. Reading was a kind of performance. Even the solitary reader most often read aloud, or at least muttered, the words of this text – performing it to himself, as it were – and most reading was not solitary. The performance of a text was most often a social occasion. These occasions took many forms, depending upon the social setting and the nature of the text.

The relationship between the written and the oral text can be summed up as: "the written works in relation to that, which is identical, the oral in relation to the other; the relationship with the identical, the repetition, the re-enunciation the reader does during the act of reading; the relationship with others, oral communication that originates from change, through the produced deviation by the presence of another one" (Barthes & Marty, 1987:49). That is, for example, in the Middle Ages the "written work" was read or narrated by an individual and, at the same time, heard by one or more individuals and recorded in memory, thus giving another version of the term called "aurality". Aurality means that someone reads the text in the public sphere and others hear it:

> Aurality, in particular, combined the two poles of 'orality' and 'literacy' in a unique way whose implications cannot properly be perceived if most of the critical energy is devoted to pulling aurality into line with a superimposed Great Divide.

> Aurality is distinguished from 'orality' – i.e., from a tradition based on the oral performance of bards or minstrel – by its dependence on a written text as the source of the public reading (Coleman, 1996: 27-28)

Orality and *writing* are very restricted, they had been at the service of the Enlightenment arguments of the *bourgeois* public sphere to spread in more light and reason; since the invention of Guttenberg, the book comes as a "new secular and dreaded cure of souls" (cf. Ayala, 1984); herein, disclosure in writing discourse of the Enlightenment arguments follows the same path. However, speech and writing are tools for communication in our current society and therefore, men have them much into account in their communication with other human beings.

Taking into consideration these arguments on such assumptions, trying to understand origins, characteristics and evolution of the orality and writing phenomena in East Timor seems unreasonable, without resorting to the contribution to history narrated by rituals authorities and the texts of Portuguese literary authors, who among others contributed to restore Timorese oral cultures in written texts. This estimable contribution to the understanding of the central issues of Timorese oral cultures in written texts is an issue of pride and, at the same time, a challenge.

Concerning the Timorese writing, its symbols, the distributions of signals like putting rocks, branches of plants or trees along the way are considered writing, as the Timorese wisely say 'these symbols and these signs are our writing'.

1. Oral tradition in Timorese society

> "Culture is the memory of a people that never dies – A cultura é a memória de um povo que não morre"
>
> (*Manifesto Maubere*, Fernando Sylvan)

In a society without a writing system, where the use of the written form is unnecessary, oral language has been used as the instrument of communication processes. Oral expressions have been used to identify the existence of an observed object immediately. In the society's oral tradition – as in the case of Timorese society, or other African societies, or in the Asian region, or even of Latin America region – words are directly linked to events, meetings and things that take place. Societies without a written culture referred as "oral tradition corporations", or what Malinowski described as "primitive", their communication system concern more the immediate action rather than transmitting a thought into writing.

The word carries the memory of the testimony of human existence, the ontological power of speech that the name does exist, the transmission of values and prohibitions governing the societies. The Word given by God, the Word is Divine and is simultaneously sacred because it is through the myth of man's origin that it is maintained, a copy recreation, as a privileged instrument that ensures the *ab origine ad eternum* (at the beginning to eternity).

In oral cultures, words have great power over things, a power that is greatly related to magic. For example, in Timorese society, oral tradition still weighs heavily and every spoken word is associated with the ritualized world of things. We can infer then, the enormous value and functional importance of orality in all areas of everyday life in East Timor, both in the pre-colonial context, characterized by a strong traditional understanding, or even after the changes resulting from the colonial contacts and even post-colonial.

For the Timorese world, oral tradition played a key role in the development of its literary language. The anthology of Timorese legends, myths and folk tales, was first collected and collated by Ezequiel Enes Pascoal (1967), Eduardo dos Santos (1967) and Correia de Campos (1967). In the ontology of these authors, we can find the importance of myths and symbols conveyed by oral tradition in the genesis of a collective imagination, particularly with regards to the origins of the different Timorese peoples. East Timor is unusually rich in oral traditions – legends, myths and stories – and it indicates a consciousness of an ancient community.

It is not surprising that the oral tradition of East Timor, its legends, myths and folk tales have their realistic interpretation, more or less in accordance with what will be explained in some of them, thus leaving the cues for the interpretation of all the others so plentiful in the island. But for the readers convenience, some legends that have historical facts can be already mentioned, including "*Os Irmãos Páran* – The Brothers Páran"[1], the "*Mulher Cacatua* – Women Cacatua" and the "*As Sete Irmãs Cetáceas* – Seven Cetacean Sisters" that those who may be interested can read in the East Timor Catholic newspaper *Seara* (1972).

Furthermore, some legends of the Bunak people: 'Mau Sirak and Bui Sirak' and 'Mau Raun and Bui Raun' (What follows is an excerpt from the oral tradition, narrated by *Mátas* Alípio da Conceição Marques – Tapo, and compiled by Nuno da Silva Gomes)[2]. The first story states like this:

1 This legend was published in *Seara* – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli, in the year 7-N.º 225 on the 1972. But this document of their number is not in the collection of the "Lisbon Geographical Society.

2 These original narratives legends are described in Tetum language. The original legend title: "Mau Sirak and Bui Sirak" is presented in Tetum language: "*Lalehan ho Rai* – Heaven and Earth" (see Gomes, 2008: 46-47).

"Nos tempos idos, quando o mar ainda era bravo, só havia seis pessoas. Bui Sirak e Mau Sirak, Bui Guzu e Mau Guzu, Sesu Mau e Dudu Mau moravam juntos numa montanha chamada *Bekali Annola*. Eles viviam miseravelmente, porque ainda não havia luz, a terra era seca, só existia aquela montanha, e não havia água para beber. Por isso, Mau Sirak subiu ao céu para pedir ajuda ao *Hot Gol*, e deu lhe três feixes de lanças (instrumento de guerra) para resistirem ao dono do mar. Mas eles não conseguiram derrotar o dono do mar e o mar continuava a ser bravo. Mau Sirak subiu outra vez ao céu e disse que o mar ainda continuava bravo, e *Hot-Gol* ofereceu-lhe mais sete feixes de lanças, levou-os para combater o dono do mar, e finalmente, o mar começou a acalmar e eles ganharam a batalha. Mas ainda viviam na miséria e na escuridão, porque ainda não existia o dia. Bui Guzu e Mau Guzu subiram ao céu e pediram ao *Hot-Gol* para lhes oferecer o clarão. E a partir daí, começaram a ter o dia e noite. Mesmo assim, eles continuaram a viver na miséria, porque só existia uma fonte de água, e ainda mais o céu e a terra estavam demasiado perto. *Sesu Mau e Dudu Mau* com a ajuda do *Hot-Gol* empurram o céu para cima, e cortaram o "*Lete bul e Malas bul*", e desse modo o céu e a terra ficaram separados "

"In the past times, the sea was still angry, there were only six people. Bui Sirak and Mau Sirak, Bui Guzu and Mau Guzu, Sesu Mau and Dudu Mau lived together in a mountain *Bekali Annola*. They lived miserably, because there was still light, the earth was dry, there was only one mountain, and there was no water to drink. So Mau Sirak ascended to heaven for help to Hot-Gol*, and gave him three bundles of spears (instrument of war) to resist the owner of the sea. But they failed to defeat the master of the sea and the sea was still angry. Mau Sirak rose again to heaven and said that the sea was still angry, and Hot-Gol offered him another seven bundles of spears, led them to fight the owner of the sea, and finally, the sea began to calm down and they won battle. But the life of the six people to continuo in misery and darkness, because there was not the day. Bui Guzu and Mau Guzu rose into the sky and asked the Hot-Gol to offer them the glare. And from there, began to take the day and night. Yet they continued to live in misery, because there was only one water source, and even heaven and earth were too close. Sesu Mau and Dudu Mau with the help of Hot-Gol push up the sky, and cut the 'Lete bul and Malas bul', and thereby were separated heaven and earth"

* In the literal translation: the "o Filho do Sol e considera-o como o seu ente supremo – The Son of Sun" and considers it as Supreme Being".

This legend is known as to relate to the origins of the world and man's struggle against the evil lord who was ever-present in rough seas. The angry sea symbolizes Evil, because it had been inhabited by the lord of darkness. This oral culture involves a strong presence of religious and moral prohibitions, links the present to the past and builds up a social environment for the individual and the community.

Man exists, as it sees itself as the guarantor of the traditions that transmits and passes them from the father to son, forming a continuous chain of learning. We can then see that in East Timor elderly people and children are the ones who have greater importance; the elderly state as bearers of wisdom heritage and children as the hope of the continuity of the group. Not having children is the possibility of anonymity, the death of the social group, the erasure of one own existence. This example, can be seen in the narratives of the legend of 'Mau Sirak and Bui Sirak', three couples find the *Hot-Gol* as it's Supreme Being, or consider him as 'Father' and perform tasks from *Hot-Gol*.

About the origin of the world it identifies three universes: the celestial universe (*heaven* – inhabited by *Hot-Gol*), the earthly universe (earth – inhabited by creatures of God *Hot-Gol*) and the spiritual universe (inhabited by evil spirits and good spirits). The evil spirit in this legend is the lord of the rough seas who tries to destroy the garden of Lord *Bekali Annola* entrusted to three couples. The Mountain *Bekali Annola* will continue to be – for the Bunak people of East Timor, including the people who live in the area of Bobonaro (Tapo, Leber, Holsa, Saburai, and other areas near Bunak-speaking lands) – the 'paradise Eden'.

In East Timor, there are several stories of interpretation on the creation where heaven and earth merge. "The earth and heaven are bound together" – as some mythological Timorese legends refer, for example the mythological legend 'Bagnut' [3] narrated by Manuel (ritual authority of Letefoho) – as is the case with the legend of 'Mau Sirak and Bui Sirak'. It is known in almost all regions of the Timorese territory, of a time when man crossed to and from heaven to earth through the *Lete* and *Malas*[4]. *And that it was because of evil caused by the ruler of the rough sea and misery which he brought upon the people of the Bekali Annola*, that *Hot-Gol* helped Sesu Mau and Dudu Mau sever heaven and earth and since then earth and the skies have been apart forever.

The place *Bekali Annola* is, for us, "earth from heaven", that is, the earth that came from heaven. In other words, it can be designated as the battlefield were evil spirits are fought. Considering this, it can be stated that there is a

3 This legend has been collected and published by father Ezequiel Enes Pascoal in his book *A alma de Timor vista na sua fantasia* (1967).

4 *Lete* is a bridge, *Malas* is stairs. The typically terms *Lete* and *Malas* are presented here as a metaphor for an object that enables the man to go to heaven and come down from heaven to earth. The *lete* and *malas* have the same meaning; this is a "creeper".

common belief to all the peoples of the world – Christians, Jewish, Islamic and other religious groups – that is, the application of that which might be referred to as a basic principle of the imaginative thinking of people, where an event is simulated leading up to its realization.

The question of *lete bul* and *malas bul*, can not only be seen in the tradition of the *Bunak* ethnic group but also in the history of other peoples, like the case of the peoples of the Ramelau High Lands who believe in the existence of a 'creeper' – Tetum called *calêic* – linking it to the ground. According to tradition these peoples tell that in long gone days; a woman who went up 'there' one day to fetch fire – a common habit for the people of earth – she took so long getting back that her husband became angry with her, so he cut the creeper before her return. Since then, earth and the heavens have been parted forever (Pascoal, 1967:66).

The term 'there' referred to in this narrative serves to refer the infinite space beyond human existence, that is, *Lalehan* (heaven). At some point – say the *lia-na'in* of the peoples of the Ramelau High Lands – the "creeper" (calêic) sits on top of one of its hills to Mount Lau-Daro of Atsabe, and that the root is still kept at the site, considered *Lulik*. According to the oral tradition, told by some *kukun na'in* (ritual authority), the inhabitants of much of the south coast believe the "creeper" to have risen from Ria-Tu, a place still marked with a slab. But those from Matebian and the villages that surround it say it is in Quelicai, where the root of the creeper is located. People from the eastern tip of the island, in turn, say the root of the creeper is located in the *Muapitine* in Lautem, from where man climbed from earth to heaven.

However, these mythological and prehistoric narratives are not unique to the Timorese people, but are also common to certain prehistoric peoples of Polynesia – whom some archaeologists and anthropologists consider as probable Timorese ancestors (Almeida,1968 [1994]; Correia, 1944) – these people believe the most natural thing would be heaven and earth to be close to one another.

The family is the primary community, is the mainstay of tradition and its there and, in more or less complicated kinship systems, which is based on the law, not the written rule of law but the right *gerontocratic* (see Weber, 1994)[5], commanded by the Word, by usual and customary. And here, in a customary norm, orality is probably the element with the highest weight in the characterization of Timorese culture. On the assumption, it will be consider the narratives of the legend of "Mau Raun and Bui Raun":

5 According to Weber perspective, *gerontocratic* is a traditionalism power system, without any kind of political administration. It is based on the belief that older people know more about the sacred tradition.

"Naqueles tempos idos, o homem chamado *Mau Raun* vivia sozinho na terra. Ele visitava diariamente a sua horta para limpar as plantas venenosas para não estragarem as boas plantas. Na sua horta já tinham crescido muitas plantas de alimentação e etc. A história repetiu-se muitas vezes, um dia era da manhã, ele visitava a sua horta para ver as suas plantas que foram plantadas. E a tarde já chegou, regressou a sua casa e ficou surpreendido quando encontrou os alimentos bem preparados. Mas não viu ninguém, aconteceu assim até ao sétimo dia. Quando chegava o sétimo dia, *Mau Raun* fez um propósito de não visitar a sua horta, mas ficou em casa para tentar descobrir o verdadeiro facto de acontecimentos, entretanto, ele saiu e ficou escondido numa árvore perto da sua casa. A árvore estava densamente coberta pela folha de betel, e por isso ele se escondeu dentro das folhas de betel, para espreitar com objecto de saber o que é se passava dentro de sua casa. Tardou muito, pelo menos meia hora, ele viu um *cacatua* a voar perto da sua casa, pousou-se na mesma árvore onde o *Mau Raun* estava pousado. Julgava ela que não havia ali ninguém e desceu. Antes de entrar na casa do *Mau Raun*, despiu as asas. O *Mau Raun* viu tudo isto e observou de que a *cacatua* se transformava numa mulher bonita. Ele desceu da árvore, afinou os passos devagarinho, com o fim de a seguir à mulher que acabou de entrar na sua casa. Ele apanhou as asas da *cacatua* que estavam mesmo junto da sua porta e escondeu-as de baixo da lareira. E depois cumprimentava-a – oh mulher, o que tu estás aqui fazer, e aquela mulher ficou assustada e correu para a porta para ver as

"In those bygone times, the man named *Mau Raun* lived alone on earth. He visited his garden every day to clean the poisonous plants to avoid damaging the good plants. In his garden had grown many plants for food and so on. History repeated itself many times a day was the morning he visited his garden to see that your plants have been planted. And the evening has arrived, returned to his home and was surprised when he found the food well prepared. But he saw no one happened just before the seventh day. When it was the seventh day, *Mau Raun* made a resolve not to visit your garden, but stayed home to try to discover the true fact of events, however, he left and was hidden in a tree near his home. The tree was thickly covered by the betel leaf, and so he hid inside the betel leaves, with a peek at the subject to know what was going on inside your house. Before long, at least half an hour, he saw a *cockatoo* (in Portuguese language – C*acatua*) flying near his home, landed in the same tree where the *Mau Raun* was sitting. She believed that there was nobody there and went down. Before entering the house of the *Mau Raun*, stripped the wings. The *Mau Raun* saw this and noted that the *cockatoo* was transformed into a beautiful woman. He climbed down the tree, tuned steps slowly, with the aim of following the woman who has just come to your home. He picked up the *cockatoo's* wings that were right next to your door and hid them underneath the fireplace. And then he greeted her – oh woman, what you're doing here, and that woman was frightened and ran to the door to see their wings, but it was not there. Asked

suas asas, mas já não estava lá. Perguntou aquela mulher ao *Mau Raun*, viste as minhas asas, respondeu o *Mau Raun*, não, eu não vi. Ela ficou a chorar, porque já não conseguiu regressar novamente à sua origem, e então, a partir daí, *Mau Raun* recebeu-lhe como sua esposa e deu-lhe o nome de *Bui Raun*. Tiveram quatro filhos, dois do sexo masculino e dois do sexo feminino. Os seus filhos já foram crescidos e eles viveram em harmonia e paz. Mas a sorte do Mau Raun não durou muito tempo, porque num certo dia, ele foi trabalhar na sua horta, como fazem normalmente os agricultores, e a Bui Raun que estava sozinha com os quatro filhos, mandou-os brincar para fora da casa e ela começava fazer limpeza da casa, ao mesmo tempo resolveu procurar as suas asas, encontrou-as debaixo da lareira, e ficava contente por ter encontrada, daí Bui Raun transformou-se de novo numa *cacatua* e poisou-se em cima do telhado de sua casa. Ao ver este acontecimento, os filhos começaram a chorar, mas a cacatua não lhes ligou e nem pensou o futuro dos filhos. À tarde, quando *Mau Raun* regressou a casa, encontrou os filhos a chorar, e procurou as asas debaixo da lareira e não as encontrou, e resolveu sair de casa à procura de *Bui Raun*. Já era meio-dia, o Mau Raun chegou a uma aldeia, mas não sabia de nada o que se passava daquela aldeia, na verdade que aquela aldeia ter sido conhecida como *aldeia divina* – ou seja, *o mundo divino*. E quando *Mau Raun* chegou à frente do portão da entrada à aldeia, viu os seguranças em todo o lado. Mas, ao entrar, um dos seguranças da porta não o deixou. Então, *Mau Raun* disse-lhe que 'eu posso fazer tudo aquilo que você manda'. O

the woman to the *Mau Raun*, visit my wings, the *Mau Raun* replied, no, I did not. She was crying, because I could not return back to their source, and then from there, *Mau Raun* received him as his wife and gave him the name *Bui Raun*. They had four children, two males and two females. Their children were already grown and they lived in harmony and peace. But the bad luck of *Mau Raun* did not last long because one day, he was working in her garden, as they normally do farmers, and *Bui Raun* she was alone with her four children, had them play out of the house and she began doing house cleaning at the same time resolved to seek his wings, found them under the hearth, and was glad to have found, there *Bui Raun* became again a *cockatoo* and landed on the roof of your house. Seeing this happening, the children began to cry, but not the *cockatoo* called them and did not think the future of their children. In the afternoon, when *Mau Raun* returned home, found the children crying, and looked under the wings of the fireplace and could not find them, and decided to leave the house looking for *Bui Raun*. It was noon, the *Mau Raun* reached a village, but knew nothing about what was happening in that village, in fact that this village was known as *Village of God* – that is, *the divine world*. And when *Mau Raun* reached the front gate of the entrance to the village, he saw the security guards everywhere. But upon entering, one of the security door would not let him. So *Mau Raun* told him: 'I can do whatever you have'. The security guard heard what was said *Mau Raun*, then one of the security men told him that

segurança ouviu o que o Mau Raun estava dizer, então, um dos homens da segurança disse-lhe que 'se queres encontrar a tua esposa antes do pôr-do-sol tens de apanhar todo o arroz que vamos despejar em breve. Esta tarefa não era muito fácil, mas uma tarefa dificílima. Então, ele começou pedir uma ajuda ao *Manu-lin* (pequena ave que, em bandos, devasta os arrozais). Antes da noite, *manu-lin* apanhou todo o arroz, e por isso, *Mau Raun* deu-lhe a autorização para comer primeiro arroz dos agricultores. Depois acabou de apanhar o arroz espalhado na terra, o segurança deu-lhe ordem para entrar e ao mesmo tempo deu-lhe um sinal que lá dentro tem outro segurança, para lhe identificar novamente. Entretanto, *Mau Raun* conseguiu entrar e encontrou-se com outro segurança do portão, o segurança identificou-o e autorizou-o entrar, mas proibiu-o de pegar em coisas lá dentro, e quando ele entrou e viu logo o ouro espalhado no cão, eram muitos. Ele não conseguiu evitar à tentação, e como não havia ninguém, então, apanhou-o e escondeu-o dentro do '*táis*' (traje timorense). Ao sair, o segurança passou revista e encontrou o ouro dentro do seu '*táis*'. E desse modo 'Hot *Gol*' não lhe deu *Bui Raun*, mas apenas o '*táis*' para os seus filhos e descendentes. Assim anos a anos de espera e pedir a compaixão do 'Hot Gol' para lhe entregar *Bui Raun*, mas isso não foi atendido por 'Hot Gol', até o dia em que *Mau Raun* morreu e os seus filhos já foram adultos e já tinham esposas e tiveram filhos, assim eles cresceram e multiplicaram e ocuparam a terra inteira".

'if you want to meet your wife before a sunset you have to take all the rice they'll dump soon'. This task was not easy, but an overwhelming task. Then he began asking for aid *Manu-lin* (small bird, in flocks, devastates rice). Before the night, *manu-lin* took all the rice, and therefore, *Mau Raun* gave him permission to eat the first rice farmers. Then just pick up the rice scattered on the ground, the security guard ordered him to enter and at the same time gave him a sign that there is no other security, to identify him again. However, *Mau Raun* got in and met with another security gate, the security guard identified him and allowed him to enter, but forbade him to hold things inside, and when he came in and immediately saw the gold lay in the dog were many. He could not avoid the temptation, and as there was no one then took it and hid it inside the 'táis' (Timorese vesture). When leaving, the security has reviewed and found gold within its 'táis'. And so 'Hot-Gol' did not give *Bui Raun*, but only the 'such' for their children and descendants. So years and years of waiting to ask the compassion of the 'Hot Gol' to give him *Bui Raun*, but that did not pick 'Hot Gol' until the day he died *Mau Raun* and his children were already adults and had wives and had children, so they grew and multiplied and filled the whole earth".

The narratives of the legend 'Mau Raun and Bui Raun' may be interpreted as follows: first, for the Timorese peoples, the *divine village* or the *divine world* assumes the notion of infinity and of a distant place, or the celestial world. This is true in the application of the rite of *Aihun Ancia* annually performed by *lulik na'in* of the Bunak ethnic group: *Ama nita oa Eme no esen; bai bin dele sa'e dele debel; no'mil no tolo nón no tchula*[6] (Soares, 1998: 51).

Yet we have another example in the application of rainfall annually carried out by *lulik na'in* of the people speakers of the *tetum language*, including the kingdom of Samoro (now Soibada) (in newspaper S*e*ara, 1972, nº226: 3).

Oí, ohin loron, ohin wáin,	Hoje e neste momento,	Today and this time,
ami hodi hasa'e ibun, hasae lia,	nós oramos e imploramos	We pray and plead
ba nai fitun-oan, nai fulan-oan,	aos ínclitos filhos das estrelas e da Lua,	The sons of the stars and moon,
iha leten ai, iha as ai,	que estais lá em cima, nas alturas,	Who are up there on high,
iha metan ai, iha láwat ai…	na escuridão, negrume celeste.	In the darkness, darkness in heaven.
Tanbá ohin loron, nudar iha rai claran,	Neste tempo, cá na terra	At this time, here on earth
ne'e nudar hodi loro at, ai, anin at ai,	um sol abrasador, um vento impetuoso	A blazing sun, a strong wind
sunu deit ami, lohi dei ami,	queima-nos, abrasa-nos.	Burn it in, burns us.
batar lai dikin o la matac ona,	as bandeiras do milho já não enverdecem,	Flags of the corn no longer greening,
fore lai diki o la matac ona,	as de feijão estão ressequidas.	The beans are parched.
ne'e foi ami hacau cabu sai-fini,	por isso, trazendo as sementes,	Thus bringing the seeds,
mai hamruhan ba Ita, hacmácin ba Ita,	vimos implorar, interceder junto de vós,	We have to beg, plead with you,
lole ibu sae, lolo lia sae,	vimos rezar e rogar,	Come to pray and pray,
ba liu iha leten ai, iha as ai,	às alturas celestes mais remotas.	The most remote celestial heights.
iha metan ai, iha láwat ai,	Sitas lá na escuridão espessa,	Perched there in the thick darkness,
halo tulun uit, halo dodan uit bé,	Para que nos deis alguma ajuda, tenhais pena,	For that we bear some help, I'm sorry,
halo cus-etu Maromac ai turu uit ba ami,	Fazendo com que a comida de Deus nos dê nos beneficie,	Making the food God gives us the benefits,
lun-etu Maromac halo dai uit baa mi bé,	a chuva divina chegue até nós,	Rain God comes to us,

6 "The Father is in heaven and the mother is in paradise; appears and falls with seeds of life on the world, put in my hand and my heart".

halo batar láic icin o matamatac,	que as bandeiras do milho se enverdeçam,	The flags of the corn is greening,
fore láic dikin o matamatac bé,	as do feijão vinguem,	The beans flourish,
tinan ai tóo, mamenon ai tóo,	no tempo devido do ano,	In due time of the year
ami hodi hanái dei, hahulu dei,	a fim de que possamos, descansadamente, honras,	So that we can ease, honors,
hatetu dei, harani dei,	oferecer sacrifícios e adorar,	Offer sacrifices and worship,
halo iha leten neba é as nebá,	dirigindo tudo para as alturas,	Directing everything to the heights,
iha metan nebá é láwat nebá	para o negrume do alto,	For the blackness of the high
Hé, nai fitun-oan, na fulan-oan,	a vós, ínclitos filhos das estrelas e da Lua,	To you, sons of the stars and moon,
Imi iha leten, iha as,	vós que habitais as alturas,	Ye that dwell in the heights,
Açu la tabic, manu la souruc,	onde não tendes que afugentar cães e galinhas,	Where you do not have to chase dogs and chickens,
Lalar la beça é néhec la buti,	incomodar-se com moscas e formigas,	Bother with flies and ants,
Atan ami, emar ami tanáat,	a vós a quem levantamos as cabeças,	To you who raise their heads,
ulu-heti namecaçi é fuc-láin namdahur,	tanto que se soltam as amarras dos cabelos,	Much to loosen the bonds of the hair,
Lolo liman la tóo é bi ain la dái.	a vós que não podemos atingir fisicamente.	You who cannot physically reach.
Lolo liman la tóo é bi ain la dái.		

Heaven, referred to during rainfall rituals, is a place far from earth, in the beyond, part of the dark celestial, while the *divine village* or the *divine world* of the legend 'Mau Raun and Bui Raun' is a space outside the world, is the celestial world. God inhabits this space as far from humans that their prayers are not heard directly by him but are mediated through the 'sons of the stars and the moon' (in the rainfall rituals). In the legend 'Mau Raun and Bui Raun', the prayers of the people are mediated by the Child of the Sun, and in the application of *Aihun Ancia*, humans pray directly to God.

In fact, heaven, or the *divine village* or the *divine world* inhabited by the *cockatoo-woman* is, surely, the heaven of the "illustrious sons of the stars and moon", or "illustrious son of the sun". Only the Timorese people know the winged can climb to heavens, and they also know that among the birds there are some that look like man, they can easily imitate human words. Of these winged beings, there is a *cockatoo,* that due to the whiteness of "her" legs, a symbol of spiritual purity, could be understood by the primitive hyperbolic interpretation, as coming from above, or the world beyond, just like one of the beings who inhabit this place in safety, where peace reigns, as well as happiness and wealth. The transformation from a denizen of heaven into a *cockatoo*, which then turns into a woman who comes into the world of single men to support them with the domestic chores, is in a figurative language, a pristine

and virtuous woman that sometimes leaves her kingdom in search of earthly perfection.

In the legend 'Mau Raun and Bui Raun', a sentence informs the reader of the origins of 'táis': "(...) upon leaving the guard searched her and found gold within its 'táis'". And so 'Hot-Gol' did not give Bui Raun, but only the 'táis' for their children and descendants". This legend makes us believe that the origin of 'táis' is also associated with one or more mythological legends of Timorese people.

The 'táis' is the Timorese cloth made with cotton woven in crude domestic handlooms by East Timorese women throughout Timor. The 'táis' is typically two to eight feet in length. Its colors and motifs have an artistic quality, where legends figures are depicted, for example, the figure of the crocodile, bird or the rooster.

The 'táis' is appreciated by the Timorese and classified as a mark of their identity, because according to Paulo Castro Seixas (2008: 15): "is the 'skin' of the ancestors that is continuously woven to cover the living, to link them in alliance, and to act in their turn".

In Timorese marriage, the 'táis' is a compulsory object of gift with which a bride's family gives in return for the dowry that was given by the groom's family. Because its 'táis' has an exchange value above the use-value, it values over time and has a high symbolic value, namely the use of 'táis' is a practice and artistry representation.

The 'táis' is a domestic product of East Timor, currently in vogue concerning those who visit the territory for the first time. Typically, scholars or analysts of ethnographic art are interested in this particular Timorese garment and question the representations of the colors, the style of writing and even the figurative woven depictions.

2. "Kes"[7]: Timorese Writing and its evolution

The written form is used to preserve local history, the history of the local context and as well it is an instrument of communication. We should consider that all known people, without distinction, have or had a written tradition, that is, they have historical footprints (symbolic), although in some cases, primitive people consider as writing the symbols drawn on the rocks, trees, palaces. So to say, they are lights that indicate the adventurous journey of human beings.

Man lives in a world of signs, because one live in a society and traditional societies cannot live if they had not developed their own codes, their own systems for the interpretation of hard data. The discipline of semiotics does not concern itself with the study of a particular type of common purpose but covers the relationship between structure and interpretation of the text and aims to research,

7 "*Kes*" is an expression of the Bunak ethnic group, which means "writing".

not only the linguistic element, but also every manifestation of language as a meaningful whole that represents the communication between people.

The human culture is built upon symbolism; this means, a person cannot live if codes and information systems, through the natural data, are not developed. Historically, symbolism has always followed the acts of people, the attitudes, language and science as their religion. That's why the human being from the beginning used the object as a description of memory for storing information. Thus, '*Kes'* seems designed by the symbols of artistic and technical matrix.

We know that the index of symbolism is physically connected with the object, for example, the depiction of a crocodile is an object, or something that symbolizes something else. The sound of '*nowa'* symbolizes the entrance of the dry temp, and '*Aquitou'* symbolizes the end of that season and the arrival of the rainy one. So does the *Uma-Lulik*[8] as a product of culture, despite having some complexities in terms of functions.

For the Timorese people, orality or the spoken word is the most important instrument of communication discursive, although one must acknowledge that speaking, to them, has an undisputed chronological preeminence in the transmission of their messages. The truth is that both the spoken and the written in the context of East Timor are indispensable elements of speech. Indeed, by speaking one can say anything about the existence of things and writing helps to understand specifically the degree of relevance of the fundamental arguments of the speech. Such practices explain that the relationship between them is put on an ongoing socio-historical and typological shift, which is evident in the Timorese writing called 'Kes'.

Some *lia-na'in* (Keepers of the word) of the Bunak group say: 'Kes' is as a rule, i.e., a law that guides the activities of each family member. At the same time, it is a symbol of the presence of the ancestors. In the representation context, 'Kes' is a set of symbols that carries with them certain meanings that only elder people know how to interpret. On what concern rituals, 'Kes' has an important role in the context of the history of Timorese origin of man and his descendants; from there arises the most prestigious cultural and historical Timorese man's characters.

'Kes' is all that is described by the symbols and it can be taken as a representation of things and is a sign or writing based upon cultural convention. Therefore, the criteria of 'Kes' code are its formality and conventionality. This is interesting at many levels, as in 'Kes', the key position of interpreting the code underlying formation discursive where the rules of each symbolism and / or sign represent a description of life. In this case, we consider 'Kes' as an ordering of objects (paintings, drawings, and among other instruments), which not only represent groups of signs, but also the power relations (Foucault, 1972: 48-49).

8 'Uma-lulik' – sacred house.

In this sense, 'power' coexists with the social embodiment; power relations are intertwined with other types of relations (production, kinship, family, sexuality) and can be seen in cave paintings that symbolize human presence in a given space. Thus, power relations are entangled and their interconnections delineate general conditions of domination by organizing it in a strategic way, more or less coherent and unitary.

All figurative paintings and depictions in the caves, walls, doors and tiles are imaginary descriptions of the old Timorese man about its existence. And these are the first media of the Timorese and are updates of the past. The figurative writing on the walls, doors and in the caves, figures as a support of carried items encoded by their shape or the materials they are made with, due meanings that determine who interprets them. Thus, one can say the various writing systems of East Timor are based on pictograms and ideograms, in semiotic marks of various kinds and even the Phoenician alphabet which, although similar to the writing true, had no representation of sounds of vowels but have its own meaning nonetheless.

We find the figurative written Timorese traditional arts, such as "pottery, basketry, wood working, weaving, and work of metal. These forms of art act as Timorese culture symbols, which at the same time highlight and hide, therefore and due to the fact that they overcome the specific artistic process, the very object of revelation" (Seixas, 2008: 15). In the Timorese artistic pottery references are made to humans and animals, which usually decipher the origins of God, land, water, or man. As Castro Seixas argues: "The figure is a symbol of courage to confront the secret of life, the secret of the double look on life in the palm of the hand of God and in the palm of Man" (Seixas, 2008: 16). Writing in figurative pottery art is a way of representing what is finite and not finite, depending on your second finite function of the narratives of each ethnic group. From the media studies view point, figurative drawings (better known as figurative writing) in the Timorese art motifs are elements that guarantee the truly *original writing* of Timorese people.

In most Timorese traditional artistic production, masculine and feminine principles can be found. These principles often connect with each other, a male can meet up with a woman's breasts, and a human head intersects with the body of a mystical legendary animal.

The Timorese people have their own forms of abstraction and representation, including to abstract iconography and art to religious or ancestral. Typically, used geometric ornaments present a wide range as evidenced by the different artistic Timorese manifestations, knowing that there are characteristic of certain regions themes.

In the context of iconic symbolic representations there is something of the other that is transmitted to the human mind and also here is something within the human being that passes to the other. This means that there is an

area of trade – the transfer, physical and symbolic, emotional and communicative – between the 'self' as a man and the "other" as the representation of the spiritual. That is, according to Habermas (1994: 144), what starts in the nature is the only state of things we can learn according to their nature: language and with the language structure is put to us emancipation. With the first proposition expressed clearly the intention of a common consensus and without restrictions. In self-reflection, knowledge, information comes to coincide with the interest in the majority. The emancipator interest concerns the consummation of reflection as such. Undoubtedly, only an emancipated society, which had carried out the majority of its members, is that communication would unfold in the free of domination dialogue, the idea of true consensus.

However, it is through figurative writing that mankind has always had a need to try to understand its origins, its end, the phenomena of nature, and the complex feelings that are inherent to the human soul. The figurative writing on the doors (see Figure 1 and 2) are worked with anthropomorphic, zoomorphic, and geometric elements and these represent the cultural heritage of the Timorese people and one of the most sought after by scholars, especially those who appreciate the artwork.

In the figurative writing in the doors, animals are usually mystic, clan legends, and fertility cults, naturalistic and abstract geometry. Usually doors are used in the Timorese sacred houses to represent the memory of our ancestors, that is, the iconic elements that mark the power lines. All representations vary as a function of vertical or horizontal position, which demarcates the different approaches to the sacred space of the *Uma-Lulik*. The object of Timorese ethnographic culture has been looted or forged, and in the 1980 of the twentieth century, when the multiplication of these figurative doors was fueled by a growing demand for museums and collectors, mainly students of art, anthropology and ethnography.

In the doors and panel of Timorese sacred houses, there are figurative writings of the geometric kind, mimicking the motif of snakes, crocodiles, a woman's womb or a human head (see Figure 1, 2 and 3 – see Sousa, 2001a). In particular in what refers to house panels, it seems the similarity of this type of mimics writing to the motion of ocean waves. Realistically, all the decorated icons or writings on the doors or panels of sacred houses symbolize and / or secure a sacred iconography of the local lineage.

The door of each 'Uma-Lulik' (sacred house) has, at least, one or more figurative writings, as it is the holy place and the contact between man, god and spirits indeed, and even their reproduction, in that it shows the body and the soul of those who live there, without any need to replacement. Through the sacred house, Timorese people get a new ability to communicate with the environment that surrounds them. And it seems that within this communication system the very figurative writing sets and reflects the past culture of Timorese






1 2 3

1 House door (collection of Regents of Porto University, 2001).

2 Barn door (collection of Faculty of Arts of Porto University, 2000). This type of door is somewhere in the sacred house of Suai/Tilomar (twentieth century). The function of this port is to close the space reserved for the rice barn in a sacred house. The representation of the heads of the rooster symbolizes power to protect the house where they keep the rice. The rooster is a symbol of masculinity and power. The door closes with this symbol that the space reserved and forbidden to forbid entry to women particularly. The rice is kept in the sacred houses used as offerings in various cults and festivity directed to the ancestors.

3 Panel home, Timor-Leste, Los Palos (twentieth century) (collection of Regents of Porto University, 2001) .

ethnics, which are still alive. This practice is as a kind of translating from oral culture to written culture.

In fact, this synthesis may sustain or strengthen the collective identity of the several "parallel societies" in East Timor; therefore, it rests upon the Timorese state and civil society the goal to create a "community system", or a model that Paulo Castro Seixas (2006) calls far-sighted "bridge building". Then, the new dimension of communication of cultural translation can lead the country development in various sectors of the state (including civil society) in order to build a 'perpetual peace' (Kant – Perpetual Peace) in the territory (of national scale) and worldwide (of international scale). Although we might realize that in a globalized world, the modernization of culture implies a strong cultural policy of systematic translation of tradition.

The presented figurative style of writing (Figure 1) is a metaphor symbolizing fertility which represents human life in the universe. In the large rectangular central panel, decorated with inlaid geometric spirals symbolizing the universe and at the top and bottom one can see a two-piece is carved with two breasts of a woman and a human head, respectively connected by a rope from sisal. The figure is purely feminine, the central rectangular panel can be interpreted as the woman's womb, and the head is a metaphor for the human newborn. What seems more important from this perspective is the figurative role – for most Timorese – representing or indicating the true path of his 'Bei Gua' (the passageway of the

ancestors). As such it is not classified as mere ornament or decoration, but first, a precise language, states Ruy Cinatti "The important thing to him [Timorese] and the general consensus is to have defined a communication system" (Cinatti, 1987: 66). And we know that, for example, "the houses of Timorese Lospalos have numerous similarities with its counterpart of the Bronze Age in Japan. Many earlier years refer to such a possible origin" (Cinatti, 1987: 164).

The following Cinatti's statements legitimize Osorio de Castro's description of the house: "The Governor, himself, showed me a depiction that he had taken showing a sketch of a singular '*uma Lulic*' (sacred house) belonging to the kings of Laga, and told me that it reminded him of a rustic building in Japan hinterlands. Sitting above stilts, holding in the middle an open wooden platform, with a roof shaped as an irregular truncated pyramid, (...) Going up a ladder to a door with carved ornaments, of a half-toke on the shutters, of a snake in the other. The construction of the roof finishing is decorated with large univalve shells" (cited Cinatti, 1987: 164).

In a biological or naturalistic order, the sort of figurative drawings on the doorstep (see Figure 1), begins with man presence in the physical world and with what (animal or vegetable), it seems, and indeterminate by their nature are illustrated information concerning any aspect of the human interaction with its environment, i.e., "the world to which he came creates, produces and provides its own 'Environment'. However, by this process of transformation of the world, tailoring it to their needs, the more Man respects the nature, he is part of, the more he will respect himself" (Paulino, 2009: 4). Thus, for Timorese people the binomial "tree-house", establishes the relationship between man and his metaphysical world, and the binomial "man-house" establishes the symbolic world with the social order of its most static order and that in despite of differences between the houses – in the opinion of Cinatti – represent the conceptual dualism of Timorese religion (Cinatti, 1987: 164-165). Thus, "the house and, by extension, the resort, is thus an open book in which Timorese 'read with the lines that sew'" (Cinatti, 1987: 165-167).

In short, the *house/knua* is constituted by multiple borders. These borders are both horizontal (male/female) and vertical (the male represents heaven and the female symbolizes the earth). This concept varies according to the myths of origin in different ethno-linguistics groups constituting Timorese society. Nonetheless of note is the particularity that houses reserve specific symbolic places for animals and at the same time, the *house/knua* is the center of the cultural contacts and the breeding place for the family and for social relationships. It is the political and economic center. The "*house* or *knua*" constitutes itself as a sort of super-family imaginary and it is the background of the nation (Smith, 1997, p. 25). Thus the house can be classified into three imaginary dimensions: Community, Nation/State and World, which is rooted in the notion of home as defining and representing identity.

Conclusion

In this work we have dedicated ourselves to addressing the source of the Timorese writing and the first written texts on Timor.

We acknowledge that oral language is of paramount importance, both for societies of oral culture tradition and for societies of written cultures. The legends, myths, folk tales and traditional songs of East Timor were first published in the 50s of the XX century, starting a new cycle of Timorese literature – the majority of which is written in Portuguese language.

We have seen that there are two dimensions in orality: the "primary orality" and the "secondary orality". The first refers to the culture of an untouched by writing society – as Timorese prehistoric society – or any knowledge of writing or of the press, or even the people totally unfamiliar with the writing. The second one refers to the contemporary culture full of high technology, in which a new orality is sustained by telephone, radio, television and other electronic devices. These new instruments of oral and writing work depend on the culture and the press.

In the current technological world, there is a culture of primary orality, in the narrow sense, in which all cultures get to know different people's writings and experience its effects through technological globalization. That is what one sees when crossing from the oral culture to a written culture. Now newspapers, magazines and books are indispensable means for human development, especially to inform, educate and entertain.

This paper also discussed the artistic motifs symbolizing a kind of figurative writing such as the use of a lizard or crocodile, which is a dominant element in Timorese mythology and culture. This kind of figurative writing through the use of art motifs is common to other cultures of the Asian region and the South Pacific. In Papua, Australia, Melanesia and the Philippines the crocodile is also considered a theme and an icon – which is suggestive of a collective mythology of the peoples of those parts of the world. By ensuring that pieces like these are protected and displayed by the *State Department* and the *National Museum of Culture in East Timor*, it is a support which not only shows, but promotes, the culture of East Timor, seeking to understand the connection it has with the cultures of the neighbors' states.

For countries recovering from prolonged periods of conflict and violence, the preservation of cultural property, as the pieces in this collection, provides a basis for identification, which helps to rebuild shattered communities, restoring identities and connect the past of peoples with their present and future. This has a particular relevance for the population of an emerging economy. In post-conflict, cultural identity is a driving force for development, not only with regard to economic growth, but also as essential for individuals to live a life of intellectual, emotional, moral and spiritual satisfaction. For a country like East Timor, in which even today the divisions remain evident, preserving and

celebrating these objects may be the mortar of inclusion and respect which are central to the creation of the framework of the new nation.

References

ALMEIDA, A. (1968 [1994]), "Alguns aspectos antropológicos do Timor Português", in A. Almeida (ed.), *O oriente de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Fundação Oriente, 264-284.

AYALA, F. (1970), *La Retórica del Periodismo*. Madrid: Espasa-Calpe, S.A.

BARROS, J. (1972a), "Lenda da mulher Cacatua", *Seara,* Díli, ano 7, 226.

BARROS, J. (1972b), "Lenda das Irmãs Cetáceas", *Seara,* Díli, ano 7, 227.

BARTHES, R; MARTY, E. (1987), "Oral/Escrito", in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 32-57.

BURROW, J. A. (1982), *Medieval Writers and their Work*. Oxford: OUP.

CAMPOS, C. (1967), *Mitos e Cantos do Timor Português*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

CARRUTHERS, M. J. (1990), *The book of memory: a study of memory in medieval culture*, Cambridge: CUP.

CINATTI, R. (1987), *Motivos artísticos timorenses e a sua integração*. Lisboa: IICP-Museu de Etnologia.

COLEMAN, J. (199), *Public reading and the reading public in late medieval England and France*. Cambridge: CUP.

CORREIA, A. A. M. (1944), *Timor Português – contribuições para o seu estudo antropológico*, Lisboa: Imprensa Nacional.

FOUCAULT, M. (1972), *Archaeology of Knowledge*. New York.

GOMES, N. S. (2008), *Halibur Literatura Popular iha Timor-Leste*. Díli: Instituto Nacional de Linguística – UNTL.

HABERMAS, J. (1994), *Técnica e Ciência como Ideologia*. Porto: Rés Editora.

OLIVEIRA, L. (1950), *Timor na história de Portugal*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, vol. 2.

PASCOAL, E. E. (1967), *A alma de Timor vista na sua fantasia*. Braga: Barbosa & Xavier.

PAULINO, V. (2009), *Identidade e Representação: uma abordagem da cultura timorense*, dissertação de mestrado, FCSH-UNL, Lisboa.

SÁ, A. B. (1961), *Textos em teto da literatura oral timorense*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, vol. 1.

SANTOS, E. (1967), *Kanoik: Mitos e lendas de Timor.* Lisboa: Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa.

SEIXAS, P. C. (2006), "Desafios à construção da nação em Timor-Leste: traduzir tradução em situação pós-colonial. Paper presented on May 20, 2006, in Lisbon, within the celebration of the 4th anniversary of the Timor-Leste Restoration of Independence.

SEIXAS, P. C. (2008), *Uma Timor, Uma Malae: Tradução de tradição*. Porto: Edição UFP.

SMITH, A. (1997), *A identidade nacional*. Lisboa: Edição Gradiva.

SOARES, C. M. (1998), *Tradisi The' A Aihun – Ancia*. Díli: UNTIM.

SOUSA, I. C. (2001), "The Portuguese colonization and the problem of East Timorese nationalism". *Lusotopie*: 183-194.

WEBER, M. (1994), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Brasília: Universidade Brasília, vol. I.

Submitted: 17-02-2016
Accepted: 03-06-2016

Ferreira, Patrícia I. Martinho – As memórias "arrumam-se em quadros fixos": a experiência traumática de Solange Matos, narradora de *A Noite das Mulheres Cantoras*. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 99-118

As memórias "arrumam-se em quadros fixos": a experiência traumática de Solange Matos, narradora de *A Noite das Mulheres Cantoras*

PATRÍCIA I. MARTINHO FERREIRA*
Brown University

Resumo
Em *A Noite das Mulheres Cantoras* (2011), Lídia Jorge apresenta-nos uma interessante reflexão sobre os perversos meandros do mundo do *show business* e da fama conseguida a qualquer preço. Esta reflexão enquadra-se numa macroestrutura narrativa que problematiza a organização da sociedade portuguesa pós-colonial, uma sociedade que recebeu "os restos humanos" de um império de vários séculos. Conjugando aspetos da crítica pós-colonial e dos estudos de trauma e memória, pretende-se analisar neste trabalho o percurso de perda de inocência de Solange Matos (a narradora e personagem principal da narrativa), explorando de que maneira o trauma da experiência colonial se entrelaça com as memórias e os afetos, acabando por interferir na construção da identidade individual.

Palavras-chave: sociedade portuguesa pós-colonial, trauma, experiência traumática, violência, corpo, memória, esquecimento.

Abstract
***Memories "arrange themselves in fixed patterns": Solange Matos's traumatic experience in* A Noite das Mulheres Cantoras**
In *A Noite das Mulheres Cantoras* (2011), Lídia Jorge presents an interesting reflection on the perverse intrigues of the world of show business and of fame obtained at any price. This reflection is framed within a narrative macrostructure that problematizes the organization of post-colonial Portuguese society—a society that became the recipient "the human remains" of an empire that endured several centuries. Conjoining aspects of the post-colonial critic and trauma and memory studies, this essay analyzes

* Department of Portuguese and Brazilian Studies, Brown University. Email: patricia_martinho_ferreira@brown.edu.

the course of loss of innocence of Solange Matos (the narrator and main character) in *A Noite das Mulheres Cantoras*, exploring that sorts out the trauma of the colonial experience is interlaced with the memoirs and the affections, ending for interfering in the construction of the individual identity.

Palavras-chave: postcolonial Portuguese society, trauma, traumatic experience, violence, the body, memory, forgetting.

Resumé
***Les mémoires « s'aménagent dans des cadres fixes » : l'expérience traumatique de Solange Matos, narratrice de* A Noite das Mulheres Cantoras**
Dans *A Noite das Mulheres Cantoras* (2011), Lídia Jorge présente une réflexion intéressante sur la perversité des méandres du monde du show business et de la célébrité conquise à n'importe quel prix. Cette réflexion se situe dans une macrostructure narrative qui problématise l'organisation de la société portugaise postcoloniale, une société qui a reçu « les restes humains » d'un empire âgé de plusieurs siècles. C'est en conjuguant des aspects de la critique postcoloniale et des études sur le trauma et la mémoire que nous prétendons analyser dans ce travail le parcours de perte d'innocence de Solange Matos (la narratrice et le personnage principal du récit). Nous explorerons la façon dont le trauma de l'expérience coloniale s'entrelace avec la mémoire et les affects et finit par interférer dans la construction de l'identité individuelle.

Mots-clés : société portugaise postcoloniale, trauma, expérience traumatique, violence, corps, mémoire, oubli.

Em *A Noite das Mulheres Cantoras*, o décimo romance de Lídia Jorge, publicado em 2011, a autora apresenta-nos uma ampla reflexão sobre os meandros da cultura do espetáculo. Este mundo, projetado na narrativa através da expressão "império minuto", traz consigo associadas as temáticas do imediatismo, do esquecimento, assim como das rápidas transformações sociais e dos efeitos perversos da fama conseguida a qualquer preço. Esta reflexão enquadra-se numa macroestrutura narrativa que remete para as vivências da sociedade portuguesa colonial e pós-colonial, uma sociedade que recebeu, na segunda metade da década de 70, "os descendentes dos pedaços de um velho império" (17)[1] de vários séculos. Com efeito, ao mesmo tempo que propõe uma reflexão crítica sobre a efemeridade e o imediatismo típicos da indústria do *show business*, Lídia Jorge retoma neste romance a sua preocupação com a história e a identidade portuguesas, sublinhando, uma vez mais, a necessidade de não esquecermos, ou seja, de percebermos que o esquecimento não é fatalmente a única "lei que nos rege" (11) quer enquanto indivíduos, quer enquanto sociedade. Por outras palavras, tanto o

1 Todas as citações do romance em análise serão identificadas apenas através do número de página.

esquecimento imposto pelos imperativos do "reino do efémero" (uma expressão usada no livro como sinónimo de "império minuto") quanto o esquecimento do nosso passado colonial devem ser combatidos criticamente.

A trama deste romance é aparentemente simples. Temos cinco jovens que, no final dos anos 80 (mais especificamente nos anos de 1987 e 1988), se reúnem para formar uma banda musical com o ambicioso objetivo de abalar o panorama musical português. Vinte e um anos mais tarde, Solange Matos (a letrista do grupo) decide contar a história desse projeto, expondo algumas verdades que o tempo deixou escondidas e expondo, sobretudo, a perversa personalidade de Gisela Batista, a líder da banda e a única que, passados todos esses anos, continua imersa nas redes da cultura do espetáculo.

A problemática em torno do esquecimento e da memória é central nesta narrativa, e a escritora parece enfatizar que só através da memória podemos reavaliar criticamente o passado, entender o presente e antecipar o futuro. No caso deste romance, a reavaliação do passado é feita pelo menos a dois níveis. Num nível mais óbvio, e que se prende com a estrutura do próprio livro, essa reavaliação é feita através da junção de duas sequências narrativas diferenciadas. Ainda que a voz da enunciação seja a mesma – a de Solange Matos, a intenção subjacente a estes dois relatos, apresentados paralelamente, é diferente. Na primeira sequência, intitulada "Noite perfeita", a narradora centra-se no evento que decorre no Tivoli e que reúne, em prol do sucesso de Gisela, as cantoras vinte e um anos depois da formação e dissolução do grupo, reproduzindo a perspetiva desta última sobre os eventos passados. Na segunda, a narradora ocupa-se da sua própria versão dos acontecimentos, entrevendo-se neste seu ato de contar uma genuína necessidade de repor a verdade sobre as situações vividas duas décadas antes. Num nível menos óbvio, mas latente, o passado questionado e reavaliado é o passado coletivo, o passado de um país colonial que tardou a fazer a descolonização e ao qual o leitor tem acesso através de experiências individuais – as experiências das cinco cantoras da banda.

No artigo intitulado "Literatura, memória, resistência: breves apontamentos em tempo de crises" (2012), Paulo de Medeiros reflete sobre o contexto histórico-social da atualidade europeia e, em particular, da portuguesa, bem como sobre a possibilidade de a literatura funcionar como espaço de reavaliação do passado, de construção do presente e de projeção do futuro. Efetivamente, Medeiros explica que vários autores portugueses contemporâneos (como António Lobo Antunes, Lídia Jorge, Dulce Maria Cardoso e valter hugo mãe) têm vindo a oferecer "possibilidades de contestar a situação atual ao insistir[em] na reflexão sobre o passado imperial e colonial e os modos em como esse passado – ainda bem recente – continua a assombrar a sociedade portuguesa, e não só" (218). O escopo do artigo de Medeiros é alargado e remete para o trabalho de memória e de questionamento do passado feito no âmbito das várias literaturas escritas em língua portuguesa, porém, o que aqui

nos interessa são as suas reflexões sobre o caso específico dos autores portugueses. Medeiros destaca, a este propósito, o contributo que as narrativas literárias centradas na realidade portuguesa podem dar ao debate sobre a condição pós-imperial da Europa, afirmando que o fazem através do modo "como combinam questões pós-coloniais com aspectos de trauma, individual e colectivo" (222). Numa sociedade que precisa de construir um futuro mais digno, é imperativo, insiste o autor, "estudar as questões de traumas individuais e colectivos referentes ao passado político do país e a forma em como ele condicionou não só o quotidiano pessoal como a própria construção da identidade nacional" (222). Medeiros chama a atenção, deste modo, para a "necessidade de conjugar aspectos da crítica e teoria pós-colonial aos estudos de trauma e de memória" (222) no sentido de melhor reavaliar o passado de forma crítica e, consequentemente, diremos nós, melhor entender as propostas narrativas de alguns autores contemporâneos, como Lídia Jorge. Paulo de Medeiros afirma que o passado colonial português continua de certa maneira a "assombrar" o presente da sociedade portuguesa e é justamente essa ideia que pretendo explorar neste trabalho.

Em *Trauma and Survival in Contemporary Fiction* (2002), Laurie Vickroy explica que as narrativas sobre trauma desempenham uma função importante ao explorarem a questão da memória e do esquecimento nos contextos das relações sociais e psicológicas. A experiência traumática e a sua representação têm sido, por isso, um dos tópicos trabalhados nos últimos tempos e as análises pós-coloniais dos custos psicológicos da colonização e do racismo ocupam um papel relevante em algumas destas narrativas. A autora declara, igualmente, que o envolvimento e a adesão emocional do leitor acontecem de forma natural porque estas narrativas levantam questões sobre a subjetividade e a habilidade de lidar com a perda, mas também porque levantam questões e dilemas que nos confrontam com os nossos próprios medos e porque, em última análise, confrontam a sociedade com os indivíduos traumatizados.

O percurso da perda de inocência[2] de Solange Matos, a narradora de *A Noite das Mulheres Cantoras*, é um exemplo evidente tanto da "assombração" de que Paulo de Medeiros fala, quanto da necessidade de confrontar a sociedade portuguesa com os traumas dos seus cidadãos. Nascida em Moçambique, aos seis anos de idade, Solange é obrigada a fugir com os pais no momento em que a ex-colónia portuguesa conquista a sua independência, a custo de uma longa guerra colonial. Durante essa travessia, Solange vive uma situação que a marcará profundamente e que diz respeito ao momento em que o pai se prepara para cometer um ato de extrema violência sobre um jovem negro de quem dizia ser o seu aluno preferido. Leia-se a passagem em que essa situação é descrita ao pormenor:

2 Referindo-se a Eva Lopo, a protagonista de *A Costa dos Murmúrios*, Maria Graciete Besse nota que a perda da inocência é ilustrada, por vezes, pela "revisitação da memória individual e coletiva" (123). O caso de Solange Matos é um outro exemplo disso mesmo.

> Muita coisa se esfumou do que se passou à sombra dos Montes Namuli [...]. *Mas* lembro-me da nossa saída em fuga pela estrada do Gurué afora, e do camião de caixa aberta onde transportávamos as malas cobertas por um oleado verde.
>
> Lembro-me que à saída de Gurué o meu pai descobriu que não fugíamos sozinhos, que o aluno dilecto se tinha instalado entre o oleado e as malas. Lembro-me de ver o meu pai a saltar da cabina, de se dirigir à carroçaria e de expulsar o aluno que não sabia ler o x. Lembro-me de retomarmos o caminho e de vermos que **duas mãos continuavam penduradas no taipal traseiro**. Lembro-me de o meu pai pisar com a ponta das suas botas os dedos do aluno dilecto, de **as mãos do aluno resistirem** ao impacto das solas, de o meu pai reentrar na cabina e pegar na catana que levávamos sob o assento, disposto a cortar **as mãos do aluno dilecto agarradas ao taipal**, e depois só me lembro de ver, atrás do nosso camião, e de a sua figura ir minguando, até que se fez uma curva e o homem e a estrada desapareceram de todo. *Mas* não sei concluir sobre esta circunstância a não ser que ela se incorporou no meu corpo, que ficou atada a ele, presa por nervos e ligamentos, como uma perna, um braço, um órgão. Levei-a comigo quando entrei para a escola e depois para a universidade, fez comigo todo o tipo de provas e exames finais, viajou com a minha pessoa por onde quer que eu fosse [...]. (51-52, destacados nossos)

Este episódio em que o pai, de catana em riste, se dispõe a cortar as mãos do jovem negro a quem tinha ensinado a ler vai ser central no percurso de busca ontológica de Solange, uma vez que é revivido como uma experiência profundamente traumática.

Na introdução a *Trauma: Explorations in Memory* (1995), Cathy Caruth explica que ser traumatizado é ser possuído e perseguido por uma imagem ou evento, o que faz com que o indivíduo traumatizado faça parte de uma história que não é capaz de apreender e compreender na totalidade. Deste modo, um trauma é uma resposta "sometimes delayed, to an overwhelming event or set of events, which takes the form of repeated, intrusive hallucinations, dreams, thoughts or behaviours stemming from the event" (4)[3]. Esta patologia consiste, como explica a autora, "solely in the structure of the experience or reception: the event is not assimilated or experienced fully at the time, but only belatedly in its repeated possession of the one who experiences it" (4)[4]. A descrição de Caruth aplica-se justamente à experiência de Solange, na medida em que esta jamais esquece as mãos do jovem negro que, agarradas ao taipal, tentavam acompanhar o camião em fuga. O ato de violência que o pai estava disposto a exercer sobre alguém de quem aparentemente gostava acompanha Solange como se fosse mais um membro do seu corpo e esse membro fosse indispensável

3 Tradução: "resposta, às vezes, atrasada, a um evento avassalador, ou a um conjunto de eventos, que pode assumir a forma de alucinações, sonhos, pensamentos ou comportamentos repetidos e intrusivos decorrentes do evento". Todas as traduções neste ensaio são nossas.

4 Tradução: "unicamente na estrutura da experiência ou da receção: o evento não é assimilado ou experimentado plenamente no momento em que acontece, mas só mais tarde na possessão repetida de quem o experienciou".

à sua sobrevivência. Esta relação dialógica entre o "corpo" da narradora e a "circunstância" por si vivida durante a "fuga pela estrada do Gurué afora" vai ser lembrada repetidamente ao longo da sua vida, e essa lembrança vai acompanhá-la para todos os lados como um fantasma que a assombra e a pressiona, como uma imagem de difícil explicação e entendimento, enfim, como um evento traumático. Se voltarmos ao fragmento acima citado, veremos que essa experiência é, em termos linguísticos, expressa pela incisividade das frases curtas, pela plasticidade do verbo *esfumar-se*, pelo uso repetitivo do verbo *lembrar-se* e, ainda, pela abundância dos verbos de movimento (*saltar*, *reentrar*, *ir minguando*, etc.). Relevante é também o duplo uso da conjunção adversativa – *mas* – que marca, num primeiro momento, a oposição entre o *não lembrar* e o *lembrar* e, num segundo, entre a memória e a compreensão dessa memória.

Sente-se no relato de Solange uma profunda e incontrolável urgência de regressar ao passado, como se aquela "circunstância" lhe tivesse "ficado colada ao corpo de forma tão renitente quanto a imposição física de um membro, ou de uma víscera" (32) e o voltar a ela fosse, para si, uma inevitabilidade que a sua vontade e a sua racionalidade não conseguem controlar. A inscrição daquele episódio do passado no seu próprio corpo é, como se vê, altamente expressiva, tanto porque mostra que um episódio violento vivido na infância se intromete de forma contínua no presente, como porque reitera a impossibilidade do esquecimento, sublinhando a violência envolvida naquela situação. Apesar de a violência do pai não ter sido dirigida ou exercida sobre ela, Solange guardou essa violência como se fizesse parte do seu próprio corpo, como se fosse uma víscera, a parte mais íntima de si própria. Tal como Laurie Vickroy explica "living history and trauma in the body not only demonstrates some of the most painful aspects of enduring and surviving traumatic situations, but also gives readers a sense of the violations experienced by individuals as larger forces intrude on them" (2002: 223)[5]. Essa violência representa, assim, uma força intrusa que se impõe sem autorização e que constitui o núcleo da situação traumática.

É importante notar ainda que essa "circunstância" do passado paira na vida de Solange de forma latente, perseguindo-a constantemente e influenciando a sua maneira de ser e agir. Dominik LaCapra define os eventos traumáticos que exercem uma força avassaladora na vida de um indivíduo como "*hauntingly possessive ghosts*" (2001: xi)[6]. Esta definição de LaCapra perpassa todas as descrições e alusões que a narradora faz relativas ao impacto daquela circunstância vivida a caminho de Joanesburgo, mesmo que a narradora não use explicitamente a palavra *fantasma*. Leia-se este breve exemplo: "Eu não

5 Tradução: "viver a história e o trauma no corpo não só demonstra alguns dos aspetos mais penosos de **ter sobrevivido ou resistido a** situações traumáticas, mas também dá aos leitores uma noção das violações sofridas por indivíduos quando forças maiores se intrometem nas suas vivências".
6 Tradução: "fantasmas assustadoramente possessivos".

falava do assunto, mas essa travessia vivia comigo de manhã à noite, marcava o meu ritmo e a minha crença, pintava de cores impressivas a minha reserva e a minha juvenil brutalidade" (32-33).

A "circunstância" traumática vivida na travessia do Gurué invade (mesmo que não fale sobre ela) o presente da narradora, sem que esta o possa evitar. E tal irrupção de uma temporalidade na outra é vivida como uma forma de posse ou assombração. A vivência de Solange Matos ilustra precisamente esta relação temporal não linear com o passado, sendo a associação entre o episódio da travessia e a sua relação com Murilo Cardoso um exemplo evidente. Ao corporizar todas as certezas que Solange não consegue ter perante a vida, este jovem (com a sua intransigência e o seu idealismo político) funciona como um gatilho que, por um lado, despoleta a violência que a assombra desde criança, e por outro, reitera a necessidade inexorável de ruturas. Assim, é a imagem das "mãos agarradas ao taipal" que lhe vem à memória quando Murilo a adverte dos perigos que a sua relação com a Gisela Batista lhe traria no futuro (52) ou, ainda, quando ela própria, perante a antevisão do sucesso que a sua carreira como letrista e cantora lhe proporcionaria, justifica a impossibilidade de continuar a relacionar-se com Murilo[7].

O impacto emocional daquela cena de violência na vida de Solange é, com efeito, traduzido através da dilatação do tempo cronológico e da imagem de um corpo paralisado e hesitante face a uma situação que exige uma resposta imediata. Como Anne Whitehead afirma "In its negative aspect, repetition replays the past as if it was fully present and remains caught within trauma's paralysing influence" (2004: 86)[8]. Essa paralisação que decorre da invasão do presente pelo passado é experienciada por Solange não só quando esta, perante o desafio das irmãs Alcides de ser a letrista de uma nova banda, se sente incapaz de dar uma resposta assertiva e apenas aceita o convite para contrariar Murilo, mas também quando se vê questionada por Gisela Batista sobre as suas ambições para o futuro. Em ambos os casos é a sua capacidade de decisão e ação que é posta em causa[9].

A sensação de flutuar entre o passado e o presente é constante na vida de Solange e tal flutuação manifesta-se na narrativa quando esta nos dá conta, por

7 Leia-se: "Murilo tinha passado a ser duas mãos coladas ao taipal de um camião de caixa aberta. O mundo miniatural estava cheio delas, as de Murilo eram apenas mais duas. E eu ainda ouvia o meu pai dizer, quando recordava a nossa fuga, que só dispondo de uma vida nunca daremos resposta àqueles que exigem que nos separemos em partes inseparáveis. Não podemos ser dois mundos. Era o que a imagem do meu pai me dizia, de catana levantada, disposto a cortar as mãos do aluno dilecto. Um assunto sem solução que regressava, de novo, para resolver o caso de Murilo" (170).

8 Tradução: "No seu aspecto negativo, a repetição reproduz o passado como se estivesse totalmente presente e continua enredada na influência paralisante do trauma."

9 Leia-se: "Paralisada. Como muitas vezes sucedia, a imagem dos campos enlameados do meu pai vinha ter comigo, prendia-me ao chão, os seus ruminantes conduziam-se para os sítios da prudência, o tempo dilatava-se na minha frente em todas as direcções e eu pensava em vários dados em simultâneo." (43) E "Eu estava paralisada, e deveria dar-lhe a imagem de uma criatura em plena desorientação, uma rapariga afundada em silêncio e estupor [...]" (61).

exemplo, da invasão da infância (tanto da infância passada em Moçambique, como no interior de Portugal, já depois do regresso apressado) nas suas vivências como adolescente e jovem adulta. A este respeito, o percurso emocional, mental e comportamental de Solange pode enquadrar-se na argumentação de Inge Wimmers sobre a natureza e a função das emoções. Na senda de Martha Nussbaum, que chama a atenção para a importância das narrativas no estudo das emoções, Wimmers explica que as emoções são uma espécie de estrutura cognitiva cujas fundações podem ser encontradas muito cedo na vida, sendo determinantes na vida adulta: "the 'geological upheavals of thought' that constitute the adult experience of emotion involve foundations laid down much earlier in life, experiences of attachment, need, delight, and anger. Early memories shadow later perceptions of objects, adult attachment relations bear the traces of infantile love and hate" (2003: 6)[10]. No percurso de Solange essas fundações remetem, sem dúvida, para as suas vivências coloniais. É importante lembrar igualmente que a evocação de experiências traumáticas ou, simplesmente, de experiências emocionais negativas se repete independentemente da vontade da pessoa implicada na situação em causa, tal como Caruth (1996: 2) explica e Solange ilustra: "essa travessia vivia comigo de manhã à noite (...). No lugar onde deveriam alinhar-se abstracções escolares (...) alojavam-se concretos apanhadores de chá vergados sob cestos, o cheiro das folhas delidas sob o efeito da secagem" (33).

A esta sensação acrescem as dificuldades de falar sobre o passado ("Nunca falávamos de nós" 30) e de tomar as rédeas da sua vida, como se Solange fosse apenas uma peça dentro de um vasto puzzle com regras que não foram criadas por ela (a ideia do pai como "o narrador da [sua] vida" ilustra precisamente esta falta de agência a que Solange alude). Essas dificuldades expressam-se na contradição existente entre a crença incutida pelos pais na não inevitabilidade do destino – "eu tinha recebido a ideia de que o destino é uma oferta que o presente faz ao futuro, e não o contrário" (30) –, e o sentimento de que a vida é movida inelutavelmente por um carro conduzido por dois cocheiros, isto é, forças que não controla[11].

Os estudos mais recentes em torno das teorias relacionadas com o trauma e as ficções que se centram em vivências traumáticas apontam várias técnicas linguísticas usadas pelos autores para traduzir o trauma e o impacto da situação traumática perante os leitores. De acordo com Anne Whitehead, essas

10 Tradução: "as 'convulsões geológicas do pensamento' que constituem a experiência emocional dos adultos envolvem fundações estabelecidas muito mais cedo na vida, experiências de apego, necessidade, prazer e raiva. As memórias de infância ensombram perceções posteriores dos objetos, relações de apego em adultos mostram os traços do amor e ódio infantis."

11 Imagem que a narradora explica desta maneira: "Também morava uma espécie de cautela, uma lentidão qualquer, a ensinadela demasiado temporã de que a vida é levada por dois carros e um deles não o conduzimos nós. Um cocheiro encapotado leva metade da nossa vida para onde ele próprio entende. Soubera-o demasiado cedo. Essa reserva dividia-me em duas, e uma parte vigiava a outra, puxada por dois cocheiros adversos. Um deles proibia-me de falar desse passado" (33).

técnicas formais aproximam-se frequentemente da sintomatologia do trauma: "Novelists have frequently found that the impact of trauma can only adequately be represented by mimicking its forms and symptoms, so that temporality and chronology collapse, and narratives are characterised by repetition and indirection" (2004: 3)[12]. Essas técnicas são essencialmente quatro: a fragmentação da narrativa, o colapso da temporalidade, as intertextualidades e a repetição. Um exemplo claríssimo de todas elas encontra-se na extensíssima obra de António Lobo Antunes que pode, sob várias óticas, ser analisada e explorada a partir da questão do trauma. Note-se que a repetição pode operar ao nível da linguagem, das imagens e da trama, acabando por imitar os efeitos do trauma porque "it suggests the insistent return of the event and the disruption of narrative chronology or progression. Repetition is inherently ambivalent, suspended between trauma and catharsis" (Whitehead, 2004: 86-87)[13]. No caso de Lídia Jorge, esta questão não surge como o eixo central dos seus livros, mas ganha uma relevância inegável na narrativa de *A Noite das Mulheres Cantoras*. E isso parece acontecer sobretudo pela técnica da repetição, em particular, a nível da construção psicológica da narradora.

Em *Writing History, Writing Trauma*, Dominik LaCapra alerta para a importância dos estudos sobre o trauma quando se pretende fazer uma apreensão crítica do século XX. O historiador explica também que há diferentes tipos de memórias e, portanto, várias formas de lembrar e escrever o passado e as situações traumáticas. À semelhança de outros autores, LaCapra defende que é necessário interpretar e escrever a história fora do espartilho da objetividade. Baseando-se em termos usados por Freud, LaCapra descreve dois processos que agem em conjunto, embora de forma diferente, no que toca à relação com um passado traumático. O primeiro processo – "*acting-out*" – está relacionado com a repetição, em particular com a repetição compulsiva, ou seja, a tendência para se repetir algo compulsivamente e, quase sempre, num estado de melancolia interminável. O segundo – "*working-through*" – descreve o esforço que se faz para ganhar distância crítica relativamente ao momento traumático, ao mesmo tempo que se distingue passado, presente e futuro. Este processo pode, deste modo, ser definido e encarado como uma espécie de estado de luto. Não se trata de esquecer o passado, mas de contextualizá-lo e seguir em frente. Ao confrontar estes dois processos, LaCapra sublinha que eles estão intimamente relacionados, mas que é fundamental encará-los como forças compensatórias, assim como reconhecer que há possibilidades de "working-through that do not simply loop endlessly back into the repetition compulsion or go to the (illusory)

12 Tradução: "Os romancistas têm visto frequentemente que o impacto do trauma só pode ser adequadamente representado através da imitação das suas formas e sintomas, de modo que a temporalidade e a cronologia colapsam, e as narrativas são caracterizadas por repetição e formas indiretas."
13 Tradução: "isto sugere o insistente retorno do evento e a perturbação da cronologia ou da progressão narrativas. A repetição é inerentemente ambivalente, em suspensão entre o trauma e a catarse."

extreme of total transcendence of acting-out, or total transcendence (or annihilation) of the past" (2001: 150)[14]. Embora LaCapra sublinhe que, em muitos casos, para a vítima "it may be impossible fully to transcend acting-out" (152)[15], a experiência traumática deve, na sua ótica, ser trabalhada com vista a obter-se uma compreensão global dessa experiência e a encontrar-se formas para lidar com ela conscientemente[16].

No caso da obra aqui em análise, o percurso da personagem-narradora parece aproximar-se mais do que LaCapra chama de "*acting-out*", na medida em que o seu dia a dia é invadido constantemente pelas imagens do passado, como temos vindo a dizer, sem que esteja explícita a vontade de compreender essas imagens e distanciar-se delas. Muito pelo contrário, essas imagens mostram-se muito vivas e muito encrostadas no corpo da narradora, como se constituíssem uma força omnipresente incapaz de ser domada. Ao longo da narrativa, encontram-se vários momentos em que esses fantasmas do passado ressurgem no quotidiano de Solange ativados por alguma situação ou sentimento e sem que possam ser controlados. Isso acontece, como já foi dito acima, em quase todas as situações em que a narradora interage com Murilo, mas também em muitos dos momentos que ela vive na garagem da Casa Paralelo, local onde se concentram os sonhos e as exigências de Gisela Batista, a líder do grupo. É, aliás, durante a tarde em que decorre o primeiro ensaio que, quando Solange se apercebe das dificuldades de conciliar desejos e realidade, a sua mente se deixa invadir pelas imagens e sentimentos do passado. Perante a tenacidade de Gisela em construir uma banda de sucesso, enfrentando todas as contrariedades, Solange encontra refúgio nas suas memórias, acabando por se distanciar do momento presente, pelo menos mental e emocionalmente: "Nessa tarde, os episódios da travessia desde África várias vezes me visitaram, desde o *Expulsá-los-emos* até ao camião conduzido pelo meu pai e um homem correndo atrás, sem hipótese de nos alcançar" (77, itálico do original).

A narrativa de Solange caracteriza-se por um profundo pessimismo, distanciamento e melancolia. Uma vaga noção de perda percorre as suas observações, tanto sobre a experiência colonial da família em África, quanto sobre a sua experiência como jovem universitária na Lisboa em transformação social e cultural dos anos 80. O agudíssimo espírito de observação desta narradora é, curiosamente, atribuído por si própria a essa experiência num tempo remoto em que a desconfiança (do desconhecido? do africano?) fazia parte da ordem

14 Tradução: "*working-through* que não se revolve simples e indefinidamente em torno da repetição compulsiva ou desemboca no (ilusório) extremo de total transcendência do *acting-out*, ou mesmo total transcendência (ou aniquilação) do passado."

15 Tradução: "pode ser impossível ultrapassar totalmente o *acting-out*".

16 Leia-se a argumentação de LaCapra sobre este processo. O autor distancia-se de Caruth, dizendo que a posição desta autora aproxima o trauma do sublime e de uma espécie de sacralização. Ao colocar a ênfase na repetição compulsiva, parece que Caruth tem uma visão menos positiva no que respeita à possibilidade de "*working-through*" (LaCapra, 2004: 121).

do dia. Leia-se: "Eu conhecia a raiz do meu vício de observação, uma certa crueldade, tinha-a trazido do fundo dos campos, dos tempos imemoriais da desconfiança comandada pela aparência dos forasteiros que batiam à porta sem aviso" (111). Lembramos aqui a questão da "desconfiança" porque talvez se possa perceber, a partir dela, as eventuais razões pelas quais a travessia do Gurué emerge no corpo e na vida de Solange como um trauma, como uma assombração que a persegue durante toda a vida.

Quando Solange descreve o acidente e o desinteresse do seu pai pela caça, bem como o apreço deste por, nas horas vagas, ensinar a ler os apanhadores de chá, menciona a preferência dele por um dos alunos e, logo a seguir, relata a dúvida que esse tal aluno colocou ao professor "num domingo de manhã". A dúvida era aparentemente simples, esse aluno pronunciava e lia bem todas as letras do abecedário exceto a letra *x*, que vinha integrada na frase "Expulsá-los-emos até a sua última pegada" (50). Ensinado o som do *x* e treinada a leitura da frase com o aluno (ao que se seguiu um gesto de agradecimento por parte deste através da oferta de "uma algibeira cheia de caju torrado"), o pai de Solange compreendeu que a luta pela independência iria acabar por vencer e que os colonos poderiam ser expulsos a qualquer momento, tal como o papel trazido pelo aluno prenunciava. Restava à família deixar Moçambique com a maior brevidade possível e, enquanto isso não acontecia, preparar-se para viver num ambiente hostil. Por isso, no momento da fuga, confrontado com as mãos do aluno preferido agarradas ao taipal do camião que conduzia, o pai de Solange pôs de lado o afeto que sentia por aquele aluno e deixou que o medo e a luta pela sobrevivência se apoderassem de si e dos seus atos. A contradição que essa atitude de desconfiança e medo envolve é transmitida ao leitor através das reflexões de Solange sobre a inconciliação entre um ato de amor e um ato de traição. Inconciliação essa que vai constituir o núcleo da vivência traumática que se impregna no corpo da narradora. Com efeito, Solange é incapaz de conciliar forças contraditórias e trágicas como, por um lado, os pais a dançar felizes e, por outro, os pais dispostos a cortar as mãos de um jovem negro. A sua conclusão é desconcertante e explica, de certa forma, a razão pela qual aquele ato de violência protagonizado pelo pai compromete permanentemente o seu presente e futuro. Opondo-se às certezas e ao espírito idealista e inconformista de Murilo, Solange declara: "Como haveria [Murilo] de relativizar os factos se caminhasse como eu, com duas imagens contraditórias ao ombro. Numa delas, os meus pais rodopiavam abraçados, e era de júbilo, na outra estavam dispostos a cortar as mãos de um homem, e era trágico. Prova de que é tão impossível gerir o amor quanto o ódio, quando tomados em absoluto" (52).

A contradição que estas imagens inconciliáveis encerram é profundamente impactante na vida de Solange, sobretudo porque a incompatibilidade entre amor e ódio se desdobra na ideia de que viver e sobreviver implica necessariamente trair. Tal disposição mental e emocional perante a vida emerge na

narrativa quando Solange é confrontada com certas atitudes ou acontecimentos quotidianos, assim como quando relata o seu relacionamento com os outros. A assertividade das suas observações a este respeito é notória. Destacam-se dois exemplos, o primeiro encontra-se quando Solange, ao explicar por que motivo omite de Gisela a sua relação amorosa com João de Lucena, declara: "a traição é uma condição tão comum quanto sobreviver" (181). E o segundo encontra-se quando Solange (confrontada com as pressões de Gisela relativamente ao excesso de peso e, na sua visão, à falta de empenho das restantes cantoras da banda) confessa compreender as exigências da maestrina, embora não as siga: "[Gisela] já não pronuncia as palavras, mas nós ouvimo-las e conhecemo-las. Eu dou-lhe razão, estou com Gisela, compreendo-a, ainda que atraiçoando-a. Atraiçoando-a, sem remédio" (183).

A perspetiva de uma vida nova como letrista e cantora da banda Apocalipse e como namorada de João de Lucena, faz com que Solange deseje desprender-se da paisagem liliputiana em que o seu passado se transformou. Face às possibilidades de sucesso como letrista e ao amor que nutre por Lucena, o passado transforma-se num mundo miniatural e Solange entrevê a possibilidade de um renascimento[17].

O que Solange acaba, no entanto, por ser forçada a descobrir, ao longo do ano de 1988, é que aquelas possibilidades de sucesso e de amor vêm manchadas de morte e traição – a morte de Madalena Micaia, a homossexualidade não assumida de Lucena e os segredos de Gisela. Em diálogo consigo mesma, depois de ter percebido que o seu amor por Lucena não era correspondido, do mesmo modo, o passado que se transformara em miniatura reemerge nos pensamentos de Solange como se nunca tivesse realmente perdido o seu tamanho real. O facto de as suas expectativas de uma vida a dois com Lucena não se concretizarem e, sobretudo, o facto de ele ter traído a confiança dela, omitindo as suas verdadeiras intenções, obriga-a a reconhecer que o que realmente a identifica como pessoa não é o que ela é ou faz perante os outros, mas o passado dorido e contraditório que carrega consigo:

> A minha própria identidade interessava para alguém? O meu nome? As minhas letras? **Aquilo que eu trazia às costas de mais importante não era, afinal, a imagem do meu pai levantando a arma do inimigo contra o seu amigo?** Uma catana estrangeira na sua mão, pronta a decepar os dedos do seu aluno dilecto? Essa **imagem ameaçadora que eu temperava com o som manso da Balada do chazeiro**, e com as duas eu equilibrava o mundo? E no entanto, **esse traço corpóreo que me identificava, meu verdadeiro gene, por acaso transparecia em alguma das feições do meu rosto?** Não sei quando eu tinha aprendido a desconfiar da certeza,

17 Leia-se: "Uma série de acontecimentos estão a cavar uma fundação inexplicável na minha nova alma. O Sobradinho, o tempo das vacas, da ramada, dos melros, já é apenas um longínquo cimento que paira ao fundo de umas estradas. África, o Monte Namuli e a sua senda, um mundo miniatural que se apaga. Agora a minha vida mudou" (208).

> a aceitar o pouco, o pobre, a parte, o pequeno, o lateral, o duvidoso, o humilde, o restante, não sei quando. Isso identificava-me. (282, negritos nossos)

As antíteses entre amigo e inimigo, amor e ódio, viver e atraiçoar geradas pela dolorosa travessia do Gurué vão reaparecer na trágica história de Madalena Micaia, demonstrando que tanto o jovem negro, como Madalena Micaia (a melhor voz do grupo, que tinha como alcunha "The African Lady") não têm espaço numa sociedade pós-colonial que não acomoda nem respeita as diferenças, uma sociedade que não fez o seu trabalho de reflexão coletiva relativamente à perda do império e à receção e integração de uma população muitíssimo heterogénea no período pós-25 de abril de 1974. É com um acentuado pessimismo que Solange afirma: "Sempre haverá duas mãos agarradas ao taipal de um camião que o condutor em fuga conduz, à frente da guerra. Já percebi que viver é atraiçoar. Sobreviver implica trair. Devo aprender com Madalena Micaia" (184).

A ideia da narradora de que as suas memórias se "arrumam em quadros fixos" (79) e de que é a partir deles que se pode ir acedendo ao passado relaciona-se, como já dissemos, com o movimento de repetição mental e emocional que Solange vive e constantemente a transporta para o passado, mas também com a sua própria criação artística. As suas letras decorrem de uma inspiração poética que privilegia as memórias que o seu corpo carrega. De facto, talvez não seja por acaso que a descrição que Solange faz do seu ato de escrita seja feita com referências corporais, tal como a descrição da imagem que a persegue desde o seu regresso de África[18].

Os estudos académicos e literários sobre trauma surgiram no contexto das reflexões sobre o Holocausto, situação considerada como um contexto clássico de terror e sobrevivência. A tendência dos estudos, nos últimos dez anos, tem revelado um alargamento das reflexões para outros contextos como, por exemplo, para os contextos das sociedades coloniais e pós-coloniais em que são muito frequentes traumas relacionados com sentimentos de perda, abandono, rejeição, traição, racismo, entre outros [19]. A mudança de paradigma nesta área de pesquisa fez com que, para além de uma dimensão psicanalítica (assente no pensamento de Freud e seus seguidores), fossem integradas também as perspetivas psicológica, sócio-histórica e cultural. Outro aspeto importante na diversidade de estudos que têm surgido é o reconhecimento de que existem diferentes tipos de trauma, bem como diferentes formas de as pessoas se relacionarem

18 Leia-se: "Eu andava a escrever uns versos desligados, palavras que rimavam umas com as outras, fios de histórias que não tinham princípio nem fim, cenas, apenas cenas, todas elas inconsequentes, se resumidas por palavras dignas. E no entanto, elas viviam em mim com naturalidade e saíam-me pelos dedos com a simplicidade com que a saliva sai da boca, a bílis do fígado. Era uma secreção biológica, uma substância carnal" (141).

19 Traumas que alguns autores têm chamado de "quite traumas" (T. M. Luhrmann), "common traumas" (D. Barrett) ou "family traumas" (Ann Kaplan).

com essa multiplicidade de eventos traumáticos. Pode, por um lado, experienciar-se trauma como vítima (individual ou coletiva), isto é, de uma forma direta ou, por outro lado, de forma secundária, como pessoa próxima da vítima, próxima de uma situação de catástrofe ou, simplesmente, próxima por empatia, através da leitura, da audição ou da visualização de situações violentas e, potencialmente, traumáticas.

Seguindo esta ordem de ideias, a experiência traumática de Solange Matos é um pouco complexa de caracterizar, já que ela não se apresenta propriamente como a vítima do evento traumático que a persegue, mas também não se apresenta como completamente próxima da vítima; talvez por ser muito jovem quando as circunstâncias descritas ocorrem, não há, no imediato, a expressão direta da sua compaixão e empatia pelo protagonista daquele episódio na estrada do Gurué[20]. Solange dá-nos conta daquele evento como observadora exterior, mas uma observadora que sente e carrega a violência das intenções e dos atos do pai, violência que poderá remeter para a violência simbólica do colonizador sobre o colonizado. Em última análise, porém, as mãos do jovem negro são como que uma parte das mãos de Solange, já que esta carrega consigo a história da sociedade portuguesa e o seu passado de violência colonial. Solange, tal como as outras jovens, é um "dos pedaços de um velho império perdido" (17). O trauma individual de Solange provocado por esse evento na estrada do Gurué adquire, ao longo da narração, um valor de trauma coletivo, na medida em que despoleta uma reflexão crítica sobre as relações entre colonizadores e colonizados, a violência e o medo decorrentes da guerra colonial (ou pela independência) e a fuga apressada dos colonos a partir de 1974. Na nota introdutória do romance intitulada "Sobre este livro" e assinada por LJ (as iniciais da autora), reitera-se justamente a ideia de que os traumas individuais participam e enformam os traumas de uma comunidade: "na história de um bando conta-se sempre a história de um povo" (9)[21].

A "experiência de várias gerações de portugueses em África" é representada de forma magistral no episódio do jantar no restaurante Ritornello. Jantar a que Solange se sente obrigada a comparecer para representar e assinar o nome da família num abaixo-assinado em defesa dos direitos dos "regressados" a uma indemnização pelos bens materiais deixados em África. Embora o pai de Solange não acreditasse que o protesto surtisse efeitos positivos, Solange cumpriu a vontade do pai de ser solidário com os amigos e conhecidos. O nome do restaurante é, desde logo, extremamente expressivo. Ao remeter para as repetições musicais nas óperas barrocas, o "pequeno retorno" que o nome invoca combina com o ambiente de revivalismo que se vive ao longo do jantar. Aos

20 A manifestação de empatia talvez seja impedida pela possibilidade de "o aluno dilecto" não estar simplesmente buscando a própria sobrevivência, mas antes exercer violência sobre a família de colonos.
21 Ainda que não aborde questões de trauma, Maria Graciete Besse vai ao encontro desta linha de análise, num artigo publicado em novembro de 2013.

olhos da jovem Solange, as pessoas presentes naquele convívio não passam de "uma assembleia de velhos regressados de um tempo de que não havia retorno" (35), a desadequação dos modos e do vestuário ao local e à circunstância colocam aquelas pessoas "fora do tempo", evocando sentimentos de derrota. O espectro de experiências e sentimentos deste grupo de pessoas é expresso através de um objeto do quotidiano – as toalhas adquirem os sentimentos das pessoas reunidas nas mesas, que tanto podem ser de nostalgia e saudade, vingança e esperança, como de ódio, ironia, sarcasmo e humor. A antropomorfização das toalhas exprime a ligação invisível entre todas aquelas pessoas, assim como realça a "toada de morrer" que sai da voz das irmãs Alcides. Como pano de fundo, paira sobre a sala "a representação de uma pacaça em tamanho natural e um caçador furtivo apontando-lhe ao lombo, enquanto os filhotes corriam até às margens do quadro. Era muito claro que a pacaça lançava para o meio da sala um olhar humano" (35). E era muito claro também que esse olhar humanizado do mamífero remetia para a lógica de valores típica dos predadores coloniais, lógica que não agradava às irmãs Alcides que confessam a Solange detestar "os olhos da pacaça e aquele ambiente mórbido" (42). As óperas que as sopranos eram impelidas a cantar acorrentavam-nas ao mundo do passado, do qual estas desejavam libertar-se.

Dando exemplo de eventos traumáticos diversos (como guerras civis, Holocausto entre outros), LaCapra explica que através de uma experiência traumática uma pessoa constrói uma identidade que é ao mesmo tempo individual e coletiva (cf. 2001: 162). A proposta narrativa de Lídia Jorge corrobora justamente a explicação de LaCapra. A experiência de Solange Matos, assim como a experiência coletiva do grupo das cinco cantoras presta-se a uma leitura nacional sobre a experiência histórica do povo português. De facto, para além de uma reflexão mais universal em torno da cultura do espetáculo e do sensacionalismo dos meios de comunicação social, os tópicos de reflexão que sobressaem relacionam-se com o fim do império colonial, o reajustamento às fronteiras europeias, a democratização e a adesão à Comunidade Europeia, a receção da população "retornada", as diversas experiência de integração desta população na sociedade portuguesa e ainda as vivências dos imigrantes em Portugal, nomeadamente os provenientes das ex-colónias, como é o caso da família de Madalena Micaia. África é, como diz Solange, o "elo de distância" (57) que unia aquela banda em formação.

Madalena Micaia (repare-se que o sobrenome designa uma árvore africana de grande porte) é uma figura singular e a sua morte é um dos eventos mais significativos para uma compreensão global da proposta de reflexão apresentada por Lídia Jorge. Sendo a cantora mais talentosa do grupo, Madalena Micaia torna-se indispensável para a sobrevivência dos sonhos de Gisela (e das restantes três jovens). A voz jazzística da jovem africana é a melhor voz do grupo e, por isso, a mais importante de todas e sem a qual a sobrevivência da

banda é posta em causa. O talento indispensável de Madalena Micaia pode curiosamente lembrar a importância das colónias para Portugal e a ideia de que sem elas Portugal não sobreviveria economicamente. Dada a imprescindibilidade de uma voz forte no grupo, Gisela (e metaforicamente a indústria do espetáculo) exerce uma pressão fortíssima sobre Madalena Micaia, tanto pressão para emagrecer, quanto para ser pontual e assídua aos ensaios, assim como para não perder tempo com relações amorosas. A atitude coerciva da "*maestrina*" vai forçar a cantora a omitir, num primeiro momento a gravidez e, num segundo momento, o dia do nascimento do filho. Sendo que esta última omissão leva Madalena a comparecer a um ensaio três dias depois de ter dado à luz e, consequentemente, a falecer por exaustão em plena garagem.

Madalena Micaia é a grande vítima do crime de Gisela – o crime do individualismo, da prepotência do poder e do dinheiro, da cegueira da fama, dos caprichos individuais, da falta de solidariedade e empatia. Perante a morte de Madalena, Solange e as irmãs Alcides não são menos culpadas. Solange, inclusivamente, partilha com Gisela a verdade do que aconteceu naquela tarde fatídica, isto é, a verdade sobre o fim que o corpo de Madalena Micaia teve, fim que nunca foi investigado e que acabou por cair em esquecimento. Se esses acontecimentos não perturbam emocionalmente Gisela por muito tempo, o mesmo não acontece com Solange. Na verdade, à semelhança da imagem do jovem agarrado ao camião em fuga, a morte de Micaia acaba por perseguir a letrista inevitavelmente. Essa morte é sentida como um crime do qual não pode deixar de se sentir cúmplice, por isso, Solange não consegue no imediato dos acontecimentos "afastar a imagem de Madalena Micaia", mesmo que tenha tudo "para não precisar de continuar fixada naquele acontecimento da garagem" (238). Uma vez mais, no percurso de Solange duas realidades opostas e inconciliáveis ocupam os seus pensamentos – a morte e a vida[22].

Vítima da pravidade e da violência que decorrem do excesso de vontade e poder de Gisela, Madalena Micaia é também vítima de racismo e de exclusão social. O trabalho no restaurante e os sacos de plástico que a cantora traz sempre consigo são um sinal evidente de um dia a dia precário, uma vida de esforço e de sobrevivência. Micaia ganha o sustento da família, como ela própria explica: "Se chego atrasada é por causa da vida da família, pai, mãe, todos sem nada, depois daquela calema que lhes levou a casa, naquela costa de São Tomé. E agora até o meu irmão chegou a Lisboa e também não tem casa. Ando a tratar da vida dele. O que é que eu posso fazer?" (171). À falta de dinheiro, acresce tanto a falta de solidariedade para com esta jovem que ninguém procura verdadeiramente conhecer (nem o dono do restaurante, nem

22 Leia-se: "O que eu queria era poder contar a João de Lucena o que se passou na garagem, mas não posso. (...) Eu não falo do sucedido, não só porque não devo, mas também porque não quero que se misturem no meu pensamento duas realidades opostas – A morte que levou a Micaia dentro de uma carrinha, e a vida que irradia de uma pessoa chamada João de Lucena" (239).

as companheiras da banda sabem, por exemplo, onde ela mora)[23], quanto o racismo de que é alvo por ser negra. Esse racismo é expresso, por exemplo, pelo uso do verbo *parir* nas observações do maestro Capilé sobre a gravidez da jovem cantora (177) ou pelo comentário de Julião Machado sobre a possível ausência desta no palco: "De vista não faz falta nenhuma. Até destoa, cria um acidente antropológico, desnecessário" (213). A este propósito, é também importante assinalar as observações feitas por estes dois homens sobre a maneira como os africanos lidam com o tempo cronológico ou encaram as dinâmicas familiares. No momento em que a banda e os seus promotores debatem o que fazer com a ausência da melhor voz do grupo, emergem na narrativa a dificuldade de se lidar com a diferença, os choques culturais e os preconceitos relativamente ao Outro – o africano, o negro. E, neste sentido, a narrativa expõe as dificuldades que uma sociedade ex-colonial tem em gerir e aceitar, sem excluir, a heterogeneidade e a diversidade cultural dos seus cidadãos e dos seus imigrantes.

A morte de Madalena Micaia faz com que, pela primeira vez, se entreveja nesta narrativa um vago sentimento de solidariedade que proporciona um momento de partilha entre as quatro jovens nascidas em África. Silenciada a voz do elemento mais frágil (o negro, o subalterno, o colonizado) através da exclusão e da morte, as histórias que se partilham são as das descendentes do império colonial e, por extensão, as histórias dos colonizadores, dos colonos, dos portugueses brancos com ligações a África, grupo que no seio da sociedade portuguesa ex-metropolitana foi também alvo de exclusão social no período que se seguiu à sua chegada a Portugal[24]. Reconhecendo que a morte de Madalena Micaia caiu no esquecimento, sobretudo porque a circunstância da sua morte foi reduzida a factos incompletos de modo a evitar-se a atribuição de culpas e a descoberta da verdade, Solange relata o momento em que as quatro jovens nascidas em África desenterram o seu passado africano. Sabe-se então, pela primeira vez, que a Casa Paralelo pertencia a um proprietário de roças de café arábico que nos anos cinquenta tinha prosperado nas terras de Cuanza-Sul. Sabe-se também que as irmãs Alcides tinham, em 1975, fugido num jipe, pela rota do Lobito, trazendo apenas algumas roupas e um saco de mantimentos, dentro do qual estava um pão endurecido cujo recheio era um punhado de diamantes postos lá pela cozinheira negra, sabe-se ainda que os

23 A ausência de laços de afeto, de solidariedade e de comunicação entre as cinco jovens perpassa toda a história e é visível no facto de, por exemplo, não se despedirem quando saem dos ensaios, indo cada uma à sua vida (78), mas também no facto de não saberem quase nada da vida quotidiana umas das outras, nomeadamente o de não saberem onde as outras moram (195). Solange só explica que mora numa hospedaria com vários estudantes passados vários meses de ensaios (150). Depois da morte de Madalena Micaia e de Solange descobrir subitamente que João de Lucena era homossexual, Solange visita a Casa Paralelo e o seu comentário inicial não podia ser mais ilustrativo da falta de solidariedade e afeto que reinava naquela garagem: "Estava ali porque queria vê-la. Só isso. Tanto encontro, tanta fala, e nunca tinha conhecido Gisela Batista. Pois agora eu só vinha confirmar que tudo possuía uma outra face. Gisela também" (286).

24 A este respeito, leia-se, na página 40, a "lenda negra" que foi criada à volta do regresso da família Alcides.

pais tinham falecido num acidente quando, anos mais tarde, voltaram a Angola para matar saudades. De Gisela sabe-se apenas que o seu pai morreu em solo do Cuanza e que ela e a mãe partiram em direção a África do Sul depois de esta ter conhecido o Senhor Simon – o dono da construtora que recupera a Casa Paralelo e padrasto-protetor-amante de Gisela.

No que diz respeito à narradora, o leitor vê neste momento de partilha, pela primeira vez, uma possibilidade de "working-through" relativamente à sua experiência traumática, mesmo que essa tentativa decorra de um impulso inconsciente. De facto, o luto imposto pela morte de Madalena Micaia e a urgência de um momento de genuína partilha entre aquelas jovens faz com que, pela primeira vez, Solange fale das imagens que, agarradas ao corpo, a perseguem. Porque simboliza todo o passado de violência colonial, a morte da cantora africana despoleta uma revisitação da memória. O que Solange e as outras jovens choram não é propriamente a morte de Micaia e o esquecimento de que esta é alvo, mas o seu próprio passado individual e coletivo. A empatia que potencialmente existia perante a trágica morte da cantora africana transforma-se em sentimento de perda individual. No fundo, estas jovens choram a sua própria experiência como pertencentes a uma sociedade de violência e desconfiança.

Feitas estas confissões, é Gisela quem faz o balanço sobre os acontecimentos relacionados com a morte de Madalena Micaia, expondo as fragilidades de uma sociedade que tem dificuldades em lidar com o passado:

> Já todos fizemos as pazes uns com os outros, há tantos anos, que este episódio que nos aconteceu aqui dentro mais parece um fantasma vindo do futuro. Mas aposto que, se alguns soubessem desta tragédia, ainda haveria quem dissesse que foi uma história de vingança entre colonos e colonizadores. Tudo termina em canções? Não, infelizmente, tudo termina em clichés. Vocês são testemunhas de que foi apenas uma história de gente, a história de um grupo vítima de uma mulher estúpida e sem escrúpulos, e essa mulher sou eu... (233)

O facto de ser Gisela a fazer este balanço não parece ser gratuito. Exercendo ela as pressões do mundo impessoal e material do espetáculo e tendo sido ela o principal promotor da violência exercida sobre Madalena Micaia[25], o que Lídia Jorge parece querer é obrigá-la a fazer um ato de *mea culpa*, apontando os efeitos nocivos da falta de solidariedade e respeito pelo Outro numa sociedade que se deixa reger pela "lógica da garagem", a lógica do império minuto (308). Neste contexto, fazem todo o sentido as palavras de Maria Graciete Besse sobre

25 Note-se que Solange se refere a Gisela, desde o momento em que a conhece, como "torturadora", tendo em conta o fascínio e o poder que esta exercia sobre as outras. Há vários exemplos das atitude coercivas de Gisela, por exemplo, quando Gisela interroga Nani Alcides sobre o seu envolvimento com o rapaz da Kawasaki (165-166), quando Gisela bate em Madalena Micaia e a expulsa da garagem, depois de descobrir que esta estava grávida (174-175), quando, evitando que Micaia engordasse, a impede de comer uma banana (217) e, ainda, quando Gisela vaticina – parodiando o discurso religioso – o futuro de desgraça que vai cair sobre a cantora africana (186).

este romance, "A tensão entre a lembrança e o esquecimento remete assim para diferentes níveis de significação da história, evidenciando tanto questões políticas como morais, sempre identificadas com espaços de grande violência física e psicológica onde Lídia Jorge inscreve uma exigência ética e a necessidade de reinventar a dignidade humana" (2013: 126).

O percurso de Solange Matos parece ser o de uma geração à deriva, uma geração que não conseguiu desprender-se do passado e que é condicionada por esse passado, porque não o entende e/ou não é capaz de o superar. O tom das últimas páginas do seu relato é de um verdadeiro desalento. A impossibilidade de ter o amor de Lucena, o corte afetivo com os pais e o envolvimento com o tio de José Alexandre, onde o amor parece não existir, provam que a nova vida ambicionada por Solange, nos finais da década de 80, não se concretizou. Tal como as irmãs Alcides que falharam acomodando-se a casamentos convencionais, também Solange se acomodou ao silêncio e, de certa forma, falhou. A alternativa ao comodismo das irmãs Alcides e de Solange, é o perigo que Gisela representa. No entanto, a descoberta que Solange faz no final do seu relato é de que a própria Gisela está votada fatalmente ao esquecimento porque vive dentro da "engrenagem que mais rapidamente faz esquecer" (316). Ou seja, "a força obscura" de que Gisela corre atrás é destrutiva e efémera. À parte de tudo isto, encontra-se o mundo da razão e o furioso ativismo de Murilo. Mas deste mundo, Solange está ainda mais afastada. Na nossa leitura, não existem na narração indícios de que Solange consiga, de facto, transcender o processo de "*acting-out*" construindo a possibilidade de um futuro não maculado, de certa forma, pelos traumas do passado. O ataque de choro que Solange tem depois de ouvir as irmãs Alcides a cantar num anfiteatro da universidade é relevador do peso geracional carregado por estas jovens, peso que se transforma num fardo difícil de suportar: "comecei a chorar à socapa para dentro de um lenço. Até que os meus ombros me traíram chorando também. Provavelmente, chorava por elas em mim, como acontece em semelhantes casos. A minha ideia, porém, é que chorava de vergonha de todos nós na pessoa das sopranos, ainda que não quisesse admitir o que nisso havia de lástima" (41).

Se Solange não consegue, individualmente, levar a cabo o processo de "working-through" necessário para compreender e contextualizar as imagens traumáticas do passado, Lídia Jorge propõe que esse trabalho seja feito através da leitura como prática ética, um tipo de leitura em que o leitor terá naturalmente de questionar a sua consciência histórica. Tal como Laurie Vickroy salienta, "The nature of these narratives encourages readers to become more aware, to adopt a new consciousness of history, even if it is one that is fragmented, ambivalent, and at times inconclusive" (2002: 33)[26]. Neste âmbito, é impor-

[26] Tradução: "A natureza dessas narrativas incentiva os leitores a se tornarem mais conscientes, a adotarem uma nova consciência da história, mesmo que seja fragmentada, ambivalente e, às vezes, inconclusiva."

tante também notar que LaCapra se baseia no conceito de "*working-through*" para descrever o papel dos textos literários na representação do trauma, argumentando que a escrita implica, necessariamente, alguma distância da situação traumática e é um processo inerentemente terapêutico. Com efeito, Lídia Jorge instiga-nos a não esquecermos o nosso passado coletivo e a revisitá-lo para criarmos possibilidades de um presente e de um futuro mais solidários e justos. O registo escrito dessa revisitação (a que a citação que colocamos em epígrafe alude) é a sua notável contribuição. Os autores que estudam as questões relacionadas com o trauma defendem que para haver um verdadeiro caminho para a cura é necessário que os sobreviventes contem as suas histórias e que sejam reconhecidos e aceites. É este trabalho de contar que Lídia Jorge faz neste romance e, esse trabalho adquire uma enorme importância na revisitação da história portuguesa e, consequentemente, na construção de uma sociedade mais consciente.

Referências

BESSE, Maria Graciete (2013), "Memória, empoderamento e ética na obra de Lídia Jorge", *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, 5 (11): 117-134.

CARUTH, Cathy (1995), *Trauma: Explorations in Memory*. Baltimore: Johns Hopkins UP.

CARUTH, Cathy (1996), *Unclaimed Experience: Trauma, Narrative, and History*. Baltimore: Johns Hopkins UP.

JORGE, Lídia (2011), *A noite das Mulheres Cantoras*. Lisboa: Dom Quixote.

KAPLAN, E. Ann (2005), *Trauma Culture: The Politics of Terror and Loss in Media and Literature*. New York: Rutgers University Press.

LACAPRA, Dominik (2001), *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

LACAPRA, Dominik (2004), *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

MEDEIROS, Paulo de (2012), "Literatura, memória, resistência: breves apontamentos em tempo de crises". *Navegações*, 5 (2): 218-227.

SCARRY, Elain (1985), *The Body in Pain: The making and unmaking of the world*. New York: Oxford University Press.

VICKROY, Laurie (2002), *Trauma and Survival in Contemporary Fiction*. Charlottesville: University of Virginia Press.

WIMMERS, Inge Crosman (2003), *Proust and Emotion: The Importance of Affect in "A la recherche du temps perdu"*. Toronto: University of Toronto Romance Series.

WHITEHEAD, Anne (2004), *Trauma Fiction*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Submetido: 10-12-2015
Aceite: 26-05-2016

Sousa, Sandra I. – "Now we don't have anything": Remembering Angola through the lens of American missionaries. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 119-137

"Now we don't have anything": remembering Angola through the lens of American missionaries

SANDRA I. SOUSA*
University of Central Florida

Dedicated to Fred Brancel and Maddie Brancel

Resumo
"Agora não temos nada": Lembrar Angola através das lentes de missionários americanos
Este artigo considera as relações americanas de política externa com Angola ao explorar o papel dos missionários metodistas no país até à revolta angolana no norte em 1961. Concentrando-se em entrevistas de três missionários americanos que foram presos por três meses pelo governo português, exploro a sua perspetiva sobre o colonialismo português e o papel da memória – neste caso, memórias que vêm de uma perspetiva "de fora" – na formação de um melhor conhecimento da Angola colonial portuguesa.

Palavras-chave: Angola, Estados Unidos, missões, história colonial portuguesa, memória.

Abstract
This article considers American foreign relations with Angola by exploring the role of Methodist missionaries in the country until the 1961 uprisings in the north. Focusing on interviews by three American missionaries who were imprisoned for three months by the Portuguese government, I will explore their perspective on Portuguese colonialism and the role that memory plays – in this case, memories that come from an "outsider" perspective – in shaping a better understanding of Portuguese colonial Angola.

Keywords: Angola, United States, missions, Portuguese colonial history, memory

* Assistant Professor at the University of Central Florida. Email: sandraasousa@gmail.com.

Résumé
« Maintenant nous n'avons plus rien » – se remémorer l'Angola à travers la perspective des missionnaires américains
Cet article considère les relations américaines de politique extérieure avec l'Angola tout en explorant le rôle des missionnaires méthodistes dans le pays jusqu'à la révolte angolaise dans le nord en 1961. Je me concentrerai sur les entretiens réalisés avec trois missionnaires américains emprisonnés durant pendant mois par le gouvernement portugais pour analyser leur perspective sur le colonialisme portugais et le rôle de la mémoire, dans le cas présent, de mémoires issues d'une perspective « extérieure », pour contribuer à une meilleure connaissance de l'Angola coloniale portugaise.

Mots-clés: Angola, États Unis, missions, histoire coloniale portugaise, mémoire.

Introduction

"On Sunday, December 3rd, 1961, at 8:40am, three Methodist missionaries landed at New York international airport. They had come from a jail in Lisbon, Portugal where they had been held three months on charges of subversive activities in Portugal's African colony of Angola. Another charge was conniving with groups of terrorists. Suddenly, after three months imprisonment, they were taken to the airfield and deported to the United States" (Interview Drake).

This is the introduction of an interview by Galen Drake that was discovered by one of my ex-students who, one year ago, had taken my class on Portuguese colonialism. Coincidentally she is the great-niece of one the missionaries interviewed – Fred Brancel. Fortunately he is still alive and he agreed to receive both me and Maddie in his home where we spent an entire day excavating his memory. Both interviews, which I will transcribe partially here, opened doors to discussions on different levels of Portuguese colonialism: the role of American missionaries in Angola during colonial times, specifically, during the 1950s; their perspective on Portuguese colonialism; and finally, for the purpose of this article, the role of memory, i.e., how personal memories – in this case, those that come from an non-Portuguese perspective – can help shape a better understanding of Portuguese colonial Angola.

The three missionaries that were imprisoned by the Portuguese PIDE were Rev. E. Edwin LeMaster, Marion Way Jr., and Fred Brancel. A fourth missionary, Rev. Wendell Lee Golden, was also arrested and imprisoned; however, since he had only been back in Angola for a month after returning from Furlough, he was deported to London from where he traveled to Southern Rhodesia for reunion with his family and reassignment to a mission field elsewhere in Africa. Marion Way Jr. who was, at the time, a 30 years old layman from Charleston, South Carolina, had been a Methodist missionary to Angola since 1951. He was stationed at Luanda where he worked with youth groups at the Christian Social Center. Rev. E. Edwin LeMaster from Lexington, Kentucky, was 39

years old when he was sent to Angola in 1952, after a year's study in Portugal. Rev. LeMaster was stationed at the Quessua mission. He was the director of the Central Training Station and of the William Taylor Institute, a boys' elementary school, as well as, co-director of religious education of the Angola Methodist Conference. He also established the secondary education school for training teachers for village work. Fred Brancel, from Endeavor, Wisconsin, was 35 at the time of his imprisonment. He was assigned to Angola in 1952 as an agricultural missionary. He served at the Central Methodist Training School in Quessua, Angola. He worked with his African colleagues to improve health, education and agriculture in native villages.

It was in September 1961 that the four missionaries were imprisoned for three months. They were accused of "activities subversive" to the Portuguese government. They were imprisoned in Malanje, Luanda, and for the last ten weeks in Lisbon, Portugal[1]. According to the three missionaries interviewed, the Angolans have declared that their imprisonment was most effective in calling worldwide attention to the grievances of the Angolan people.

We will analyze three of the four missionaries' testimonies of their time spent in Angola and divide the testimonies into four domains: education, communist influence, justice and independence. Before doing so, a brief historical context of the presence of Protestant missions in Portuguese Africa, in particular Angola, during colonial times, will be presented. These historical accounts combined with personal memories will, hopefully, give a broader view of Portuguese colonial history.

Missionaries in Angola

Since the mid-fifties, in Angola, "a claim for Independence [was growing], being born from inside and outside the territory diverse organizations, more or less ephemeral, many times without any connection between themselves, other times interpenetrating, associating or dividing themselves in new groupings" (Neto, 2000: 186). Given the independence of the Belgium Congo, June of 1960, it was almost impossible to stop its effects and repercussions in Portuguese Angola. Several internal factors, according to Alexander Keese, contributed to a situation of unsatisfaction amongst the Angolan population,

> The growing importance of 'unpaid public labour' – forced labour 'helping' the 'temporarily unemployed' to 'learn' to work – was one push factor. Another was the extremely low wages paid to agricultural contract workers. Local Africans had to accept these contracts to escape situations of 'temporary unemployment,'

1 The interview by Galen Drake did not mention which prison in Lisbon the missionaries were taken to. In the more recent interview with Fred Brancel, he was not able to recall.

> situations that made them liable to forced labour in infrastructure construction and maintenance. (186)

Keese reminds also that "In some regions, such as the cotton-producing zone of Malanje, extremely repressive labour conditions (under the regime of the forced cultivation of cotton) led to the first clear signs of resistance, precursors of the revolt in the Baixa de Cassange which occurred in 1961" (189).

In the beginning of 1961 an uprise against the compulsory cotton growing occurred in the Baixa do Cassange. In February, a revolt happened in Luanda in which there is an attempt, without positive results, to overtake the prisons in order to free the political prisoners. This attempt resulted in an indiscriminate pursuit of the black population by the white militias. Finally, in March, an insurrection in the Congo culminated into a massacre of white colonials, mestizos and "assimilated" people. This insurrection marked the beginning of the colonial war. In Valentim Alexandre's words:

> The outbreak of the conflict in Angola shock strongly the New State regime. For the first and only time, over its thirty seven years of government, Salazar is facing the real risk of being removed from power, in April 1961, in the sequence of a military movement in which were involved high military patents, including the Defense and Army ministers. (Alexandre, 2000: 196)

The Salazar regime does not want to relinquish that control and a new politic strategy is defined so that the Portuguese presence in Africa would continue to be effective. At the same time a fast counter-offensive was being prepared in Congo; and, back home national feelings were the call of the day. New legislative measures were set in motion; such as the abolition of the indigenous status, of the compulsory cultures and of the forced labor. In Alexander Keese's words,

> it was only the presence of the Portuguese military on the ground in Angola (for the first time in 1961), with its more clearly defined hierarchical structures, that allowed for a more open discussion of social problems and a rapid implementation process. By then, much of the damage done over previous decades to the prestige of the colonial administration was already irreversible. The abolition of forced labour in late 1961, which was in large part due to the takeover by the military of the disparate reform attempts of the 1950s, came too late to have an effect on the war situation in Angola. (Keese, 2012: 200)

These measures have two main purposes: reply to the international pressure and withdraw the social base of support from the African movements. The most immediate of these steps was to use missionaries as scapegoats by imprisoning them and accuse them of subversive actions, as in the case of the three names mentioned above. In the interview, LeMaster, Marion Way Jr. and

Fred Brancel mention that "these actions were seen, on the Angolan side, as most effective in calling worldwide attention to the grievances of the Angolan people" (Interview Drake).

The presence of well-established congregational missions in Angola was a fact at the beginning of the twentieth century. Nonetheless, post-Civil War educational thinking became the basis for early 20th century American relations with Africa (Burlingham, 2015: 3). The so-called "adaptive" or "Negro" education fostered by the Galangue mission in Angola was one of the most successful in exporting early twentieth-century American pedagogies to Africa; Creating a foundation upon which according to Kate Burlingham, "… future, post-colonial, US-Africa relations would be based" (Burlingham, 2015: 4). The American Missionary Association (AMA) reformers "drew [in their mission work] a straight line between morality, to be instilled by the church, and free labor, a supposed result from the Civil War, as a key to the Southern black population's success after slaver" (Burlingham, 2015: 5). In order to instill values among black Americans, so they may have the opportunity to achieve economic success, the AMA built churches to teach morality and schools to provide the skills needed to become accomplished free laborers. Burlingham points out:

> black Americans who benefited from the AMA schooling would be among the loudest twentieth-century voices arguing that the lessons of the South should be applied to Africa. It was their wish to "reunite…the African community that had been shattered by the slave trade… [with the] reconciling spirit of the gospel" that ultimately led to the drive for the Galangue mission station. (Burlingham, 2015: 7)

The Galangue mission was settled without any apparent problem, in part, due to the Portuguese government's willingness to allow a black-run mission. The same type of pedagogical techniques that black missionaries received at AMA schools were then adopted and applied in Angola. Burlingham emphasizes that the success of these teacher-missionaries "rested on their freedom, flexibility, and creativity to navigate specific rural social and political settings. Schools were not only for learning, but acted as rural community centers" (Burlingham, 2015: 9). The community-centric aspect of these schools was welcomed by Angolans while, consequently, the most conservative aspects of their pedagogy was appealing to the Portuguese.

The flip of that coin came when the political situation in Portugal changed after the overthrowing of the Republican government in 1926. From that point on tensions with the colonial government intensified since the continued success of Congregational missions underlined the failures of the regime in developing Angola. The *Estado Novo* and Salazar, in conjunction with the Catholic Church, started implementing more Catholic missions in Angola to counter the growing influence of the Protestant missions. In Burlingham's words, "the

increasing animosity between missions and the state would unexpectedly result in closer relations between Congregational missionaries and Angolans" (Burlingham, 2015: 12). According to Miguel Jerónimo, "The profusion of Protestant missions in Angola and Mozambique was considered detrimental and its effects adverse for the *nationalizing* purposes of the Portuguese colonial project (…)" (Jerónimo, 2010: 166. *my translation*). In order to disrupt this relationship, the Portuguese state began issuing new laws. For example the Decree 77 which required that Portuguese be spoken in all schools in the colony and that all teachers pass an examination in Portuguese. Consequently, hundreds of missions schools were closed; Teachers and pastors were arrested and sent to the army or to perform forced labor. These new laws also

> made it clear to Angolans that conversion to the Protest faith might lead to imprisonment, at the very least, by inflaming tensions with colonial authorities, who viewed Angolan membership in the Protestant Church as an anti-Portuguese, and thus an anti-colonial, stance. The Portuguese were convinced that missionaries were acting as agents of the United States. They feared that missions were "Americanizing" Angolans by making them beholden to a foreign power. (Burlingham, 2015: 12-13)

Though the missionaries inculcated a belief that was based on the American conservative response to emancipation, it was, nevertheless, a belief in the necessity of labor and industriousness to the salvation of black people worldwide. Paradoxically, this belief made sure that "black progress" did not interfere with the white power structure. Despite efforts by the Portuguese government to make the operations of Protestant schools difficult, they continued to flourish in infrastructure and popularity. Missionaries then took on the task of being civil negotiators between the white and black communities. They occupied a complex place in the racial and social colonial hierarchy. In Burlingham's words: "In Angola, the government treated black missionaries far better than Angolans and missionaries' education and profession gave them high status among government officials. As foreigners, the government afforded them more respect in the complex system of race, class, and color formulated by the Portuguese" (Burlingham, 2015: 18). Nonetheless, black missionaries also experience discrimination in the colony, during their trips and while in Portugal where they needed to learn Portuguese for at least a year to get the proper licensing from the colonial government. Missionaries were also supposed to establish and maintain friendly relations with the local administrators and colonial heads.

In the 1930s, the Portuguese colonial state began to invest in Catholic missions. The persecutions of Protestant pastors and teachers increased and the missionaries became targets of violent attacks. The Congregational missions began reforming themselves to better serve and integrate the Angolans by

amending their mission's spaces, adapting village structures and understanding the local's way of life. They also invested in the development of Angolan mission leaders. This was their way of surviving in colonial Angola to which they succeeded. On the other hand, as Michael Cross asserts, "Catholic missionaries … were almost totally 'domesticated' and controlled by the colonial state. A few Catholic missionaries rejected this situation, but only when the breakdown of Portuguese colonialism was imminent" (Cross, 1987: 550). State's control over the Church was conceived from an alliance established and consolidated by three main treaties: the Concordat between Portugal and the Vatican of May 7th 1940, the Missionary Agreement of 1940, and the Missionary Statute of 1941. Thus, "[t]he colonial State assumed the responsibility for education of Europeans, Asiatics, and other mixed groups including the *assimilados* (…). Education of *indígenas* (…) was left in the hands of the Catholic missionaries, but the missionaries were under direct control of the colonial state" (CROSS, 1987: 553). Cross also concluded that,

> The Missionary Agreement of 1940 and the Missionary Statute of 1941 guaranteed a hegemonic and almost monopolistic position to the Catholic missionaries in matters concerning African education. The Portuguese government committed itself to subsidizing African church missionary programs, restricting the activities of non-Catholic missionaries, and discouraging the influx of non--Portuguese Catholic missionaries. (CrossS, 1987: 560)

Despite all these measures, "State involvement in adaptation schools, which had shown a considerable increase from 1930 onward, began to decline, while the number of schools and children attending mission schools increased significantly" (Cross, 1987: 560). In sharp contrast, the Congregational Church continued to experience an increase in growth and popularity amongst Angolans throughout the Highlands thus during the relations between America and Africa became more profound during the 1950's. According to Burlingham, "these [Angolan] mission leaders and their children would become central actors in the anti-colonial battles to come. In the post-colonial period, they would be the newly independent nation's leaders" (Burlingham, 2015: 23). We can't then under minimize the legacy of Protestant missions in Angola, even though their role is somewhat ambiguous.

Rev. E. Edwin LeMaster, Fred Brancel, and Marion Way Jr., all belonged to the United Methodists, a congregation with a very strong history in Angola. Quessua Methodist Mission Station was thriving in the early 1950's when the three missionaries arrived in Angola. According to the missionaries, "the church had a positive reputation and strong support from the Angolan people" (interview Drake). Missionaries built Quessua in the early 1900s with help from the General Board of Global Ministries (GBGM). Quessua became the heart and soul of the Methodists in Angola. According to the website for

the Yellowstone conference, "The Quessua complex is located a few kilometers from Malanje in the gently rolling countryside with beautiful vistas. Surrounding Quessua are fields and small villages. In the distance is a high hill on which the missionaries planted a cross that can be seen for miles" (2014, n/p). Also, the same source states:

> Quessua was built in style. The buildings were concrete and complete with plumbing. They were built with a gorgeous architectural style. The college provided higher education for hundreds of students, including many of today's government and business leaders. The theological seminary provided training for all of Angola. A huge hospital served a wide geographic area. Dormitories housed the men and women students, and there were houses for teachers and administrators. An enormous agricultural university is there (…) The schools were for everyone, not just Methodists, and the hospital served all of the population. (2014, n/p)

Arriving in New York

Upon the three missionaries' arrival in New York international airport, journalists were already eagerly awaiting to speak with them and to hear their impressions on the Portuguese colonial regime and the charges made against them. When questioned by journalist Galen Drake, Marion Way replies that the charges had been made against the mission as a whole since March when the first outbreaks occurred. These "attacks" against the mission were made in newspapers. Fred Brancel interjects with what he thought motivated the Portuguese action. He states that the Portuguese can make charges on anything that they really want. According to him,

> It seems to us that the Portuguese have difficulty acknowledging any fault that may lie with them. They have never acknowledge to our knowledge that they have any blame in this situation. (…) Every criticism of the government is not permitted. You don't have the Anglo-Saxon concept of the "loyal opposition." The Portuguese have no concept of that. You have to be 100% for or 100% against. (Interview Drake)

When asked if they had any association with the "terrorists" Brancel replied, "we don't know any terrorists" (Interview Drake). The Portuguese preferred to use the term terrorist. He thinks that the term "terrorist" had been distorted and the missionaries prefer not to use it. Instead, a more accurate term could be used; perhaps, *rebels*. Brancel, LeMaster, and Way also believe that these rebels were fighting for "a degree of justice" (Interview Drake). Galen Drake follows up by asking if they thought that Angolans felt righteous in their rebellious actions and if that there was an injustice being thrust upon Angolans? Brancel replied, "There is no question about the injustice. As to the

righteousness of killing, this is a position that we as Christians missionaries cannot defend" (Interview Drake). As a group they had not condoned any of the "terrorist" activities that took part in the northern region of Angola and, as far as they knew, none of the leaders of their church had. Nonetheless, "[the Portuguese] tend to put anyone who shows any type of opposition, immediately becomes a terrorist or a communist" (Interview Drake). Later they were asked if they have ever encountered any difficulty with the Portuguese government because of their work. Way stated that "… the mission has had difficulty ever since it was established…about 76 years ago" (Interview Drake). These problems were due to the fact that a Protestant church in a predominantly Catholic country always had difficulties and was always looked upon with suspicion.

The missionaries affirmed that they were not treated badly, however, they remained in prison for 90 days; all the while proclaiming their innocence. Their initial source of nutrients consisted of potatoes, rice, and bread; eventually augmenting that diet with 20 dollars a week. They were in prison in Luanda for two weeks and then sent to Lisbon. In Lisbon they were in one prison for about five days and posteriorly moved to another. Before being taken to Luanda, Brancel, and LeMaster had spent the night in Malanje's jail. In Malanje there were no threats of violence against them, rather against native prisoners. In Way's words:

> … once, when I was being questioned, in the next room a terrible noise arose of someone being hit and screaming. At the time, we were talking about what the Portuguese had done to nationalize the Africans and I asked the man who was questioning me if that was the way they nationalized the natives and he said, 'that was the only way they could make them talk.' (Interview Drake)

In the Malanje prison they had a separated room from the other prisoners, and the mission had provided them with a mattress and food. Though they had a separated room, they were able to integrate with other prisoners. They were glad for this experience because they saw some of the people from their Methodist Church. They met one of their students in jail who was put there because he was wearing the Methodist Youth emblem. He and his brother were put in jail and they were both beaten. As a result of the beatings, his young brother end up dying.

Missionaries Brancel, LeMaster, and Way saw their role as missionaries "as helping the population" (Interview Drake). They stated that while they were practicing, the Portuguese were preaching. According to the missionaries, the Portuguese have "a wonderful philosophy" that comes from Salazar, a "wonderful racial policy" that does not trickle down to the local administrators. "This philosophy comes from Portugal but it does not get translated in Angola. In Angola, the Governor-General in Luanda and others have this philosophy and they expound it on the press and the newspapers; but, it does not trickle down to the local government official who really controls the lives of the people

in his area," affirms one of the missionaries. As missionaries, and guests in the country, they tried to abide by the laws and this is the reason why they have not spoken for the African cause. Regardless of the missionaries' inactions, Africans finally began to speak up and were willing to suffer the consequences. The African natives were speaking against what Miguel Jerónimo refers to as the "civilisational nurture" of the Portuguese empire "[which] depended on forms of forced and compulsory labour" (Jerónimo, 2012: 198. *my translation*). "The real 'mission' of the Portuguese civilizing programs in Africa," concludes Jerónimo, "was to create conditions to educate the native bodies and souls for work" (Jerónimo, 2012: 269. *my translation*).

After the first revolts, the Portuguese – who claimed that the attacks were circumscribed to the northern part of Angola – started to make arrests all over the country. This situation increased the hatred between the races. The Portuguese officials picked up forty-two African Protestant missionaries and, even after they were released, never announced their release in public. Marion Way's answer, when asked about the nature and development of the conflict in Angola, is very much a slap in the face of those who still believe today that the social and racial relations in the Portuguese colonial empire were harmonious and cordial:

> I don't see how it will get better if they don't begin making the needed reforms. Unfortunately they [the Portuguese] continue saying that everything is fine. In the papers we read that everything is fine in Angola, the blacks and the whites all live peacefully and happily, everybody can eat together and go to school together which are just *lies* [my emphasis]. If they [the Portuguese] would admit that something is wrong and try to do something about it, there might be some hope. (Interview Drake)

On Communism

During his interview with the three missionaries Drake focuses on three topics: Communism, Education and Justice. He begins with the influence of communism in Angola. He states that on Friday of that year [1961] and month [December] during a United Nations summit, the spokesman for Portugal said that a report, which had been issued by five countries in the UN, was false and the spokesman categorically denied everything that was written. The UN had an investigating body which was not allowed into Angola because the Portuguese government would not permit them; however, the UN was able to write a report on the basis of what they had learned about the current state of Angola from different sources – including missionaries. The report stated that there was a great deal of mistreatment and deprivation of the basic human rights by the Portuguese government. The Portuguese spokesman responded to this report by claiming that the only terrorists in the country were Mr. Holden Roberto's men.

Drake asks the missionaries: "Is this communist inspired? Is there any indication as far as you can see that the communists are behind the scene?" to which Way replied, "there are some influences, but I do not think there is very much communist influence." (Interview Drake). Way further stated:

> unfortunately, the communists are getting good propaganda out of this because they have been the chief critics of the Portuguese. Those who see the injustices tend to see that "here is somebody that is trying to help us," and unless other countries get also after Portugal to make the needed reforms, communism will have a good chance to come in. Right now I don't think that they have had much influence. I want to say how much we appreciated the vote of America in the United Nations. That did a great deal towards helping the Africans having a better understanding of America. If we could continue on that line, I think we would keep out a lot of communist influence. If they felt that the Western nations were behind them and had something to help them…otherwise they will feel that the communists are the only ones who are interested. (Interview Drake)

During the interview, Galen Drake insisted, again, on the subject of communism. He asserted that "if the situation gets worse the communists might get stronger" (Interview Drake). The missionaries replied that it was necessary to look back again to February when the "cotton people" in that area rose up and rebelled[2]. According to the missionaries, the native revolt didn't come necessarily from any outside instigation. The response that many African chiefs gave to the officials, when they were beaten and put in jail, was that they would die before going back to growing cotton; before they were raising cotton for the Portuguese, they owned their cattle, and gardens and were happy. "Now we don't have anything while your cotton is growing," affirmed one of the local African chiefs, in the missionaries' words (Interview Drake). According to the missionaries, "that is the rebellion, we think, [that] will grow more and more" (Interview Drake). The story the missionaries tell is that of a group of workers who decided not to work until they got better pay. The Portuguese, instead of negotiating, shot them down and forced them to go back to the fields. That set off a chain reaction in the area.

On Education

Galen Drake follows up by asking the three missionaries, "what reforms are needed in Angola?" They replied, "economic, political and educational reforms were the major ones" (Interview Drake). Only the Catholic and Protestant missions were providing education for the Africans. A small fraction of the Angolan people were able to go school due to the lack of school building in most areas.

2 Even though the Baixa do Cassange revolt was in the beginning of January, the missionaries refer to it as having occurred in February. This was most likely a lapse of memory.

The problem, according to the missionaries, was that the Portuguese were afraid to give more economic conditions and education for obvious reasons. As missionaries, they faced problems like this all along. LeMaster explains:

> Eight years ago when we got six students ready to get their diploma from the second year of high school which is six years of education, we were told that we are educating too many. And there is where we are thorn in their flesh. Because we feel that it is our call to bring these people to be enlightened and to understand the worth of human dignity. And, we believe that through education they can also be the kind of Christians that we feel we're called to teach them to be. And probably it is not so good to pinpoint things but this has been our experience from growing to a body of high school students of about sixteen up to a hundred and eighty. That's what they don't like. And not only the Portuguese officials, I believe, don't like it, but we face opposition by these lawyers who are fortunately enough to be in charge of these local, private, schools. They get these schools started and a student to begin in those has to pay ten dollars a month. That student and his father probably won't earn enough a whole year to pay that tuition, much less to buy books and pay the other fees that are necessary even for him to do an examination after he has done his studies. And we are constantly having this thrown up at us by the officials, that we have too many students, that we don't need to educate them. And this students have a law that everybody is supposed to pay a head tax when they are sixteen-eighteen years old. And then they have laws regulating the matriculation in the schools. You have to do first grade when you are a certain age and second grade between certain ages and third between certain ages… Well, it is impossible for the Africans, the masses. Not only for them but also the children of poor white people. They don't have an opportunity to go to school sometimes until they are twelve-thirteen years old. So how is it possible for them to finish this first six years of school when they are eighteen? It is impossible? Yet, they have to pay this head tax. And how can they pay the head tax when they are in our schools on scholarships? Everything is being provided for them even the food that they eat. That lines up with the idea that they are jealous of us. That's what they have been pretending to be doing and that's what we've tried to do. And we felt that we were really cooperating with the Portuguese people and we have had a good experience in working in very close harmony and fellowship with the local officials. It was a shock when we were walked in and bedded down. (Interview Drake)

LeMaster explanation of the education system in Angola is well studied by Miguel Jerónimo in his book *Livros Brancos, Almas Negras*. Jerónimo shows that in the Portuguese colonial empire "education should have a practical and instrumental dimension, where the instruction of the Portuguese language should be a priority as well as an education oriented for an *art* and a craft. It should also be directed to educate the native bodies to work" (166, *my translation*). According to the missionaries, people were "wild for education" and felt that it was the only road out of this dilemma and they would sacrifice themselves to have access to it.

On Justice

When asked about working conditions in Angola, Brancel used the term "forced labor," and went on explaining that for two years he was in charge of a coffee farm that the mission owned. Brancel was required to submit work sheets to the administrator every month, and he would fill those out conscientiously. He proceeded to tell the following story:

> One month we had two absences. These men were forced to work for us. They had no choice. One man missed one day and I asked if he was sick and there was no proof of it and I put down that it was an unjustified absence. Another was a school boy who was working in the carpenter shop as an apprentice in the afternoons and going to school in the morning. He missed half a day. These two men, after the worksheet was sent in to the local administrator were called over to his office. The man who had missed the full day had his hands beaten with what they call "palmatória" which is a stick broad on one end. He came back with his hands swell so he couldn't close his fingers or work for the rest of the week. And the other boy who was not even of age, going to school, was held prisoner in the post and put to work on a government farm. And he worked three months without a pennies pay in penalty for having missed one half day. This is in the heart of the trouble area. And yet we were told that all the troubles come from the outside until we, who have been there for ten years, are accused of being the instigators and it becomes an internal question. (Interview Drake)

LeMaster interrupted and added that the change in terminology from "colony" to "province" meant very little other than the change of name. Forced labor was abolished in 1953 or 1954[3], yet, forced labor continued, thereafter. "Now they call it contract labor, but it is the same thing under a different name," he asserted during the interview. The missionaries also thought that the Angolans should had the opportunity to decide if they want their independence; even though they were not "ready" for this due to the fact that the Portuguese deliberately did not prepare them for independence. It was the missionaries' opinion that if the Angolans got their independence at that moment it would be a greater tragedy than in the Congo because the Angolans were even less prepared. Eventually Angolans would have to come to the point where Angolans would be able to decide if they want to be independent or become linked to Portugal.

3 This dates were mentioned by Le Master which don't correspond to the real date of the Constitutional review of 1951. Miguel Jerónimo affirms that "The *Regime do Indigenato* that was formed by the combined legislation of 1926, 1929 and 1954 continued the tradition of legalization of native forced labour (which retained many similarities with previous slave systems), and institutionalized and legitimized the production and administration of social, political and economic differentiation within the colonial societies; processes always shaped by enduring forms of practical and ideological racialization" (Jerónimo, 2012: 199).

Brancel, LeMaster, and Way equally believe that many Portuguese were sincere in their actions, however, they were blind. Regarding the local administrator behavior, the missionaries always had the impression that he was the "King of his little realm" and, as long as there were enough workers, no one really questioned what was going on. The entire system was built on graft because these local administrators were not paid fairly, rather then small salaries. They had to get what they could from the plantation owners by sending African soldiers and exploiting the people.

Brancel ends the interview with another explanatory story. He conveys with simplicity the core of the social relations in the Portuguese ex-colony:

> One day I went to the local administrator on business and encountered there some people from the neighbor village. I greeted them, shaking hands as I naturally would. The administrator called me aside and said 'You shouldn't be doing that. I'd been punishing these men for things they have done and it doesn't look right for you to be shaking hands while I am punishing them.' I said, 'If your punishment is just, I don't think it matters that much what I do.' And he spoke very frankly and he said, 'I don't punish to get justice. I punish to defend my own interest.' And those are his very words. (Interview Drake)

The journalist wrapped up by asking what their plans were for the future. The missionaries had none. They didn't know what they were going to do next.

Fifty-four years have passed

In today's academic world, studies on trauma, memory, and identity are abundant. Most studies underline the fact that memory does not correspond to processes of linear transmission; instead, it happens in a multidirectional way (Rothberg, 2009). Those processes do not simply occur on the individual level; rather involves "communities of memory" represented by the familiar universe (Pickering, Keightley, 2013). Nonetheless, memories can involve other dimensions such as the generational. In Portugal, studies on memory commonly reflect upon the traumas, memories, and post-memories unwinded by the Colonial War. One example is Margarida Calafate Ribeiro and António Sousa Ribeiro's essay, "Os Netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e Memória de Segunda Geração." According to Ribeiro and Ribeiro:

> …with the children, with the parents, with the disperse fragments of narratives composed by the shrapnel of what was the greatest tragedy of the recent history of Portugal, a post-memory of the Colonial War is being built (…). In this way, we watch the construction of a cultural memory of the Colonial War which (…) constitutes itself as a multifaceted and multidirectional discursive net rooted in a dimension of contemporaneity. (Ribeiro and Ribeiro, 2013: 34-35)

The collection of different memories, from different generations, and coming from diverse geographical regions in the world; thus, creating the possibility of new meanings in the long complex historical, political, social and racial relationships in Angola. These collection(s) of memories opens up, according to Ribeiro, the "possibility of consolidation of a democracy with memory" (Ribeiro and Ribeiro, 2013: 35). In this case, the role of the missionaries' memory about the colonial circumstances that led to the outbreak of the Colonial War, is one more piece of the puzzle.

Fifty-four years after his imprisonment by the Portuguese government, Fred Brancel, now 88 years old, still remembers – although with the difficulty of time that erases – the events of the distant past. Currently living with his wife in an assisted community in Madison, Milwaukee, he is still active in the Protestant Church; He has dedicated most of his life to human rights. When I met him he was reluctant to speak about Angola because he was afraid that his words would be printed. He was also worrying that the interview would cause trouble for my parents, who live in Portugal. He suppresses traumatic memories by playing board games[4]; so it took some time to get him to talk about the subject of colonialism in Angola. Brancel still remembers many people in Angola. One person he remembers is Senhor Júlio, an African pastor, whose son studied in Brazil and became the first African bishop in Angola. He stated that the Portuguese were mostly Catholic, not Methodists, and there were some conflicts between the two churches. Brancel does not remember having any Portuguese friends. Methodists were located to the north of Angola and their work emphasized education. The Portuguese refused to educate the African population. Brancel mentioned that the Portuguese called the "Angolan language"[5], Kimbundo, "*a língua dos cães*" [the dog's language]. Brancel asked if I knew what *cães* meant. This was his way of underlying the racism and violence in colonial relations. "The Portuguese put down the African indigenous," he exclaimed. When I asked if he saw any type of violence or discrimination, Brancel replied that there was forced labor to do road work, and that forced labor was not uncommon. The missionary told me that I had to realize that he had a different perspective. When I asked him what his perspective was, he compared the Portuguese treatment of Angolans to the Europeans treatment of native-Americans in the United States:

> I am an old, old guy. Well, I think that the colonial treatment in Angola was similar to the treatment that the native-Americans received in the United States. My family emigrated from Germany. (…) I don't think we treated the

4 Fred Brancel was clear not very comfortable speaking about certain issues in Angola. Even though we spent a lot of time with him trying to get things out, he refused to speak about what he refer to as "delicate subjects."

5 Expression used by Fred Brancel.

> native-Americans particularly well. I have some recall that native-Americans were not enjoying equality. (Interview Sousa-Brancel)

Brancel's comparison is a clear example of Rothberg calls the multidirectionality of memory, i.e., memories do not occur in a linear way but, in most cases and depending on individual experiences, as part of an inclusive process of connection and inclusion.

He explained that he spent ten months in Portugal studying and taking the exams in Portuguese; Not only in the language, in History and Geography as well. The missionaries could not obtain a permit to work in Angola until they passed those exams. Initially, he was stationed in Malanje, however the Portuguese government was threatening to take the church property in a coffee growing area called Dembos. He was sent to the Dembos to plant coffee and secure the church property.

When asked if they had to conform to the laws of the Portuguese administration, Brancel stated that they were expected to comply. Nevertheless, his time was spent with the Africans; it was only for business that he would go to the administrator and have an interaction with a Portuguese citizen. I inquired about his impression of the Portuguese administrator, Brancel put his hands in his head and said: "Don't tell him!" According to Brancel, the administrator was "normal;" he had rules that were never to be bent. Brancel also mentioned that he carried a bias experience. When confronted with the Lusotropicalist ideology of the New State, the missionary affirmed that he had not experience the ideology in practice. He turned to me and asked: "Where did you hear that? Do you believe that?" (Interview Sousa-Brancel). At that moment his wife intervened; prompting him to tell me "that" story. Brancel sadly continued, "We had an issue because one of our men missed a day of work, so he was taken away. I had to report that he was absent. That man had to do forced labor." And he added, "we would like to think it is true [the benevolence of Portuguese colonialism] but it is not factual" (Interview Sousa-Brancel).

Brancel mentioned that there was never any legal reasons (or any legal arrest or procedure) given by the Portuguese government to hold him and his colleagues for three months. He has no idea why they were selected. He does not think the government saw them as revolutionary, rather as antagonist. According to him, this happened because "they were already aware that the Africans were beginning to think like the Congolese" (Interview Sousa-Brancel). His mission supported the Angolans "but not in any military way." Brancel stated: "Our mission was basically with the African people. I don't know if there was ever a white Portuguese in our church population" (Interview Sousa-Brancel). Once again, his wife intervened saying that, if his church was preaching the gospel, that was revolutionary enough for the Portuguese to take measures. The only thing that Brancel could see as being used by the

Portuguese to justify their arrest "was a booklet that we had put together for what we called community development or village improvement. I still think that was sort of the cause for our imprisonment. We called it 'You are the Temple'" (Interview Sousa-Brancel).

Brancel does not remember how the Portuguese were portraying the riots in the north. He, however, remembers being interviewed when he arrived in New York. He thinks that Ed LeMaster was a more verbal person: "Ed LeMaster was the head of the secondary school and he is a better spokesperson" (Interview Sousa-Brancel).

"Forced labor was a very common practice at the time that we were there and it took really no excuse for an individual to be taken and forced to work on the roads or whatever was needed or wanted by the government" (Interview Sousa-Brancel). Fred Brancel remembers being concerned with the situation in Angola, and he wanted to make a difference by helping those who were being oppressed. "After we were released from the three months in prison, we divided into teams. Two of us traveled east of the Mississippi and two traveled west of the river. Malcom traveled with me for two months to share our experiences; but Malcom was the person who was better with his tongue. I have never been particularly gifted with my tongue" (Interview Sousa-Brancel). This suggested that some missionaries were more outspoken than others. Brancel was an agricultural missionary and he never felt that he was particularly gifted or talented.

My last question to Brancel was, "Do you feel the mission of the Church aligned with the mission of the US as governmental entity or do you think they held two separate intentions?" Brancel replied:

> I never saw the United Stated participating in anything that favored the African population. When we took the goats and chickens, we sat there for a week on the boat, and we saw the exchange of manufactured goods being unloaded and returned for the raw materials coming out. I think that was the United States position. I don't think the United States was ever actively involved in bringing independence to the African population. The missions were certainly indirectly involved in bringing independence. That's part of education is about, I think. You can't educate without wanting a degree of equality. (Interview Sousa-Brancel).

Kate Burlingham affirms in her article that "we can begin to appreciate how the complex and enduring legacy of slavery shaped, and continues to shape, the United States relations with Angola and Africa, in general, in unexpected ways" (Burlingham, 2015: 25). The memories of missionaries like Fred Brancel is one more variable that complicates these relationships; not just between the United States and Angola, between Portugal and Angola, as well.

According to António Sousa Ribeiro, Cecília MacDowell Santos and Silvia Rodríguez Maeso:

> the work of the testimony, as a way of representation of traumatic memories, constitutes a gesture of re-composition that allows the reconstruction of a discursive space in which the voice of the victim of violence can not only articulate itself, but also to be heard, be part of a public sphere whose communicative reason had been broken by the logic of violence and by the state of exception. (Ribeiro *et al*., 2010: 6)

Brancel and his missionary colleagues were victims of the Portuguese government's "irrationality," and at the same time witnessed the violence that was imposed on the Angolan population. Their memories shouldn't be overshadowed. They are part of a collective corpus that enhances our understanding of colonial Angola as a whole. Fred Brancel ended the interview by saying that he feels and thinks that he had a privileged life, with the exception of the loss of his two wives [the first was with him in Angola, the second in Congo]. His first wife, Margaret Jones, was a popular musician who would crack open the church windows to let the pagan music in: "She was very progressive," he stated. His memories are now engraved in his niece, Maddie, memory. She is the present repository of the memory of a family past in colonial Angola. Her way of telling that specific story in the future will certainly be "contaminated" by her own experiences.

References

ALEXANDRE, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808--1975)*. Porto: Edições Afrontamento.

BURLINGHAM, Kate (2015), "'Into the Thick of the Fray' Black Missionaries, American Adoptive Education, and the Foundations of United States Foreign Relations with Angola". *Social Sciences and Missions*, 28: 1-27.

CROSS, Michael (1987), "The Political Economy of Colonial Education: Mozambique, 1930--1975". *Comparative Education Review*, 31 (4): 550-569.

Interview with Galen Drake, Dec. 3, 1963 [in oral format].

Interview with Sandra Sousa and Madeline Brancel, May 22, 2015.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2010), *Livros Brancos, Almas Negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português c. 1870-1930*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2012), "The 'Civilisation Guild': Race and Labour in the Third Portuguese Empire, c. 1870-1930", in Francisco Bethencourt and Adrian Pearce (ed.). *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*. Oxford: Oxford University Press, 173-199.

NETO, Maria da Conceição (2000), "Angola no Século XX (Até 1974)", in Valentim Alexandre (ed.), *O Império Africano. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 175-195.

KEIGHTLEY, Emily; PICKERING, Michael (2012), *The Mnemonic Imagination: Remembering as Creative Practice*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

KEESE, Alexander (2012), "The Constraints of Late Colonial Reform Policy: Forced Labour Scandals in the Portuguese Congo (Angola) and the Limits of Reform under Authoritarian Colonial Rule, 1955-61". *Portuguese Studies*, 28 (2): 186-200.

"Quessua Methodist Mission Station-Angola" [online], disponível em: http://www.yacumc.org/newsdetail/443208 [Consultado em: 20 jan. 2016].

RIBEIRO, Margarida Calafate; RIBEIRO, António Sousa (2013), "Os Netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e Memória de Segunda Geração". *Abril*, 5 (13): 25-36.

RIBEIRO, António Sousa; SANTOS, Cecília MacDowell; MAESO, Silvia Rodríguez (2010), "Violência, memória e representação". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88: 5-7.

Submitted: 28-02-2016
Accepted: 30-05-2016

Villar, Carmen Ramos – Filling in when memory fails: the use of stories in Portuguese American memoirs. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 139-152

Filling in when memory fails: the use of stories in Portuguese American memoirs*

CARMEN RAMOS VILLAR*
Sheffield University

Resumo

Completar quando a memória falha: o uso de histórias em livros de memórias luso-americanos

Este artigo analisará o uso de histórias no texto memorialístico de três lusodescendentes nos EUA. Ver-se-á como a inclusão de histórias atua de forma estrutural nos seus textos. Partindo da ideia apresentada por Hirsch sobre a pós-memória (2012), arguir-se-á que o uso de histórias no texto memorialístico destas três lusodescendentes atua como uma ponte de ligação entre a memória individual e a memória adquirida, ou herdada, vinda ela da família ou da cultura. Ver-se-á como o uso de histórias produz textos que coreografam cuidadosamente as memórias herdadas, produzindo camadas de memórias no texto. O artigo concluirá que a presença tanto de memórias coletivas como da memória individual no texto cria uma comunidade narrativa que vai além da nação ou das nações, no sentido lato.

Palavras-chave: memória, luso-descendentes, memória adquirida, comunidade narrativa.

Abstract

This article explores the ways in which stories serve a structuring function in three Portuguese American memoirs. The article also examines the use of stories as a way to weave together the gap between memory and inherited memory (Hirsch, 2012), arguing that the stories produce texts that carefully choreograph between inherited family stories and inherited cultural memories, creating a layering effect. The conclusion demonstrates how the inclusion of collective memories within individual memory present in the text generates a narrative community beyond the nation state(s).

Keywords: Portuguese American memoirs, inherited memory, narrative community.

* I wish to acknowledge and thank Katy Stewart for her translation of my abstract into French, and Eleanor Jones for having taken my Spanish accent out of the final text with her careful proofreading. Please note that any discrepancies or confusion present in the article, including its abstracts, are entirely my own.
** Senior Lecturer at Department of Hispanic Studies, Sheffield University. Email: c.ramosvillar@sheffield.ac.uk.

Résumé
Parfaire la mémoire incomplète : l'usage des histoires dans le récit de mémoire luso-américain
Cet article analyse la fonction structurelle des histoires dans trois récits de mémoire luso-américains. L'article s'interroge sur l'usage des histoires comme lien entre la mémoire individuelle et la postmémoire (Hirsch, 2012). Notre argument est que l'usage des histoires produit des textes qui agissent comme un pont qui relie mémoire individuelle et mémoire acquise ou héritée, de la famille ou de la culture. Nous verrons comme l'usage méticuleux des histoires donnent origine à des textes qui chorégraphient les mémoires héritées, produisant des couches de mémoire. L'article conclut que la présence des mémoires collectives autant que de la mémoire individuelle dans les textes crée une communauté narrative qui va au-delà de l'État-nation/des États-nations au sens large.

Mots-clés: mémoires, luso-américains, postmémoire, communauté narrative.

> *Note*: Perhaps it is my historian's training, but I am sceptical of memoirs that reconstruct detailed dialogue thirty, forty, or fifty years after it has occurred. My memoir is not a dialogue-driven work. I have included exchanges that I overheard or was party to and that I remember vividly and, I believe, accurately. I have slightly changed only two names to protect person's privacy (Conforti xii).

Unintentionally ironic, Conforti's observation at the end of the acknowledgement section of his memoir is still valid; how do life writers recall dialogue and other details clearly after so many years? Charles Reis Felix's *Through a Portagee Gate* (2004) offers an ideal example of dialogue-led life writing. Felix demonstrates how dialogue that accompanies the narration of a particular episode becomes a structural device within the narrative, and how stories and storytelling become a structural device in a life writing account.[1] The focus of this article is to explore how other people's stories become part of the life narrative in three memoirs by Portuguese American women whose parents were pioneers in California at the beginning of the twentieth century.[2] These memoirs are Pauline Correia Stonehill's *A Barrelful of Memories: Stories*

1 Francisco Cota Fagundes provides a very interesting and sustained analysis of this feature in Felix's text. Fagundes examines how dialogue, orality and typology become self-referential and metafictional in the creation of a polyphonic blending of voices in the narrative (Fagundes 2007). Elsewhere, Fagundes also points to the way that the narrative is a series of stories akin to vignettes (2005 and 2010). In my own examination of Felix's text, I expand on this idea of the vignette and explore the interplay between image and text as a feature of authorial interpretive control (Ramos Villar 2014).

2 Although not the focus of the present article, those interested in finding out more about the presence of the Portuguese in the Wild West are directed to Donald Warrin and Geoffrey Gomes' *Land as Far as the Eye can see: Portuguese in the Old West* (2013), which provides an excellent and comprehensive analysis of Portuguese migration to the United States. Warrin and Gomes examine in depth the hardships and challenges inherent in the lives of Portuguese pioneers, through the examination of the individual stories and experiences of the settlement and expansion of the West.

of my Azorean Family (2005), Rose Peters Emery's *Footprints in the Soil: a Portuguese Californian Remembers* (2003), and Josephine Korth's *Wind Chimes in my Apple Tree* (1978).[3]

The article is particularly concerned with examining how, through the use of stories, the memoirist weaves together the gap between memory and inherited memory, or postmemory, to use Marianne Hirsch's term. For Hirsch,

> Postmemory is a powerful and very particular form of memory precisely because its connection to its object or source is mediated not through recollection but through an imaginative investment and creation. […] Postmemory characterises the experience of those who grew up dominated by narratives that precede their birth, where own belated stories are evacuated by the stories of the previous generations shaped by traumatic events that can neither be understood nor recreated. (Hirsch, 2012: 22)

Hirsch is here referring specifically to the children of Holocaust survivors, whose experiences are of course very different to those of Portuguese emigrants in the United States. As the conclusion will argue, however, Hirsch's definition of postmemory as the process through which a person takes on the memory of others and makes it their own provides an interesting way of understanding the tightrope of belonging and not belonging implicit within Portuguese American life writing, and its creation of a discursive community in the three memoirs examined below.

In the first memoir, Pauline Correia Stonehill's *A Barrelful of Memories: Stories of my Azorean Family* (2005), it is clear that some of the stories present in the narrative are not her own, thereby providing a fruitful example of how inherited memory can be woven into an account. Stonehill is a second generation Portuguese American whose grandparents were pioneers in California, and whose parents became successful dairy farmers.[4] This article will concentrate its analysis on the first part of Stonehill's account, which in her own words,

> is largely based on conversations with my mother, whose remarkable memory provided me with most of what I know about my grandparents, her own childhood, and my father's childhood. As we visited, she would tell me some tale from the past, which I would later write, adding detail and conversation as I imagined it might have been. Because I knew how these people spoke, I reconstructed conversations; and since I knew their personalities well, I have tried to recreate settings, feelings and thoughts. (Stonehill, 2005: viii)

3 Although it is not within the scope of this article, readers interested in how some of these memoirs have been examined as a contribution to the US ethnic debate are directed to Fagundes (2005 and 2010), Silva (2011) and Ramos Villar (2012).

4 Stonehill's father became a leader in the dairy farming community in the region, defending farmers' rights within the dairy union, especially in the testing of TB in cattle, leading the way to changes in methods of testing.

By her own admission, then, the first part of Stonehill's story is a second hand account received from her mother, which narrates how her maternal grandparents emigrated from the Azores to New England and then California, the ups and downs of how her family established themselves in a farmstead in California, and how her parents met and married.[5] The story of her paternal grandmother Emília, in particular, shows Stonehill's methods in creating the narrative. Emília's story begins in the following way:

> Most of my paternal grandmother's story is lost with the passage of time and the death of those few remaining persons who actually ever knew her. Until recently, to me, she was just a black-shawled, barefoot woman who obediently peddled her butter and her husband's contraband from door to door in Horta. (Stonehill, 2005: 112)

The portrait of Emília is built up slowly; she was a gentle, overworked woman of very poor health, whose husband often left her alone to care for her children and run the house, and whose children grew up under very difficult circumstances, coming close to neglect after the death of their mother. Although most of the account seems to be based on Stonehill's conjecture, with statements such as "Before she died she had six children who lived enough to be counted. How many other pregnancies had she, I wonder?" (113), it is clear from the four pages that make up the story of Emília's life that Stonehill has conducted a good deal of research into her family. She mentions that she worked out how her paternal grandparents had married after having three children by closely examining the information given in her uncle's birth certificate (112). There are also instances of reported speech, which are presumably passed down through generations as a kind of inherited memory when the story was told and retold – or which perhaps constitute evidence of how Stonehill embellished her account for added dramatic tension, or even for plausibility. For instance, Stonehill reproduces her Aunt Mary's words to Stonehill's father in the following significant way: ""He was mean to her!" she'd tell my father, who had been too young to remember details of family troubles" (114). Later, Stonehill reproduces a dialogue between herself and her aunt Luisa. Her aunt Luisa is describing her feelings when saying goodbye to her brother, Stonehill's father, as he left for the US, which Stonehill records and, in so doing, exonerates her family for past mistakes;

5 There is evidence that the reader might even be acquiring the family's inherited memory in the form of a third-hand account. The story of her maternal grandfather's clandestine emigration to the US in a barrel, and how he almost died of starvation in the process, is a good example of this. Here, Stonehill not only narrates feelings and situations, but also adds bits of dialogue to heighten the dramatic tension of the story.

> Sixty-three years later she wept as she told me, "I should never have gotten married and left him there with no one to care for him. I didn't know my mother-in-law could be so cruel as to not let me feed my own brother. He would never have gone if I hadn't married."
>
> "Tia Luisa," I replied, "he had a much better life in California than he would ever have had here without an education, even though he worked hard". (123)[6]

Emília's story is typical of how Stonehill structures her account. The story told sets the scene for explaining a particular aspect: in this case, the relationship her father had with his family, and especially with his older sisters, Mary and Luisa. This explanation neatly creates a structural link to the next set of stories which, in this particular case, culminate with how and why Stonehill's father joined his sister Mary in the United States. The stories of Stonehill's family, particularly the stories of the family on the paternal side, thus form a patchwork of inherited memories that are woven together to form a cohesive narrative linking the past with the present.

As mentioned above, it is clear that Stonehill conducted research into her family prior to documenting their story. In fact, there is information dotted throughout the stories in which Stonehill acknowledges those who gave her specific bits of information. For example, midway through the story of how her father hunted rabbits in the Azores, Stonehill makes the following aside: "(His cousin, Tony Dutra Machado, who came to the United States at 14, gave me a description of how rabbits were hunted)" (121). Stonehill also acknowledges the process of gathering information in her introduction, which also outlines a research trip to the Azores and the inclusion of her "own observations and recollections of family events and customs, as well as my own experiences and relationships with the various characters" (xi). Here, the layering of memory seamlessly joins together Stonehill's research and the stories passed down to her by her family. In this way, Stonehill engages in a sleight of hand that enhances the authenticity of the account. The line of demarcation between memoir and fiction is effectively blurred, a process that can be deemed intentional if we take into account Stonehill's words in the introduction on the process of creating and editing the final text. As we have seen, Stonehill acknowledges that she reconstructed and embellished conversations, feelings and situations. It is therefore plausible to conclude that Stonehill's text is an account that makes extensive use of stories as pieces of inherited memory, in order to present the reader with a biography of her family, an autobiographical collection of stories about her childhood, and a collection of stories that embellish reality and contain fictional elements.

6 There is an element of triumphalism in these words that echoes some US autobiographic models. Stonehill looks back with pride at her family for the decision to emigrate to a better life, the inference being that the US has enabled them to overcome the limitations and hardships of their country of origin.

Stonehill is not alone in blurring the line between fiction and memoir, or in showcasing the use of stories as a means of exposing the process of layering memory and research. Rose Peters Emery's *Footprints in the Soil: a Portuguese Californian Remembers* (2003), a text mainly concerned with depicting life on a Californian farm during the last two decades of the nineteenth century and the first half of the twentieth century, is an episodic account made up of interlinked stories. These stories start at the point that Peters' father emigrates from São Jorge, and go on to explain how he survived on a farming homestead on the American frontier, how his first wife died leaving him with eleven children, and then how he met and married Peters Emery's mother, an American-born woman whose parents were also from São Jorge. Peters Emery's account focuses on how the Peters family lived and worked on the farm, how the children went to school, how some of Peters Emery's brothers went to fight in the two world wars, and how the author was able to take advantage of a softening stance toward gender roles within her family.

In a number of places in her account, Peters Emery is very explicit about the limits of her memory, and about how her memory has been supplemented by the inherited memory of her family through the passing down of stories. Of her parents' early life together, she says:

> I wish I knew more about their life in Canyon, especially their first years there. What little I know came to me much later in the form of stories or anecdotes from my older half-brothers and sisters, repeated over and over because they were relished by the family, or more indirectly from my own mother. (Emery, 2003: 28)
>
> Another story had to do with a sleeping cow. Frank [her brother] told it to Gertrude, and Gertrude told it to me. (31)

Nonetheless, Peters Emery's account goes beyond being a simple transcription of inherited memory. In the acknowledgements page, Peters Emery states that her book is the result of "miscellaneous notes and short sketches, jotted down as I remembered them. Several years of expanding, rewriting, and reshaping [which] finally resulted in a book" (ix). Peters Emery's account, therefore, is the result of careful editing of different versions of stories that she has received from members of her family, together with her own memory, which she has then worked and reworked prior to publication. In this way, Peters Emery's account transcends the layering of memory through stories found in Stonehill's account, becoming instead a carefully choreographed text that condenses many versions of the same set of stories.

Peters Emery's account also displays various contradictions. For example, at one point the author describes how the boys in the family could play freely if their chores had been carried out. The girls, on the other hand, could only play at school (63). Much later, however, there is a whole chapter dedicated to

how the family had fun, and here it is clear that Peters Emery played dress up with her little sister at home (118), and that they had enough leisure time to read books from the *Wizard of Oz* series (118). There are also instances where Peters Emery corrects received stories – let's call them inherited memories. One such example is when Peters Emery describes how one of her stepbrothers had a throat injury which resulted in a permanent tracheotomy, and how he died after choking on an apple. Peters Emery goes on to explain that years later she discovered her stepbrother's true cause of death: that he had drowned himself when pouring too much alcohol at once down his damaged throat (146 and 147). Peters Emery then justifies how the former, flawed inherited memory came into being, affirming that the true cause of death had been covered up so as not to cause shame for the family.[7] Thus, the contradictions in Peters Emery's account reflect the limits of family memory. They show that the stories passed down have been altered in the process of telling, and perhaps too in their subsequent documentation and editing by Peters Emery, putting into question whether the stories the reader sees are indeed inherited memory from her family.

On this last point, it is pertinent to examine the description of a woman peddler that came to the Peters Emerys' house. This description is clearly used to highlight Peters Emery's mother's kindness toward people less fortunate than herself. However, it is also evident here that Peters Emery has read stories about other immigrant groups in the US, in that she ends the description of the woman peddler with the following words: "I think now that she may have been one of the itinerant Jewish that I have read were widespread in the early days of Jewish immigration" (136). Later, the author's use of the quintessential American reference, Mark Twain, and his description of the use of the *capote* in *The Innocents Abroad*, when she explains the different ways in which the boys and girls were allowed to play, could be seen as a result of reading so as to acquire background information for her writing (63 and 64). It is plausible to argue that Peters Emery is being guided on what to include, what to emphasise, and how to structure her account by her own reading of autobiographical and biographical narratives. Here, it is useful to consider Jerome Bruner's

7 This feeling of not wanting to cause embarrassment is interesting because it might lie behind the abrupt way in which her book ends. After Peters Emery explains that she dropped out of college to marry, what follows is a very guarded and brief comment that she then got divorced, worked a few jobs and eventually joined her daughter in college to become a qualified teacher. Although Silva suggests that Peters Emery's focus on her parent's married life is due to her own experience of being a divorcee, in that "her parent's married life together was far more rewarding than her own" (2011: 51-52), it should be noted that this slightly skews the overall interpretation of her memoir. Considering the change of pace in the narration, especially the quick way in which her divorce is mentioned, the measured way in which she ends her account could be considered not as inherited memory, but as a transmission of inherited values to the reader. Such an interpretation would build on Silva's observation that, through her memoir, Peters Emery is leaving a legacy of memory for her family and her readers, and that it provides a narrative that uses the American prototype of a rags-to-riches account from an ethnic perspective (2011: 54 and 55).

comments on the inclusion of extra information on history or a historical event in the personal account, a practice he sees as aimed toward "coherence by contemporaneity" (Bruner, 1991: 19), noting that references to a wider historical event give coherence and legitimacy to a life writing account. In Peters Emery's case, the references to history not only provide an aura of engagement with someone possessing a wide cultural knowledge, but also situate her narrative within a historical frame of reference. The historical reference becomes a kind of intertextual shorthand, akin to a cultural postmemory. The reader is prompted to infer the period or historical reference, thereby also making a connection with the memories of others. The references to a historical event could thus additionally be seen as a kind of collective inherited memory, perhaps a culturally-embedded memory, that the life writer calls upon. This framework will be explored further in the conclusion.

The author's literary reference to Twain could furthermore be seen as a shorthand through which to explain Azorean attitudes toward and treatment of women and, by extension, to ascertain the reasons that Peters Emery's father perpetuated these attitudes. In addition, it is plausible to assert that Peters Emery is seeking to redress the negative portrayal of Azoreans provided by Twain. In his analysis of Mark Twain's portrayal of the Azorean people in *The Innocents Abroad*, Silva (2003 and 2012) comments that Twain was interested in the readers' reactions to his writing, deploying humour to enhance a perceived superiority on the part of the American reader. This meant that, as Silva argues, Twain did not take into account the ethical consequences that such a portrayal might entail for those portrayed in such a negative light. Silva goes on to argue that Twain's depiction of the Portuguese would endure and have lasting consequences for this ethnic group in the US. Peters Emery echoes, even perpetuates, a particular stereotype held of the Portuguese as deeply conservative and backward. Significantly, immediately after referencing Twain, Peters Emery makes a comment about how "it took the fall of the Salazar dictatorship, increasing contact with the European community, and the arrival of television to loosen the restrictions on women" (64). By making use of the stereotype, the literary reference, and then the political comment on Portugal's situation, Peters Emery consolidates her position as a reliable cultural informant.[8] Moreover, she is a cultural informant that is seeking to redress a negative image of the Portuguese beyond the legacy of Twain. This framing lends legit-

8 Peters Emery's exploration of customs and behaviours within the Portuguese American community are present in very detailed passages such as the description of the Holy Ghost festival in Hayward, especially of the food and drink consumed within it (Peters Emery, 2003: 125-128). The inclusion of these details may also be a result of receiving feedback on her writing, which may also explain the curious insertion of a letter that Peters Emery's ninety-year-old mother wrote describing how she supplemented the family's economies by selling butter. Although used to emphasise the thriftiness and ingenuity of Peters Emery's mother, the inclusion of this letter jars with the rest of Peters Emery's account, constituting a curious departure from the style of narration in the book as a whole, and a clear inclusion of someone else's memories into the text.

imacy and authenticity to her account and, more importantly, it highlights the way in which others may have shaped that account – whether through her use of inherited memory, or through her implementation of constructive criticism. Here, it is also useful to consider that, in her acknowledgements section, Peters Emery thanks members of her creative writing class for their constructive criticism, and her daughter for her editing and word processing. The use of literary references constitutes what could be described as Peters Emery's incorporation of stories, in the wider sense of the word, which become available cultural models that form and shape her life narrative (Bruner 2004). In other words, the stories Peters Emery uses from outside her family's experience become an inherited cultural memory, or a collective postmemory, at her disposal when constructing the text.

The last text to be analysed, Josephine Korth's *Wind Chimes in my Apple Tree* (1978) represents a curious exercise in how a heavily edited text shapes the account of a life through the use of interlinked stories. Korth's account begins with a description of how her father overcame a hand-to-mouth existence in the Azores by emigrating and marrying a fellow Azorean emigrant, and how he mortgaged and settled land for an asparagus farm, surviving various hardships including a devastating flood that almost claimed the lives of the entire family. Interestingly, part of these stories happen before Korth was born, or detail aspects of Korth's father's life that occurred when the author was living with her mother in town and her father was working away in the farm in the California Deltas, perhaps hinting, as the article will argue below, that Korth has heard stories of these times and is only now committing them to writing. In the prologue, Korth comments that she is writing the story of her life to pass down the younger generations of her family. This feeling is expressed once more in the closing chapter, where Korth describes how the text was written:

> I have been writing this narrative of my memoirs for a year and a half now […] Each morning of the days I have spent writing this I have awakened with a thrill of joy that I would be able to write that day. I have used surnames as little as possible, and some first names I have changed for practical and personal reasons and to observe people's privacy. (Korth, 1978: 302)[9]

If the book is for family consumption, as the prologue and last chapter clearly state, it is odd that Korth has deliberately chosen to disguise some information. Doing so not only casts doubt on the account's reliability, but also raises questions as to how much information has been changed, and by whom. Here, it is noteworthy to consider that Korth dedicates her book to

9 In wishing to observe people's privacy, Korth echoes Conforti's words at the beginning of this article. In so doing, one could argue that Korth, like Peters Emery does in the measured way she ends her account, and like Conforti, is also transmitting inherited values to the reader.

her daughter, whom, she also comments, has acted as editor of the text and may have made further changes and omissions. Before considering the role of Korth's daughter as editor, the article will first examine the place of stories in the construction of Korth's text.

It is interesting to note that there is evidence that Korth's account might have been prompted by conversations with her family, and that the text thereby constitutes a mediated transcription of inherited memories. For instance, as Korth describes how she made up stories to entertain her siblings, she mentions that her sisters later reminded her of the characters within the stories, which she had subsequently forgotten until the point of writing about them (92). A further hint can be found in the following throwaway remark: "I have spoken a lot about my father but not so much about my mother. My impression of her at that early age was that she seemed to be always in the midst of some task" (29). In fact, her mother is remembered vaguely and only insofar as her role as carer and homemaker, a sharp contrast with the very clear memories of Korth's father. It is clear that the stories found in Korth's text form part of the family history, and mainly recount what the father did to make sure his family survived in the American frontier. Although it is difficult to argue precisely, these are stories that have been transmitted down the generations, perhaps by Korth's mother. If that is indeed the case, and Korth is transcribing an inherited memory received from her mother, then the voice telling the stories – i.e., Korth's mother – remains absent from the text, thus assuming the role of bearer or initiator of what becomes the inherited memory of the family. It is not that Korth's mother is silent, or silenced. Rather, Korth's mother is the link between the inherited memory Korth receives, and the final text that Korth produces.

Through the episodic nature of the interlinked stories, Korth's text offers up a wealth of minute details from social history, such as the seasonal migration of Okies, or the role of the Azorean celebration of the Holy Ghost festival in providing an opportunity for the community to meet, and for courtships to develop or be broken off. The image constructed is one of hardworking and single-minded people who had sufficient grit to achieve success in the very trying conditions of the American frontier. Emphasis is given to the ingenuity of Korth and her husband in turning the disaster of buying a waterlogged farmstead not suitable for farming into a successful boat rental business with bed and breakfast accommodation, named the *Pirate's Lair*. At the end of the account, the reader discovers that this venture became a family-run business following the ill health of Korth's husband. The only moment in which Korth's account becomes less exemplary is in the middle of the text, where she describes her courtship years. After a few false starts, she falls into an engagement with a first cousin, with whom she is unable to get permission for marriage from a priest due to the pair's blood relations. During that engagement, Korth meets and falls in love with her future husband. This middle section heightens the

dramatic tension in the text, giving a little bit of spice to the story. It also provides a very innocent, yet compelling portrayal of a teenager caught up between her own emotions and doing the right thing by her family and society. Considering that the text was edited by Korth's daughter, and that Korth wrote the account for her own family, the portrayal of Korth as strong-minded yet dutiful toward her family might have been intentional, or even contrived to an extent. It presents a prototypical whirlwind romance, which in turn frames the marriage of two people that are devoted to each other by the end of the text. This interpretation nuances Silva's analysis of Korth's text. Silva argues that Korth

> yearned for domesticity and a male protecting figure. [...] Korth found in domesticity, male companionship, and her children a purpose in life and her own fulfilment. [...] [W]e are occasionally invited into the world of her intimacy. She lets us peak into her heart and shares with us her feelings and expectations regarding her boyfriends and then, later on, her husband, her views on child rearing, her grandchildren, and domesticity in general. (2011: 54)

Silva's statement is couched in terms of his argument that the narratives in Portuguese American life stories are dependent on the gender of the writer, arguing that the women authors "tend to focus on intimate matters and domesticity" (51). Silva goes on to comment that Peters Emery thrives in her recollections of domesticity, and that in both her own story and in that of Josephine Korth, patriarchy is the central motif (51).[10] Korth's text thus makes use of inherited cultural models in its construction; the overall story makes use of available narrative models that the reader would presumably be aware of, be they narratives of the pioneers in the American West, or the love story of boy-meets-girl-and-marries-her-against-all-odds, deliberately creating a specific impression of the author.

There is, however, another factor that should be considered. Korth's book forms part of the marketing for the *Pirate's Lair*, the aforementioned successful marina business venture that Korth established with her husband in the California Delta. Looking at their website, a condensed version of Korth's life is given, stating the origins of the marina and emphasising that this is a family-owned business. On the website, Korth's book is framed as providing the history of the family's early life in the Delta where the marina is found. The website even indicates that Korth's text can be purchased in the marina shop. It

10 The women present in Korth's text, and Korth herself (indeed, also Peters Emery and Stonehill), have a more active social role beyond the sphere of the domestic setting that Silva suggests in his analysis. In Korth's specific case, it was her initiative that turned the disaster of buying a waterlogged farmland into a profitable business. As will be discussed below, this narrative has been edited by Korth's daughter, who might want to build up a particular image of Josephine Korth and the family business – and who might want to aim at a middle ground between a more traditional image of women as angels of the hearth, and as the motors for social change in the family.

is thus plausible that the stories Korth tells in her account have been edited in such a way as to provide all the ingredients for an interesting, yet wholesome rags-to-riches story that casts the family business in a suitable marketing light, while at the same time remaining a collection of stories about pioneers living in the American West. The marketing angle means that the inherited memory present in the stories that Korth has transcribed, has been mediated and shaped for a particular use. To paraphrase an observation from Julie Rak's examination of the boom in memoirs in recent years, memoirs turn identities into commodities (2013: 7), and it could be argued that Korth's text has become one such commodity.

Going back to the observations made by Conforti and Hirsch earlier in the article, the use of stories in the three texts examined thus far has played a structuring role that shapes the accounts and weaves together the gap between personal memory and inherited memory. In Stonehill's case, the stories create a layering of memory that blurs the boundaries between fiction and reality to produce a more coherent account. In Peters Emery's case, the stories are carefully choreographed and edited to make a coherent whole, and the inherited memory called upon in this construction goes beyond the individual to include collective and cultural inherited memories. In Korth's case, the stories weaved into the account shape the inherited memory in a particular way, and for a particular use. The use of stories in all three memoirs demonstrates the malleable nature of inherited memory. These texts could be seen as embodiments, to recall Hirsch's idea, of how people can take on someone else's memory and make it their own. This taking on of the memory of another can also be seen in the way the stories told reproduce a sense of purpose, of having made it, of triumph against adversity, of survival in the face of difficult circumstances, and of the desire to redress a negative stereotype assigned to one's ethnic group. In other words, by using the inherited memory of the family to structurally shape their memoirs, the three Portuguese American memoirs analysed in this article make use of an inherited cultural model to describe their respective experiences, as will be discussed below.

A branch in autobiographical criticism headed by Jerome Bruner sees autobiographical accounts as narratives that make use of selected episodes, joined together into a coherent story (Bruner, 2004; 1991). Bruner sees these narratives as "culturally shaped cognitive and linguistic processes" (2004: 694). Katherine Nelson echoes this idea as she traces the current popularity of autobiographical accounts in the US since the 1940s, a phenomenon she attributes to the "personalisation of American culture" (2003: 134). Julie Rak ascribes the current boom in memoir publishing to the appeal of reading a compelling story of a self that is based on real events. The act of reading maps onto the reader's experience, or the reader's understanding, forming an echo of recognition that

> provides the story of others in a way that creates a private self alongside the self of another, and [which] is the means of mobility from the private to the public. […] It becomes a way for readers to think publicly, but from the private sphere. […] Memoir makes people *feel* connected, and it connects individual feelings to group ideas. (Rak, 2013: 33)

The reader thus takes on the memory of others through the act of reading, but also through their recognition that the story being read is similar to their own.

Through their use of stories to construct a narrative of their lives and of the lives of their families, the three Portuguese American memoirs analysed in this article walk the tightrope of recording and preserving their family's inherited memory, of personalising their experience for their families and the wider community, and of being the voice of a collective Portuguese American experience, but they also make use of the life writing boom within the US, and of public interest in the lives of pioneers in the American West. They are both documenting an inherited memory, and partaking in the creation of a cultural inherited memory. At once within and outside of the cultural model of the US as a multicultural society, the tightrope that Portuguese American life writers walk is fraught. The three memoirs examined here tap into the appeal and popularity of memoirs as compelling stories, but also stories that are relatable to a reader who, through the act of reading, uses the memoir to think and reflect on their own situation (Rak, 2013: 11). This interaction, according to Rak, creates a community "that is not – for a variety of reasons – entirely a creation of a state but that gestures to the sense of belonging that a state cannot provide" (212). It is a negotiation of the fragmented self – while at the same time that self writes itself into a coherent whole in the text – and the self that sees itself as being part of many communities and cultures that the text cannot completely contain. Inherited memory, or postmemory, thus weaves a narrative that goes beyond the individual memory to include the experiences of other people, whether from the same ethnic group or not, thereby creating a narrative community beyond the nation state(s).

References

BRUNER, Jerome (1991), "The Narrative Construction of Reality". *Critical Inquiry*, 18 (1): 1-21.

BRUNER, Jerome (2004 [1987]), "Life as Narrative". *Social Research*, 71 (3): 691-710.

CONFORTI, Joseph (2003), *Another City Upon a Hill: A New England Memoir*. Dartmouth, MA: Tagus Press.

FAGUNDES, Francisco Cota (2005), "Portuguese Immigrant Experience in America in Autobiography". *Hispania*, 88 (4): 701-712.

FAGUNDES, Francisco Cota (2007), "Charles Reis Felix's 'Through a Portagee Gate': Lives Parcelled out in Stories". *MELUS*, 32 (2): 151-163.

FAGUNDES, Francisco Cota (2010), "La experiencia inmigrante de los portugueses en los Estados Unidos a través de sus autobiografías". *Migraciones y exílios,* 11: 11-28.

FELIX, Charles Reis (2004), *Through a Portagee Gate*. Dartmouth, MA: Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts Dartmouth.

HIRSCH, Marianne (2012), *Family Frames: Photography, Narrative and Postmemory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

KORTH, Josephine (1978), *Wind Chimes in my Apple Tree*. San Francisco: Island Winds.

NELSON, Katherine (2003), "Self and Social Functions: Individual Autobiographical Memory and Collective Narrative". *Memory,* 11 (2): 125-136.

PETERS EMERY, Rose (2003), *Footprints in the Soil: a Portuguese Californian Remembers*. San Jose, California: Portuguese Heritage Publications.

RAMOS VILLAR, Carmen (2012), "Janus and the Portuguese Emigrant: The Autobiographies of Portuguese Immigrants in the United States". *Luso-Brazilian Review,* 49 (2): 232-250.

RAK, Julie (2013), *Boom! Manufacturing Memoir for the Popular Market*. Waterloo, Ontario: Wilfrid Laurier University Press.

RAK, Julie (2014), "Image, Text, Self: Representation in Charles Reis Felix's *Through a Portagee Gate*". *a/b:Auto/Biography Studies*, 29 (2): 279-297.

SILVA, Reinaldo (2003), "Mark Twain and the 'Slow, Poor, Shiftless, Sleepy and Lazy' Azoreans in *The Innocents Abroad*". *Journal of American Culture*, 26 (1): 17-23.

SILVA, Reinaldo (2011), "Her Story vs His Story: Narrating the Portuguese Diaspora in the United States of America", in Francisco Cota Fagundes, Irene Maria Blayer, Teresa Alves and Teresa Cid (ed.), *Narrating the Portuguese Diaspora: Piecing Things Together*. New York: Peter Lang Publishing, 49-62.

SILVA, Reinaldo (2012), "From Colonial Myopia to Cosmopolitan Clear-Sightedness and Back Again: Twain's Imperial Relapses in Backward, Rural Societies". *The Mark Twain Annual*, 10: 91-108.

STONEHILL, Pauline Correia (2005), *A Barrelful of Memories: Stories of my Azorean Family*. San Jose, California: Portuguese Heritage Publications.

Unknown. "History." http://www.korthsmarina.com/?page_id=38, Last consulted 11 September 2015.

WARRIN, Donald; GOMES, Geoffrey (2013), *Land, as Far as the Eye Can See: Portuguese in the Old West*. Dartmouth, Massachusetts: Tagus Press.

Submetido: 08-01-2016
Aceite: 13-06-2016

Schurmans, Fabrice – Fabienne Kanor e Toni Morrison, escritoras do Atlântico:
Escrever para transformar a vala comum em cemitério. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 153-166

Fabienne Kanor e Toni Morrison, escritoras do Atlântico: escrever para transformar a vala comum em cemitério*

FABRICE SCHURMANS**
CES, Universidade de Coimbra

Resumo
Este artigo visa estudar a representação do corpo da mulher escrava assim como da pós-memória do sofrimento decorrente do tráfico negreiro em dois romances, *Beloved* (T. Morrison) e *Humus* (F. Kanor). Numa primeira parte, questiona os modos de representação do corpo escravizado e os limites da abordagem histórica para dar conta do trauma. Na segunda parte, o artigo incide sobre a representação específica do corpo da mulher nos dois romances de maneira a evidenciar o modo como as escritoras articulam o retorno ao passado e a sua encenação. Este trabalho comparatista no espaço metafórico do Atlântico pretende igualmente contribuir para uma redefinição das fronteiras literárias.

Palavras-chave: Fabienne Kanor, Toni Morrison, escravatura, representação, pós-memória.

Abstract
Fabienne Kanor and Toni Morrison, writers of Altlantic: Writing to transform the mass grave into a cemetery
This article studies the representation of the body of the slave girl and the post-memory of the suffering caused by the slave trade in two novels, Beloved (T. Morrison) and Humus (F. Kanor). The first section of the article questions the modes of representing the enslaved body as well as the limits of historical approaches to accounting for trauma. In the second part, the article focuses specifically on the representation of the woman's body in the two novels in order to highlight the way in which the writers

* Este texto resulta parcialmente do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto *MEMOIRS – Children of Empires and European Postmemories*, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n.º 648624).
** Investigador no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Email: fschurmans@yahoo.fr.

articulate and stage the return to the past. This comparative essay— conducted within the metaphorical space of the Atlantic and the interdisciplinary field of Atlantic studies—also aims to contribute to a redefinition of the boundaries of literature.

Keywords: Fabienne Kanor, Toni Morrison, slavery, representation, postmemory.

Résumé
Fabienne Kanor et Toni Morrisson, écrivaines de l'Atlantique : écrire pour transformer la fausse commune en cimetière
Cet article vise l'étude de la représentation du corps de la femme esclave et la postmémoire de la souffrance issue de la traite négrière dans les romans *Beloved* (T. Morrison) et *Humus* (F. Kanor). Nous interrogeons, dans une première partie, les modes de représentation du corps de l'esclave et les limites de l'approche historique pour rendre compte du trauma. La seconde partie traite de la représentation spécifique du corps de la femme dans les deux romans pour mettre en évidence la façon dont les écrivaines articulent le retour au passé et sa mise en scène. Ce travail comparatiste dans l'espace métaphorique de l'Atlantique prétend contribuer également à une redéfinition des frontières littéraires.

Mots-clés : Fabienne Kanor, Toni Morrison, esclavage, représentation, postmémoire.

Introdução

A partir dos estudos de Paul Gilroy, o Atlântico tornou-se numa das metáforas mais prolíficas dos estudos pós-coloniais, metáfora do sofrimento associado ao tráfico de seres humanos, metáfora igualmente das práticas culturais geradas por essas deslocações forçadas de populações que circulam entre as duas margens (e.g., Rice, 2012; Wood, 2013). Não é raro vermos o Oceano Atlântico associado a um cemitério onde desapareceram milhões de homens, mulheres e crianças mortas durante a travessia para as Américas[1]. Se a metáfora do Atlântico negro se revelou pertinente em numerosos domínios, a do Atlântico como um cemitério baseia-se num contrassenso. É certo que a metáfora dá conta de um lugar de memória, invocando pedras tumulares, nomes e datas, lugar da lembrança possível; no entanto, o comparado assemelha-se antes a uma vala comum, lugar de apagamento de todos os traços biográficos. Apenas a arte parece ser capaz de transformar a vala comum em cemitério, de fazer do Atlântico um novo e vasto lugar de memória onde, à falta de nomes, circulem

1 Temos atualmente uma ideia bastante precisa da amplitude do tráfico no Atlântico. Foi posto em prática por Estados centralizados, organizados, que criaram arquivos detalhados do comércio de pessoas escravizadas. Segundo Marcel Dorigny, pelo menos doze a treze milhões de seres humanos foram vendidos (dos quais 30% eram mulheres). Conhecemos com precisão a dimensão da mortalidade a bordo dos navios negreiros graça aos registos de bordo: 15% do total entre o século XV e o século XIX, o que corresponde a um total de entre 1,6 e dois milhões de mortos (Dorigny, 2007). Sobre os números do tráfico, ver também Dorigny e Gainot (2006: 16-25).

representações, figuras, sombras. Assim considerada, a arte torna-se o lugar não apenas da memória do trauma, mas igualmente o lugar de reflexão sobre o significado dessa memória para os descendentes das vítimas. Este texto irá analisar, numa perspetiva comparada, dois romances, *Beloved* (1987), de uma escritora norte-americana consagrada, Toni Morrison, e *Humus* (2006), de uma jovem escritora da Martinica, Fabienne Kanor, com o objetivo de identificar os problemas da criação literária num tal contexto. Escrever sobre a escravatura e a sua memória coloca a questão da exposição duma e da outra, do que se escolhe mostrar e, por corolário, silenciar.

1. Os modos de exposição do tráfico

A nossa época parece propícia para o retorno ao tráfico atlântico, à escravatura, assim como ao seu lugar na história de certos países do Norte. Assim, em França, a partir da Lei Taubira, que em 2001 reconhecia a escravatura como um crime contra a humanidade, têm-se multiplicado as iniciativas em três direções: comemorações, criação de lugares de memória e ensino do tráfico e da escravidão. Como aponta Forsdick, trata-se de um processo complexo, contraditório, às vezes ambíguo, mas que, no *Château des Ducs de Bretagne* em Nantes e no *Musée d'Aquitaine* em Bordéus, tem modificado a maneira como estes antigos portos negreiros se representam a si próprios. Nos seus respetivos museus, assume-se uma relação renovada com esse passado:

> Por um lado, o museu pode ser visto como um espaço de quarentena de controlo representacional, em que as histórias e as memórias da escravatura permanecem condicionadas e limitadas; por outro, o museu é mobilizado para desempenhar um papel pedagógico ativo, cumprindo, em parte, o papel renovado, desde 2009 [do *Comité National pour la Mémoire et l'Histoire de l'Esclavage*], que é desenvolver o lugar da escravatura e do tráfico de escravos na memória coletiva e disseminar o seu conhecimento junto do público em geral. (Forsdick, 2012: 292)[2]

O fim deste trecho aponta para um elemento recorrente nestas iniciativas: fomentar uma relação afetiva com o passado bem como um trabalho pedagógico de divulgação do saber histórico dessa época. Pois o trabalho relativo à memória inclui uma reflexão sobre a natureza da ligação entre passado e presente, sobre a maneira como um/uma habitante de Nantes ou Bordéus se volta a ligar a esse passado. Se hoje em dia se conhece melhor o que foi materialmente a escravatura, bem como as condições do tráfico, continua a faltar efetivamente o que a História, enquanto discurso científico, transmite com grande dificuldade: a ligação afetiva, memorial, contraditória com este passado. É

2 As traduções das obras citadas são da minha responsabilidade.

justamente para o que remete Doudou Diène, jurista senegalês que dirigiu o programa Rota da Escravatura da UNESCO:

> Como expor estas duas coisas, o silêncio e a invisibilidade? Como expor a corrente e a ligação [...]? Como expor a corrente, quer dizer, o facto material da captura, do sofrimento, da desumanização, o ferro? Mas como expor também a ligação? Porque esta corrente, por trás da sua tragédia e da sua violência, é também um encontro. Como expor uma coisa que não é simplesmente da natureza da memória, mas igualmente da consciência e que não é somente um assunto do passado mas que tem uma realidade profunda, presente? (Diène, 2013)

É neste ponto preciso da articulação entre o passado e o presente, da maneira como se opera e processa esta articulação, que talvez resida o principal problema destas políticas públicas de memória: assim, o Estado francês assume o seu papel central no sistema da escravatura bem como no processo de emancipação, mas, como sublinha Forsdick, esta assunção permanece parcial[3], num contexto social marcado por outras memórias, nomeadamente as de ativistas e artistas que não hesitam em estabelecer uma relação direta entre escravatura, colonialismo e permanência de relações desiguais de poder na sociedade francesa[4].

Dito isto, existe nestes textos, bem como no trabalho de certos artistas masculinos, uma aporia mais ou menos assumida, a da vítima do sexo feminino[5]. É neste contexto que Françoise Vergès, feminista e politóloga, lembra que, na exposição do corpo do escravo, se deveria colocar a questão do corpo e da voz da mulher-escravizada:

> Conseguir ouvir a palavra enunciada pela pessoa escravizada ou a acumulação de imagens (corpo torturado, boca amordaçada) impõe desde sempre um filtro que torna a palavra inaudível? E a mulher escravizada, será ela silenciada duas vezes, como escrava e como mulher? A doxa não afirmará que é preciso aceder à liberdade – mas qual é a definição dessa "liberdade" – para ser capaz de

3 «Com efeito, a República Francesa é identificada apenas como a autoridade a condenar o crime, o que significa que a legislação oferece uma resposta simbolicamente reparadora nos domínios da educação, da cultura e da memória, mas, por outro lado, não é abordada a relação enredada da Revolução, do republicanismo, da escravatura e dos seus sucedâneos contemporâneos» (Forsdick, 2015: 423).

4 É o que aponta Laurent Béru na sua análise a um vasto leque de textos de *rap* oriundos dos subúrbios de Paris e de Marselha: «Vários textos rap ligam de facto a escravatura nas Caraíbas à colonização em África. Alguns rappers misturam intencionalmente esses dois factos históricos com o único objetivo de generalizar a submissão histórica dos não-brancos não-europeus aos brancos europeus, cujo resultado atual seria a segregação/despromoção espacial baseada na origem, tanto sociocultural como etnorracial» (Béru, 2011: 68).

5 Se pensarmos em obras tão importantes como *La bouche du roi*, instalação apresentada pela primeira vez em Cotonou em 1999, de Romuald Hazoumé (1962, Benim), *Labyrinth Process* e *Road to exile*, instalações de Barthélemy Toguo (1967, Camarões), ou ainda a emblemática *L'Océan noir* de William Adjété-Wilson (nascido em 1952 de mãe francesa branca e pai togolês), constatamos que a escravatura, quando representada, não costuma ser sexuada, não abordando a questão da violência sexual contra as mulheres.

> enunciar? O direito ao silêncio, à recusa de falar, pois falar seria adotar o vocabulário do outro antes mesmo de conseguir inventar uma tradução, não será um direito imprescindível e que é preciso respeitar? (Vergès, 2013)

Percebe-se que o ponto de vista da mulher-escravizada aparece intimamente ligado à questão do que a escravização faz à língua. Se é preciso expor e descrever o tráfico atlântico e a escravatura, impõe-se uma reflexão sobre a língua como reflexo do poder do antigo dono. O descendente do oprimido conseguirá evitar as palavras das quais precisa de se emancipar quando o descendente do opressor tem naturalmente recurso a elas?

2. Representar o corpo e a voz da mulher-escravizada

A questão da conotação de certas palavras, com o corolário da escolha sempre possível do silêncio, ou a questão da ética na representação do sofrimento do corpo feminino parece estar no centro das preocupações das artistas-mulheres em geral e das escritoras em particular. É o que se verifica em *Beloved* e *Humus*, dois romances complexos, em que as questões da representação do corpo feminino sofredor, da memória e da língua, fazem parte da própria estrutura do texto.

No prefácio, Kanor aborda a importância deste retorno à escravatura e as suas consequências bem como a maneira de aí retornar. Aproximamo-nos aqui das questões colocadas por Vergès relativamente à representação da escravatura e do tráfico. Não se trata de repetir o que já foi dito, mas de retornar de outra forma ao que foi, em grande parte, produzido como não-existente: no caso do texto de Kanor, é a decisão de catorze mulheres cativas de escapar ao navio negreiro saltando para o mar. Retornar a este acontecimento equivale a nos acercarmos da vala comum, correndo o risco de não conseguirmos descrever o que a narradora aí observa:

> Esta história não é uma história. Mas um poema. Esta história não é uma história, mas uma tentativa de deslizar para onde não há mais testemunhas para dizer, lá onde o homem, mergulhado na obscuridade dos mares, nesse negro-azul que não acaba, enfrenta a pior prova possível: a morte da palavra, a aporia. Como essas sombras antes acorrentadas, o leitor é a partir de agora condenado a não se mover mais. Somente escutar, sem qualquer distração, este coro de mulheres. Ouvir ainda, até ao fim, correndo o risco de ficar aturdido, esses corações pulsando. (Kanor, 2006: 14)

Este projeto de dizer de outra maneira o acontecimento traumatizante é acompanhado por um vaivém entre esse passado e um presente assombrado pelas mortas, pelo sofrimento da experiência vislumbrada. Coloca-se então, de maneira consciente e controlada, uma pós-memória, isto é, um retorno muito

particular ao acontecimento, da ordem do afetivo, não por parte da vítima, mas do/a descendente da vítima. Como é sabido, o conceito foi forjado no âmbito dos estudos da Shoah para descrever a natureza da relação memorial de descendentes de vítimas com a experiência traumática dos pais. Embora estejamos perante contextos diferentes, a maneira como as gerações seguintes lidam com a herança dos antepassados possui traços comuns.

Como Hirsch tem apontado na sua abordagem ao conceito, quem experimentou a pós-memória da Shoah fê-lo muitas vezes a partir de um outro lugar, num contexto diaspórico. Os lugares de origem estão definitivamente perdidos ou inacessíveis, o que gera um sentimento de falta ou de incompletude. Ou seja, se o trabalho de pós-memória é sempre mediado por discursos e/ou representações, como veremos mais à frente, aparece igualmente numa distância física e simbólica que gera, ou pode gerir, esta sensação de perda.

> Nenhum de nós conhecerá alguma vez o mundo dos nossos pais. Podemos dizer que o motor da imaginação ficcional é alimentado, em grande parte, pelo desejo de conhecer o mundo como era antes do nosso nascimento. Para os filhos de sobreviventes do Holocausto, exilados de um mundo que deixou de existir, que foi violentamente apagado, esta curiosidade é muito mais ambivalente. O seu desejo é diferente, simultaneamente mais poderoso e mais conflituoso: a necessidade não só de sentir e conhecer, mas também de re-lembrar, re-construir, re-encarnar, repor e reparar. (Hirsch, 1996: 661)

Os filhos da segunda e da terceira geração vivem de facto num espaço e num contexto diferentes do dos pais ou dos avós, mas algo deste passado traumático perpassa as gerações. A especificidade do retorno ao passado, o que Hirsch chama de pós-memória, reside no que se realiza através não da lembrança mas da imaginação e da representação: «Pós-memória caracteriza a experiência daqueles que crescem dominados por narrativas que precederam o seu nascimento, cujas histórias recentes são deslocadas pelas histórias da geração anterior, moldadas por eventos traumáticos que não podem ser nem totalmente compreendidos, nem recriados» (Hirsch, 1996: 662).

Hirsch acrescenta a seguir dois elementos que abrem a possibilidade de utilizar a noção noutros contextos, nomeadamente o da pós-memória do tráfico negreiro e da escravatura. O primeiro tem a ver com os limites espaciais e simbólicos da pós-memória: elaborada a partir da transmissão dos relatos e das narrativas das vítimas da Shoah, a noção adapta-se contudo à memória de outros acontecimentos e experiências traumatizantes (Hirsch, 1996: 662). O segundo tem a ver com a distância da diáspora relativamente ao «espaço da identidade»; uma distância irredutível, sem esperança de retorno, uma espécie de diáspora de cinza, como descreve a partir do trabalho de Nadine Fresco (Hirsch, 1996: 663). Resta todavia uma diferença insuperável entre os modos como se exerce a pós-memória em ambos os contextos. Hirsch descreve um

processo memorial pós-Shoah que funciona de maneira mediada: objetos, fotografias, narrativas da primeira geração provocam bem como suportam as narrativas da segunda e da terceira geração. Os suportes materiais revelam-se centrais na sua abordagem pois servem como «pontos de memória», ou seja, servem como pontos de intercessão entre passado e presente, memória e pós-memória, lembrança pessoal e lembrança coletiva: «O termo ponto é tanto espacial – como um ponto num mapa – como temporal – um momento no tempo; e destaca, assim, a intersecção da espacialidade e da temporalidade no funcionamento da memória pessoal e cultural» (Hirsch e Spitzer, 2006: 358). No caso da pós-memória da escravatura, e por razões óbvias, tais suportes são a exceção e reduzem-se, muitas vezes, a objetos anónimos, achados e vestígios arqueológicos. Se em ambos os contextos está presente a necessidade imperiosa de voltar ao passado, no caso da pós-memória do tráfico e da escravatura existe a consciência de um passado assombrado pela ausência e pelo silêncio. Se a arte desempenha um papel de primeiro plano nos textos de Hirsch, é porque consegue traduzir e transmitir algo desta ausência e deste silêncio.

É o que acontece justamente no romance de Toni Morrison. Desde o incipit, o recetor é confrontado com o fantasma da filha de Sethe a assombrar a casa da família. A casa assombrada deve ser lida certamente como metáfora da escravatura, dos seus sofrimentos e dos seus crimes, que continuam a perseguir os libertados e os seus descendentes. Então porque não abandonar a casa assombrada? A mãe de Sethe dá a seguinte resposta: «Para quê? perguntou Baby Suggs. Não existe uma casa no país que não esteja cheia até ao teto com a dor de um negro morto. A nossa sorte é o fantasma ser um bebé.» (Morrison, 2009: 12). Tudo neste romance é pretexto para uma reflexão sobre a memória, a vontade de erradicar certas recordações e a impossibilidade de o fazer. Assim se verifica com Sethe, que se recorda apenas vagamente dos seus filhos, tentando fechar-se ao passado: «Quanto ao resto e por uma questão de segurança, esforçava-se por se recordar o mínimo possível. Infelizmente o seu cérebro era tortuoso.» (Morrison, 2009: 12-13)[6]. Este esforço de Sethe tem de ser entendido num contexto diegético onde as marcas da violência do sistema de escravatura continuam vivas. Como aponta Paul Connerton, tentar esquecer assemelha-se a uma estratégia de gestão do trauma pelos sobreviventes, tentativa que se traduz não pelo esquecimento efetivo, mas antes pelo silêncio, um silêncio que designa como «*forgetting as humiliated silence*» [esquecimento enquanto silêncio humilhado] para descrever o que acontece às vezes com sobreviventes de um evento traumático.

6 Na sua análise ao romance, Davis aponta também uma espécie de tensão dialética na relação de Sethe com o passado: «*Beloved* é um romance sobre os traumas e poderes curativos da memória, ou "rememória", como Sethe lhe chama, acrescentando uma conotação de recorrência cíclica» (Davis, 1998: 250). Morrison teria percebido, acrescenta Davis, que ambas as operações, esquecimento e rememoração, são necessárias: «Assim, embora Morrison promova uma pesquisa no passado histórico, percebe que o passado deve ser processado e, às vezes, esquecido para que possamos funcionar no presente e "passar" para o futuro» (*Ibid*.).

> Não podemos, é claro, inferir o facto de esquecer a partir do facto do silêncio. No entanto, alguns atos de silêncio podem ser uma tentativa de enterrar coisas fora do alcance da expressão e da memória; todavia, tais silenciamentos, ao serem um tipo de repressão, podem ser ao mesmo tempo uma forma de sobrevivência, e o desejo de esquecer pode ser um ingrediente essencial no processo de sobrevivência. (Connerton, 2008: 68)

No entanto, Sethe é praticamente impotente perante as reminiscências, perante esse retorno incontrolável de imagens e sensações. Por vezes, a imagem traumatizante desaparece sob uma outra, uma tentativa de evitar a imagem em questão a fim de se proteger no presente. Da sua chegada à fazenda-plantação do *Bom Abrigo*, a memória de Sethe apenas guardou uma imagem apaziguadora que contradiz a realidade que a personagem aí viveu: «Envergonhava-se por isso, recordar-se das belas árvores sussurrantes mais do que se recordava dos filhos. Por mais arduamente que tentasse, os sicómoros venciam sempre as crianças e não podia perdoar a sua memória por isso» (2009: 13). Esta questão da relação com o passado coloca-se aqui de maneira dupla: a manipulação mais ou menos inconsciente da ausência de lembranças, a memória construída, e a presença de um traço, recorrente, inscrito no corpo, o da violência do sistema. Sethe resume esta tensão numa discussão com Paul D: «Trago às costas uma árvore e tenho um fantasma em casa, e nada para além disso a não ser a filha que seguro nos braços» (Morrison, 2009: 25). Talvez seja neste ponto que surge com mais pertinência a articulação com a noção de pós-memória delineada por Hirsch. Pois se a personagem de Sethe não possui nenhum suporte para o exercício da memória, o próprio romance de Morrison, como o de Kanor, ocupa esta função, torna-se para o seu recetor um possível «ponto de memória». A escritora, enquanto herdeira de narrativas relativas à escravatura, parece deste modo corresponder à descrição que Hirsch fez noutro contributo:

> A pós-memória descreve a relação que a geração depois daqueles que testemunharam traumas culturais ou coletivos mantém com as experiências daqueles que vieram antes, experiências que «lembram» apenas por meio das histórias, das imagens e dos comportamentos entre os quais cresceram. Mas estas experiências foram-lhes transmitidas tão profunda e afetivamente ao ponto de parecerem constituir memórias em seu próprio direito. Portanto, a ligação da pós-memória com o passado não é realmente mediada pela lembrança mas pelo investimento, pela projeção e pela criação imaginativas. [...] Esses eventos aconteceram no passado, mas os seus efeitos continuam no presente. (Hirsch, 1997: 106-107)

Encontra-se na narrativa de Kanor algo desta articulação entre passado e presente pela mediação de um suporte simbólico. Aqui também a diegese alude ao que sobra, aos poucos traços da experiência, à dificuldade em transmitir algo da mesma experiência. Sabemos que, ao entrarem nos navios, os homens,

as mulheres e as crianças eram despojados de tudo, agrilhoados nus, passando assim ao estado de mercadoria pura. Kanor descreve, neste contexto, uma relação particular entre o corpo e o seu ambiente imediato (o porão) marcada por traços ténues. A única coisa que resta quando o ser é reduzido a quase nada, quando já não se tem palavras para dizer a tragédia, são esses signos gravados na madeira do porão, um por cada dia de viagem («vinte e sete cicatrizes»). O navio torna-se assim portador das marcas da infâmia, vindo a confundir-se quase com o corpo transportado. O que *La muette* exprime nestas páginas é simultaneamente o corpo brutalizado da mulher e a dificuldade de dizer a experiência desta brutalidade. É revelador que Kanor e Morrison retornem, logo desde o início dos respetivos romances, à violação bem como à dificuldade de falar dela. Neste contexto, o verbo apanhar [*prendre*] ganha significado pelo que é e por algo mais, numa ambiguidade assumida: «Ignorava tudo do mundo até eles me apanharem» (Kanor, 2006: 19). É nesta experiência aterradora vivida em criança que a personagem vê a origem do esquecimento da língua materna:

> Sem boca para as nomear, as palavras caíram. Alegria, sorrir, infância, gafanhotos, baobás... Eles afundaram as palavras sem dizer nada. Só muito depois é que soube. Quando não restava mais nada, abri a boca. O vazio. O silêncio» (Kanor, 2006: 19).
>
> Neste momento, a personagem regressa laconicamente à lembrança da violação: «Uma noite, comeram-me o ventre. O homem estava sozinho mas era como se fossem cem». (Kanor, 2006: 19)

Esta associação entre a violação e o desaparecimento da língua materna também é representada em Morrison numa particularidade do romance: Sethe apenas consegue retornar ao trauma através da interseção da metáfora. Conta a Paul D que foi chicoteada pelos homens que a apanharam: «[...] Apareceram aqueles rapazes e tiraram-me o leite. Foi por esse motivo que entraram. Prenderam-me ao chão e tiraram-no» (Morrison, 2009: 27). Note-se que esta estrutura – «Tiraram-me o leite» –, retomada três vezes no mesmo passo, refere simultaneamente a violação e a morte do futuro bebé. Esta recorrência da violação nos dois textos remete, como se sabe, para o fenómeno massivo de violência sexual contra raparigas e mulheres que acompanhou a totalidade das etapas do tráfico. Não surpreende portanto que a representação desta experiência atravesse os textos de Kanor e de Morrison, bem como o trabalho de outras escritoras e artistas.

Nestes dois romances, o passado emerge apenas através do modo do relato esburacado, incompleto, marcado por uma violência física que apenas a metáfora consegue (quase) traduzir. O contexto sociopolítico de referência não aparece, como se as personagens não conseguissem inscrever-se ativamente nessa estrutura. Nisso recordam as palavras de Du Bois a propósito dos libertados, quando os descreve entregues a si mesmos num ambiente dominado pelo Véu

que separa as comunidades. Se os brancos possuem, mesmo que de maneira rudimentar, um conhecimento das estruturas sociais e políticas dos Estados Unidos, os negros que o intelectual observou na Geórgia no final do século XIX parecem reduzidos ao estado de antigos escravos a viverem à sombra da Casa grande: «São ignorantes em relação ao mundo à sua volta, à organização económica moderna, às funções do governo, ao valor e às possibilidades de cada um – quase todas essas coisas que a escravidão, como autodefesa, precisou de impedir que eles conhecessem» (Du Bois, 1999: 196-197). A violência do sistema e os efeitos desestabilizadores da Guerra Civil e de uma libertação mal organizada explicam, por um lado, o desconhecimento do contexto no qual os libertos se deveriam inserir e, por outro lado, esse retorno a um eu reduzido a cicatrizes e feridas mal saradas. É precisamente isso que Paul D irá afirmar a propósito de Beloved, a mulher negra desconhecida surgida das águas, que não se consegue lembrar de nada: «Durante, antes e depois da Guerra, vira negros tão atordoados, ou famintos, ou cansados ou perdidos que era de admirar que se lembrassem ou dissessem o que quer que fosse» (Morrison, 2009: 93)[7].

À semelhança do que se verifica frequentemente com os sobreviventes de experiências traumatizantes, estas dominam o sujeito em causa, obcecam-no a ponto de não se conseguir desligar dela, de não conseguir dotar-se de um significado numa estrutura social em transição. Sethe bem pode desejar um outro futuro, mas a presença, sob a forma de cicatrizes, do passado constitui um obstáculo intransponível. A personagem desejava que o seu cérebro (tido aqui como uma entidade concreta) a deixasse em paz, lhe permitisse ocupar-se do presente: «Mas o seu cérebro não parecia interessado no futuro. Carregado com o passado e faminto por mais, não lhe deixava espaço para imaginar, quanto mais para planear o dia que se seguiria» (Morrison, 2009: 99).

As mulheres representadas por Kanor mantêm uma relação semelhante com o passado. A primeira, *La muette*, retorna incessantemente ao trauma para constatar a impossibilidade de aí retornar realmente. Faltam as palavras, mas mesmo na posse delas permanece por resolver a questão essencial: como dizer o indescritível? O paratexto em que Kanor aborda o projeto veiculado pelo texto fala de aporia a este propósito, isto é, do vazio, da ausência não da história do tráfico, mas de uma outra maneira de dizer, uma vez que a forma – como foi tantas vezes salientado no contexto dos relatos da Shoah – é portadora de uma ética. É assim que é preciso compreender Kanor quando afirma: «Como dizer, como voltar a dizer, essa história lá dos homens? Sem ruídos nem maquilhagem. Doutra maneira» (Kanor, 2006: 13). A aporia é, na realidade, não tanto a falta de palavras, mas o que se diz apesar de tudo, ou antes, a maneira como se diz. Primo Levi e Robert Anthelme perceberam que

7 No último capítulo do seu livro principal, Du Bois analisa os cânticos de dor para aí encontrar igualmente uma relação particular com o passado, feita de buracos, de ausência, o que remete ainda para uma relação desestruturada com o social (Du Bois, 1999: 306).

não se retorna de forma inocente à Shoah, com o autor sobrevivente a recusar proporcionar um prazer estético ao leitor a partir da descrição da experiência do trauma. Ter-se-á notado que esta questão afeta tanto o/a sobrevivente (Levi, Anthelme) como o/a descendente do/a sobrevivente (Kanor, Morrison), pois todos/as a consideram como sendo inerente ao respetivo projeto. Além disso, Kanor irá representar-se perante este dilema não apenas através do paratexto já aqui referido, mas também através da última personagem, *L'héritière*, a clara representante da autora dentro do próprio texto. Tal como *La muette*, ela assume a tensão entre a ausência de palavras e a presença, apesar de tudo, de um discurso que se alinhava nos meandros da memória, impondo-se apesar da resistência inicial:

> Comecei a fazer mas não tinha as palavras. Não tinha língua para dizer o invisível. Não tinha coração para contar a ausência. [...] Como colocar a sua dor na morgue? Deixar de a ver e de a tocar? Esquecê-la porque o corpo do sofrimento muda? Que veio um tempo em que ela já não se pode identificar? (Kanor, 2006: 246)

Esta presença do relato/discurso remete também para a presença da escritora nos lugares do crime. Em todo o caso, estar na praia, face ao oceano, é experimentar de alguma maneira a relação física com a memória do trauma. Algumas gerações após os acontecimentos, *L'héritière* parece tão obcecada pelo passado como as vozes sobreviventes do romance. Pôr-se à prova num lugar portador da memória do trauma é, como sabemos, uma das características da pós-memória – basta pensarmos na experiência dos descendentes dos deportados nos lugares das experiências vividas pelos progenitores. O lugar anula, de certa maneira, a distância temporal, já que o sujeito vive fisicamente o sofrimento do/a escravo/a, vê-se no suplício perante o que sabe ser a vala comum. Note-se ainda que, tal como o próprio sobrevivente, o descendente não se aceita como tal, em todo o caso não compreende ou compreende mal como é que sobreviveu. Neste ponto preciso pouco importa se se trata da escritora ou da sua personagem, já que Kanor assume plenamente essa relação com o passado. Eis o que a autora, numa entrevista, respondeu a uma questão sobre essa recriação do trauma:

> Cansada de discursos históricos, objetivos, "coletivos", tentei reconstruir as histórias da história. Fui ao local. Como essas mulheres cuja narrativa levo a cabo, caminhei numa parte do que batizaram de rota dos escravos. De noite, estive em Badagry. De manhã, bem cedo, atravessei a lagoa de canoa. A praia, como antes, estava ali. De uma areia tão vermelha, de um silêncio tão brutal, que me desfiz em lágrimas. Eu, "neta de", não aguentei. Eu, que abomino o pathos, chorei, amaldiçoei todos os que diziam que a escravatura já estava para trás, que nós somos, hoje mais do que nunca, cidadãos do mundo. Cheia de compaixão, sentei-me na praia, percebi que não era a História que eu interrogava, mas uma história, a

> minha. Quem é que eu era realmente? Quem é que eu fui antes? Por que milagre é que sobrevivi? [...] Não acredito numa literatura sem fantasmas. Acredito que o escritor escreve apenas por estar assombrado. (Mensah, 2006)

E é precisamente disso que se trata nos dois romances: de espectros, de vozes de além-túmulo encarregadas de retornar ao trauma para tentar dizê-lo de uma maneira nova. Não é portanto de espantar a identidade fragmentada da maior parte das personagens dos dois romances, fragmentação inscrita na própria estrutura dos textos, com a biografia das personagens principais a aparecer por pedaços, bocados, capítulos desestruturados. Cabe assim ao leitor *coser* tudo isto (Kanor utilizará aliás a metáfora da costura no seu último capítulo) a fim de evidenciar o significado. Em *Beloved*, o método é ainda mais complexo com as numerosas analepses, entre os capítulos, mas também no interior dos próprios capítulos: ainda mais do que se verifica em Kanor, cabe ao recetor ordenar a desordem aparente. Assim é no quarto capítulo da segunda parte: Beloved toma a palavra num texto cravejado de espaços em branco, interrompidos apenas por dois sinais de pontuação nas primeiras linhas. Beloved morta, falando da sua morte e da dos que a rodeiam, lembra-nos o empilhar de negros no navio negreiro, com os mortos da família a se acumularem como os escravos no porão. A escrita faz-se poética, de acesso mais difícil, com os espaços em branco (da História, da diegese, das lembranças de Sethe e de Beloved) a significarem tanto quanto as palavras pronunciadas. O texto testemunha aqui algo do vazio e do silêncio referidos há pouco como sendo centrais nos processos de rememorações, mas, ao mesmo tempo, pela representação, até espacial, dos mesmos buracos, o mesmo texto estabelece uma espécie de ligação com o passado esburacado[8]. Encontramos aqui outro ponto de articulação com as narrativas que encenam a pós-memória da Shoah: «Cheia ou vazia, a pós-memória procura conexão. Cria onde não pode recuperar. Imagina onde não pode recordar» (Hirsch, 1996: 664).

Conclusão

A comparação entre os dois romances permitiu confirmar que o retorno à experiência traumatizante implica inevitavelmente uma reflexão sobre a forma desse regresso, com a ética e a estética indubitavelmente interligadas. Esta reflexão perpassa aliás numerosos textos sobre o tráfico, a escravatura e as suas

8 Davis vê nestes buracos uma alusão direta aos múltiplos buracos na História dos Afroamericanos. Morrison assume os tais buracos na materialidade do texto, transformando-os em marca da sua estética romanesca. Cabe então ao recetor participar na reconstrução dos sentidos possíveis: «O romance de Morrison não pretende preencher todas as lacunas do passado histórico; o resultado da sua arqueologia literária não é um esqueleto completo, mas um parcial, com peças deliberadamente ausentes ou omitidas. Porque a reconstrução não é total, o leitor é envolvido no processo de imaginar a história» (Davis, 1998: 252).

consequências. Para além disso, a partir da aproximação entre os textos de Kanor e Morrison é possível redesenhar a geografia literária, isto é, questionar as fronteiras nacionais do literário. É precisamente o que Ato Quayson constatou ao comparar um romance de Morrison com uma peça de Kobina Sekyi escrita no Gana em 1915: a experiência comum da violência e da relegação dos dois lados do Atlântico permite não apenas aproximar os dois textos como também lê-los fora das «suas grelhas normais de interpretação» (Quayson, 2005: 107). O próprio Atlântico, como metáfora de diversos movimentos e deslocações, questiona noções como as de fronteira, identidade nacional e autoriza novas conexões sem, contudo, perder de vista o Atlântico como fonte de perigos e sofrimentos[9]. O conceito de pós-memória facilita igualmente o comparatismo, pois não se esgota na relação com a Shoah por parte da segunda e da terceira gerações. Num mundo no qual a globalização também questiona os limites dos processos memoriais, o comparatismo torna-se ainda mais pertinente, como defendem Baer e Sznaider:

> História, fronteiras e pertença étnica e nacional já não são as únicas formas de integração social e simbólica. Isto também é válido para o estudo da memória, um campo que muitas vezes é permeado por uma compreensão espacialmente fixa da cultura que é tida como dado adquirido. A globalização desafia as noções tradicionais da política como delimitada pela origem e pelo território. (Baer, Sznaider, 2015: 329)

A noção de pós-memória favorece pois o trabalho comparatista e evidencia a possibilidade de inclusão e de abertura a outras experiências/rememorações através da arte, de artefactos, da literatura. Recordemos que, na sua análise ao Museu do Holocausto em Washington, Hirsch inclui qualquer visitante na geração da pós-memória (Hirsch, 1996: 667). É certo que o diz *en passant*, mas a afirmação é reveladora da tendência da autora para abrir cada vez mais o que chama, no mesmo lugar, de círculo da pós-memória. Neste campo, como sublinha Ribeiro, o limite da teoria não está na historiografia, pois, no que tem a ver com a Shoah, o saber histórico está consolidado, mas «numa relação com o passado estruturada a partir do envolvimento presente de sujeitos concretos» (Ribeiro, 2010: 14), o que parece ser igualmente o caso no campo do tráfico negreiro e da escravatura. A responsabilidade da memória, bem como da maneira como se volta ao passado, já não pertence de facto às vítimas, mas aos sujeitos que aceitam hoje esta responsabilidade.

9 «Perigos ocultos abundam porque, como espaços históricos e culturais, os mares não possuem limites visíveis, marcos não inscritos, nem proprietários de direito; tais perigos podem, no entanto, proporcionar novas oportunidades. [Os mares] permitem-nos suspender por um momento as nossas dicotomias rígidas e dogmáticas entre nações, civilizações, Nós e Eles, Europa e África, o Ocidente e o Resto» (Naro, Sansi-Roca, Treece, 2007: 1).

Bilbiografia

BAER, Alejandro; SZNAIDER, Natan (2015), «Ghosts of the Holocaust in Franco's mass graves: Cosmopolitan memories and the politics of 'never again'». *Memory Studies*, 8 (3): 328-344.

BERU, Laurent (2011), «Mémoire et musique rap. L'indissociabilité de l'esclavage et de la colonisation». *Mouvements*, HS, 1: 67-76.

CONNERTON, Paul (2008), «Seven types of forgetting». *Memory Studies*, 1 (1): 59-71.

DAVIS, Kimberly Chabot (1998), « Toni Morrison's *Beloved* and the End of History». *Twentieth Century Literature*, 44 (2): 242-260.

DIÈNE, Doudou (2013), «Exposer la résistance culturelle de l'esclave», *Africultures*, «Exposer l'esclavage : méthodologies et pratiques», 91, mars, disponível em :http://www.africultures.com/php/index.php?nav=article&no=11523 [consultado em: 19.09.2013]

DORIGNY, Marcel; GAINOT, Bernard (2006), *Atlas des esclavages. Traites, sociétés coloniales, abolitions, de l'Antiquité à nos jours*. Paris : Autrement.

DORIGNY, Marcel (2007), «Une approche globale du commerce triangulaire», *Le Monde diplomatique*, novembre, II-III.

DU BOIS, W.E.B (1999), *As almas da gente negra*, Trad., introdução e notas de Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda.

FORSDICK, Charles (2012), «The Panthéon's empty plinth: commemorating slavery in contemporary France». *Atlantic Studies*, 9 (3): 279-297.

FORSDICK, Charles (2015), « Compensating for the past: Debating reparations for slavery in contemporary France», *Contemporary French and Francophone Studies*, 19 (4): 420-429.

HIRSCH, Marianne (1996), «Past lives: Postmemory in Exile». *Poetics Today*, 17 (4): 659-686.

HIRSCH, Marianne (1997), *Family Frames: photograph, narrative and postnarrative*, Harvard, Harvard University Press.

HIRSCH, Marianne; SPITZER, Leo (2006), «Testimonial Objects: Memory, Gender and Transmission». *Poetics Today*, 27 (2): 353-383.

KANOR, Fabienne (2006), *Humus*. Paris: Gallimard.

MENSAH, Ayoko (2006), «Entretien avec Fabienne Kanor », *Africultures*, «Esclavage : enjeux d'hier et d'aujourd'hui», 67, disponível em : http://www.africultures.com/php/index.php?nav=livre&no=1899 [consultado em: 20.09.2013]

MORRISON, Toni ([1987], 2009), *Beloved*, Trad. Maria João Freire de Andrade. Lisboa: Dom Quixote.

NARO, Nancy Priscilla; SANSI-ROCA, Roger; TREECE, David H. (org.) (2007), *Cultures of the Lusophone Black Atlantic*. New York: Palgrave Macmillan.

QUAYSON, Ato (2005), «Postcolonialism and Postmodernism», in Henry Schwarz and Sangeeta Ray (org.), *A Companion to Postcolonial Studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 87-109.

RIBEIRO, António Sousa (2010), «Memória, identidade e representação: Os limites da teoria e a construção do testemunho». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88: 9-21.

RICE, Alan (2012), *Creating Memorials, Building Identity: The Politics of Memory in the Black Atlantic*. Liverpool: Liverpool University Press.

VERGÈS, Françoise (2013), «Exposer l'esclavage», *Africultures*, «Exposer l'esclavage : méthodologies et pratiques», 91, disponível em http://www.africultures.com/php/index.php?nav=article&no=11522 [consultado em: 19.09.2013]

WOOD, Marcus (2013), *Imagining Slavery in the Visual Cultures of Brazil and America*. Oxford: Oxford University Press.

Submetido: 30-01-2016
Aceite: 20-05-2016

Falconi, Jessica – Narrativa visual e pós-memória: o caso do docudrama *Contract*, de Guenny Pires. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 167-179

Narrativa visual e pós-memória: o caso do docudrama *Contract*, de Guenny Pires

JESSICA FALCONI*
CeSA-CSG, Universidade de Lisboa

Resumo
O docudrama *Contract* (2010) de Guenny Pires aborda a história dos antigos trabalhadores cabo-verdianos que, durante o colonialismo, foram contratados para as plantações de cacau e café nas ilhas de São Tomé e Príncipe. A narrativa, construída a partir do relato das viagens do realizador à procura do seu tio – o ex-contratado Valdemiro – proporciona uma representação significativa da relação entre memória e pós-memória, convocando uma reflexão em torno dos regimes de autoridade instaurados pela escolha da narração em *voice-over*. O artigo propõe um itinerário de análise destas questões, articulando reflexões teóricas sobre memória e pós-memória aos estudos sobre documentário, tendo em conta também os contextos de produção, circulação e receção do filme como elementos imprescindíveis para uma reflexão situada sobre as suas implicações éticas e estéticas.

Palavras-chave: pós-memória, docudrama, Guenny Pires, contratados.

Abstract
***Visual narrative and post-memory: the case of the Guenny Pires's docudrama* Contract**
The docudrama Contract (2010) by Guenny Pires focuses on the history of former Cape Verdean workers who, during colonialism, were hired under a labour contract to work in the cocoa and coffee plantations in São Tomé and Príncipe. The narrative is constructed from the account of the filmmaker's travels in search of his uncle Valdemiro, a former worker in those plantations. The docudrama provides a meaningful representation of the relationship between memory and post-memory, calling for a reflection on the regimes of authority as embodied in by the voice-over narration device. This article proposes an analytical itinerary of such issues and articulates theoretical reflections

* Investigadora de Pós-doutoramento no Centro de Estudos sobre Ásia, África e América Latina, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa. Email: jessica-77@libero.it.

about memory and postmemory with documentary studies. The contexts of production, circulation and receptions of the film are also taken into account as indispensable considerations for addressing the ethical implications and aesthetic dimensions of the film.

Keywords: postmemory, docudrama, Guenny Pires, *contratado*.

Résumé
Récit visuel et postmémoire : l'exemple du docudrame* Contract *de Guenny Pires
Le docudrame *Contract* (2010) de Guenny Pires raconte l'histoire des anciens travailleurs du Cap-Vert qui, pendant le colonialisme, ont été embauchés dans les plantations de cacao et de café dans les îles de Sao Tomé-et-Principe. L'histoire, construite à partir du récit des voyages du réalisateur quand il recherchait son oncle Valdemiro, fournit une représentation significative de la relation entre mémoire et postmémoire, appelant à une réflexion sur les régimes d'autorité instaurés par le choix de la narration en voix off. L'article propose un itinéraire analytique de ces questions, articulant des réflexions théoriques sur la mémoire et la postmémoire avec les études sur le documentaire, en tenant compte des contextes de production, de circulation et la réception du film comme éléments essentiels pour une réflexion située sur ses implications éthiques et esthétiques.

Mots-clés: postmémoire, docudrame, Guenny Pires, *contratado*.

O docudrama *Contract* de Guenny Pires, sobre os ex-trabalhadores cabo-verdianos contratados durante o colonialismo para as roças de São Tomé e Príncipe, levanta um conjunto de questões significativas sobre as relações entre história, memória e pós-memória, bem como sobre a representação da identidade cultural no domínio do audiovisual. O tópico do filme – o sistema da mão-de-obra contratada para as roças do arquipélago equatorial – constitui um capítulo complexo e ainda pouco conhecido da história do colonialismo português em África. Trata-se de um legado do Império com o qual as sociedades e os Estados africanos independentes lidam com grande dificuldade, mantendo os antigos contratados, e por vezes seus descendentes, em condições de profunda marginalização socioeconómica. Se por um lado o filme realça a urgência de se encontrarem soluções políticas e pragmáticas para a condição destes sujeitos, por outro lado ele assinala também a importância da memória desta página do passado colonial para a presente e progressiva construção das sociedades pós-coloniais. De facto, *Contract* não é o único filme que surgiu sobre este tópico: outros realizadores cabo-verdianos, nomeadamente Leão Lopes e Júlio Silvão Tavares, realizaram, respetivamente, *São Tomé e Príncipe. Os últimos contratados* (2010) e *São Tomé. Minha terra, minha mãe & minha madrasta* (2012)[1]. Como assinala o título do filme de Leão Lopes, os

1 Para biografias e filmografias detalhadas destes realizadores, consultar www.nevisproject.com.

últimos contratados – que emigraram de Cabo Verde para São Tomé em finais da década de 1940, na sequência do impacto da Segunda Guerra Mundial e da grande fome do biénio 1947-49 – começam a desaparecer, tornando assim mais premente a releitura desta página da história através de seus testemunhos.

Por outro lado, se pensarmos que em 2015 Cabo Verde e as outras ex-colónias portuguesas em África comemoraram os 40 anos da independência, podemos enquadrar tal necessidade de memória numa mais vasta dimensão de releitura do passado antigo e recente das novas nações e sociedades. Se por um lado a literatura produzida por escritores oriundos destes países tem sido pioneira neste aspeto, privilegiando frequentemente a relação entre história e memória, verifica-se esta tendência também noutros domínios de produção cultural. Em países como Angola e Moçambique, as experiências traumáticas da guerra de libertação e dos conflitos pós-independência ocupam hoje um lugar central nas produções de memória constituídas por um conjunto diversificado de publicações – livros de memórias, biografias, autobiografias, etc. Em São Tomé e Príncipe, assiste-se a um fenómeno análogo relativamente à memória dos contrastes violentos entre a administração colonial portuguesa e a população local – eventos ocorridos em 1953 e que ficaram conhecidos pelo nome de Massacre de Batepá. Também no domínio específico da historiografia, assiste-se a uma reflexão cada vez mais significativa sobre a relação entre história e memória, patente em projetos académicos e culturais que articulam os paradigmas da Nova História, da História Oral, dos Estudos Subalternos e Pós-coloniais, visando incorporar as memórias e as narrativas pessoais sobre momentos ou figuras fundacionais da nação no intuito de pluralizar a narrativa da nação, muitas vezes hegemonizada pelo discurso político ou por paradigmas epistemológicos de cunho colonial e eurocêntrico. Trata-se de exemplos diversos, cuja análise não cabe no propósito deste texto, mas que dão conta tanto da necessidade destas sociedades se confrontarem com o seu passado problemático, quanto do papel da memória enquanto instrumento de poder (Le Goff, 1986) que, tal como a história, gera conflitos entre grupos e interesses distintos na produção de diferentes "políticas de memória" (Huyssen, 2003).

Neste quadro geral brevemente esboçado, o filme de Guenny Pires[2] apresenta um conjunto de caraterísticas que o tornam especialmente significativo para refletirmos sobre as estratégias de representação que convocam a história, a memória e a pós-memória, bem como a identidade cultural e a diáspora. De facto, se por um lado a escolha do tópico do contrato insere-se neste movimento mais generalizado de regresso a um passado por vezes silenciado

2 Guenny Pires nasceu em 1965 em Mira-Mira, uma pequena aldeia na Ilha do Fogo, Cabo Verde. Durante a infância e a adolescência viveu também na cidade da Praia, na ilha de Santiago, e em São Vicente. Mudou-se para Portugal para prosseguir os estudos na área da sociologia e do cinema, e mais tarde para os Estados Unidos, onde se especializou na prática e no ensino do cinema. Atualmente reside em Los Angeles, onde fundou, juntamente com outros membros, a Txan Film Productions & Visual Art.

de Cabo Verde, via São Tomé e Príncipe, por outro lado, no caso do filme *Contract*, a História nacional entrelaça-se com a história pessoal e familiar do realizador, sendo o docudrama um percurso pessoal em busca de laços parentais perdidos. Nesta perspetiva, o filme partilha de alguns traços caraterísticos do que vem sendo definido de trabalho da *pós-memória*, sendo a emigração dos cabo-verdianos para as ilhas de São Tomé e Príncipe – induzida pelas condições precárias e pelos interesses do poder colonial – o *trauma histórico* (Pollock, 2009) que marcou a família do realizador. De facto, o contato com o sofrimento causado pela separação experienciada pela sua família é o fator que desencadeia o motor da narração encenada em *Contract:* viajar à procura e ao encontro do tio Valdemiro, irmão da sua mãe, Marina. Por um lado, o objetivo do filme é favorecer o reencontro entre Marina e Valdemiro, cuja relação residiu durante muito tempo apenas em trocas de cartas. Por outro lado, o realizador pretende "adotar" as experiências traumáticas familiares – o sofrimento pela separação – e inscrevê-las na sua própria história pessoal e artística: "As a filmmaker, this docudrama is very personal and touch me as an artist", afirma o realizador no principio do filme, continuando: "My experience with the sadness of the separation of so many of my people motivated me to be an active participant on this production". Esta "adoção" das memórias dos outros, bem como o investimento criativo e imaginativo nelas por parte de quem não as experienciou em primeira pessoa, são alguns dos traços que caraterizam o trabalho da pós-memória. De acordo com Marianne Hirsch, "Postmemory's connection to the past is thus not actually mediated by recall but by imaginative investment, projection, and creation" (Hirsch, 2008: 107). Um exemplo que dá conta deste investimento criativo, bem como da intenção de "adotar" as memórias dos outros é dado logo no início do filme. Antes de introduzir a história de Marina e Valdemiro – mãe e tio do realizador – o intertítulo "Separation" é logo seguido de uma cena filmada entre um grupo de pessoas de origem cabo-verdiana em São Tomé. "Bom caminho", "Vai com Deus" são as frases de despedida pronunciadas por uma mulher, olhando fixo para a câmara, dirigidas provavelmente ao realizador. Cria-se assim no espetador uma associação imediata entre o tópico da separação e o fim das filmagens naquele lugar, remetendo para a inscrição da separação na história pessoal e no percurso artístico do realizador.

A dimensão traumática experienciada por Marina é sublinhada no filme através da incapacidade dela em articular o seu sofrimento numa narrativa. Antes do reencontro com o irmão, perante a câmara Marina seca as lágrimas, mostra cartas e envelopes, e quando o realizador lhe pergunta "Mãe, conta a história do teu irmão que foi para São Tomé", ela apenas responde que o irmão foi para São Tomé há muitos anos sem nunca ter regressado, e que ela gostaria de o rever antes de morrer. Enquanto Marina pronuncia estas frases, vemos no ecrã imagens a preto e branco de um grupo de pessoas num barco,

e de Valdemiro enquanto caminha entre as árvores. Como é evidente, trata-se de uma encenação do evento que originou o trauma da separação. De facto, de acordo com Guenny Pires, *Contract* é uma *docudrama*, um subgénero do documentário em que partes da narrativa são "encenadas", combinando ficção e realidade, bem como pretensões de referencialidade e um elevado poder imaginativo (Corner, 1996). Em *Contract* as sequências encenadas são projetadas como se pertencessem a um filme antigo. Tal artifício coloca-nos perante o jogo complexo dos mecanismos da memória e da pós-memória no domínio do audiovisual. Como foi referido, o trauma histórico em que se insere a história da separação entre Marina e Valdemiro é o mais amplo fenómeno da emigração da mão-de-obra contratada durante a época colonial. É este o evento cuja memória, "herdada" pelo sujeito da pós-memória, só pode ser recriada através do contato íntimo com o sofrimento de quem o experienciou, e de um investimento da imaginação: perante a dificuldade de Marina em narrar o trauma, o realizador atribui-lhe memórias que, na realidade, são as memórias mediadas que ele próprio cria e encena no filme para que o trauma se transforme em representação e narração. Além disso, o jogo da representação complica-se pelo facto de as pós-memórias do realizador projetadas no filme serem literalmente encenadas pela testemunha do evento: o tio Valdemiro. Estas imagens são desenvolvidas em diversos momentos do filme. De facto, logo a seguir à cena do primeiro encontro entre o realizador e o tio, em São Tomé, marcado pela emoção e as lágrimas de Valdemiro, a voz narradora conta a história da partida do tio de Cabo Verde aquando do início do contrato, em 1964. No ecrã, vemos a preto e branco a despedida entre Valdemiro de mala na mão e os familiares, a subida a um barco e a chegada a São Tomé. Também depois de o realizador ter conseguido organizar o reencontro entre Marina e Valdemiro, já todos reunidos em Cabo Verde, esta complexa interação entre memória e pós-memória é assinalada através de uma sequência em que vemos o retrato do próprio realizador quando criança e logo a seguir um roteiro de Valdemiro pelos lugares do seu passado. Trata-se de um momento de grande intensidade narrativa, já que a criança do retrato, em primeiro plano, olha fixamente para a câmara, enquanto ouvimos o realizador afirmar: "When my uncle left his birthplace I have not been born yet. He is taking me back to show me his roots and memories". Finalmente, o próprio Valdemiro toma a palavra para responder às perguntas do realizador sobre o dia da partida, e o mesmo artifício visual das encenações a preto e branco sublinha o modo como o realizador retrabalha as memórias familiares que se inscreveram no seu próprio percurso. Assim, a narrativa visual mostra a lacuna entre o retrato da criança que olha para a câmara e as imagens encenadas da partida do tio: a distância entre quem não esteve lá e não vivenciou a separação e o evento relembrado pela testemunha preenche-se através da proximidade afetiva e do trabalho imaginativo da pós-memória. Por outro lado, o recurso ao artifício visual das memórias encenadas, que recorre

em três momentos distintos do filme, pode também assinalar a tarefa assumida pelo sujeito da narração em seu esforço de criar um espaço intersubjetivo de memória partilhada entre o realizador, a mãe e o tio, no intuito de preencher o vazio criado pela dispersão e pela separação familiar.

O filme torna-se assim uma viagem empreendida para se tentar compreender as lacunas de uma história simultaneamente pessoal e coletiva, buscando articular, a partir do vazio criado pela distância, uma narrativa sobre a separação e a emigração, que, neste caso específico, remete para a mais ampla questão da diáspora cabo-verdiana. Contudo, ainda de acordo com as afirmações iniciais do realizador, o filme é também "a journey to bring awareness, knowledge and consciousness to Africa's smallest country of São Tomé and Príncipe". Assim, desde o princípio do filme, o espetador encontra-se perante uma viagem de múltiplos itinerários que cruzam as fronteiras entre história, memória e pós-memória; entre o individual e o coletivo, bem como entre a intenção documental e a experimentação estética.

A opção de Guenny Pires pelo *docudrama* remete, possivelmente, para esta multiplicidade de propósitos, convocando à partida um conjunto de questões significativas que dizem respeito à dimensão mediada e ficcional do acesso ao passado histórico, por parte de quem não viveu os eventos; à representação deste passado, e sobretudo aos complexos regimes de autoridade que estão em jogo em qualquer projeto de releitura do passado em geral, e no docudrama em particular.

A relação privilegiada entre filme documentário e História é, por vezes, uma relação óbvia que, como esclarece Paula Rabinowitz, investe múltiplos níveis: a própria história do documentário; o uso da história no documentário, ou ainda o uso do documentário por parte dos historiadores (Rabinowitz, 1993). Desde as suas primeiras manifestações, o filme documentário tem sido uma das formas institucionalizadas mais eficazes de transmissão do passado histórico de uma coletividade, constituindo um instrumento poderoso para a criação de versões partilhadas da história e para a configuração da memória cultural, que é hoje cada vez mais moldada pela interação entre distintos meios de comunicação (Erll, 2008). Por outro lado, se a massificação do consumo de documentários históricos – veja-se o sucesso de canais de televisão como History Channel – tem vindo a alimentar o fenómeno de mercadorização e espetacularização da memória (Huyssen, 2003), é verdade também que a pluralização do seu uso por parte dos realizadores tornou-o num género de grande versatilidade e criatividade, utilizado para veicular releituras e visões íntimas do passado. Como realça John Corner, o documentário como "interrogação radical e perspetiva alternativa", surgido inicialmente no domínio do cinema independente, é uma das funções principais que distinguem um número significativo de produções (Corner, 2002: 259-260). Esta função em particular adquire ainda mais relevância em contextos pós-coloniais tais como Cabo

Verde e outros países africanos, onde a produção de documentários é mais um elemento que se enquadra na exigência de reinterpretar o passado e pluralizar as narrativas nacionais monolíticas veiculadas pelo discurso político.

Mas qual a relação entre documentário propriamente dito e docudrama[3]? Por um lado, a natureza cada vez mais multifacetada do documentário tem vindo a originar extensos debates sobre a definição do género, cuja identidade, para Corner, está hoje numa fase de profunda instabilidade, ao ponto de se colocar a hipótese de estarmos a transitar para uma cultura "pós-documentária". Por outro lado, tal como ocorreu no domínio da historiografia, também nos estudos sobre documentário, muitos estudiosos têm vindo a analisar a relevância das estruturas narrativas no tratamento da realidade e da história na produção deste tipo de filmes. Relativamente ao docudrama, a sua natureza híbrida tem levantado também inúmeros debates, cujo traço distintivo diz respeito a uma certa desvalorização baseada sobretudo no facto de o docudrama se ter configurado como um género de amplo consumo também pela sua ligação aos circuitos de televisão (Fournier, 2013). Por outro lado, como observa Steven Lipkin, boa parte dos estudos produzidos na área da teoria do documentário tende a focar a dimensão documental do docudrama, preocupando-se principalmente com o modo como o facto histórico sai deformado ou afetado pela representação docudramática, afetando o regime de credibilidade e legitimidade da versão da realidade proposta (Lipkin, 2002).

Se aparentemente se trata de um género recente, na realidade as suas caraterísticas principais fazem parte da inteira história do cinema (Rosenthal, 1999). No docudrama estado-unidense tradicional – como o próprio termo docudrama sugere – os eventos "reais" são recriados através dos códigos narrativos do melodrama próprios da indústria cinematográfica de Hollywood. Em muitas destas produções, atores profissionais interpretam papéis de personagens reais, e geralmente conhecidas junto do grande público, tal como o são os eventos recriados. Esta é uma das razões que ajuda a explicar também a ampla difusão do docudrama e do seu consumo nos circuitos de televisão.

Frente às caraterísticas gerais, o docudrama de Guenny Pires apresenta diferenças significativas. Em primeiro lugar, o tema abordado em *Contract* diz respeito a realidades históricas e a comunidades ainda pouco conhecidas e pouco representadas junto de um público internacional. Esta circunstância é salientada pelo realizador através de uma ampla exploração da dimensão informativa e divulgativa do filme, que de facto apresenta um conjunto de

3 Apesar de o debate terminológico estar ainda em aberto, o termo docudrama surge da contração do sintagma *documentary drama*, e é utilizado, principalmente mas não exclusivamente, para se referir a produções oriundas dos Estados Unidos. Noutros contextos anglo-saxónicos formas híbridas de representação são designadas pelos termos *drama documentary* ou *dramadoc*. Partindo das nuances terminológicas, diversos estudos têm explorado os elementos suscetíveis de marcar diferenças entre estes termos, ou seja, as formas como os dois elementos – documentário e drama – são explorados para produzir efeitos distintos. Para estes debates, ver, entre outros, Paget (1998) e Rosenthal (1999).

dados geográficos, históricos, económicos e sociológicos sobre os arquipélagos de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, possivelmente dirigidos tanto para quem pertence a estas comunidades como para o público em geral. Por um lado, esta dimensão é obviamente funcional à construção da credibilidade do realizador perante o público em relação à matéria tratada, reforçada pelo recurso a entrevistas e depoimentos de estudiosos, especialistas e personalidades de renome internacional, como é o caso de Noam Chomsky. Por outro lado, esta dimensão insere-se também no percurso pessoal de conhecimento do passado familiar, funcionando como propedêutica ao reencontro com o tio. Nesta perspetiva, como salienta Lipkin, o docudrama não se limita apenas a combinar elementos documentais e recursos dramáticos, já que eles interagem e se entrelaçam para produzir uma determinada visão de conjunto do tópico tratado (Lipkin, 2002).

No que se refere à questão das personagens, em *Contract* estamos perante o caso de indivíduos reais que se interpretam a si mesmos – o realizador, Marina, Valdemiro e outros familiares. Sobre este aspeto, as observações de Stella Bruzzi a propósito dos diferentes usos da performance no docudrama e em outras produções não-ficcionais são particularmente esclarecedoras. Para Bruzzi, no docudrama, "a masquerade of spontaneity can be seen to function at an overt level", sendo o papel da performance paradoxal na medida em que permite tornar mais "real" e mais veraz a ficcionalização (Bruzzi, 2000:153). Pelo contrário, no documentário propriamente dito, o uso da performance chama a atenção para todos aqueles elementos ou eventos cuja representação documentária *autêntica* é praticamente impossível. Porém, contrariamente ao que Bruzzi afirma em relação ao uso da performance no docudrama – cujo efeito seria tornar mais autêntica a ficcionalização – em *Contract* a performance parece-nos funcionar de forma distinta. Mais do que garantir autenticidade e veracidade à representação, a performance realça a natureza ficcional e mediada da memória e da pós-memória, revelando assim as potencialidades do docudrama para a abordagem do passado (Lipkin, 2011).

Também o papel do realizador em relação ao mundo filmado é um aspeto crucial para refletirmos sobre a relação entre as diversas instâncias de memória e conhecimento presentes no docudrama de Guenny Pires. Como é sabido, as caraterísticas que marcam a relação entre o realizador e os sujeitos filmados têm tido um papel fundamental na abordagem e classificação de diferentes estilos, modos ou tipologias de documentários (Nichols, 2001). Em *Contract*, em primeiro lugar, mesmo quando não vemos o corpo do realizador perante a câmara, ouvimos a sua voz durante quase todo o filme, graças ao recurso à narração em *voice-over*. Trata-se de um recurso que o docudrama partilha largamente do documentário (Paget, 1998). Em muitos documentários, tem sido atribuída uma função informativa e didática a este recurso, integrado no aparato de contextualização histórica e de crítica social explícita, veiculado

através de legendas, entrevistas, depoimentos, imagens de arquivo, etc. Bill Nichols associa este recurso, principalmente, ao documentário do estilo expositivo, onde a voz – muitas vezes masculina e num tom aparentemente impessoal – cumpre um papel *autoritário* de organização das imagens, orientando a interpretação ao colocar o ênfase em determinados significados entre os muitos que poderiam surgir da visão. Em muitos filmes documentários, a narração em *voice-over* pretende garantir uma verdade, e afirmar desde o princípio a objetividade do tratamento da matéria. Por outro lado, como realça Bruzzi, ao dirigir-se de modo direto ao espetador, a narração em *voice-over* é suscetível de introduzir também instâncias de intimidade ou ironia, capazes de alterar e transgredir o papel de objetividade tradicionalmente associado a este tipo de recurso (Bruzzi, 2000). Utilizada muitas vezes de forma extradiegética, a narração em *voice-over* adquire outros significados quando a voz pertence ao realizador, e quando o próprio realizador não apenas aparece perante a câmara, mas pertence ao mundo filmado e atua enquanto personagem, como no caso de *Contract*. Assim, o docudrama investe numa articulação complexa de recursos e códigos que afeta os regimes de autoridade que regulam os projetos de releitura do passado. Novamente, a natureza performativa do docudrama aponta para a dimensão subjetiva e íntima associada ao conhecimento do passado. De facto, por um lado, em *Contract* o realizador procura conhecer a história e a realidade do passado recorrendo ao conjunto de elementos disponibilizados pela memória pública, tais como imagens, documentos, depoimentos de historiadores, etc. Por outro lado, a presença da voz e do corpo do realizador nos lugares onde se processou o trauma histórico vivenciado pela família, bem como as recriações do passado protagonizadas por Valdemiro, remete para o desejo do sujeito da pós-memória de testemunhar o evento, o que apenas se pode realizar no domínio da performance, permitindo também balançar as instâncias de autoridade em jogo no conhecimento e na memória do passado. O arquivo, o corpo, a voz; a história, a memória e a pós-memória: *Contract* convoca e operacionaliza instâncias de autoridade distintas e em competição entre elas, que devolvem uma experiência audiovisual que poderíamos definir epistemologicamente polifónica – do ponto de vista do áudio – e multifacetada – do ponto de vista do visual.

Estes múltiplos itinerários de reflexão refletem-se também na construção narrativa da viagem do realizador ao encontro do tio: de Los Angeles a Boston, onde reside a mãe, e daqui a Cabo Verde, ao encontro de uma tia, Maria Candeia, para, de acordo com as palavras de Guenny Pires: "learn more about the life of my family, back in the Sixtie's". Em todos estes lugares, tanto a imagem material quanto a ideia da "casa" são evocadas com frequência. Entre as primeiras cenas do filme, um plano geral retrai o exterior de um edifício em Boston, e logo a seguir o interior da casa onde vive Marina. Em São Tomé, Valdemiro conta que a casa e a plantação onde vivia foram destruídas por um

incêndio. Também em Cabo Verde, o realizador e o tio visitam os locais onde surgia a antiga casa de Valdemiro, num terreno que pertencia à mãe dele. Por outro lado, as frequentes imagens dos aeroportos e dos aviões que conectam os Estados Unidos e os dois arquipélagos complementam a paisagem física e simbólica desenhada no docudrama, enriquecida também por uma banda sonora fortemente protagonizada por músicas cabo-verdianas sobre a emigração para São Tomé, assumindo a música um papel central no dimensionamento simbólico e cultural da memória e da pós-memória. A ideia de "casa" surge assim associada quer ao sentimento da perda e ao momento da partida, quer à força da memória e ao ato do regresso. As imagens e os relatos relacionados com as casas projetam uma triangulação geográfica e afetiva entre Cabo Verde, São Tomé e Estados Unidos que não pertence apenas à dimensão privada do realizador. De facto, esta triangulação é também uma paisagem cultural e identitária coletiva, sendo os Estados Unidos – país de residência do realizador – outro polo central da diáspora cabo-verdiana. Esta paisagem molda, e é simultaneamente moldada, pelo tratamento do tópico do *contrato* por parte do realizador. De facto, a parte de pendor mais informativo e crítico do docudrama, introduzida pelo intertítulo "Slavery and Democracy", investe, através de múltiplos recursos, em conectar a história da mão-de-obra contratada nas antigas colónias portuguesas à mais ampla história da escravatura que envolveu também o Novo Mundo. Do ponto de vista histórico, as ligações entre estes dois fenómenos são evidentes, na medida em que, de acordo com diversos historiadores, nas colónias portuguesas em África, o sistema do contrato surgiu também para se contornar o problema do trabalho agrícola após a abolição formal da escravatura, prolongando-se, no que se refere à emigração cabo-verdiana para São Tomé, até à década de 1970 (Carreira, 1983). Por outro lado, a questão das condições de degradação humana e social em que viviam os contratados nas roças e as circunstâncias que muitas vezes impediam o regresso para a terra de origem são outros aspetos que têm levantado reflexões diversas sobre as semelhanças e diferenças entre o sistema da escravatura, o do trabalho forçado e o do trabalho contratado (Nascimento, 2007; Zamparoni, 2004). O docudrama *Contract* traz para o ecrã estas questões tanto no plano da história – através, por exemplo, das entrevistas a estudiosos – quanto no plano da memória, graças aos depoimentos de antigos contratados sobre as suas condições de trabalho durante o tempo colonial. A inserção no filme de diversas imagens de ampla difusão – desenhos, gravuras, fotografias – suscetíveis de evocar a iconografia da escravatura aponta também para um investimento no plano imagético-simbólico que reforça a triangulação criada pela história pessoal e familiar do realizador, sugerindo uma ressignificação desta paisagem. Por outras palavras, ao conectar a história familiar e da comunidade cabo-verdiana, marcadas pelo *contrato*, ao tema e aos símbolos da escravatura, o docudrama parece apontar para um diálogo e uma articulação de memórias e pós-memórias distintas e

distantes que encontram um possível ponto de contato nas ideias do panafricanismo. Com palavras de Marianne Hirsch,

> Postmemorial work, I want to suggest [...] strives to reactivate and reembody more distant social/national and archival/cultural memorial structures by reinvesting them with resonant individual and familial forms of mediation and aesthetic expression. Thus less-directly affected participants can become engaged in the generation of postmemory, which can thus persist even after all participants and even their familial descendants are gone. (Hirsch, 2008:111)

Por outro lado, uma chave importante para a abordagem da triangulação entre Estados Unidos, Cabo Verde e São Tomé criada por *Contract*, diz respeito também ao circuito de produção, circulação e receção do filme. O contexto da produção adquire um papel relevante no próprio corpo da diegese. Guenny Pires mostra e descreve os seus equipamentos, contando que em São Tomé teve de pedir ajuda a amigos para encontrar outro material técnico para as filmagens. Alude às ajudas financeiras que recebeu para conseguir reunir o tio e a mãe em Cabo Verde e, sobretudo, alude às despesas que teve de enfrentar – equipamentos, bilhetes de avião, etc. A este propósito, em São Tomé, a câmara foca durante vários segundos as notas que pagou a um taxista. Também a dimensão da receção é evocada dentro da narrativa, quando o realizador regressa a Boston e mostra à mãe as imagens do tio Valdemiro, gravadas num dispositivo móvel. Todos estes elementos salientam, como é evidente, a dimensão material – logística, económica, tecnológica – que, trazida para dentro da narrativa, é de certo modo inseparável dela, reforçando, mais uma vez, a dimensão mediada, material e tecnológica que informa o trabalho da memória e da pós-memória. A opção pelo docudrama aponta também para o circuito material e a tradição fílmica em que *Contract* se insere, tratando-se, como foi referido, de um modo de representação especialmente difuso e cultivado nos Estados Unidos, e é significativo que, no filme, vemos o celebérrimo letreiro de "Hollywood" quer no princípio, numa vista do Mount Lee, quer depois, já em Cabo Verde, estampado numa t-shirt usada por Valdemiro – talvez uma prenda do sobrinho, que reforça as conexões até aqui referidas.

Contract insere-se nos projetos da Txan Film Productions & Visual Arts, fundada em Los Angeles por Guenny Pires e outros membros. De acordo com a apresentação da produtora,

> Its aim is to produce informative multi-media resources and entertainment that cover societies and cultures within the African Diaspora – primarily of the Atlantic region (islands of the Caribbean, Cape Verde, São Tomé and Príncipe) and the Americas, that is not normally covered by mainstream media and/or within scholarly discourse. (www.txanfilm.com)

O filme foi exibido em diversos lugares, tendo sido premiado no Roxbury International Film Festival (Award for best documentary, 2010), no Festival Internacional de Cabo Verde (Award for best feature film, 2013) e no Cape Verdean American Film Festival (Award for best film, 2014).

As indicações da produtora, bem como a receção do filme nos festivais, iluminam outro aspeto de *Contract*, que remete para o posicionamento constantemente *in-between* do realizador, em relação ao contexto de produção e receção, bem como em relação aos sujeitos da representação. Ao utilizar um modo de representação *mainstream* no mercado estado-unidense, com o objetivo de veicular histórias e memórias percecionadas como "outras" neste mesmo mercado, o realizador transita na triangulação Estados Unidos-Cabo Verde-São Tomé tanto como *insider* quanto como *outsider*, o que remete para o conceito de identidade cultural formulado por Stuart Hall. É, de facto, a partir do cinema e das representações visuais que Stuart Hall desenvolveu o seu pensamento sobre a identidade cultural. Retomando Frantz Fanon, Hall interroga a natureza da investigação no passado realizada pelas representações cinematográficas:

> Is it only a matter of unearthing that which the colonial experience buried and overlaid, bringing to light the hidden continuities it suppressed? Or is a quite different practice entailed – not the rediscovery but the production of identity. Not an identity grounded in the archeology, but in the re-telling of the past? (Hall, 1990: 224)

Para Hall, as identidades culturais são pontos instáveis de identificação dentro dos discursos da história e da cultura, sendo menos essências do que posicionamentos: "Identities are the names we give to the different ways we are positioned by, and position ourselves within the narratives of the past" (225). Como é evidente, este conceito da identidade cultural enquanto posicionamento dialoga com a noção de trabalho da pós-memória teorizado por Hirsch. Em ambos os casos, o relacionamento com o passado dá-se através de um trabalho criativo – e doloroso – de ressignificação de *narrativas* dos outros que dominam o presente e, dentro das quais, é preciso procurar, mais do que encontrar, um possível posicionamento, um ponto de identificação constantemente instável. O trabalho da pós-memória parece-nos suscetível de traduzir outra declinação do ser *in-between*, sendo o sujeito da pós-memória simultaneamente *insider* e *outsider* em relação aos eventos traumáticos que não vivenciou mas que o dominam a nível identitário. Como tentei demonstrar, o trabalho da pós-memória desenvolvido pelo docudrama de Guenny Pires articula-se à representação da identidade cultural cabo-verdiana, ao convocar a memória da emigração para São Tomé enquanto componente traumática, e muitas vezes recalcada, desta mesma identidade, tanto a nível coletivo, quanto individual.

Por outro lado, a articulação operada no docudrama entre a história familiar e nacional do realizador, e a história da escravatura, cria pontes e ressonâncias que projetam quer o circuito material de produção, circulação e receção, quer um espaço simbólico transnacional de identificação cultural.

Procurei também demonstrar que a escolha do subgénero do docudrama e a utilização da narração em *voice-over* são recursos de grande alcance para a representação da memória e da pós-memória, na medida em que convocam regimes de autoridade distintos e instáveis, apontando para a complexidade da apreensão e da releitura do passado. Trata-se de um passado produzido pelas "malhas que o império teceu", e reconfigurado pelas narrativas da memória e da pós-memória no tempo pós-colonial (Mezzadra, 2008).

Referências

BRUZZI, Stella (2000), *New Documentary: a Critical Introduction*. London & New York: Routledge.

CARREIRA, António (1983), *Migração nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

CORNER, John (1996), *The Art of Record: a Critical Introduction*. Manchester: Manchester University Press.

CORNER, John (2002), "Performing the Real: Documentary Diversions". *Television & New Media*, 3: 255-269.

ERLL, Astrid (2008), "Literature, Film, and the Mediality of Cultural Memory", in Astrid Erll and Ansgar Nünning (ed.) *Media and Cultural Memory*. Berlin, Walter de Gruyter, 389-398.

FOURNIER, Georges (2013), "British Docudrama". *InMedia,* 3: 2-16.

HALL, Stuart (1990), "Cultural Identity and Diaspora", in Jonathan Rutherford (ed.) *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 222-237.

HIRSCH, Marianne (2008), "The Generation of Postmemory". *Poetics Today*, 29 (1): 103-128.

HUYSSEN, Andreas (2003), *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politcs of Memory*. Stanford: Stanford University Press.

LE GOFF, Jacques (1986), *Storia e memoria*. Torino: Einaudi.

LIPKIN, Steven (2011), *Docudrama Performs the Past: Arenas of Arguments in Films based on True Stories*. Newcastle: Cambridge Scholar Publishing.

LIPKIN, Steven (2002), *Real emotional logic*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press.

MEZZADRA, Sandro (2008), *La condizione postcoloniale*. Verona: Ombre Corte.

NASCIMENTO, Augusto (2007), *O Fim do Caminhu Longi*. Praia: Ilhéu Editora.

NICHOLS, Bill (2001), *Introduction to Documentary*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.

PAGET, Derek (1998), *No Other Way to Tell it: Dramadoc/Docudrama on Television*. Manchester: Manchester University Press.

POLLOCK, Griselda (2009), "Art/Trauma/Representation". *Parallax*, 15 (1): 40-54.

RABINOWITZ, Paula (1993), "Wreckage upon Wreckage: History, Documentary and the Ruins of Memory". *History and Theory*, 32 (2): 119-137.

ROSENTHAL, Alan (1999), *Why Docudrama?: Fact-fiction on Film and TV*. Carbondale: Southern Illinois University Press.

ZAMPARONI, Valdemir (2004), "Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas". *Africana Studia*, 7: 299-325.

Filmografia citada

Leão Lopes (2010) *São Tomé e Príncipe. Os últimos contratados*. Leão Lopes.
Guenny Pires (2010) *Contract*. Txan Film Productions & Vision Art.
Júlio Silvão Tavares (2012) *São Tomé. Minha terra, minha mãe & minha madrasta*. Silvão-Produção.

Submetido: 28-02-2016
Aceite: 15-06-2016

Peralta, Elsa; Oliveira, Joana Gonçalo – Pós memória como herança:
fotografia e testemunho do "retorno" de África. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 181-197

Pós-memória como herança: fotografia e testemunho do "retorno" de África

ELSA PERALTA*
CEC, Universidade de Lisboa
JOANA GONÇALO OLIVEIRA**
Universidade de Lisboa

Resumo
Este artigo busca um entendimento possível para qualificar e testemunhar as implicações do "retorno" dos nacionais ao território português, após o processo de descolonização dos territórios africanos, que estiveram sob a administração portuguesa. Seguindo a história, e a memória, e suas heranças, caminhamos em direção a este evento que convencionamos chamar um dos *pontos negros da história*, refletindo o valor ético e analítico do conceito de rememoração e de arquivo, no decurso de uma exposição que pretendeu ver outros caminhos possíveis.

Palavras- chave: memória, testemunho, arquivo, descolonização portuguesa, retornar.

Abstract
Postmemory as an inheritance: photo and testimony of the "return" of Africa
This article offers a possible understanding of the "return" of Portuguese-controlled territory to African nations in order to qualify and bear witness to the implications of Portuguese decolonization. In following the story, memory, and their inheritances , we walk toward this event, which we might conventionally describe as one of "the black spots of history—thus reflecting the ethical and analytical value of the concept of recollection and archive in the course of representing other possible paths.

Keywords: memory, testimony, archive, Portuguese decolonization, return.

* Investigadora FCT do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa. Email: elsa.peralta@campus.ul.pt.
** Doutoranda de Antropologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Email: joana.facto@gmail.com.

Résumé
La postmémoire comme héritage : photographie et témoignage du "retour" d'Afrique
Cet article cherche un arrangement possible pour qualifier et témoigner des implications du « retour » des portugais sur leur territoire après le processus de décolonisation des territoires africains sous administration portugaise. Sur les traces de l'histoire, de la mémoire et de leurs héritages, nous marcherons en direction de cet événement conventionnellement désigné comme un des points noirs de l'histoire, tout en réfléchissant à la valeur éthique et analytique des concepts de remémoration et d'archive, au long d'une exposition qui a cherché à examiner d'autres chemins possibles.

Mots-clés : mémoire, témoignage, archive, décolonisation portugaise, rapatriés.

O "retorno": definindo os limites do acontecimento histórico

O que foi o "retorno"? Enunciar esta questão é denunciar um desconforto. Um desconforto, antes de mais, analítico, evidenciando desde logo a suspeita subjacente a esta classificação nominal e normativa – daí colocarmos o nome *retorno* entre aspas. Tal desconforto verte-se então em reclamação de um estatuto conceptual/analítico: O que foi o "retorno" (enquanto acontecimento histórico)?; o que é o "retorno" (enquanto evento memorial)?

Enquanto acontecimento histórico, o "retorno" corresponde ao movimento migratório despoletado pela descolonização portuguesa dos territórios africanos sob sua administração. A mudança de regime em Portugal, com o 25 de Abril de 1974, põe fim à política colonialista e bélica do Estado Novo erigida em defesa da integridade territorial e política de Portugal Continental e Ultramarino, contra as aspirações independentistas dos movimentos de autodeterminação organizados nos territórios coloniais[1]. O derrube do Estado Novo e o fim das guerras de libertação travadas em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique abrem assim o caminho para a independência dos territórios coloniais portugueses[2].

1 Em 1961, um movimento anticolonial manifestou-se em Angola, marcando o início do que ficou designado por Guerra Colonial Portuguesa. Em Angola, os movimentos de libertação nacional haviam-se começado a estruturar a partir da década de 1950: o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola, fundado em 1956), a UPA/FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola, cuja origem remonta à União das Populações do Norte de Angola de 1954) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola, 1966). Em Moçambique, as operações de guerrilha começaram em 1964, comandadas pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), movimento nacionalista criado em 1962. A guerra de independência na Guiné começou em 23 de janeiro de 1963, por iniciativa do PAIGV (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), partido fundado em 1956 por Amílcar Cabral.

2 Portugal alinha-se assim finalmente com a vaga internacional da descolonização iniciada com a independência da Índia face ao Império Britânico em 1947, vaga que ganhou força internacional com a chamada Declaração Anticolonialista da ONU – Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960.

As independências das colónias portuguesas em África[3], iniciadas em 1973 com a declaração unilateral da República da Guiné-Bissau (reconhecida por Portugal em 10 de setembro de 1974), sucedem-se durante o ano de 1975. Em Moçambique, a independência é proclamada em 25 de junho de 1975, com a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) a tomar o comando do país, embora enfrentando doravante a resistência armada da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana). Cabo Verde torna-se independente em 5 de julho de 1975 e São Tomé e Príncipe em 12 de julho de 1975. Em Angola, a pulverização do poder no território torna a transferência de soberania mais difícil, embora a independência do novo país tivesse sido proclamada a 11 de novembro de 1975. O Acordo de Alvor, assinado entre o Governo Português e os três movimentos de libertação (FNLA, MPLA e UNITA) a 15 de janeiro de 1975, havia previsto que a independência de Angola no dia 11 de novembro fosse liderada pelas três forças políticas e com unidade entre as populações negras, brancas e mestiças. No entanto, os princípios do acordo acabaram por ser gorados e os três movimentos de libertação, apoiados nos seus alinhamentos internacionais, prosseguiram uma luta pelo poder (Henriksen, 1976).

Se no curso dos anos em que durou o conflito armado nas colónias portuguesas (1961-1974), as populações colonas – antigas ou recentes – pareciam não ponderar a possibilidade do regresso à metrópole, verificando-se aliás movimentos populacionais significativos entre a ex-metrópole e as colónias nesses anos (Castelo, 2007), no imediato posterior ao 25 de Abril de 1974 em Portugal, essa possibilidade começa a ponderar-se, ainda que tenuemente. Em 5 de outubro de 1964, o jornal *Notícias* de Lourenço Marques, fazia capa com um manifesto de certeza: "Estamos e ficaremos!". Já em 27 de junho de 1975, o jornal luandense *A Província de Angola* perguntava em tom de perplexidade: "O que faz partir as gentes?" (Góis, 2016). O futuro das colónias não era então ainda claro[4], embora dois meses após a mudança de regime em Portugal, alguns tivessem já cautelosamente tomado a iniciativa da partida. A grande vaga migratória acontece, porém, apenas a partir de meados de 1975, quando as lutas pelo poder entre os diferentes movimentos armados em Angola criam uma situação de colapso da ordem pública e de violência arbitrária.

3 Na Índia, a resistência à dominação portuguesa toma expressão no contexto da independência indiana concedida pelos britânicos, em 1947. Tendo Portugal recusado aceder ao pedido de rescindir da sua posse, e com o apoio do Tribunal Internacional e da Assembleia das Nações Unidas, a União Indiana invade em 1961 os territórios de Goa, Damão e Diu, integrando o Estado Português da Índia no seu território. Timor Português, atual Timor-Leste, proclamou unilateralmente a sua independência em 1975, mas foi anexado no mesmo ano pela Indonésia, em 15 de julho de 1976. Quanto a Macau, adquire em 1976 o estatuto especial de "território chinês sob administração portuguesa", tendo a sua soberania sido definitivamente transferida para a República Popular da China no dia 20 de dezembro de 1999.

4 Nesse contexto ensaia-se ainda um leque de hipóteses políticas para o futuro das colónias, situado entre o "federalismo" e a "independência" (Góis, 2016).

Como resultado da descolonização, estima-se que entre 500 000 e 800 000 colonos portugueses tenham abandonado a sua residência em África (Kalter, 2016)[5]. Através de uma ponte aérea que envolveu o exército e a aviação civil portugueses, com o apoio da aviação americana, russa, britânica, belga e alemã, 260 000 indivíduos foram evacuados de Angola, entre meados de julho e novembro de 1975. Durante o pico da ponte aérea, uma média de 7000 pessoas chegaram ao aeroporto de Lisboa todos os dias (Kalter, 2016). De Moçambique, as vagas mais intensas aconteceram primeiro no final do verão de 1974, a partir do Acordo de Lusaca e dos acontecimentos de 7 de setembro, e depois já em 1976, quando a convivência entre os colonos brancos que decidiram permanecer no território e o novo regime estabelecido se deteriora. Na sua maior parte, estas populações optam por Portugal como terra de "retorno", fazendo uso de laços familiares ainda não quebrados para prover ao acolhimento na antiga metrópole. Chegam destituídas, com a roupa que trazem no corpo, deixando para trás todos os seus bens materiais, já que podiam apenas trazer consigo uma muito pequena quantidade das suas economias. Mas outras possibilidades se delinearam, sobretudo a África do Sul e outros países africanos governados por minorias brancas como a então Rodésia e a Namíbia, sob protetorado sul-africano, e também o Brasil, onde então governava uma ditadura militar, o que podia agradar a uma população pouco dada a arroubos revolucionários e também onde estava estabelecida uma diáspora portuguesa com ligações familiares a populações coloniais, sobretudo as oriundas de Angola. Estes nunca seriam contabilizados nas estatísticas do "retorno", fazendo impossível estimar o volume da massa humana envolvida no fenómeno. No seu seio desenharam-se quadros de vidas díspares, atravessados por diferentes casualidades históricas, oportunidades económicas, e idiossincrasias pessoais.

Esta é, com efeito, uma população heterogénea. De diferentes classes, fenótipos, géneros e idades, com ligações mais fortes ou mais ténues à realidade portuguesa e com diferentes graus de participação no sistema colonial. Alguns pertenciam a uma vaga de colonização antiga, chegados a África no quadro dos projetos de colonização oficial de Angola de finais do século XIX. Outros formavam um contingente populacional muito mais numeroso envolvido nas migrações do pós-guerra (Castelo, 2007). Mas oficialmente, bem como coloquialmente, todos foram nomeados nessa categoria única e abrangente de "retornado". A categoria surge pela atuação do Estado português na resposta ao movimento migratório massivo das colónias. Dessa atuação resulta a criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN)[6], em 1975, assim

5 A estatística do retorno é vaga e imprecisa. Segundo a estatística estimada por Rui Pena Pires (Pires, 1984), foram cerca de 500 000 os indivíduos que chegaram à antiga metrópole entre 1974 e 1975.

6 O IARN foi criado em 1975 pelo Decreto-Lei n.º 169/75 de 31 de março em virtude do Grupo de Apoio aos Desalojados do Ultramar (GADU) criado em junho de 1974 ter deixado de conseguir

consagrando, primeiro normativamente, e depois, no senso comum, o nome "retorno", bem como o adjetivo que lhe deriva, "retornado". Se retorno, entendido à letra, é o ato ou efeito de voltar ao ponto de onde se partiu e retornado é aquele que retornou, muitas das pessoas incluídas nessa categoria rejeitam a classificação. Um terço deles já havia nascido nas ex-colónias, não se percecionando como "retornados", preferindo autodefinir-se como "refugiado" ou "desalojado".

A classificação importa, contudo, menos pela sua exatidão formal e mais pelo seu alcance ideológico. Nomear estas pessoas enquanto "retornados" – e não como refugiados das guerras civis entre os movimentos de libertação – é evitar concebê-las como vítimas de um processo desastroso (assim o entendem) conduzido pelas forças revolucionárias que então lideravam os destinos do país. É também classificá-las na sua condição transitiva – de colono – beneficiária da doutrina do salazarismo e do sistema colonial, assim retirando-a do quadro mais vasto do colapso do domínio colonial europeu em África eclodido desde os anos 1950 (Kalter, 2016).

A historiografia do "retorno" está ainda largamente por fazer. Com exceção do trabalho de Rui Pena Pires, de 1984, no qual se traça uma sociografia dos "retornados"[7], é francamente parca a produção académica sobre este tema. A *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso (1993-1995), não dedica mais que dez páginas ao tema nos oito volumes que compõem a coleção[8] e a *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (1999), embora dedique um capítulo ao tema, não vai mais além do que recuperar o estudo anteriormente referido de Rui Pena Pires, com um contributo deste no volume 5 da coleção[9]. Para além de assinaláveis exceções, estranhamente as mais consistentes oriundas da academia estrangeira[10], são quase nenhuns os estudos sistemáticos que aprofundem as muitas dimensões que compõem a complexidade do fenómeno. As grandes generalizações da estatística sociométrica ou da cronologia histórica, embora necessárias, não permitem contudo identificar o *sujeito da história* para além do positivismo dos factos, pelo que estes mesmos factos assim são situados *fora* da sua longa duração e da esfera da vida. São, portanto, *factos sem arquivo* que, assim, se vertem facilmente em interpretações de senso-comum, como aquela segundo a qual a população "retornada" terá tido uma integração notável na sociedade

responder às necessidades reais, tal o fluxo de retornados que chegavam das ex-colónias. O IARN foi extinto, em 1981, pelo Decreto-Lei n.º 97/81, de 2 de maio. A história do IARN e da sua atuação durante esses anos está ainda largamente por fazer.

7 Assente na caracterização da população retornada e estabelecida em Portugal após as descolonizações, com base nas variáveis origem e distribuição regional, estrutura por idade e sexo, qualificações escolares e estruturas socioprofissionais.

8 Ferreira (1993: 7-285).

9 Pires (1999: 182-196 e 212-213).

10 De assinalar em particular o trabalho de Lubkemann (2002 e 2005).

portuguesa, sem que se conheçam os modos, as contradições, as negociações e as complexidades dessa integração.

Sabe-se, portanto, muito pouco acerca desse acontecimento histórico que ficou nomeado como "retorno", desde a decisão da vinda ou a fuga para Portugal até à dita integração na sociedade portuguesa. Sabe-se ainda menos sobre a forma como hoje, em Portugal, as pessoas e as instituições *recordam* o "retorno" e os "retornados".

O "retorno" enquanto evento memorial

Regressamos então aqui à segunda das questões que enunciamos no início desta secção: o que é o "retorno" enquanto evento memorial?

Se nos dispusermos ao exercício, necessariamente imperfeito, de definição do conceito de memória, podemos considerar que a memória se refere "aos atos de recordação que ao mesmo tempo são atos de fala" (Albert Rosa *et al.*, 2000:45). Quer isto dizer que a memória, longe de poder ser remetida para uma faculdade mental humana, deve antes ser entendida processualmente, ou seja, enquanto processo de enunciação de atos de recordação, assim articulados – em fala – para se tornarem memória. Estes atos de recordação, sujeitos a negociações e submetidos a esquecimentos, têm inevitavelmente uma existência social, pois são culturalmente articulados na e para a transmissão. Assim sendo, na medida em que se articula em fala, a memória constitui passados comuns, de acordo com referentes de imaginação coletiva, que são naturalmente cambiantes no tempo (Peralta, 2007).

Assim entendida a memória, podemos então dizer que, até há muito pouco tempo, o "retorno" foi um não-evento na memória coletiva nacional portuguesa. A par com as guerras coloniais em África, o "retorno" faz parte do conjunto dos *legados negros* do colonialismo português, com consequências para as populações colonizadas, mas também para as populações da metrópole colonizadora, quer seja para aqueles que se viram obrigados a lutar numa guerra mortífera, ou para as populações integradas no sistema colonial e que se viram subitamente destituídas. Considerando que o império foi e continua a ser o principal tropo de articulação da narrativa identitária portuguesa (Peralta, 2013), e tendo em conta que no seio dessa narrativa está fortemente enraizada a ideia da bondade inata do projeto imperial português, estas consequências desestabilizam profundamente a estrutura da imaginação mnemónica nacional.

No conturbado período pós-revolução, marcado pelo processo que ficou conhecido como PREC[11], ora por razões de má consciência relativamente ao

11 PREC ou Processo Revolucionário em Curso corresponde a um período de atividades revolucionárias, decorrido entre o 25 de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição Portuguesa, em Abril de 1976, com o seu auge no período crítico do Verão Quente de 1975, que culmina com o Golpe Militar de 25 de Novembro.

processo de descolonização, ora devido às tensões manifestas no seio da sociedade civil e das forças armadas sobre a questão colonial, a guerra e o êxodo africano são "não-inscritos" (Gil, 2005) no espaço público – memorial e imagético – nacional. Dizemos que são não-inscritos assinalando, precisamente, essa não inscrição como ato, de omissão ou de esquecimento, sobre os acontecimentos que marcaram o fim do domínio colonial português. Trata-se assim, de *acontecimentos que não aconteceram*, desaparecendo, segundo José Gil, pelo "buraco negro que suga o espaço público"[12]. Não é, portanto, de estranhar que Eduardo Lourenço, escrevendo em 1977-78, note com perplexidade o facto de a "amputação" da "*componente imperial da nossa imagem*" não ter provocado conturbações maiores (Lourenço, 1978: 43). Na verdade, a partir das evidências que nos dá o tempo entretanto transcorrido, podemos dizer que não houve conturbações maiores porque tal amputação, embora tenha acontecido do ponto de vista político e normativo, não aconteceu enquanto *imagem*. Dos discursos políticos, às agendas das instituições culturais até às banais aceções do senso-comum, Portugal continua a imaginar-se enquanto império, imaginação essa na qual a guerra e o "retorno" continuam sem lugar de inscrição.

Até cerca dos anos 2000, essa não inscrição revelou-se pelo quase completo silêncio em relação a esses *pontos negros* que marcaram o fim do império português. Com exceção das leituras encriptadas de António Lobo Antunes[13], da performance comemoracionista do Monumento aos Combatentes do Ultramar[14] (Peralta, 2014) e da institucionalização em Portugal, em 1996, da nosologia psiquiátrica da "Desordem de Stress Pós-Traumático" (Quintais, 2000), foram poucos os atos que, até então, implicassem o reconhecimento de um campo de experiência, também memorial, associado às consequências trágicas do fim do império português. No entanto, abria-se lentamente o caminho para o reconhecimento de um campo memorial associado ao colonial, primeiramente a partir do seu lado obscuro, traumático, onde a fala se começa a ensaiar a partir dos muitos ensombramentos que a guerra deixou nos corpos e nos pesadelos daqueles que a viveram. Os Estudos do Holocausto[15], germinais para a consagração académica da teoria do trauma, fazem ressoar um pouco por toda a parte, no mundo académico e fora dele, o reconhecimento da figura histórica da *vítima*, cuja experiência, emocional e subjetiva, ganha no espaço público um campo de narração. O mercado editorial começa paulatinamente a inundar-se de memórias de ex-combatentes que querem livrar-se do peso do silêncio e reclamar o reconhecimento da verdade da sua experiência no seio da grande narrativa nacional[16].

12 In http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2845,1.shl, consultado 4 de abril de 2016.
13 Em particular em *Memória de Elefante* e *Os Cus de Judas*, de 1979, *Conhecimento do Inferno*, de 1980, e *Fado Alexandrino*, de 1983.
14 Inaugurado em 15 de janeiro de 1994, junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém
15 Ver Hayes & Roth 2013.
16 São muitos os exemplos que não cabe aqui enunciar por não ser este o âmbito deste artigo.

Contudo, o verdadeiro desvendamento acontece mais tarde, com o aparecimento de documentários, filmes, trabalhos de investigação e produção artística sobre a guerra, com destaque para o documentário *Guiné-Bissau: As duas faces da guerra* (2009), co-realizado por Diana Andringa e Flora Gomes e para a série documental *A Guerra* (2012) de Joaquim Furtado, que permitem inscrever amplamente o tema da guerra na historiografia e no senso-comum sobre o colonialismo português[17]. Só então é que o "retorno" ganha a possibilidade de um espaço de inscrição na memória nacional. Até esse momento, e salvo algumas exceções quase invisíveis, tinha permanecido largamente ausente. Esse espaço de inscrição é conquistado, primeiramente, ao terreno da nostalgia pós-colonial, pela mão daqueles que, geralmente através de autobiografias ficcionadas ou romances testemunhais, memorializam o passado colonial como um "sonho dourado" que, súbita e inexplicavelmente, chegou ao fim. No relato desse sonho interrompido, a vida boa que "lá se levava", é lembrada com doçura, como quem lembra uma infância feliz e inconsciente. Como conta Júlio Magalhães no seu *Os Retornados: Um Amor Nunca se Esquece*, "Jogar à bola, grandes farras em garagens, a praia, a mini-Honda" e a "vida corria quase de forma perfeita…".[18]

Seria preciso pouco tempo até que a nostalgia perdesse a doçura e desse lugar ao repúdio e à manifestação do ressentimento. Uma repulsa que se derrama em urgência pela escrita de Isabela Figueiredo que, no seu *Caderno de Memórias Coloniais*, brade por entre golpes e revelações contra o colonialismo português: "Aquele homem branco não é o meu pai" [19]. Tal como uma menina que se faz grande e subitamente vê lampejos, ainda informes, de uma verdade que se revela sob um manto de mentiras e ilusões, Isabela acrescenta ao terreno fértil da nostalgia pós-colonial a condição estéril de desterrado:

> Os desterrados, como eu, são pessoas que não puderam regressar ao local onde nasceram, que com ele cortaram os vínculos legais, não os afectivos. São indesejados nas terras onde nasceram, porque a sua presença traz más recordações. Na terra onde nasci seria sempre a filha do colono. Haveria sobre mim essa mácula. A mais que provável retaliação. Mas a terra onde nasci existe em mim como uma mácula impossível de apagar. Persigo oficiais marinheiros que trazem escrita, na manga do casaco, a palavra Moçambique.[20]

Dessa condição resulta a suspensão da perda; uma perda que nunca verdadeiramente se aceita, nem completamente se sacia. Se a quisermos colocar no

17 Não é o objetivo deste artigo fazer uma revisão da produção cultural, artística e literária, institucional e não institucional, sobre os temas da guerra e do retorno, pelo que nos resumimos a referências que consideramos paradigmáticas na análise que perseguimos.
18 Magalhães (2008: 18 e 19).
19 Figueiredo (2009: 53).
20 Idem, 133.

campo da comparação pós-colonial e entendê-la, tal como Paul Gilroy (2005) o fez para o caso Britânico, no seu alcance psicanalítico, é uma perda que não foi lamentada, i.e., não foi inscrita no discurso enquanto *fim*. Isto dará lugar, ora à melancolia pós-colonial, com os seus engendramentos de cosmopolitismo civilizacional (se seguirmos a proposta de Gilroy), ora ao sintoma e à somatização (se seguirmos a teoria do trauma). Ambos, a melancolia e o sintoma, haveriam ainda de ser topos centrais na narração do "drama" dos "retornados" em atos memoriais tais como o romance *O Retorno*, de Dulce Maria Cardoso[21], de 2011, a série televisiva *E depois do Adeus*, de 2012[22], e ainda o filme *Tabu*, de Miguel Gomes[23], todos num momento ou noutro, fazendo brotar de um corpo de desejo e de repressão, a melancolia da perda pós-colonial.

Retornar – Traços de Memória: imaginação e testemunho

A circunscrição que tem vindo a ser discutida, em torno do desconforto analítico que o "retorno" traz, lançou as bases para a criação da exposição *Retornar – Traços de Memória*, curada por Elsa Peralta e com cocuradoria de Joana Oliveira. Enfatizando as questões de fundo memorial, assinalou-se os 40 anos do momento do "retorno" de nacionais, o qual conheceu o seu auge com a ponte aérea de 1975. Realizada no âmbito do programa cultural da Câmara Municipal de Lisboa, a exposição propôs-se discutir as condições e as implicações que este evento situa na sociedade portuguesa, inscrevendo-a no espaço público *político*, como um *ato de fala* sequencial aos atos enumerados acima. *Retornar* é, nesta senda, uma exposição sobre a memória do "retorno" e, por relação, sobre a memória do império – e da potência do seu fim – na sociedade portuguesa contemporânea. Uma memória feita de fontes históricas, testemunhos pessoais, fotografias e conceitos artísticos. No sentido de dar corpo à complexidade que se joga entre as diferentes matérias a serem exibidas, pretendeu-se jogar olhares cruzados, originários de diferentes campos da arte, da literatura, da antropologia, da história, da política, para pensar e refletir sobre esta memória a partir do seu lastro no tempo presente.

Em jeito de apresentação sumária das diferentes seções que compuseram a exposição, a qual pretendeu arquivar *toda* a memória que se fez fértil no curso de uma investigação sobre o tema[24], foram criados quatro arquivos: "Arquivo"; "Atlas"; "Alheava_Para Depósito"; e "Testemunho". "Arquivo", composto por três núcleos temáticos, apresentou uma contextualização do evento do

21 Cardoso (2011).

22 Série televisiva produzida pela RTP que retrata Portugal no rescaldo do 25 de Abril a partir da saga da família Mendonça, uma família de "retornados" de Angola. Ver mais em http://www.rtp.pt/programa/tv/p28774#sthash.1WjX1vP1.dpuf.

23 Ver em http://www.osomeafuria.com/films/3/35/

24 Sobre a investigação em curso que esteve na base da exposição *Retornar – Traços de Memória* ver http://www.retornar-tracosdememoria.pt/projecto/

"retorno", desde as migrações coloniais, à descolonização e aos deslocamentos populacionais que os acompanharam. Através de fragmentos documentais justapostos, alternando documentos biográficos com documentos informativos, pretendeu ser um projeto aberto e suscetível de múltiplas combinações. "Atlas", apercebendo-se da memória na sua apropriação do tempo passado, num possível regresso ao que foi vivido, deu a ver os gestos, os caminhos, os risos, as poses, as árvores do tempo que se constitui em memória nos álbuns de família dos portugueses que viveram nas ex-colónias africanas antes do "retorno". A série apresentada revela e reflete o sentido que os ecos do passado trazem à vida, num constante movimento temporal, sem sentido de continuidade. "Alheava_Para Depósito" foi criado pelo artista Manuel Santos Maia, ao longo do seu percurso enquanto autor. A partir da sua herança familiar e seu percurso biográfico, o artista presentificou os legados coloniais através de objetos como fotografias, filmes, álbuns familiares, selos, documentos ou livros escolares, para reclamar a necessidade de não esquecer. "Testemunho" apresentou sequencialmente excertos de entrevistas a pessoas cujas histórias estão relacionadas com o "retorno", incitando os participantes a compreender como a experiência histórica é vivida como experiência pessoal, emocional e sensorial. Com doze fotografias de rostos testemunhais da autoria de Bruno Simões Castanheira, as quais vivem acompanhadas pela audição da voz própria, "Testemunho" deu a ver um cenário para sustentar a presença do passado e reconhecer o valor da experiência humana da perda, do sofrimento e da redenção.

Inscrever no espaço público estas distintas formas testemunhais que os nomeados "retornados" trazem nas algibeiras da vida, gerou uma atenção perspicaz relativa à ideia de pensar o "retorno" a partir de "um ato de começar que se insere no movimento de continuar, abrindo uma distância" (Molder, 2011: 101). Abrir uma distância é para *o* caso, apreender os diferentes testemunhos, os diferentes modos de apresentar a informação, as fontes históricas, e os acontecimentos aí apercebidos, na conceção de *um* arquivo possível. Arrumando todos os fantasmas reconhecidos e os outros que aqui foram convidados a vir, propôs-se aceitar o paradoxo de um ato que simplifica ao mesmo tempo que amplia as diferentes formas testemunhais. Desdobrando os testemunhos no tempo, para o pensamento instalar em si o tempo, trazendo-o ao presente, limpando as poeiras e criando um destino para assentarem (Gil, 1984).

Como refere George Didi-Huberman, criar um arquivo é, no seu campo de ação, "criar a possibilidade do testemunho, face ao inevitável desaparecimento da testemunha e à consequente impossibilidade do testemunho". O testemunho/arquivo urge pela eminência do desaparecimento do testemunho (do facto, mesmo, da irrepetibilidade da experiência) e da "irrepresentabilidade garantida do testemunho" (Didi-Huberman, 2012: 19)." Um testemunho que é uma ausência, balbuciada em atropelo pela voz daqueles a quem se convoca a fala, como podemos ler neste seu excerto transcrito:

> Eu acho que foi um trauma, acho que foi um trauma muito grande e foi um trauma que não foi acompanhado se calhar como devia ter sido. O meu tio mais novo, o irmão mais novo do meu pai, adora viver em Portugal e já não tem saudosismo nenhum, de espécie nenhuma. Claro fala da infância e da adolescência, com saudade, mas isso falamos todos, não é? Mas, por exemplo, a minha mãe, carrega muito isso, sempre, e há pessoas a quem custa mais, há pessoas a quem custa menos, foi tudo muito de repente. Os amigos ficaram espalhados, uns no norte, outros no sul, outros no Brasil e portanto perdeu-se tudo, perdeu-se quadros de referência, locais e objetos.[25]

Ao expor a perplexidade do que aconteceu à vida no testemunho direto, correndo em frente para não viver "a eminência do desaparecimento do testemunho", o que podemos também ler neste excerto é a natureza da condição não generalizável com que devemos compreender a "massa" de portugueses que "retornaram". É um excerto audível dos muitos sobrepostos na sala do "Testemunho", justapondo a ele outros testemunhos, reclamando essa dimensão complexa que parece parca nos estudos realizados até agora. O "desejo insaciável de generalidade" que frequenta algumas investigações preocupadas em fornecer um quadro de interpretação geral sobre os temas a estudar, traz mormente equívocos referentes à natureza do estudo a realizar em ciências humanas, particularmente porque o que se encontra em questão é pensar a experiência humana acomodando a sua variação ou pluralidade manifesta (Needham, 1971).

Entrementes, de forma a encontrar *o lugar* no arquivo para a memória vinda das fontes históricas – a qual se fez galopante no processo da investigação –, decidimos explorar um exercício de concatenação e conjugação desses elementos por relação aos testemunhos orais, dirigindo-os para a novidade de uma outra série de caminhos a experimentar. "Abrindo uma distância" assinalou-se a impossibilidade de continuar a pensar o "retorno" na sua natureza normativa, como se tratasse de uma evidência linear da história, como se fosse expectável este desfecho. Na voz dos que o viveram, não se ouvem expectativas; apenas alívios e mágoas:

> Mas fomos vencendo, são situações que conseguimos superar, hoje praticamente podemos dizer que estamos integrados na sociedade, dado ao nosso esforço, mas temos uma mágoa muito grande, guardamos uma mágoa muito grande para com os governantes, da altura, que procederam como procederam, entregaram-nos ao deus-dará, viemos porque enfim, muitos não vieram, não tiveram oportunidade de vir, foram mortos, foram perseguidos, mortos e essa mágoa perdura, perdura e vai acabar só após a nossa… quando fecharmos os olhos, porque nunca pensámos que nos tratassem como nos trataram. Abandonaram-nos completamente.

25 Todos os excertos de entrevista aqui citados foram realizados por Elsa Peralta no decorrer do projeto de investigação.

Os testemunhos que dizem de si falam sobre diferentes sentenças perante o infortúnio de perder a terra onde se nasceu, ou se viveu. Por sua vez, evidenciam também o atropelo de ações e diligências tomadas para dar acompanhamento ao inesperado e ao súbito. Apesar de babélico na sua estrutura de ação, o Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais foi prestando algum apoio aos milhares de portugueses que assentaram em solo português. A história de Portugal deste período é fértil em fraturas e a vida se fazia com poucas certezas um pouco por todo o lado.

> Tu apanhavas dos dois lados, do que eu percebi e do que eu ouvia. Ou eras olhado por um lado mais conservador e xenófobo, como um português de segunda, fosses preto ou branco, e como primitivo, portanto como pouco dado a vida na metrópole porque muita gente veio para aqui para a cidade de Lisboa, ou então eras olhado por alguém mais de esquerda como o racista que aceitou viver naquelas condições durante aquele tempo todo como se todos os portugueses fossem fascistas por terem vivido numa ditadura durante tanto tempo. Tudo isso são simplificações da história que assustam e metem medo, a mim metem-me medo como é que se faz isso. Eu acho que não havia distância, tudo foi muito rápido, tudo foi muito precipitado, tudo era muito preto e branco, tudo era muito isso. Ainda é um bocadinho, há condescendência a ver as coisas, há vitimização, há violência a analisar os factos e acho que sim o retorno, mais do que uma condição de pessoas, acho que é quase que um exercício obrigatório de todos…

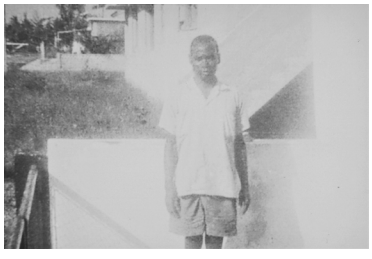
Focando assim a atenção aos vazios, aos silêncios, oferecidos por entremeio da fala de quem "retornou", procura-se reconhecer e reclamar a ação transformadora do valor ético daquilo que não deve e não pode ser esquecido. Jeanne Marie Gagnebin, em seu livro *Lembrar, Escrever, Esquecer*, incita a pensar a força gestante do conceito de rememoração. Rememorar trata-se, em primeiro lugar, de fazer um exercício de desprendimento da tarefa do historiador – aquele que colige factos da história emprestando-lhes uma sequência linear. Em torno, exercitar a rememoração é explorar os recantos e "em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalcado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à Lembrança nem às palavras" (Gagnebin, 2006: 55). O convite é o de ver a potência do ato de lembrar, ou mais certeiro ainda, é apreender o ato de não esquecer. Para que este exercício se dê é requerido que a imaginação participe do ato de lembrar, tanto quanto do ato da fala, não sendo por isso requerida somente ao que ouve a testemunha. Cabe à imaginação compor em lembrança a experiência do que foi vivido, porque é a partir do seu poder de montagem que se consegue articular aquilo que até aí não tinha sido dito. Este exercício de montagem não está somente entregue à dimensão narrativa da vida; lança-se para outras paragens, outras matérias do mundo, neste caso, nas fotografias tiradas num tempo que não pode voltar

atrás, até porque a fotografia regista precisamente isso, o tão glosado *isto foi* (Barthes, 2006). Foi essa outra intensidade, muda, que se pretendeu compor na série "Atlas" da exposição *Retornar*, assim convidando, não a um exercício de nostalgia, mas a olhar os gestos e as relações vividas que se encontram nas fotografias dos álbuns dos portugueses resgatadas a esse tempo.

Aperceber a vitalidade do trabalho da imaginação no fazer da própria memória, da lembrança é, também, olhar para a vitalidade das imagens e sua ação neste processo. Repetir, dessa feita, a vitalidade da imagem fotográfica enquanto fazedora dos atos memória, na composição de um ato de testemunho. Porque ler o mundo, e os acontecimentos que a história traz, sugerem-se demasiado complexos e fundamentais para estarem presos só à narração linguística. De forma que a narrativa se constitua é necessário que venha acompanhada, porque vem sempre, pela matéria do mundo, ligando assim, as "coisas do mundo segundo as suas "relações íntimas e secretas", as suas "correspondências" e as suas "analogias" (Didi-Huberman, 2013: 15). Tal como as fotografias do "Atlas", também o testemunho constitui-se em imaginação e











apresentação, liberto do ato de representação. Assim liberto, o testemunho traz em si o passado com o tempo que passou (Didi-Huberman, 2012), que desta feita se forma como um passado não literal e não linear; um passado, ademais, que reconhece a *diferença* entre o vivido e o lembrado:

> … veio um avião da Rússia. Começaram a dizer que ele trazia o pessoal e em vez de vir para Portugal, não vinha para Portugal, ia para a Rússia. Isso é que era bom! Então estou a fugir de um sítio para vir meter-me noutro? Nem pensar nisso! [risos] … Os únicos que vieram nesses aviões foram os oficiais. Nós? De cor ainda por cima? Enfiar ali dentro? Nem pensar nisso!

Retornar como herança: uma crítica à pós-memória

Na relação com o trabalho da imaginação, da sua competência em remontar o mundo, percebe-se então que tanto quem *viveu* a situação, quem viveu a vida lembrada, como quem é seu ouvinte, acede a *toda* a memória *após a sua* montagem. Neste sentido, a utilização das propostas que visam pensar a pós-memória na sua dimensão de uma pós vivência da situação, porque não a viveu diretamente, reclamando o trabalho da imaginação somente para quem ouve a lembrança, tal como notadamente o fez Marianne Hirsch (1997), parece reclamar um problema de grau em vez de natureza. Poderíamos esticar a corda e dizer que toda a memória é uma segunda memória, uma pós-memória, porque a verdade que se dá à lembrança instancia-se nas evidências imponderáveis, em vez de estar presa na positividade do acontecimento, da prova muda e certeira. Esta *evidência imponderável* está para lá da visão do raciocínio e da decisão; encontra-se do lado do sentimento e inclui subtilezas como um olhar, um gesto, um tom, uma imagem, cujas afinidades e diferenças dificilmente *fazem* sistema, isto é, entram na ordem do sentido explícito e das razões demonstradas (Csordas, 2004).

Chegados a uma terra que conheciam ou desconheciam consoante o tempo em que os seus antepassados tinham feito a viagem de ida, consoante o século, as fotografias que acompanharam os nacionais na sua viagem, as que conseguiram chegar, porque nem todos tiveram a possibilidade de trazer outros objetos – além da roupa que vinha a tapar o corpo –, convidam a registar uma sensação do tempo passado. A fotografia, na sua natureza muda, só consegue repetir "mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente. Nela o acontecimento nunca se transforma noutra coisa: ela remete sempre o *corpus* de que necessito para o corpo que vejo: ela é o Particular Absoluto, a contingência soberana, impenetrável e quase animal, o Tal" (Barthes, 2006: 12). Quando sai da sua "contingência soberana" e é posta em ação, a fotografia muda cria um sentido, um sentido de passado no presente. Não obstante, "para os fantasmas desse mesmo passado isso não fará qualquer diferença. Eles permanecerão inalterados e intocados, como fantasmas ou fotografias que são, apesar de ainda

assim poderem utilizar o poder para modificar o nosso presente e a nós mesmos" (Blaufuks, 2014: 93). Rememorar o valor ético da vida é presenciar esses fantasmas, chamando-os a nós sem medo da sua presença, da sua força, das suas heranças, e do seu toque transformador de passado no presente.














Referências

BARTHES, Roland (2006) (1980), *A Câmara Clara*. Lisboa: Edições 70.

BLAUFUKS, Daniel (2014), *Toda a Memória do Mundo*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Contemporânea, Museu do Chiado Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

CASTELO, Cláudia (2007), *Passagens para África: o Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.

CSORDAS, Thomas (2004), "Evidence of and for what?". *Anthropological Theory* 4: 473-80.

DIDI-HUBERMAN, George (2012), *Imagens apesar de Tudo*. Lisboa: KKYM.

DIDI-HUBERMAN, George (2013), *Atlas ou a Gaia Ciência Inquieta*. Lisboa: KKYM.

FERREIRA, José Medeiros (1993), *Portugal em Transe* in *História de Portugal*, orientação de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores e Ed. Estampa, vol. VIII, 7-285.

GAGNEBIN, Jeanne (2006), *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34.

GIL, Fernando (1984), *Mimésis e Negação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 15-34.

GIL, José (2005), *Portugal Hoje – Medo de Existir*. Lisboa: Relógio D´Água.

GILROY, Paul (2005), *Postcolonial Melancholia*. New York: Columbia University Press.

GÓIS, Bruno (2016), "Retornar à pergunta 'O que faz partir as gentes?'", in Elsa Peralta e Joana Oliveira (ed.). *Retornar: Traços de Memória num Tempo Presente*. Lisboa: Edições 70 (no prelo).

HAYES, Peter; ROTH, John K., (2013), *The Oxford Handbook of Holocaust Studies*. Oxford: Oxford University Press.

HENRIKSEN, Thomas H. (1976). "People's war in Angola, Mozambique, and Guinea-Bissau". *The Journal of Modern African Studies*, 14 (3): 377-399.

HIRSCH, Marianne (1997), *Family Frames: photography, narrative and postmemory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

KALTER, Christoph (2016), "Hotels for Refugees: Colonialism, Migration, and Tourism in Lisbon". *Global Urban History*, https://globalurbanhistory.com/2016/03/02/hotels-for-refugees-colonialism-migration-and-tourism-in-lisbon/, consultado 2 de março de 2016.

LOURENÇO, Eduardo (1978), *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LUBKEMANN, Stephen C., (2002), "The moral economy of Portuguese postcolonial return". *Diaspora*, 11 (2): 189-213.

LUBKEMANN, Stephen C. (2005), "The moral economy of non-return among socially-diverted migrants from Portugal and Mozambique", in L. Trager (ed.). *Migration and Economy: Global and Local Dynamics. Society for Economic Anthropology Monographs*. NY: Altamira Press.

MOLDER, Filomena (2011), "O que é uma inclinação natural?", in Nuno Ventoinha (ed.), *Linguagem e Valor: Entre o Tractatus e as Investigações*. Lisboa: Instituto de Filosofia da Linguagem, 89-116.

NEEDHAM, Rodney (1971), *Rethinking Kinship and Marriage*. London: Tavistock.

PERALTA, Elsa (2007), "Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Uma Resenha Crítica". *Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória*, nova série, 2: 4-23.

PERALTA, Elsa (2013), "A composição de um complexo de memória imperial: O caso de Belém, Lisboa", in Nuno Domingos e Elsa Peralta (ed.). *Cidade e Império: Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 361-407.

PERALTA, Elsa (2014), "O Monumento aos Combatentes do Ultramar: A Performance do Império no espaço sagrado da nação", in Paula Godinho (ed.), *Antropologia e Performance*. Castro Verde: 100Luz, 213-236.

PIRES, Rui Pena (1984), *Os Retornados: Um Estudo Sociográfico*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

PIRES, Rui Pena (1999), "O regresso das colónias", in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (org.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores, volume 5, 182-196 e 212-213.

QUINTAIS, Luís (2000), *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história: memória e trauma numa unidade psiquiátrica*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais.

Submetido: 20-02-2016
Aceite: 24-06-2016

Quintais, Ana – Um trabalho pós-memorial: o caso de Daniel Blaufuks.
Configurações, vol. 17, 2016, pp. 199-210

Um trabalho pós-memorial: o caso de Daniel Blaufuks

ANA QUINTAIS*

Resumo
Partindo da noção de pós-memória reflete-se sobre memória, família e fotografia, bases fundamentais na construção conceptual do termo formulado por Marianne Hirsch. Entre a geração pós-memorial, ligada aos eventos do Holocausto, destaca-se o fotógrafo e artista visual português Daniel Blaufuks que, através das obras *Sob Céus Estranhos* (2007) e *Terezín* (2010), ilustra exemplarmente alguns dos pressupostos de um trabalho de pós-memória.

Palavras-chave: pós-memória, fotografia, memória, família, Daniel Blaufuks.

Abstract
A post-memorial work: the case of Daniel Blaufuks
Starting from the notion of post-memory, this article discusses memory, family and photography, which are foundational concepts in the construction of the term "post-memory" as formulated by Marianne Hirsch. Among the post-memorial generation connected with the events of the Holocaust, Portuguese photographer and visual artist Daniel Blaufuks stands out, notoriously illustrating through his *Sob Céus Estranhos* (2007) and *Terezín* (2010) some of the assumptions of a post-memory work.

Keywords: postmemory, photography, memory, family, Daniel Blaufuks.

Résumé
Un travail postmémorial : le cas de Daniel Blaufuks
Partant de la notion de postmemory (Hirsch), cet article traite de la mémoire, de la famille et de la photographie, bases fondamentales dans la construction conceptuelle du terme formulé par Marianne Hirsch. On distingue, dans la génération postmemorielle

* Investigadora independente, doutorada em Linguagens e Heterodoxias – ramo Estudos Anglo-Americanos pela Faculdade de Letras e CES da Universidade de Coimbra. Email: anaserip@gmail.com.

liée aux évènements de la Shoah, le photographe et artiste visuel portugais Daniel Blaufuks, qui illustre remarquablement certains des présupposés du travail de la postmémoire dans *Sob Céus Estranhos* (2007) et *Terezín* (2010).

Mots-clés: postmémoire, photographie, mémoire, famille, Daniel Blaufuks.

1. Marianne Hirsch postula um conceito em torno do que significa crescer numa família na qual um ou mais elementos são sobreviventes[1] do Holocausto[2]. A autora invoca a sua experiência como filha de dois sobreviventes para construir um *corpus* teórico que tem em conta a noção de trauma e a sua hipotética transmissibilidade, cabendo à família o papel instrumental desta transmissão.

Para os sobreviventes de eventos coletiva e culturalmente traumáticos, como é o caso do Holocausto, a memória não se assume somente como um ato de recordação ou de evocação do passado, mas também como um ato de luto, frequentemente marcado por sofrimento, desespero e raiva. Segundo Hirsch (1996: 662), o sofrimento consequente não atinge apenas os indivíduos que testemunharam em primeira mão tais eventos, mas também os seus descendentes, introduzindo o conceito de "pós-memória". Pós-memória descreve, assim, o relacionamento que a geração posterior àquela que vivenciou um evento traumático tem com tal experiência. Desta forma, a segunda ou terceira geração *lembra-se*, não porque esteve lá, mas porque estando imersa numa determinada narrativa familiar é-lhe transmitido o trauma experienciado pela primeira geração.

As recordações dos eventos ocorridos e vivenciados pela primeira geração são, assim, atualizados nos seus descendentes através das memórias transmitidas pelos pais e/ou pelos avós sob a forma de histórias, narrativas, comportamentos e imagens. Crescer com tais recordações respeitantes a acontecimentos que não foram vividos pelo próprio, mas que, de todo o modo, fazem parte da sua memória, transformam e moldam toda uma geração pós-memorial.

O conceito de pós-memória é distinto do de memória ao colocar a tónica no distanciamento temporal, no deslocamento e no "pós" ou "após". Tal como noutros conceitos com o mesmo prefixo, pós-memória caracteriza-se por um olhar retrospetivo de forma a contextualizar um presente, demarcando-se de

1 A definição de sobrevivente de Holocausto que será usada ao longo do presente texto tem em conta a noção proposta por Arlene Stein (2009), e que compreende os judeus que viveram sob a ocupação nazi durante a Segunda Guerra Mundial e que sobreviveram. Esta definição abrange, assim, não só aqueles que viviam na Alemanha, na altura da guerra, como em qualquer país posteriormente ocupado pelas forças nazis. Também compreende judeus que foram internados em campos de concentração, aqueles que permaneceram escondidos e os que lograram fugir para outros países antes de a possibilidade de fuga ser praticamente impossível.

2 Diversos autores apresentam problemas na utilização do conceito de *Holocausto* dada a sua evocação do divino e do sagrado (Mandel, 2001), pressupondo uma ideia, derivada da sua etimologia, de sacrifício expiatório (Ribeiro, 2008). Optou-se, contudo, pela decisão de empregar esta expressão no presente texto pelo facto de esta palavra se encontrar "firme e inerradicavelmente instalada no uso corrente." (7).

uma rutura radical e aliando-se a uma aporia que balança entre a continuidade e a quebra. Pós-memória pode ser descrita através de uma ideia de imaginação e de criação que caracteriza a ligação da pós-memória a um passado, ao invés de um ato de recordação presente na memória. Este processo parece exigir sempre uma forma de ligação ou de conexão, criando e imaginando onde não se pode reparar nem recordar, ao mesmo tempo que se faz o luto pelo destruído. Um luto que, no entanto, não pode ser nunca concluído ou finalizado (664). Pós-memória não é, pois, sinónimo de memória, daí o prefixo, aproximando-se antes da memória de *forma afetiva*, através de "memórias herdadas" (Hirsch, 2008: 107), feitas de imagens e de silêncios, de uma linguagem familiar que é também corporal, e que constituem a substância da pós-memória. A linguagem familiar é entendida aqui como uma forma de expressão que contempla um conjunto de sintomas provenientes de uma experiência verdadeiramente traumática: pesadelos, lágrimas, doenças, males que constituem a herança das condições terríveis a que a primeira geração esteve sujeita durante os anos de perseguição (112).

Na formulação da pós-memória, a família manifesta-se, assim, como um dos principais meios de transmissão da memória, possibilitando uma transmissão intergeracional da memória. Distingue-se entre transmissão intergeracional e transgeracional (ou intrageracional) da memória, associando esta última com uma ideia de identificação ou de reconhecimento por afinidade (114). Nesta identificação, neste reconhecimento (ou olhar) por afinidade[3] radica uma conceção de carácter coletivo, um alargamento do círculo pós-memorial para além dos descendentes dos sobreviventes dos eventos traumáticos. Enquanto a transmissão intergeracional tem em conta uma transmissão de conhecimento dentro de uma família, de geração para geração, a transmissão transgeracional da memória explica-se através de uma estrutura de transmissão horizontal – pressupondo uma identificação por afinidade entre indivíduos da mesma geração ou contemporâneos dos descendentes dos sobreviventes. Desta forma, pós-memória pode ser descrita como uma *estrutura de transmissão inter e transgeracional do conhecimento e da experiência traumática*. Nesta estrutura de transmissão inter e transgeracional que caracteriza a pós-memória são destacados três elementos considerados fundamentais: memória, família e fotografia (108).

O processo de pós-memória coloca a vida familiar num imaginário coletivo associado a arquivos de histórias e imagens públicas que são partilhadas e que afetam a transmissão das lembranças familiares e individuais. Não é, pois, de estranhar que muitas das expressões artísticas dos descendentes de sobreviventes e vítimas do Holocausto utilizem o idioma familiar, uma espécie de *língua franca* que irá permitir a identificação e o reconhecimento por parte de um público que não tem ligações óbvias aos sobreviventes dos acontecimentos

3 *Afilliative look*, no original (Hirsch, 1996).

traumáticos ou aos seus descendentes, facilitando assim, uma transmissão transgeracional da memória.

De modo a ilustrar a formulação do processo de pós-memória, Hirsch (1996: 668) apresenta o *Holocaust Memorial Museum* em Washington, nos Estados Unidos. Na perspetiva da autora, este museu destina-se não só aos descendentes dos sobreviventes e vítimas do Holocausto, como a todos aqueles que não tendo ligações diretas aos eventos em si, sentem vontade de conhecer e saber mais sobre um passado que inevitavelmente diz respeito a todos nós, que viemos depois.

A forma que o *Holocaust Memorial Museum* encontrou para conseguir transmitir um pouco do mundo entretanto desaparecido, de uma cultura praticamente destruída e de toda a violência que se abateu sobre aqueles que foram perseguidos pelo regime nazi, processou-se através de exposições fotográficas com imagens que tentam retratar estas mesmas vidas e culturas, possibilitando a consideração da importância da fotografia no trabalho de pós-memória. As fotografias são frequentemente lidas como evidências, como traços de um passado, estabelecendo ligações materiais – são ícones e índices –, tanto com esse passado perdido, como com as pessoas que não sobreviveram e que se encontram representadas fotograficamente. Trata-se do *ça a été* mencionado por Roland Barthes (2006 [1980]), e que Hirsch invoca para reforçar a ligação entre memória e pós-memória facilitada pelo registo fotográfico (674). Desta forma, a fotografia assume-se como um *medium* particularmente valioso para a noção de pós-memória.

A exposição intitulada *Tower of Faces* presente no *Holocaust Memorial Museum* é descrita como um álbum familiar cujas fotografias e legendas são reconhecidas na sua convencionalidade e familiaridade por todos aqueles que têm ou não uma ligação aos eventos retratados. Estas fotografias tornam-se, então, do domínio do conhecido e do familiar, permitindo simultaneamente um olhar por afinidade e um olhar familiar que possibilita uma interligação coletiva, transformando estas histórias individuais numa história de memória coletiva e alargando, deste modo, o círculo pós-memorial. Um reconhecimento que se explica através das próprias características do álbum de família: qualquer pessoa terá na sua posse uma fotografia semelhante àquelas que se podem encontrar na instalação *Tower of Faces*. São imagens fotográficas que mostram um mundo antes da guerra, um mundo onde famílias judias comemoram despreocupadamente um aniversário, um casamento, uma reunião familiar. As fotografias que sobreviveram à devastação do Holocausto e aos seus próprios sujeitos constituem uma espécie de emanação fantasmagórica, ao mesmo tempo que evocam um passado e/ou um mundo irrecuperável. Este lado fantasmático é característico de todas as fotografias que retratam pessoas que já morreram. Contudo, quando se sabe dos eventos que conduziram aquelas pessoas à morte, quando se conhece a dimensão violenta da morte que as levou, as fotografias

das vítimas do Holocausto parecem assumir um aspeto suplementar de horror. Como se a fotografia pudesse testemunhar a sua própria violência, uma violência que não é visível mas que é percebida através do carácter indicial da imagem fotográfica que, desta forma, se assume como documento e arquivo de um corpo destruído.

As fotografias de destruição e as fotografias de família no contexto do Holocausto afiguram-se como documentos, evidências de participação na história, documentos de memória (das vítimas) e de pós-memória (dos descendentes). Para Hirsch (2012 [1997]), há todo um conjunto de características da imagem fotográfica que lhe permite ser o meio preferencial escolhido pela geração pós-memorial no exercício da pós-memória e, assim, ir no encalço da primeira geração. Esta ideia implica uma recolha de pistas e evidências deixadas pelos elementos da primeira geração, vestígios descobertos e/ou desenterrados em lugares e/ou objetos do passado, como as fotografias. Em referência ao fotógrafo francês do princípio do século XX, Eugène Atget, Walter Benjamin (1992 [1955]: 219-20) chama a atenção para a forma como as fotografias parecem sugerir locais de crime, imagens que mostram lugares desertos cheios de possíveis provas de algo que é importante investigar. Como se a fotografia pudesse esconder algo que escapa ao olho nu de quem observa (o "inconsciente ótico"), um segredo que parece gritar para ser revelado. A fotógrafa Diane Arbus caracteriza a fotografia como "um segredo de um segredo" (*apud* Coignet, 2012: s/p), sublinhando o estatuto indicial da fotografia, a sua condição fragmentária, tornando-a aberta a múltiplas interpretações e dando-lhe um carácter fortemente subjetivo e autobiográfico.

As fotografias que mostram famílias judaicas numa época anterior à Segunda Guerra Mundial constituem um vestígio indicial de pessoas que muito provavelmente não sobreviveram, representando, desta forma, um meio de ligação entre a memória e a pós-memória, entre um mundo desaparecido e o mundo depois de Auschwitz. É neste contexto que o álbum de fotografias de família assume um papel relevante na elaboração do trabalho de pós-memória. Segundo Hirsch (1996: 671) é precisamente devido à convencionalidade e familiaridade da fotografia de família – um reconhecimento que apaga as marcas do tempo e do espaço, porque todos possuímos fotografias familiares e álbuns de família – que torna impossível a compreensão do sucedido, de como a pessoa da fotografia pôde ser exterminada. Aqui, o observador preenche aquilo que a fotografia não mostra: o conhecimento do futuro das pessoas que aparecem na imagem fotográfica. É a *catástrofe* da fotografia segundo Barthes (2006 [1980]: 107), o conhecimento avassalador da morte no futuro, o *punctum* de determinadas fotografias que parece esmagar quem observa e lê a imagem fotográfica.

2. Os temas tratados por Daniel Blaufuks não são indiferentes à sua história familiar. Nascido em Lisboa no ano de 1963, Daniel Blaufuks é neto de refugiados judeus alemães e polacos. Enquanto os avós de origem polaca chegaram

a Portugal nos anos 20, os avós alemães instalaram-se em Lisboa pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial. Declarando que "depois de Auschwitz somos todos judeus" (*apud* Seixas, s/d: s/p), o artista português afirma sentir-se judeu desde sempre, tanto mais que o judaísmo dos avós maternos é a razão pela qual Blaufuks nasce em Portugal, a razão pela qual dá mais atenção ao que se passa no mundo, ao que acontece com outras minorias:

> O Holocausto reforçou essa filiação histórica. O meu avô viveu amargurado por ter sido posto de lado, por ter sido posto fora de uma comunidade a que ele julgava pertencer e onde se sentia perfeitamente integrado, e que era a comunidade alemã, não a judaica. Isso foi o que mais os surpreendeu! (s/p).

Blaufuks assume uma tendência literária presente nas suas fotografias com um natural lado autobiográfico (Mah, 2006: s/p), fotografias que conduzem às histórias que o artista pretende contar e às suas próprias experiências, como as viagens que realiza e que perceciona como uma espécie de busca, ou como uma procura que também encontra na fotografia: "Os verdadeiros viajantes, tal como muitos fotógrafos, sabem que não vão encontrar aquilo que procuram. O que lhes interessa é a experiência, é o percurso" (s/p). Neste percurso através da imagem o artista sublinha a importância que dá à história da fotografia e às imagens dos outros que muitas vezes utiliza nos próprios trabalhos, uma apropriação assumida e explicada através do fascínio e sedução que estes trabalhos e artistas despertam em Blaufuks. Talvez seja um pouco à semelhança de Barthes (1975: 9), quando este refere que não sabe exatamente porque é que determinadas imagens o perturbam, avançando com a possibilidade da "ignorância própria do fascínio", para logo rematar com as imagens da sua juventude como aquelas que mais o interessam e perturbam. Do mesmo modo, nos trabalhos de Blaufuks encontramos amiúde imagens antigas, porventura, imagens(-ícone) da sua juventude. Em *Combo* (2004) os objetos que se observam são deste tipo de imagem, imagens icónicas de artistas ligados à música e ao cinema, como Elvis Presley, Bob Dylan, Jean Seberg, figuras pertencentes à memória afetiva de uma determinada geração.

De acordo com Hirsch (2008: 106), o trabalho da pós-memória tem, efetivamente em conta a prática da citação e da mediação, caracterizando-se por um olhar em retrospetiva ao definir o presente em função de um determinado passado. Nesta prática da citação parece estar integrada uma das técnicas mais frequentes no trabalho de Blaufuks, a de re-fotografar e/ou re-filmar imagens que não são da sua autoria. Poder-se-ia falar de uma "autoria partilhada" nas palavras de Mark Gisbourne (2008: 85), na qual se usa um texto literário, um título, uma canção, uma fotografia ou uma descrição de uma fotografia, um filme ou partes de um documentário para construir a sua própria obra. Isto parece também ligar-se à própria ideia da memória privada, uma memória

que individual se constrói, se forma, a partir de maiores enquadramentos, a partir de uma memória pública. Uma obra que se constitui a partir de outras obras. De facto, uma das características do trabalho de pós-memória assenta nesta espécie de reutilização de imagens públicas, imagens icónicas que são do conhecimento de um público mais alargado e que são usadas pelos agentes de pós-memória de forma a articular as suas próprias memórias privadas. Usando informação veiculada publicamente, informação que faz parte de um imaginário coletivo, de uma cultura de massas, o agente de pós-memória reinveste as memórias familiares, integrando-as e assimilando-as de uma forma que parece ser inseparável deste conhecimento público.

É nesta espécie de eixo entre o público e o privado que encontramos constantemente na obra de Blaufuks objetos, fotografias e palavras que remetem para um *re-memorar* do passado que pode estar inscrito na aparente inocência de fotografias de infância, numa certa convencionalidade dos álbuns de família ou mesmo em imagens que refletem os acontecimentos que fazem parte, não só da história do nosso país, como da própria história mundial. Um agente de pós-memória pegará inevitavelmente em memórias dos outros, das suas experiências, invocando-as, recordando-as, retirando-as da sombra dos seus passados. Atualizando-as no presente. Blaufuks explica o processo de re-fotografar como uma "necessidade técnica" (*apud* Mah, 2006: 3), uma forma de *olhar* para o passado (são habitualmente fotografias e imagens antigas) à *luz* do presente (porque quase sempre acrescenta algo), ligando o artista ao conceito de pós-memória. Nesta investida ao passado com os pés assentes no presente, Blaufuks pode ser encarado como um artista-historiador (van Alphen), um artista-arquivista (Foster), um artista visual que investiga e produz um trabalho de memória (Kuhn), apresentando, como o próprio diz, "uma memória de uma memória de outra memória" (3), e que pode ser a caracterização perfeita do que significa ser um elemento de terceira geração pós-memorial.

Sob Céus Estranhos. Uma História de Exílio (2007) aparece no seguimento de uma média metragem documental com o mesmo título e realizada em 2002, onde Blaufuks traça a história dos seus avós maternos desde que viajam da cidade alemã de Magdeburgo até Lisboa no ano de 1936, fugindo deste modo "da terra de Hitler" e encontrando na capital portuguesa um tão desejado "porto de abrigo". O título do livro que junta fotografia, filme, texto e documentos de arquivo é retirado da obra homónima de Ilse Losa que conta a história de um judeu alemão a viver na cidade do Porto durante a Segunda Guerra Mundial. No seu livro, Blaufuks conta que cresceu no mesmo prédio dos avós. Com eles passava o serão e com eles tomava as refeições, crescendo ao som de histórias, em redor de objetos e entre memórias que, não sendo suas, não deixaram por isso de ser integradas e adotadas como parte da sua identidade. Blaufuks folheia-nos o seu álbum de família contando a história do exílio forçado dos seus avós maternos em Portugal em estreita relação com a história

do país governado por Salazar. As fotografias de família encontradas em *Sob Céus Estranhos* parecem garantir a presença dos entes queridos do autor num momento eternizado não só pelo *take* fotográfico como pelo próprio trabalho de Blaufuks ao incluí-las em filme e em livro. A fotografia enquanto dispositivo tecnológico que faz uso de um estatuto indicial ao expor uma relação poderosa entre a imagem e o referente oferece a promessa de aceder ao próprio evento (Hirsch, 2008: 107). Isto faz da fotografia o meio, por excelência, do trabalho de pós-memória, ao estabelecer essa ligação do presente ao passado. Mais do que documentos escritos ou testemunhos orais, as imagens fotográficas funcionam como "emanações fantasmáticas de um mundo irremediavelmente perdido" (115, tradução minha). Desta forma, ao apresentar Portugal sob a forma de imagens e documentos da época, juntamente com as fotografias dos avós, Blaufuks parece cumprir eficazmente aquilo que Hirsch caracteriza como trabalho pós-memorial: um trabalho que "reativa e reincorpora" (111) memórias públicas e de arquivo ao investi-las através de mediações estéticas com forte cunho pessoal e familiar. Isto quer dizer que as experiências da primeira geração não são apenas resgatadas do esquecimento, como são transmitidas a quem tenha um ouvido empático, "participantes menos diretamente afetados" (115, tradução minha) e que acabam por se incluir na geração pós-memorial. Comenta Blaufuks em entrevista a Pedro Caiado e Pedro Treno (2014): "Não é por acaso que trabalho sobre temas como o Holocausto (tem que ver diretamente com a minha família) [...] A memória também tem um prazo de validade [...] o que é perigoso porque acabamos por voltar sempre aos mesmos sítios" (63). Talvez para prevenir o retorno "aos mesmos sítios" do passado ou o retorno desses escusos sítios, Blaufuks insista numa necessária transmissão que confere importância à fotografia como meio de excelência para a memória: "No fundo, é isso que me interessa, a transmissão ao longo dos tempos que, no fundo, é a memória: utilizar vários métodos fotográficos para combinar a memória de todos esses tempos. [...] a montagem para mim é [...] uma ideia de transmissão: de mim para quem vai ver e também geracional" (57). E esta ideia de transmissão é sublinhada especialmente em *Sob Céus Estranhos*, não só quando descobrimos o gosto pela fotografia do avô de Blaufuks, como pela própria composição da obra, parte fotografia e filmes de família (da autoria do avô Herbert), parte documentos encontrados em arquivos, jornais, postais que passaram de geração em geração, fazendo de Blaufuks um verdadeiro portador de memórias.

Um portador de memórias será, então, alguém que transmite as memórias de outrem, será um agente de pós-memória cuja responsabilidade é garantir que o conhecimento dos eventos seja transmitido às gerações futuras. Este conhecimento tem sido expresso sob diversas formas artísticas por diferentes atores unidos e ligados por algo muito poderoso e que os torna pertencentes a uma geração pós-memorial: a "memória secundária" de um trauma não vivido

que necessita de ser elaborado. O dispositivo que permite unir a geração do Holocausto à geração que vem depois é a fotografia, dado que esta é uma tecnologia cujas características oferecem, então, uma promessa de acessibilidade ao passado e com este, ao próprio evento. A fotografia é, pois, um meio poderoso de transmissão dos acontecimentos trágicos e violentos ocorridos no passado ao mesmo tempo que apela a uma narrativa ancorada no olhar subjetivo do seu observador. Blaufuks parece proceder a esta transmissibilidade ao criar *Terezín* que publicará em 2010. Partindo de uma fotografia encontrada em *Austerlitz* do escritor alemão W.G. Sebald[4], o artista português narra uma viagem ao antigo campo de concentração de Theresienstadt ao mesmo tempo que explica as origens e a história desta cidade fortificada situada a norte de Praga, na República Checa. Imagens de arquivo da cidade e depois enquanto campo de concentração são inseridas em conjunto com as fotografias mais recentes e tiradas por Blaufuks no local. Ao fazer confluir passado e presente (ou passado mais recente) através destas imagens fotográficas, Blaufuks re-ativa e re-incorpora aquilo que Hirsch (2008: 111) designa de "estruturas sociais e/ou nacionais e de arquivo e/ou culturais de memória" e que caracteriza todo o trabalho de pós-memória.

Tal como em *Sob Céus Estranhos*, Blaufuks adiciona ao material fotográfico documentos de arquivo, um filme-documentário, imagens de objetos e páginas de um diário. Se no trabalho anterior essa narrativa tinha sido impulsionada pela leitura do diário de Herbert August, em *Terezín* seguimos a história de Ernst K. de quem conhecemos algumas páginas do diário. Ao incluir a narrativa de Ernst, Blaufuks faz uma ligação afetiva ao passado através da memória do jovem judeu inscrita nas páginas do diário e nos objetos que eram seus. Personalizando e exibindo imagens visuais da história o artista português consegue transmitir ao leitor toda a violência do ocorrido, confirmando o que Hirsch teoriza sobre a fotografia como um meio fundamental para a transmissão transgeracional do trauma.

A imagem que serve de mote a *Terezín* é, em si mesma, um exemplo do tipo de fotografia que Blaufuks tem realizado ao longo do seu percurso. Esta é uma imagem de uma imagem, feita através de um re-fotografar, originada numa imagem encontrada num livro[5]. Nesta ação de re-fotografar é possível encontrar dois pontos importantes que permitem, porventura, compreender algumas das intenções do trabalho do artista português: o primeiro diz respeito à importância que Blaufuks dá à literatura, uma forma de arte que, no seu caso, parece

4 Marianne Hirsch e Leo Spitzer (2006) fazem referência a um conjunto de escritores e artistas que têm vindo a desenvolver um trabalho que reflete uma forte estética memorial, entre os quais se destaca W. G. Sebald, e que constituem aquilo que os autores denominam de geração de pós-memória.

5 A imagem encontrada em *Austerlitz* apresenta-se pouco nítida, a preto e branco, com muito grão, assemelhando-se mais a uma fotocópia e que mostra um espaço de trabalho, um escritório ou um arquivo. Na viagem que faz a Terezín, Blaufuks encontra o mesmo espaço que é retratado na fotografia de *Austerlitz* e o primeiro impulso é registá-lo fotograficamente.

fundir-se naturalmente com a prática da fotografia. É o próprio que refere a proximidade entre a fotografia e a literatura, mais até do que da pintura ou da escultura (Blaufuks, 2008: 22). Por outro lado, e ao longo da sua carreira, Blaufuks tem feito questão em publicar livros que funcionam como catálogos e que juntamente com as suas exposições/instalações permitem mostrar toda a potencialidade da imagem fotográfica. Um segundo ponto importante que se pode retirar deste impulso em re-fotografar uma imagem prende-se com a questão da autoria. Para produzir *a fotografia na sua mente*, Blaufuks parte de uma imagem de autoria desconhecida (na altura)[6] encontrada num livro de um autor que pertence a uma segunda geração pós-memorial/pós-Holocausto, de um lugar que podia ser o de um campo de concentração (pelo contexto da narrativa do livro) e (re) fotografa no mesmo local, produzindo uma (outra) fotografia semelhante àquela com que parte. Esta re-leitura, esta apropriação do trabalho de alguém, poderá incluir-se naquilo que Foster (2004) denomina de "conhecimento alternativo" (4, tradução minha). Em vez de pegar numa peça ou num trabalho conhecido (do grande público), Blaufuks agarra numa imagem que só será reconhecida por alguns (serão aqueles que leram *Austerlitz* e se recordam dessa imagem em específico) para produzir uma outra imagem. Mas mais do que pegar num autor ou numa imagem mais ou menos obscuros, Blaufuks utiliza uma fotografia encontrada num livro de um autor que é, também ele, agente de pós-memória. Por outro lado, apropriando-se de uma imagem já existente e re-criando-a como sua, está a produzir pós-memória, uma vez que tenta re-encenar a memória do ocorrido. Se os ficheiros representados na imagem indicam a destruição metódica levada a cabo pelos nazis, re-fotografar uma imagem que refere um lugar, nesse mesmo lugar procurando um mesmo enquadramento e ponto de vista, pode mostrar a dificuldade em testemunhar o ocorrido.

Poder-se-á talvez falar de um universo de imagens familiares para aqueles que trabalham sobre a memória do Holocausto ou que pertençam a uma segunda e terceira geração pós-memorial, como é o caso de W.G. Sebald e de Blaufuks, respetivamente. Parece haver uma certa ideia de "ir na peugada" de alguém, mas há também, nessa reutilização de objetos imaginários, uma reafirmação do trabalho de memória e ainda – principalmente, através do uso de imagens – de uma aceitação da dificuldade no uso da palavra ou da narração do sucedido.

A obra artística de Daniel Blaufuks obedece, assim, claramente, aos pressupostos do trabalho de pós-memória postulado por Marianne Hirsch. De facto, são os próprios elementos que servem de alicerce ao trabalho pós-memorial – memória, fotografia e família – que cimentam o percurso de

6 Mais tarde, Blaufuks descobrirá tratar-se de uma imagem pertencente a Dirk Reinartz, um fotógrafo alemão.

Blaufuks. O seu impulso para contar histórias encontra-se relacionado com um conhecimento adquirido num contexto familiar fortemente marcado pelos acontecimentos catastróficos que fazem parte da história coletiva do século XX. Um re-contar que se associa a arquivos de imagens e de biografias públicas e anónimas, que afetam a forma como o artista transmite as suas memórias. Uma transmissão que tem subjacente a intenção de alcançar o maior número de ouvintes, tenham estes ou não ligações diretas com os acontecimentos que se fazem associar à transmissão intra ou transgeracional defendida por Hirsch do trabalho pós-memorial. Blaufuks consegue passar o conhecimento e informação incluídos nas memórias transmitidas, assegurando o seu lugar enquanto elemento de uma geração pós-memorial, ou seja, uma geração que, efetivamente, se encontra num espaço de charneira, sentindo a urgência de transmissão dos eventos traumáticos vividos pelos seus antepassados. Esta representação não passa pela encenação ou narração do sucedido, mas antes pela experiência do que significa viver com quem testemunhou, com quem sofreu os eventos traumáticos. Atenta-se ao que aconteceu depois do evento, trabalhando com fragmentos e fantasmas. Por outro lado, o artista português assume-se como alguém que produz uma "memória de uma memória de uma memória", ligando as memórias dos seus avós maternos às suas numa cadeia de transmissão por onde faz circular imagens, objetos, lugares, espaços e tempos, passíveis de serem codificados em fotografia e palavra. É deste modo que a transmissão intergeracional do trauma se realiza, atualizando, na terceira geração, o trauma por resolver do sobrevivente do Holocausto, um trauma que pode assumir a imagem de uma ferida, de uma ausência ou de uma constante sensação de desenraizamento.

Referências

BARTHES, Roland (2006), *A Câmara Clara. Nota Sobre a Fotografia*. Lisboa: Edições 70. (1980).

BARTHES, Roland (1975), *Roland Barthes por Roland Barthes*. Lisboa: Edições 70.

BENJAMIN, Walter (1992), *Illuminations*, in Hannah Arendt (ed.). London: Fontana Press. (1955).

BLAUFUKS, Daniel (2010), *Terezín*. Lisboa, Göttingen: Edições Tinta da China & Steidl Publishers.

BLAUFUKS, Daniel (2008), *O Arquivo, The Archive. Um álbum de textos. An album of texts*. Lisboa: Vera Cortês agência de arte.

BLAUFUKS, Daniel (2007), *Sob Céus Estranhos. Uma História de Exílio*. Lisboa: Edições Tinta da China.

BLAUFUKS, Daniel; CAIADO, Pedro; TRENO, Pedro (2014), "À conversa com Daniel Blaufuks". *Revista nu*, 42: 56-67.

COIGNET, Rémi (2012), "Une conversation avec Daniel Blaufuks", disponível em http://deslivresetdesphotos.blog.lemonde.fr/2012/01/12une conversation-avec-daniel-blaufuks [consultado em 20.08.2012].

FOSTER, Hal (2004), "An Archival Impulse". *October*,110: 3-22.

GISBOURNE, Mark (2008), "A polifonia da memória e a dissonância do arquivo", in Daniel Blaufuks, *O Arquivo, The Archive. Um álbum de textos. An album of texts*. Lisboa, Vera Cortês agência de arte, 83-90.

HIRSCH, Marianne (2012), *Family Frames: Photography, Narrative and Postmemory*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. (1997).

HIRSCH, Marianne (2008), "The Generation of Postmemory". *Poetics Today*, 29 (1): 103-28.

HIRSCH, Marianne (1996), "Past Lives: Postmemories in Exile". *Poetics Today*, 17 (4): 659-86.

HIRSCH, Marianne; SPITZER, Leo (2006), "What's Wrong with This Picture? Archival Photographs in Contemporary Narratives". *Journal of Modern Jewish Studies*, 5 (2): 229-252.

MAH, Sérgio (2006), "Uma Conversa Com Sérgio Mah", disponível em http://danielblaufuks.com/webmac/text/conversa.html [consultado em 19.10.2012].

MANDEL, Naomi (2001), "Rethinking '"After Auschwitz"': Against a Rhetoric of the Unspeakable in Holocaust Writing". *Boundary 2*, 28 (2): 203-28.

RIBEIRO, António Sousa (2008), "Cartografias do Não-Espaço: Viagens ao Fim do Mundo na Literatura do Holocausto". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83: 5-18.

SEIXAS, Maria João (s/ data), "Conversa com vista para", disponível em http://www.danielblaufuks.com/webmac/extras/seixas.html [consultado em 20.08.2012].

STEIN, Arlene (2009), "Trauma and Origins: Post-Holocaust Genealogists and the Work of Memory". *Qual Sociol*, 32: 293-309.

Submetido: 27-02-2016
Aceite: 19-05-2016

Silva, Manuel Carlos; Neves, Rita Borges – "Agora sou velho demais para trabalhar": uma leitura sociológica de memórias e vivências do trabalho e de desemprego em fim de carreira profissional. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 213-230

"Agora sou velho demais para trabalhar": uma leitura sociológica de memórias e vivências do trabalho e de desemprego em fim de carreira profissional

MANUEL CARLOS SILVA*
Universidade do Minho
RITA BORGES NEVES**
Universidade do Minho

Resumo
Vítor e Rui, que trabalham desde tenra idade e exercem funções manuais e pouco especializadas a troco de magros salários, enfrentam a extinção do seu posto de trabalho aos 60 anos na sequência do encerramento das respectivas fábricas. Porém, enquanto Vítor se sente aliviado dos constrangimentos e da sobrecarga física e psicológica, já Rui não se sente bem como desempregado por, em contraste com as memórias de um sentimento de pertença no passado, deixar de participar na rotina diária de um projecto comum, o que lhe causa mal-estar. Tal implica abdicar de um papel socialmente valorizado nas sociedades ocidentais, tradicionalmente associado à idade adulta e à masculinidade, e enquadrar-se precocemente num novo rótulo e numa fase de vida conotada negativamente, "a terceira idade".
O presente texto pretende reflectir sobre as memórias de trabalho e vivências do desemprego em trabalhadores "mais velhos", e de como as estratégias para lidar com a hetero-exclusão do mercado de trabalho podem passar pela incorporação de uma identidade deteriorada, associada a inactividade e inutilidade. Nesse sentido, as histórias de vida de Vítor e de Rui, bem como os seus discursos relativamente ao emprego e ao desemprego, ao reavivarem memórias e sentimentos de utilidade enquanto trabalhadores, ilustram uma leitura sociológica do fenómeno do desemprego como mecanismo de exclusão dentro de uma lógica neoliberal de selecção e de valorização dos indivíduos

* Investigador integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo Universidade do Minho. Email: mcsilva2008@gmail.com.
** Doutoranda no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo Universidade do Minho, com Bolsa de Doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. SFRH/BD/6731/2009). Email: ritaborgesneves@gmail.com.

em função do seu valor na cadeia produtiva e/ou a sua dispensa em caso de reestruturação ou deslocalização de empresas.

Palavras-chave: memórias, trabalho, desemprego, identidade, terceira idade.

Abstract
"Now I am too old to work": a sociological reading of memories and experiences of work and unemployment at career's end
Vítor and Rui who work from an early age and have conducted unskilled manual work while facing strenuous tasks in exchange for a low wage. Although Vítor feels relieved of the constraints and of physical and psychological overload. In contrast, Rui does not feel well because unemployment, in contrast with his memories and past sense of belonging, means he no longer participates in the daily routine of a common project. This causes unease and implies giving up a socially valued role in western societies--a role traditionally associated with adulthood and masculinity. It requires him, before he is ready, to assume a new label and to fit himself into a new stage of life socially defined as negative: "the third age".
This paper reflects upon the memories of work and the experience of unemployment among older workers while aiming to shed some light upon the strategies that these unemployed find to deal with the hetero-exclusion from which they suffer. This means incorporating a degraded identity, associated with inactivity and uselessness, representative of "social aging". In this sense, the life histories of Vítor and Rui, as well as their self-discourse about employment and unemployment, bring about memories and feelings of their uselessness as workers and as productive individuals. Such lives illustrate a sociological reading of the phenomenon of unemployment as a mechanism of exclusion within a neoliberal logic of selection, under which the value of the individual is defined by one's output in the chain of production and/or by one's redundancy in cases of restructure/relocation.

Keywords: memories, work, unemployment, identity, old age.

Résumé
« Maintenant je suis trop vieux pour travailler » : une lecture sociologique de la mémoire et des expériences de travail et de chômage en fin de carrière professionnelle
Vítor et Rui qui travaillent dès leur plus jeune âge et exercent des fonctions manuelles et peu spécialisées pour de maigres salaires, font face à l'extinction de leur poste de travail à 60 ans, à la suite de la fermeture de leur usine. Cependant, tandis que Vítor se sent soulagé de ses contraintes et de la surcharge physique et psychologique, Rui ne se sent pas bien au chômage parce que, contrairement à la mémoire du sentiment d'appartenance ressenti dans le passé, il ne participe plus à la routine quotidienne d'un projet commun, ce qui provoque chez lui un malaise. Car c'est abdiquer d'un rôle socialement valorisé dans les sociétés occidentales, traditionnellement associé à l'âge adulte et à la masculinité et s'adapter précocement à une nouvelle étiquette et à une phase de la

vie connotée négativement : le « troisième âge ». Cet article prétend réfléchir sur les souvenirs de travail et sur l'expérience du chômage chez les ouvriers « plus âgés » ainsi que sur la façon dont les stratégies en jeu dans l'hétéro-exclusion du marché du travail peuvent passer par l'incorporation d'une identité détériorée, associée à l'inactivité et à l'inutilité représentatives d'un processus de « vieillissement social ». Dans ce sens, les histoires de vie de Vítor et Rui, tout comme leurs discours sur l'emploi et le chômage, en ravivant des mémoires et des sentiments d'utilité en tant qu'ouvriers, illustrent une lecture sociologique du phénomène du chômage comme un mécanisme d'exclusion dans une logique néolibérale de sélection et de valorisation des individus en fonction de leur valeur dans la chaine de production et/ou de leur licenciement en cas de restructuration ou délocalisation d'entreprises.

Mots-clés: mémoires, travail, chômage, identité, vieillesse.

1. Introdução: o problema

O trabalho é um conceito nuclear, ainda que contestado e questionado a partir de diversas conceções. Independentemente da diversidade de sentidos, trata-se de um conceito e de uma realidade incontornável em termos de identidade social, à qual se associam, em termos individuais e coletivos, diversos e até opostos significados pela reconstituição ora positiva, ora negativa das memórias em função das experiências do trabalho no passado em confronto com o desemprego no presente.

Em Portugal são já conhecidos trabalhos de ordem teórica e empírica sobre classes e situações de classe[1], sendo de referir uns mais orientados sobre classes sociais nos campos, outros sobre classes sociais no sector secundário nomeadamente na construção e indústria, sendo de destacar o trabalho de Estanque (1999) em contexto fabril, entre os operários do calçado em São João da Madeira, em que as memórias dos indivíduos são evocadas por referência às memórias coletivas de grupo ou presentes na sociedade.

O trabalho de recolha empírica assume a abordagem metodológica weberiana centrada no individualismo metodológico, ou seja, partindo do particular para o geral, das recordações, motivações e dos significados atribuídos pelos atores sociais a fim de compreender e explicar, com base numa ou mais causas, os impactos do fenómeno do desemprego e, por contraponto, em contexto passado, as vivências reconstituídas do trabalho no passado. Para tal foram selecionados dois estudos de caso, cujos protagonistas são desempregados acima dos 55 anos: o Rui com 55 anos que vive e sofre a situação de desempregado como uma desclassificação, cujo significado e relativa perda

1 Sobre classes sociais, importa ter presente os estudos de Almeida (1986) e Pinto (1985), Silva (1998, 2007 e 2009), Costa (1987), Estanque e Mendes (1997), Estanque (1999), Costa, Mauriti e Martins (2004), Pereira (2006), Queiroz (2007). Sobre recomposição social, cf. Almeida, Costa e Machado (1994).

de autoestima convoca as memórias em torno do trabalho no passado; e o Vítor com 61 anos que, perante uma vida de trabalho duro e penoso, assume a entrada no desemprego e na reforma como um alívio, ou seja, a memória penosa do trabalho no passado converte o desemprego e a reforma antecipada como gratificações no presente.

Com base em fragmentos de histórias de vida e certos relatos e narrativas extraídas dos dois entrevistados se reconstituem memórias e vivências do passado laboral e emergem traços comuns e distintivos de grupos de desempregados, podendo ser assumidos como tipos-ideais a partir dos quais é possível retratar vidas duras e penosas de trabalhadores assalariados.

2. Memória: interações entre o passado e o presente

O conceito de memória, já esboçado nos pactos dos escritos bíblicos entre a divindade e o povo e na antiguidade greco-latina, é retomado no renascimento, quer, primeiro, pelas mnemotécnicas orais e retóricas, quer, posteriormente, pela escrita e pelo ideal enciclopédico, instrumentos de recuperação e legitimação da realidade e da vida em contraponto com o esquecimento e a morte – esta última, eventualmente precedida de amnésias e, em regimes totalitários, nomeadamente fascistas, de destruição, manipulação ou cancelamento seletivo de memórias (cf. Montesperelli, 2000: 17 ss; Todorov, 2000). No entanto, este conceito virá a ser sociologicamente trabalhado por diversos autores com particular destaque para a corrente estruturo-funcional, segundo a qual existe uma certa homologia e tensão entre a 'densidade material' e a 'densidade moral' ou até complementaridade entre a morfologia físico-espacial e a morfologia social (cf. respetivamente Durkheim, 1991 e Halbwachs, 1968)[2]. Com efeito, para Durkheim (1991), o espaço constitui a primeira experiência da vida e as representações do espaço estão estreitamente ligadas ao quadro não só físico como social do modo de existência, do trabalho e do *habitat* dos atores sociais. Ou seja, em termos mais estritos, memória individual pressupõe uma memória coletiva referente ao passado, como o advertem os autores citados, e, como tal, remete para um determinado tipo de organização social, aos factos sociais como "modos de pensar e agir", aos espaços e correlativos lugares laborais e residenciais, às criações artísticas, ao vaivém da mobilidade geográfica e social, aos edifícios e aos usos de espaços da rotina quotidiana, às sociabilidades e

2 Esta homologia e correspondência entre a coisa (*res*) e os termos (*termini*), entre os *princípia essendi et cognoscendi*, em suma, entre a ontologia e a gnosiologia e/ou a lógica, estaria já bem presente na velha e essencialista metafísica aristotélica-tomista apostada em desvendar a essência das coisas, a qual viria todavia a ser posta em causa pelo método de clareza e rigor instaurados por Bacon e Descartes (cf. Rossi *in* Montesperelli, 2000: 36; Mora, 2009). Esta temática viria a ser mais tarde desenvolvida num registo materialista e desconstrução de traços essencialistas e idealistas por parte de Marx e Engels (1976). Sobre a memória e sobre o modo como as sociedades recordam, cf. Halbawachs, 1968, 1994; Connerton, 1989.

demais práticas socio-espaciais. Neste quadro, e na esteira do pensamento durkheimiano em torno da relativa subalternização da consciência individual perante a consciência coletiva (cf. Durkheim, 1977), foi particularmente Halbwachs (1968, 1994) quem, de modo mais sistematizado, teorizou sobre a memória e fez sustentar as memórias dos indivíduos na memória coletiva (linguagens, imagens, representações espácio-temporais, narrativas e testemunhos orais, textos e arquivos, denominações e classificações de objetos, realidades externas), como substrato de coesão e identidade social derivada de determinado ambiente societal.

Porém, esta temática irá também suscitar, ainda que numa perspetiva diferente, a atenção da fenomenologia (Schutz e Luckman, 1977) e do interacionismo simbólico na medida em que é sublinhada a importância da interação social na fixação e na reprodução das recordações em torno das representações e comemorações do passado, como o sublinha Nora (1978: 59): "o que fica do passado na vivência dos grupos, ou o que estes grupos fazem com o passado". Está aqui subjacente a ideia, aliás fecundamente desenvolvida por Sobral (1999), respetivamente aos diversos tipos de casas e famílias (proprietários, pequenos camponeses), o que se reflete em diferentes tipos de mementos: desde a casa, recheio (v.g., quadros, louças, pratas), objetos e artefactos diversos, recordações, narrativas, recursos e mementos que as famílias mais pobres (v.g., jornaleiros) não possuem, salvo as memórias dos seus escassos recursos e percursos de trabalho, exploração e sofrimento. Ou seja, os grupos e, consequentemente, as famílias e os indivíduos interpretam e selecionam, revivem e reatualizam determinadas representações a partir do seu lugar social, de uma certa mundividência ou como resultado de compromissos, dando assim o mesmo facto social (v.g., a experiência laboral ou residencial) origem a diversas interpretações e representações conforme os grupos ou categorias sociais em competição não só na esfera privada como sobretudo na esfera pública em busca da legitimação e da interpretação hegemónica. Esta ideia vai de resto ao encontro da abordagem marxista quando reivindica que a ideologia, enquanto substrato depositário de um conjunto de ideias, signos e símbolos, incluindo obviamente o arsenal de memórias, traduz as ideias das classes dominantes (cf. Marx e Engels, 1976).

Esta última perspetiva da pluralidade de memórias coletivas por classes ou grupos sociais não só dominantes mas também subalternos e 'vencidos', defendida aliás pela 'nova história' (cf. Le Goff, 1978), é mais consentânea não só com a ideia de celebração do passado como também com a experiência vivida (*vorwelt*) e socializadora numa perspetiva acionalista, fenomenológica e interacionista (cf. respetivamente Weber 1922; Schutz e Luckman 1977). Porém, o mais relevante é que esta perspetiva é também reassumida posteriormente por Halbwachs (1968), quando refere numa alusão de teor marxizante que "as ideias do poder dominante são a memória dominante" ou, ainda a propósito

da relação entre memória individual e memória coletiva: "Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva: este ponto de vista muda conforme o lugar que se ocupa no seu interior e, por sua vez, este lugar muda consoante as relações que cada um mantenha com os demais círculos sociais. Não deve pois surpreender que do instrumento comum cada um não extraia o mesmo ponto de vista" (Halbwachs, 1994: 61). Onde, porém, a perspetiva estruturalista, ainda que moderada, de Halbwachs (1994) não cede é na ideia de que, não obstante a pluralidade e diversidade de segmentos de memória, todas elas constituem produtos sociais exteriores aos indivíduos. Por fim, a respeito da memória e seu contraponto, o esquecimento, importa ter presente os contributos de Joel Candau (2012) e, sobretudo, de Marc Augé (1998). Com efeito, estes autores sublinham a importância do esquecimento como a contraparte facial da memória, argumentando que aquele é tão importante como a memória não só para a vida social como para a vida individual de cada pessoa humana. Como argumenta Fernando Bessa Ribeiro (2010), na esteira dos autores referidos, sem esquecimento os indivíduos viveriam toldados pela recordação constante das 'más memórias', ficando assim impedidos de encontrar formas de compromisso e convívio necessárias à vida em comum.

3. Trabalho e desemprego: conceções em confronto

Trabalho é um conceito e uma característica nuclear em todas as sociedades. Se o significado etimológico de trabalho (*tripaliare* = trabalhar = torturar) remetia para uma conceção expiatória, foram diversos os significados que o trabalho teve ao longo da história e nos diferentes tipos de sociedades[3]. No entanto, o seu significado dominante emerge na idade moderna e é conceptualizado nas sociedades contemporâneas, emergindo a perspetiva liberal como um das primeiras correntes que aborda o trabalho como um conjunto de atividades que tem em vista não só garantir a segurança material como a produção de bens e serviços, processo este que na economia de mercado tem lugar através da lei da oferta e da procura, estabelecendo-se assim o designado mercado de trabalho.

Sem menosprezar os contributos dos liberais e dos socialistas utópicos, foi de facto Marx (1974) quem, de modo inovador, veio conceber o trabalho como uma atividade produtora de valores de uso e, no quadro do modo de produção capitalista, também de valores de troca, de mercadorias. O trabalho compreende não só a transformação da natureza como comporta aspetos relacionais entre classes sociais. O trabalho tem duas componentes: uma que é o trabalho socialmente necessário pelo qual o trabalhador recebe um salário em vista da sua reprodução social e satisfação das suas necessidades e outra

3 Esta breve síntese sobre o trabalho é tributária do texto de M. C. Silva (2012).

traduzida na produção de mais-valia. Esta última componente, embora hoje possa ser acumulada pelo capital global, no século XIX era apropriada pelas diferentes frações do capital: a renda para o proprietário, o juro para o banqueiro e o lucro para o empresário.

Numa perspetiva estruturo-funcional (Parsons, 1967; Davis e Moore, 1976), o trabalho seria uma base para ordenar estatutos e papéis ou serviria como indicador de classificações profissionais. Articulada com esta perspetiva conjuga-se a visão (neo)liberal de trabalho, a qual se traduz num "conjunto das ações que o homem em ordem a um fim prático, com a ajuda do cérebro, das suas mãos, de utensílios ou de máquinas, exerce sobre a matéria, ações que, por seu lado, atuando sobre o homem, o modificam" (Friedman e Naville, 1961). O trabalhador comporta-se de modo racional no mercado de trabalho na procura das oportunidades de trabalho oferecidas.

Porém, o trabalho não possui apenas dimensões estruturais e comporta outros aspetos (base de sustento, recompensa, motivo de satisfação, utilidade social) e é socialmente construído através de ações e significados subjetivamente atribuídos pelos atores sociais (cf. Weber, 1978; Simmel, 1977), quer dizer, não se limita à produção material de bens mas inclui todos os processos de produção de valores de uso e de troca, incluindo serviços. É tendo em conta uma perspetiva multidimensional que Poulantzas (1975) e Wright (1985) e, de modo mais consistente, Benschop (1993), Bourdieu (1996) e Burawoy (1979), problematizando a relação do económico com o político, o cultural e o religioso, introduziram abordagens multidimensionais e de síntese.

Sem entrar agora no velho debate sobre reprodução (cf. Bourdieu e Passeron, 1975; Bertaux, 1977) *versus* mobilidade social (cf. Berting, 1965; Dahrendorf, 1990; Goldhtorpe, 1987), importa salientar que, por regra, determinada estrutura social permite a reprodução e/ou o reforço social da maior parte dos membros de cada grupo social no seu seio mas admite que, em determinadas conjunturas e circunstâncias proporcionadas pela mobilidade espacial e respetivas oportunidades de vida, a potenciação e o investimento de determinadas capacidades, habilidades e demais recursos possam ora influenciar ora infletir as trajetórias biográficas ao ponto de tornar-se possível uma subida social. Do mesmo modo, a ocorrência de determinados ambientes adversos, a falta de oportunidades e a ocorrência de certos contratempos (doença, epidemia, desemprego, perseguição política) podem ocasionar e provocar uma descida social. Se, não obstante os constrangimentos estruturais e a lógica dominante da reprodução social, seria possível dar conta de processos e trajetórias de ascensão social, neste texto vamos incidir a reflexão sobre dois estudos de caso que traduzem processos de reprodução e descida social pela via da precariedade e do desemprego, como fenómenos crescentemente estruturais na economia e na sociedade capitalista nomeadamente nesta nova era do capitalismo cada vez mais automatizado que descarta força de trabalho.

Mas o que é o desemprego, como se compreende e explica? Trata-se de um velho e recorrente fenómeno ou apresenta-se como uma situação própria do sistema capitalista?

De facto é só a partir dos finais do século XIX e com a introdução de máquinas e subsequente fase de mecanização e intensificação da industrialização que emerge o fenómeno do desemprego, pois até então os que não tinham ocupação eram designados de pobres ou mendigos. Para os liberais o desemprego é um fenómeno que deriva do desajustamento entre a oferta por parte das empresas e a procura de trabalho por parte das pessoas, desajustamento este resultante da rigidez dos salários, pelo que os trabalhadores desempregados deverão mover-se para onde haja trabalho de modo a voltar ao equilíbrio da oferta e procura. Ou seja, como o salário do trabalhador é considerado superior à receita suplementar produzida, o empresário tende a substituir o trabalhador por outro mais barato ou por substituir o trabalhador por máquinas ou equipamentos (v.g., dactilógrafas por computadores portáteis, portagens automáticas).

É, porém, nos anos 30 do século XX que se assiste ao desemprego maciço – o qual, segundo Keynes (2010), resulta de uma insuficiência na procura agregada de bens e serviços. Ou seja, havendo uma baixa no consumo, tal faz com que a produção diminua e o empresário necessite de menos trabalhadores. É este círculo vicioso que induz Keynes (2010) a sustentar que o desemprego tem uma dimensão involuntária e a afastar-se do fundamentalismo liberal avesso à intervenção estatal nesta como noutras matérias e se empenha num programa de criação de emprego pela implementação de infraestruturas pela via estatal, para o que se impunha um programa de investimento público, além do privado. A criação de emprego e o eventual aumento de salários estimulam o poder de compra, o aumento de consumo e, com este, o aumento da produção e a nova oferta de trabalho.

Para Marx (1974), o desemprego é resultante da lógica e funcionamento do próprio modo de produção capitalista que tende a manter uma massa maior ou menor de desempregados que o autor denomina "exército industrial de reserva" – para pressionar para baixo o nível de salários.

Sendo hoje o problema do desemprego objeto de crescente debate e preocupação social e política, sob o termo de desempregados cabem todos os indivíduos que, estando disponíveis para o trabalho, não trabalham e procuram ativamente emprego, compreendendo esta realidade uma dimensão objetiva (privação de emprego), uma dimensão institucional (classificação estatística) e uma dimensão subjetiva (vivência) (Rodrigues, 1988; OCDE, 1994: 26; Marques, 2000). São vários os tipos de desemprego: (*i*) sazonal – decorrente de variações na procura e oferta em certos períodos do ano; (*ii*) friccional – derivado de desencontro temporário entre a oferta e procura gerado por mudanças de emprego; (*iii*) tecnológico – resultante da introdução de novas tecnologias

que eliminam postos de trabalho, sobretudo os mais desqualificados; (*iv*) conjuntural – dependente da insuficiência de procura de bens na economia e oferta em excesso de força de trabalho; (*v*) estrutural – resultante de desajustamento continuado entre a oferta e a procura de trabalho, seja por aumento da população ativa nomeadamente com a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho sobretudo desde os anos 70 e 80 do século XX[4], seja sobretudo porque a mecanização e a automatização dos processos produtivos por introdução de novas tecnologias vêm dispensar mão de obra, provocando desemprego de longa duração.

Nas fases mais avançadas do capitalismo predomina de longe o desemprego estrutural. Para entender a atual situação de desemprego, precariedade e incerteza que afeta uma parcela cada vez maior da população, importa enquadrar o fenómeno no processo mais geral de precarização estrutural na atual fase do capitalismo de dominante toyotista, que se foi desenhando e intensificando desde os anos 80 e 90 do século passado. Com efeito, tal como referem Antunes e Braga (2009), o capitalismo tem conhecido diversas metamorfoses no sentido de uma crescente informalização e precarização do trabalho, não só destruindo postos de trabalho pela automatização, como tornando mais descartável o trabalho e pressionando, a coberto de nova legislação laboral de cariz liberal, pela redução ou até desvalorização da força de trabalho, tal como assinalara Marx: "O modo de produção capitalista esbanja seres humanos, desperdiça carne e sangue, dilapida nervos e cérebro" (Marx 1974: 99). Com efeito, esta tendência, embora cada vez mais evidente na nova era do capitalismo, já fora detetada por Marx (1974) quando sustentava que o modo de produção capitalista, sem deixar de prosseguir a concentração de capital pela extração da mais-valia sob forma absoluta, tendia a intensificar o processo de acumulação através da extração da mais-valia relativa pela incorporação de tecnologias e força de trabalho mais qualificada, se bem que, na última década, também esta tenha vindo a ser fortemente atingida.

Neste quadro, para além do desemprego de longa duração afetando a inserção de faixas etárias jovens, uma das franjas mais atingidas por este processo são os trabalhadores mais idosos, sobretudo quando trabalhadores não qualificados, que o sistema e as empresas tendem a encarar como desnecessários, supérfluos. Embora este fenómeno tenha antecedentes desde os anos 30 do século passado, tem sido nas duas últimas décadas que o fenómeno tem

4 Segundo Manuela Silva (1983: 21 ss), esta entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho nos anos 70 e 80 deveu-se, para além do processo de modernização do país, à rarefação de mão de obra masculina pela emigração masculina e sobretudo à necessidade de um segundo salário, dados os baixos salários dos homens-maridos. Acrescem ainda fenómenos como o aumento de divórcios, a recomposição de famílias e a mudança de mentalidades e de representações sobre o papel da mulher não só como esposa e mãe mas também como profissional fora de casa, assim como o reconhecimento efetivo da igualdade de direitos da mulher na sociedade, embora haja ainda caminho a percorrer neste aspeto.

adquirido uma maior amplitude, levando autores como Demazière (1992) a falar não da crise de emprego mas da crise de desemprego. É sobre trabalhadores com 55 ou mais anos que este processo tem vindo a ter lugar, pelo que vamos trazer para primeiro plano as perceções, memórias e representações de duas pessoas com 55 e 61 anos atingidas pelo desemprego ou precocemente empurradas para a reforma.

4. "O trabalho faz viver a gente. Parar é morrer" – a história e memórias de Rui

Seguidamente, daremos conta da situação de Rui que não se sente nada bem com a mesma, sente-se sem propósito, chocado com o fim de uma rotina que lhe dava um propósito diário e sentido de pertença e utilidade, cuja interrupção lhe cria um sentimento de mal-estar. Reaviva-se e até se sobrepõe, em termos de memória, a grata recordação de um coletivo de trabalho a que ele pertencia no passado.

Rui, de 55 anos, não podia crer que a empresa onde trabalhava desde os 15 anos terminasse daquela forma. Foi um grande choque perceber que uma empresa que tanto tinha produzido e tanto lucro tinha dado estava agora a fechar as portas por falência. Ainda se encontra com os seus colegas de trabalho, de cada vez que há plenários, já que o caso está agora em tribunal. Não deixou grandes amizades, apenas muitas saudades da "alegria que sentia no trabalho (…) e por receber um salário". Em contraponto às memórias do trabalho no passado, diz que se sente muito mal com o desemprego, não consegue dormir, anda sempre muito nervoso e que a sua condição de saúde se agrava com a ansiedade que sente. "O meu próprio sistema nervoso, ele não aparenta, mas está aqui todo revoltado e isto piora a minha condição. Tenho ido ao médico regularmente. Ando de novo a não dormir à noite." Não fora o amparo dos filhos, da mulher e da religião, estava ainda pior.

Revive os momentos passados no emprego, fala sobre a forma como desenvolveu um conhecimento intuitivo sobre a temperatura ideal dos fornos e a sua vantagem sobre colegas e chefias em função desse conhecimento, sobre a dureza das condições físicas de trabalho, das inúmeras horas extraordinárias que fazia e sobre o reconhecimento que sentia pela sua dedicação, não só monetária, mas também estatutária. Dentro da fábrica, recorda revendo-se como um trabalhador sério, comprometido, com uma noção forte de dever e de solidariedade. "Eu lutava, das 8 às 17. Eu era exigente na mesma com o pessoal, era para começar, começava-se, era para terminar, terminava-se".

Fazendo uma retrospetiva das dificuldades e das exigências do emprego, que Rui aponta como responsáveis pela sua menor participação na vida familiar, ele reassume ter encarado o trabalho como um desafio ao qual gostava de corresponder. Mais, estava tão plenamente envolvido com o trabalho, que até

se dispunha a trabalhar horas extra e a pensar em soluções para a otimização da produção mesmo depois do expediente: "A minha mulher dizia que eu vivia mais a fábrica do que a casa e era uma verdade."

Esta "ética" de trabalho diz tê-la interiorizado em contacto com a sua família de origem: "Do trabalho é que eu vivia. Não era só por causa do salário. É já de nós próprios, de família, somos todos assim, os meus irmãos, a minha irmã. Vivemos o trabalho e gostamos daquilo que fazemos e então pronto, empenhamo-nos no trabalho." Admite que, mesmo ganhando a lotaria, continuaria a trabalhar.

Durante os anos em que foi o "encarregado" da secção de fundição, ou seja, o segundo na disposição hierárquica, estava de tal forma embrenhado com o trabalho que não manteve qualquer outra ocupação ou interesse. O tempo livre usava-o para descansar a ver televisão, a dormir ou em passeios com a família.

Relata que, nos últimos anos, contudo, aproximou-se de um grupo espírita, no qual acabou por se assumir como *médium*. A possibilidade de ajudar os outros através do *medianismo* é entendida como um propósito para a sua vida, sobretudo agora que está desempregado. Mas esta atividade ocupa-o apenas um ou dois dias por mês, pelo que a sua importância é relativa. A maior parte das vezes, simplesmente não sabe o que fazer. Para já tem estado entretido com a supervisão das obras na casa do seu filho, mas há de ter que arranjar outra coisa, já que elas estão quase terminadas.

Não pensa em voltar a trabalhar. Não que não o desejasse, mas está seguro de que ninguém o contratará com a idade que tem. Sente-se injustiçado e posto de parte, pois, olhando para o seu passado e competências, diz que ainda poderia contribuir de forma positiva, mesmo que fosse apenas através da transmissão dos seus conhecimentos, ensinando aprendizes, mas nem para isso parecem existir oportunidades.

O mercado de trabalho, aliás, está demasiado saturado e quase não oferece oportunidades de integração. Não basta procurar emprego recorrendo aos mecanismos habituais, porque não existem posições que ele possa ocupar de acordo com os seus conhecimentos. Até porque os únicos empregos aos quais poderia aceder são pior pagos do que o subsídio de desemprego e muito instáveis.

Afinal, agora, a possibilidade de autodeterminação é muito diminuta: não só não conseguirá trabalhar de novo, como também não conseguirá manter o nível de vida a que estava habituado no passado. O que mais o preocupa é precisamente a diminuição do rendimento, e a noção de que agora é dependente de um subsídio estatal, que não tem um papel produtivo, o que percebe de forma negativa.

> Não estou entalado (…) mas comprei o meu carro novo (…) e o apartamento que ainda o estou a pagar (…) e o meu salário está a metade. (…) O meu filho casou o ano passado (…), o outro vai casar e está no desemprego e isto mói… (…) nós vivíamos encantados da vida, tínhamos o nosso trabalhinho, não é, vivíamos livres de vergonhas, o dinheiro chegava, trabalhava-se, mas o dinheiro chegava. (…). Hoje tenho que o ir buscar onde o pus (referindo-se às poupanças), mas ele acaba. Tenho uma despesa geral talvez para aí 1000 euros e eu não ganho mil euros e vou buscar o que amealhei, o que quer dizer que amanhã acaba. E se eu dissesse isto vai, isto vai virar, vou trabalhar, vou receber, faço mais umas horas e vou normalizar tudo, mas não …para mim, com 55 anos acabou (…) assim vou para o desemprego, não produzo, vou buscar ao Estado, mas não estou a produzir nada. (Rui)

Ainda faltariam 10 anos, em circunstâncias normais, para a reforma, mas neste momento, não tem qualquer outra possibilidade. Relembra que, no passado esteve desempregado durante três meses (o espaço de tempo decorrido entre a falência da empresa onde trabalhou entre os 15 e os 21 e a integração nessa mesma empresa, comprada entretanto por outro grupo) mas, apesar dos problemas económicos que lembra da altura, com três filhos pequenos, não percebia grandes dificuldades em voltar a trabalhar. Não só porque a crise não era tão grave, mas sobretudo porque era novo. Agora não só não tem as habilitações necessárias para encontrar emprego, como está numa faixa etária que é indesejada no mercado de trabalho. Discorda de quem apregoa que, para encontrar emprego, basta procurar.

O desemprego nesta fase da sua vida consagrou-lhe antecipadamente o rótulo de "velho", é assim que agora é visto pelos empregadores. Mas não está de acordo com esse rótulo, porque se sente com capacidades e disposto a aprender uma nova função, mesmo com as limitações que encontra em virtude da sua doença.

O envelhecimento será mais visível agora que perdeu o emprego e não tem maneira de se exercitar intelectualmente. O declínio é inevitável, mas poderia ser menos evidente se ainda se mantivesse ativo durante mais alguns anos. O desemprego pode ainda contribuir para a deterioração da sua saúde e da sua "vitalidade", tal como recorda ter acontecido a um antigo chefe seu, que, com 63 anos, depois de alguns meses no desemprego, viu diminuídas as suas capacidades físicas e intelectuais E, relativamente à sua vivência do passado, sustenta que o trabalho permite a necessária atividade física e mental que evita o declínio. Mais, garante ainda que o desenvolvimento de conhecimentos práticos específicos, bem como a sua aplicação continuada, evitava que desaparecessem: "(...) parar é morrer. Uma pessoa no ativo, pratica (…) eu olhava para o forno e sabia a que temperatura estava o material (…), só se sabe depois de muitas práticas, muitos dias".

Quanto ao futuro, este não lhe reserva nenhum projeto, nenhuma ambição, senão pagar as dívidas e ultrapassar a insegurança financeira. Espera que,

em dez anos, a casa de família seja inteiramente propriedade do casal, representando não só a concretização de uma vida de trabalho, como o garante de estabilidade durante a velhice.

5. "Deixa trabalhar os novos" – A história e as memórias de Vítor

Vítor diz-se aliviado da sobrecarga física e psicológica e dos constrangimentos de um horário que o impediam de estar com a família. Mas a sua idade de 61 anos encontra a reforma e o subsequente fim do trabalho assalariado como um tempo apropriado.

Vítor relembra as suas origens, dizendo ter nascido no seio de uma família numerosa, filho de trabalhadores à jorna que passavam muitas dificuldades para conseguir alimentar os filhos. Seguidamente relata como começou a trabalhar aos 14 anos, altura em que conclui a instrução primária, como ajudante numa fábrica de tijolos. A falência dessa empresa viria a lançá-lo no desemprego por dois anos, mas retoma a atividade como aprendiz numa conceituada metalúrgica de Braga, onde aprendeu o seu ofício aos 16 anos. Aos 21, prestes a casar, entra para uma empresa no mesmo ramo que lhe oferecia melhores condições de trabalho e salariais, por intermédio da noiva, que já lá trabalhava. Manteve-se por 40 anos como operário na linha de montagem.

Entretanto, as dificuldades financeiras que a empresa enfrentava nos últimos anos levaram à dispensa de alguns trabalhadores. Vítor, na altura com 61 anos, percebe-se seriamente cansado do trabalho árduo, desgastado pelo trabalho realizado em espaço fechado, e claramente desmoralizado com a estagnação da produção que o obrigava, tal como os outros, a "esconder-se pelos cantos [da fábrica] porque não tinha trabalho". Por todos esses motivos, confessa ter-se voluntariado para ser um dos trabalhadores que a empresa iria demitir para diminuir os custos de produção. Por essa altura a mulher, que trabalhava na mesma empresa, já tinha sido demitida. E, pela sua parte, desabafa: "Também eu me quis vir embora, porque já estava encostado à banca. (…)", sem nada que fazer o dia todo.

Na reconstrução do seu passado recente Vítor diz ter consciência e ser particularmente sensível à situação de precariedade que os restantes trabalhadores que ficaram enfrentam. Ao relembrar a sua trajetória, sente-se muito comovido, diz que deixou muitos amigos na fábrica e, após uma pausa, passa a explicar que, com os baixos salários que os operários auferem, sem margem para poupança, com avultadas despesas e filhos menores, dificilmente conseguirão gerir uma eventual situação de desemprego. Acrescenta que esta situação é injusta, dadas as condições de trabalho e remuneração, demonstrando uma clara consciência de exploração a que ele e os demais trabalhadores foram sujeitos.

É com base na experiência laboral do passado que de modo assertivo assegura que o trabalho assalariado está totalmente posto de parte para ele, o corte

é total, agora que está prestes a reformar-se. Não tem qualquer ensejo em voltar ao mercado de trabalho não só pela memória que lhe fica do trabalho enquanto experiência de privação da sua liberdade, mas também porque, entende o trabalho como um bem escasso, que deve estar acessível aos que dele têm maior necessidade para sobreviver, sobretudo quando têm filhos a cargo, como explica:

> Eu, deixando de trabalhar nunca mais trabalho na vida. Faço as coisas em, casa, mas por conta de outrem nunca mais. Porque estou a roubar um posto de trabalho. A malta nova que trabalhe, que bem precisa.

Contudo, como coloca em vários momentos, esteve muito envolvido no passado com as funções que exercia pelo propósito diário que o emprego lhe conferia, o uso estruturado de tempo ou a rotina, tão importantes para o seu bem-estar. Evidencia inclusivamente que a necessidade do trabalho ultrapassava o seu propósito financeiro: "Saísse o dinheiro que saísse (numa lotaria), trabalhava na mesma até à idade da reforma porque aquilo era um ritmo que eu tinha e eu gostava".

Agora diz que se sente muito bem com o desemprego, inclusivamente rejuvenescido. Reforça mesmo a ideia de que, com o passar dos anos, este tipo de trabalho se torna cada vez menos desejável, mais penoso, atendendo ao desgaste que provoca e à possibilidade de ter outro tipo de experiências. O fim do trabalho permitiu-lhe libertar-se das condições físicas severas a que estava sujeito e das restrições no uso do tempo.

> A reforma era muito bem dada antes dos 60 anos, pelo menos para quem estiver em cativeiro [referindo-se ao local de trabalho, um pavilhão que permite uma relação com o espaço exterior muito limitado]. Quem está ao ar livre, pode ser aos 60 anos, mas para quem está em cativeiro, como nós estivemos, aos 55, 57 é bem dada.

Sobressai ainda da entrevista que o relativo bem-estar associado ao desemprego passa pelo entendimento de si como uma pessoa envelhecida e agastada pelo trabalho. "Já tinha 48 anos de trabalho… estava a ver a mandarem gente nova embora e a mim e à minha mulher queriam matar-nos lá a trabalhar. (…) Deixa trabalhar os novos, claro que queria sair."

O desemprego, amiúde, mas injustamente atribuído pelos outros à incompetência, irresponsabilidade ou inutilidade do indivíduo, pressupõe a desqualificação e a desvalorização social do desempregado, o que causa grande sofrimento psicológico. Segundo Vítor, é expectável que um desempregado procure emprego, sobretudo se dele depender uma família. Contudo, num momento em que não se percebem oportunidades no mercado de trabalho, as tentativas de reintegração saem normalmente goradas. O desemprego estrutural é algo inelutável, que ultrapassa o indivíduo, pelo que não se espera grande resistência,

mas capacidade de acomodação à situação. Mais, lutar pela reintegração no mercado de trabalho é algo que se exige aos desempregados mais novos, não aos "velhos". Vítor assume e interioriza uma autoimagem de uma pessoa que, de forma legítima, sem culpas, se pode afastar do mercado de trabalho, sem sofrer de um estigma de "desempregado".

Ele é um "reformado", apesar de ter 61 anos e não ter atingido a idade instituída para a reforma. Não procura emprego, não só tendo em conta a falta de procura de mão-de-obra, mas também porque age de acordo com as expectativas que lhes são traçadas por outros. Diz resignar-se a uma realidade que não pode alterar, mas que é "normal", "natural" ou expectável: o envelhecimento. Este processo biológico representa a saída do mercado de trabalho não só em virtude da deterioração das capacidades físicas e mentais, como também porque considera cumprido o seu papel na sociedade. Acrescenta que não se deve esperar que um "velho desempregado" procure emprego, até porque vai "roubar um posto de trabalho aos mais novos".

Agora que o trabalho de fábrica acabou, parece só lhe restar usar o tempo que tem antes de morrer da forma mais satisfatória possível: "no campismo, tenho lá muitos amigos de todos os lados. A gente junta-se todos, aos fins de semana há um ranchozito, faz-se uma churrascada, juntam-se uns amigos até um dia, até ir para ali [apontando para o cemitério, portas meias com a sua casa]. Desta feita, não lhe restam muitos planos por cumprir. Entende que deve cuidar da sua saúde e assumir o cuidado dos netos:

> depois continuo nisto à espera de ir num sobretudo para ali [aponta para o cemitério]. O meu futuro é esse (…). Leio uns livros, uns jornais e vou andando, de resto não trabalho mais, nem eu nem a minha mulher. Agora vem o neto e já sei que vamos olhar por ele. (…) Olho por ele e é uma maravilha.

Os dias (re)compõem-se nestes novos espaços; quanto ao novo propósito da vida, este passa por esperar a morte.

6. Conclusão

Pelos relatos e testemunhos de síntese destes dois trabalhadores desempregados mas já com longos percursos de vida e de trabalho, nomeadamente por se terem iniciado muito precocemente no mundo do trabalho, estamos perante dois homens que se sentem profundamente explorados e injustiçados não só pela sua longa trajetória de trabalho, como sobretudo pela sensação de serem descartáveis e 'inúteis' no fim das suas vidas: o Rui, impregnado duma memória e de um sentimento de pertença e vivência coletiva na empresa no passado, acusando a desvalorização da sua pessoa no presente pelo sistema, a sua inconformidade, enquanto desempregado em pré-reforma quando poderia ser útil

pela suas competências específicas; um outro, mais consciente da sua condição de trabalhador assalariado que, no quadro do sistema capitalista, vê o capital e o patronato como sua classe antagónica, evidenciando na reconstituição da sua trajetória um espírito contestatário pelas condições de vida e exploração de 48 anos de trabalho e, como tal, vê-se aliviado com o desemprego e a reforma antecipada aos 61, num corte radical com a exploração de que diz ter sido alvo.

Estes são, todavia, dois exemplos que traduzem duas memórias e dois olhares com elementos comuns e diferenciados na sua antiga condição de trabalhadores assalariados e, de novo, na sua nova condição de desempregados, evidenciando alguns aspetos contrastantes mas reais: para Rui, o trabalho recordado como base de pertença e realização profissional mas em que o desemprego, quando sobrevindo, gera tristeza, sofrimento, inconformidade ou mesmo revolta por o despersonalizarem e tornarem dispensável; para Vítor, o trabalho, enquanto processo vivido de exploração, objetificação, mercadorização e alienação, proporciona-lhe sociabilidades e amizades com os demais colegas, mas consciência crítica perante condições de trabalho e o próprio sistema. Quando a reforma antecipada surge, Vítor sente que esta não representa um corte com o sistema de exploração mas uma libertação sua da penosidade do trabalho, além de proporcionar-lhe novas possibilidades de ocupação e sobretudo atividades de lazer que considera como produtoras de sentido e satisfação pessoais. Em qualquer um dos casos, não obstante a diferenciada forte perceção da exploração de que foram vítimas ao longo das suas vidas, assim como a diferente vivência do desemprego e subsequente reforma, o trabalho é revivido nas suas memórias e vivências do passado como base de identidade social e mesmo de utilidade social.

Referências

ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, João Ferreira de; COSTA, António Firmino; MACHADO, Fernando Luís (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in A. Reis (coord.) *Portugal – 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (2009), *Infoproletários. A degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo.

AUGE, Marc (1998), *Les formes de l'oubli*. Paris: Payot & Rivages.

BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*. Groningen: Wolters-Noordhoff.

BERTAUX, Daniel (1977), *Destinos sociais e estrutura de classe*. Lisboa: Moraes Editora.

BERTING, J. (1965), "Statusincongruentie en sociale mobiliteit". *Sociologische Gids*, 12 (1): 2-18.

BOURDIEU, Pierre (1996), "Les nouvelles formes de domination dans le travail" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, I e II: 114-115.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude [1975 (1970)], *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BURAWOY, Michel (1979), *Manufacturing Consent*. Chicago e Londres: University of Chicago Press.
CANDAU, Joel [2012 (1996)], *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto.
CONNERTON, Paul (1989), *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press.
COSTA, António Firmino da (1987), "Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais". *Análise Social*, XXIII (98): 635-686.
COSTA, António Firmino; MAURITI, Rosário; MARTINS, Susana (2004), "Classes Sociais na perspectiva comparada: estruturas europeias e activas e instrumentos de análise", in *V Congresso Português de Sociologia*. Braga: Universidade do Minho.
DAHRENDORF, Ralf (1990), "A New Social Contract", in R. Dahrendorf (org.), *The Modern Social Conflict – An Essay in the Politics of Liberty*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
DAVIS, Kingley; MOORE, Wilbert E. [1976 (1945)], "Alguns princípios de estratificação", in O. Velho *et al*. (org.) *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 115-132.
DEMAZIÈRE, Didier (1992), *Le chômage en crise? La negotiation des identities de longue durée*. Paris: Presses Universitaires de Lille.
DURKHEIM, Émile [1977 (1893)], *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença.
DURKHEIM, Émile [1991 (1915)], *Formes élémentaires de la vie religieuse*. Lisboa: Presença.
ESTANQUE, Elísio (1999), *Entre a fábrica e a comunidade*. Porto: Afrontamento.
ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel (1997), *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
FRIEDMAN, George; NAVILLE, Pierre (1961), *Traité de Sociologie du Travail*. Paris: Armand Collin.
GOLDTHORPE, John H. (1987), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press.
HALBWACHS, Maurice [1968(1949)], *La mémoire collective*. Paris: PUF.
HALBWACHS, Maurice [1994 (1924)], *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.
KEYNES, John M. [2010 (1936)], *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*. Lisboa: Relógio d'Água.
LE GOFF, Jacques (1978), *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 57-96.
MARQUES, Ana Paula (2000), "Repensar o mercado de trabalho: emprego vs desemprego", *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, 13 (1): 133-155.
MARX, Karl [1974 (1867)], *O Capital*. Lisboa: Delfos.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich [1976 (1846)], *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença.
MONTESPERELLI, Paolo (2000), *Sociología de la memoria*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
MORA, Teresa (2009), *Viagem, Utopia e Insularidade: narrativas fundadoras da ciência e da sociedade moderna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
NORA, P. (1978), "Mémoire collective" in J. Le Goff (org.), *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 57-96.
OCDE (1994), *L'Etude de l'OCDE sur l'Emploi: Faits, Analyse, Stratégie*. Paris: OCDE.
PARSONS, Talcott (1967), "Una revisión analítica de la teoría de la estratificación social" in *Ensayos de Teoría Sociológica*. Buenos Aires: Paidós, 333-378.
PARSONS, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.
PEREIRA, Virgílio Borges (2006), *Classes e culturas de classe das famílias portuguesas*. Porto: Afrontamento.
PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e simbólicas nos campos*. Porto: Afrontamento.
POULANZAS, Nicos (1975), *Classes in Contemporary Capitalism*. London: NLB.
QUEIROZ, Maria Cidália (2007), "A teoria das classes sociais em Bourdieu: primado das relações de concorrência sobre as de subversão. Qual o efeito social desta teoria?", in J. M. Pinto

e V. B. Pereira (org.), *Pierre Bourdieu. A Teoria da prática e a Construção da Sociologia em Portugal*. Porto: Afrontamento, 59-90.

RIBEIRO, Fernando Bessa [2010 (2004)], *Entre martelos e lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*. Porto: Afrontamento.

RODRIGUES, Maria João (1988), *O sistema de emprego em Portugal. Crise e mutações*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMAN, Thomas (1977), *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires: Amarrortu Editores.

SILVA, Manuel Carlos (2012), "Trabalho, profissões e género" in M. C. Silva e A. P. Marques (org.), *Trabalho, Técnicas e Mundo. Perspectivas e Debates*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 135-155.

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais: condição objectiva, identidade e acção coletiva*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

SILVA, Manuela (1983), *A igualdade de oportunidades da formação profissional para as mulheres*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.

SIMMEL, Georg (1977), *Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Revista de Occidente/Alianza Editorial.

SOBRAL, José Manuel (1999), "Da casa à nação: passado, memória e identidade". *Etnográfica*, III (1):71-86.

TODOROV, T. (2000), *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós.

WEBER, Max [1978 (1920)], *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich. Berkeley & London: University of California Press.

WEBER, Max [2001 (1922)], *Il metodo delle scienze storico-sociali*. Milan: Ediziono de Comunità.

WRIGHT, Eric Olin (1985), *Classes*. London & New York: Verso.

Submetido: 02-02-2016
Aceite: 19-06-2016

Chaves, Miguel; Morais, César – Quanto tempo para aceder ao mercado de trabalho?
A inserção profissional dos diplomados do ensino superior no dealbar da recessão.
Configurações, vol. 17, 2016, pp. 231-251

Quanto tempo para aceder ao mercado de trabalho? A inserção profissional dos diplomados do ensino superior no dealbar da recessão*

MIGUEL CHAVES**
CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa
CÉSAR MORAIS***
CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa

Resumo
Este artigo perspetiva a inserção profissional de graduados do ensino superior, estimando e analisando o intervalo temporal entre a conclusão do curso e a obtenção de um emprego. Um questionário aplicado em 2010 a uma amostra representativa dos licenciados na Universidade de Lisboa e na Universidade Nova de Lisboa revela distintos tempos de inserção, tanto no acesso a um primeiro emprego, como a um emprego ajustado ao nível e à área de formação. Os dados indicam que os desiguais ritmos de incorporação no mercado de trabalho são claramente marcados pelas diferentes áreas de formação, ao mesmo tempo que parecem ser pouco clivados pelas diferenças associadas às origens sociais (capital económico e escolar da família de origem). Neste sentido, sugere-se que pelo menos uma parte do segmento universitário público desempenhava, no momento que antecedeu o agravamento da conjuntura económica resultante da intensificação das políticas de austeridade, um efetivo papel de nivelamento social, que se manifestava no momento da transição dos diplomados para o mercado de trabalho, papel que tem sido pouco enfatizado pela sociologia portuguesa.

Palavras-chave ensino superior, tempos de inserção profissional, nivelação e reprodução de desigualdades.

* Este artigo foi financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito do projeto Percursos de inserção dos licenciados: relações objetivas e subjetivas com o trabalho (PTDC/CS-SOC/104744/2008), sediado no Centro de Estudos em Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA), e coordenado por Miguel Chaves.
** Docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa e investigador no CICS.NOVA. Email: miguel.chaves@fcsh.unl.pt.
*** Investigador no CICS.NOVA. Email: cesar.morais@mail.telepac.pt.

Abstract

How much time to enter the labour market? The employability of higher education graduates at the dawn of the recession

This article puts into perspective the employability of higher education graduates, estimating and analysing the time span between ending the course and getting a job. A questionnaire applied in 2010 to a representative sample of graduates at the Universidade de Lisboa and the Universidade Nova de Lisboa shows distinct employability times, both in the access to a first job, as to a job adjusted to the education level or training area. The data suggests that the unequal rhythms of incorporation in to the labour market are clearly marked by the different areas of academic training, at the same time they appear to be only slightly cleaved by the differences associated with social backgrounds (economic and educational capital of the family of origin). In this sense, it is suggested that at least part of the public university segment played, at the moment preceding the deterioration of the economic conjuncture resulting from the intensification of austerity policies, an effective role of social levelling, which manifested itself on the transition of graduates to the labour market, a role that has been insufficiently emphasised by Portuguese sociology.

Keywords: higher education, temporality of employability, levelling and reproduction of inequalities.

Résumé

Combien de temps pour entrer dans le marché du travail ? L'insertion professionnelle des diplômés de l'enseignement supérieur à l'aube de la récession

Cet article analyse l'insertion professionnelle des diplômés, en estimant l'espace temporel entre la conclusion de leur formation supérieure et l'obtention d'un emploi. Un questionnaire proposé en 2010 à un échantillon représentatif des diplômés de l'Université de Lisbonne et de l'Université Nova de Lisbonne révèle les différents temps d'accès au premier emploi, ainsi qu'à un emploi ajusté au niveau et au domaine de formation. Les données indiquent que les rythmes inégaux d'incorporation dans le marché du travail sont clairement affectés par les différents domaines de formation, mais semblent être peu clivés par les différences d'origines sociales (capital économique et scolaire de la famille d'origine). En ce sens, il est suggéré qu'au moins un segment de l'université publique a joué un rôle effectif de nivellement social, à l'époque qui a précédé l'aggravation de la situation économique intensifiée par les politiques d'austérité. Ce rôle se manifestait au moment de la transition des diplômés vers le marché du travail. Il a été, jusqu'à présent, peu souligné par la sociologie portugaise.

Mots-clés: enseignement supérieur, temps d'insertion professionnelle, nivellement et reproduction des inégalités.

Introdução: duas questões basilares em torno dos "tempos de inserção profissional"

Têm-se vindo a multiplicar, nas últimas décadas, os ângulos de abordagem da problemática da inserção profissional dos diplomados do ensino superior, seja esta recoberta pelo termo "inserção profissional" ou por expressões análogas, como, por exemplo, "transição ao trabalho" ou "entrada na vida ativa". Não obstante as suas especificidades, estas têm em comum o facto central de se debruçarem sobre a incorporação dos diplomados na estrutura produtiva. O "modo como os graduados se distribuem no mercado de trabalho", a "relação entre estrutura ocupacional e sistema formativo", o "(des)ajustamento entre procura e oferta de mão-de-obra", a "socialização profissional, as estratégias, recursos e aspirações dos recém-formados" são apenas alguns exemplos da multiplicidade de temas suscitados por este domínio de análise, pluralidade que se mantém, mesmo se nos circunscrevermos à sociologia portuguesa (Alves, 2009; M. Alves, 2007; Chaves, 2010; Marques, 2006).

Apesar desta pluralidade temática, com implicações definicionais, revemo-nos na posição de Natália Alves (2009: 21-23) ao sugerir que, em termos minimais, a inserção pode ser descrita e analisada como uma sucessão de posições no mercado de trabalho. Trata-se de uma aceção de cariz topológico que tem a virtude de nos colocar diante de dois requisitos nucleares na análise do processo. Primeiro, face à necessidade de se identificar, em pormenor, as posições ocupadas pelos indivíduos ao longo da sua dinâmica de incorporação no mercado de trabalho, desiderato para o qual se recorre, geralmente, às dimensões utilizadas nas estatísticas do emprego (e.g. "situação perante a atividade"; "tipo de contrato de trabalho"; "profissão"; ou "rendimento"), conjugando-as com outras usadas em diversos inquéritos à inserção de âmbito nacional ou internacional (e.g., "satisfação com a profissão"; "adequação da formação à profissão"; ou "modos de acesso ao emprego").

Em segundo lugar, esta aceção de inserção obriga-nos a mensurar o tempo necessário à obtenção de uma atividade profissional com determinadas propriedades específicas, como, por exemplo, o facto de se adequar ao nível ou à área de formação; de apresentar alguma estabilidade[1]; ou, simplesmente, de "ser remunerada" (distinguindo-se assim, por exemplo, de estágios não-remunerados, tenham estes ou não um estatuto curricular).

1 A questão da estabilidade relativa da posição alcançada está presente em duas das mais relevantes propostas de delimitação da "fase de inserção profissional", distinguindo-a de momentos anteriores e posteriores da trajetória. Referimo-nos à proposta de Vernières (1997:19), que faz depender o final da inserção da obtenção de uma "posição estabilizada" no mercado de trabalho, assim como ao balizamento mais subjetivista de Vincens (1997), que considera que o "final do período de inserção" corresponde ao *terminus* de uma fase orientada para a procura de emprego (ou para a realização de estudos destinados a permitir o acesso a um outro emprego), com a crença de que se dispõe de um emprego *durável,* na medida em que não se procura outro no futuro. Uma reflexão sobre a delimitação temporal do processo de inserção profissional pode ser consultada em Alves (2010).

O presente artigo debruça-se sobre o segundo género de problemas, que remetem para os "tempos de inserção". Em primeiro lugar, iremos confrontar-nos com o tempo de acesso ao primeiro emprego, ou seja, com o instante que Natália Alves, inspirada em Giret (2000) e Rose (1998), designa por *primo inserção*. A *primo inserção* pode ser definida como o processo de negociação do título escolar que a maioria dos diplomados leva a cabo no momento em que conclui os seus estudos e que culmina com o acesso a um primeiro emprego (Alves 2009:48). Neste sentido, procuraremos determinar o tempo que uma extensa população de licenciados portugueses demorou a obter trabalho e, simultaneamente, aferir se era significativo o número daqueles que, cinco anos após a obtenção de grau superior, ainda não tinham obtido qualquer atividade profissional. À análise da *primo inserção* seguir-se-á uma tentativa de determinar o tempo necessário para se alcançar um emprego ajustado ao "nível de instrução superior" e à "área de formação", sendo talvez desnecessário acrescentar que o acesso a qualquer destas situações se afigura mais exigente e diferenciador do que o acesso a uma "mera" atividade remunerada

Procuraremos, finalmente, aferir em que medida duas dimensões do *capital escolar* – "área de formação" e "classificação final de curso" –, por um lado, e dois aspetos diretamente associados às *origens sociais* – "nível de instrução" e "classe social da família de origem" –, por outro, contribuem para explicar a maior ou menor celeridade no acesso ao primeiro emprego e a empregos ajustados tanto ao nível como à área de formação. Ao contrastar entre si aqueles pares de variáveis pretendemos, sobretudo, avaliar se o tempo de acesso a posições profissionais é clivado apenas por variáveis associadas ao capital escolar, ou se será também marcado, de forma notória, por diferenças que se prendem com o volume de capital da família de origem, indiciando assim a permanência de eventuais (e porventura significativas) desigualdades sociais na transferência dos graduados para o mercado de trabalho, mesmo entre indivíduos que, como é o caso, provêm das mesmas universidades.

O último problema abordado converge, de forma direta com uma interrogação sociológica mais ampla: em que medida a frequência do ensino superior opera como uma instância de atenuação dos processos de reprodução das desigualdades sociais junto daqueles que o concluem e que procuram inserir-se no mercado de trabalho? Abordar a questão da reprodução/atenuação das desigualdades entre diplomados centrando-a no momento da inserção profissional, e não no instante do acesso ao sistema universitário, observando quem nele ingressa e quem dele fica afastado ou o modo como se distribuem os ingressados pelos diferentes subsistemas ou áreas de formação (Alves, 2009; Almeida *et al.*, 2003; Balsa *et al.*, 2001; Chaves, 2010; Chaves e Nunes, 2011; Mauritti, 2003; Morais, 2012; Cruz e Cruzeiro, 1995; Costa e Lopes, 2010; Martins, Mauritti e Costa, 2005), constitui um exercício raramente realizado no âmbito da sociologia portuguesa, embora tenha já merecido atenção além-fronteiras

(e.g., Hout 1988; Torche 2011; Bernardi 2012; Bukodi e Goldthorpe 2011; Mastekaasa 2011; Opheim 2007; Triventi 2011). Em artigo recente tivemos oportunidade de reportar que, em grandes linhas, os resultados obtidos sobre estas matérias opõem, sobretudo, os estudos europeus aos norte-americanos (Chaves e Morais, 2014).

Este universo corresponde à totalidade dos licenciados de duas universidades públicas lisboetas – a Universidade de Lisboa (UL) e a Universidade Nova de Lisboa (UNL) – que concluíram os seus cursos no ano letivo de 2004-05. Se tivermos em mente a extensão dos universos geralmente abrangidos nos inquéritos à inserção dos diplomados realizados em Portugal somos forçados a reconhecer que nos encontramos perante uma população relativamente ampla. Com efeito, desde a inquirição inédita realizada pelo ODES (2001) à totalidade dos licenciados portugueses, os apuramentos desta natureza passaram a ser realizados individualmente, por cada estabelecimento de ensino. As escolas produzem dados sobre os seus próprios graduados que, ao resultarem de indicadores e de questões díspares, não podem ser agregados numa base comum, limitando sobremaneira a acuidade da informação disponível (Chaves, Morais e Nunes, 2009). Mais pertinente ainda seria a articulação dessa informação com a disponibilizada em bases de dados internacionais, em alguns casos já produzidas, e que surgem bem identificadas em artigo recente de Raffe (2014).

Opções metodológicas e variáveis em análise

Os dados analisados resultaram de questionário administrado telefonicamente a uma amostra aleatória simples de 1004 indivíduos, extraída de uma base de sondagem constituída pela totalidade dos licenciados da UL e da UNL que obtiveram o seu diploma em 2004-05 (N=4290). Trata-se de uma coorte de graduados que concluiu as suas licenciaturas num modelo pré-Bolonha, tendo estas uma duração compreendida entre 4 a 5 anos. A inquirição decorreu entre Novembro de 2010 e Janeiro de 2011. O erro amostral máximo estimado situa-se nos 2,71% para um nível de confiança de 95%. O inquérito cobriu um conjunto de aspetos relativos ao percurso profissional dos inquiridos, um, três e cinco anos após a conclusão da licenciatura.

Na elaboração do presente artigo mobilizaram-se três variáveis dependentes, todas de natureza temporal. A primeira avalia o período que dista entre a conclusão da licenciatura e a obtenção de um trabalho remunerado; a segunda procura determinar o tempo necessário à obtenção de uma atividade profissional ajustada ao nível de instrução; a última variável reflete o tempo despendido na obtenção de uma ocupação ajustada à área de formação. A construção destas variáveis partiu da resposta às seguintes três questões: Após a licenciatura, a) "quantos meses demorou a encontrar um emprego ou trabalho remunerado?"; b) "quantos meses demorou a encontrar uma atividade profissional

que, pelo menos em parte, considera que só pode ser convenientemente executada por alguém com formação superior?"; c) "quantos meses demorou a encontrar uma atividade profissional que, pelo menos em parte, considera que só pode ser convenientemente executada por alguém com a sua licenciatura ou licenciaturas próximas?".

As respostas obtidas em qualquer destas variáveis, em número de meses, foram posteriormente agregadas em cinco categorias: "0 meses (Imediato)", "1 a 6 meses", "7 a 12 meses", "mais de 12 meses" e, por fim, a categoria "nunca encontrou", que reúne aqueles que, ao fim de cinco anos, não tinham ainda encontrado qualquer trabalho com as prerrogativas suprarreferidas.

No sentido de se responder às questões avançadas no ponto anterior mobilizaram-se quatro variáveis independentes: "***área de formação***", "classificação final de curso", "nível de instrução da família de origem" e "classe social da família de origem".

Para a construção da variável *área de formação* agrupou-se a quase centena de cursos que constituem a oferta formativa das duas universidades em análise em dez domínios formativos, tendo por base a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação[2]. As "Artes e humanidades" reúnem o maior número de graduados (21,4%), seguindo-se "Saúde" (12,7%), "Ciências físicas" (12%), "Educação" (10%), "Direito" (9,7%), "Ciências da vida" (8,6%), "Ciências sociais e jornalismo" (7,7%), "Economia e gestão" (6,7%), "Matemática, estatística e informática" (6,5%) e "Engenharias industriais e construção" (4,9%).

As *classificações finais de curso,* obtidas através da declaração dos inquiridos, foram agrupadas em três patamares avaliativos: "até 13 valores", "14 e 15 valores" e "16 ou mais valores".

Para a elaboração da variável *classe social da família de origem* recolheram-se dados socioprofissionais tanto acerca do pai como da mãe dos licenciados. Foram depois determinados os seus lugares de classe individuais de acordo com a matriz ACM (Almeida *et al*., 1988), nos termos propostos por Machado *et al*. (2003: 51). Essas posições individuais foram posteriormente combinadas num índice familiar de classe, no qual se atribuiu ao agregado a classe do ascendente mais capitalizado, independentemente do género ou de qualquer outra característica (Alves, 2009; Machado *et al*., 2003). A aplicação desta tipologia permitiu apurar que a maior parte dos licenciados na UL e UNL são originários dos "Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais" (33,3%) e dos "Profissionais Técnicos e de Enquadramento" (31,5%), o que revela um nítido efeito de sobrerrepresentação das classes mais capitalizadas na população analisada, quando confrontada com a composição de classe da população portuguesa (Chaves e Morais, 2014)[3].

2 Para uma explanação detalhada dos procedimentos adotados, cf. Morais (2012: 172-76).

3 A sobrerrepresentação destas duas categorias de classe entre as famílias que constituem a nossa população torna-se evidente se a compararmos com as posições de classe da população portuguesa

Por fim, o *capital escolar do agregado familiar* foi ventilado de acordo com as categorias do sistema oficial de graus de ensino, utilizando-se o nível de instrução do progenitor que atingiu o patamar de escolaridade mais elevado, ou seja, replicando-se o procedimento de síntese utilizado na construção da variável *classe social da família de origem*.

Indícios de celeridade na *primo inserção* e no acesso a um emprego ajustado ao nível e à área de formação

Basta observar o Quadro 1 para se constatar que, para a maioria dos diplomados, a *primo inserção* decorreu de forma relativamente célere: 84,3% obtiveram um primeiro trabalho no período máximo de seis meses após a graduação. Inversamente, o número daqueles que não haviam alcançado qualquer posição no mercado de trabalho cinco anos após a conclusão do diploma era residual, não atingindo sequer o patamar de 0,5%.

A incorporação veloz dos inquiridos no mercado de trabalho não constitui um dado inesperado, pois já havia sido ressaltada em estudos anteriores. Natália Alves (2009), por exemplo, observou, em relação aos licenciados da Universidade de Lisboa das coortes de 1994 a 1998 e depois de 1999 a 2003, que "a transição da Universidade para o trabalho continua a ser, para a maioria [...], um processo relativamente rápido e pouco complexo: ou começaram imediatamente a trabalhar ou o tempo de procura de emprego não excedeu os seis meses" (Alves, 2005: 95).

Além disso, é importante sublinhar que a grande maioria da população analisada se confrontou pela primeira vez com o mercado de trabalho em 2005, ano em que a taxa de desemprego não ultrapassava os 7,6% e, junto dos graduados do ensino superior, se quedava nos 6,2% (INE, 2015). Outros dados recolhidos no âmbito do nosso inquérito, ajudavam também a prever estes resultados: a percentagem de "desempregados" e de "inativos" era, respetivamente, de 7,5% e 7% um ano após a licenciatura, baixava para 3,1% e 2,5% no terceiro ano, e não ultrapassava os 2,5% e os 4,2% cinco anos volvidos sobre a obtenção do grau.

que se situa numa faixa etária idêntica à dos pais dos inquiridos. Com efeito, no quadro da população portuguesa o peso dos "Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais" é de 11,9% enquanto o dos "Profissionais Técnicos e de Enquadramento" *não ultrapassa 14,7% (Morais, 2012: 32).*

Quadro 1
Tempos de acesso ao emprego entre licenciados UL e da UNL após a graduação (% em coluna).

	N.º de meses até encontrar um emprego	N.º de meses até encontrar um emprego adequado ao nível de instrução	N.º de meses até encontrar um emprego adequado à área de formação académica
Imediato (0 meses)	41,9	32,1	29,5
1 a 6 meses	42,4	35,0	32,6
7 a 12 meses	8,9	10,8	9,4
Mais de 12 meses	6,4	14,6	14,4
Nunca encontrou	0,4	7,5	14,1
Total	100,0	100,0	100,0
*Média (meses)**	*3,9*	*7,1*	*7,8*
*Desvio Padrão**	*6,9*	*11,5*	*12,7*

* Obtidos através do valor inteiro do número de meses, assumindo "0" para "Imediato (0 meses)" e desconsiderando a categoria "Nunca encontrou".

Fonte: Projeto Percursos Inserção Licenciados UL/UNL

Considerando agora os dois outros marcadores temporais de inserção analisados – "tempo necessário à obtenção de um trabalho considerado ajustado ao nível de formação superior" e "tempo necessário à obtenção de uma atividade considerada ajustada à área de formação" –, verificamos que também o acesso a posições com tais atributos parece ter ocorrido com celeridade para uma razoável maioria. Mais de 2/3 afirmam ter atingido uma posição compatível com o grau de escolaridade, e quase 2/3 uma posição compaginável com a sua área formativa, num período que não ultrapassou os 6 meses após a conclusão do grau, embora o número daqueles que, ao fim de 5 anos, afiançou nunca ter conseguido atingir posições com esses predicados fosse já de 7,5% no primeiro caso e de 14,1% no segundo.

É certo que os resultados devem ser interpretados tendo em conta os limites das questões e indicadores utilizados, baseados, neste caso, na perceção e avaliação dos próprios inquiridos; mas é também necessário reconhecer que tais dados são, em grande medida, reforçados por informações obtidas através de outros procedimentos. Se se utilizar, por exemplo, o critério preconizado pelo EUROSTAT (2009: 131-137) para avaliar o "ajustamento vertical" (Storen e Arnesen, 2007: 224), ou seja, o ajustamento entre as situações profissionais e o nível de instrução atingido, podemos afirmar que um ano após

o diploma 79,1% dos graduados inquiridos se encontravam numa situação de ajustamento, valor que aumentava para 87,2% cinco anos após a licenciatura. O critério utilizado pelo EUROSTAT prevê que as três primeiras categorias da *International Standard Classification of Occupations* (ISCO), equiparáveis aos três primeiros grupos profissionais da Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 – os "Responsáveis do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos", os "Especialistas das atividades intelectuais e científicas" e, por fim, os "Técnicos e profissões de nível intermédio" – "incluem postos de trabalho tipicamente ocupados por graduados do ensino superior" (Rademacher e Leitner, 2009: 132).

Já no que concerne ao "ajustamento horizontal" (Storen e Arnesen, 2007), definível como o trabalho numa atividade que se encontra adequada à área de formação académica (*idem:* 202), os dados que apresentámos surgem de novo reforçados pelas respostas obtidas a outros quesitos do questionário. Em resposta à questão "Qual o grau de adequação das funções que desempenhavam no seu trabalho à área em que se licenciaram, um ano após a conclusão do grau", utilizando para o efeito uma escala de 10 pontos, 68% dos indivíduos atribuíram uma pontuação igual ou superior a 6 valores às funções exercidas (49 % avaliaram-na, inclusive, entre os 8 e os 10 pontos, sinalizando assim que consideravam existir um grau de adequação muito elevado). Cinco anos após a licenciatura, ascendia a 76% os que classificavam essas mesmas funções entre 6 e 10 e a 58% os que, para as avaliar, reservavam os 3 patamares mais elevados da escala (8-10).

Não é possível encerrarmos este bloco sem referir dois aspetos. Um primeiro, de ordem metodológica, no sentido de clarificar que a opção de avaliar os níveis de "(des)ajustamento horizontal", recorrendo a exercícios de autoclassificação promovidos pelos inquiridos (ou seja, a opção que foi efetivamente utilizada), nos parece preferível ao uso da estratégia metodológica alternativa, que consiste em aferir se o sector de atividade económica é compaginável com o curso obtido. Esta última solução levanta-nos importantes reservas, pois numerosos cursos (ex. Gestão, Sociologia, Engenharia de Produção Industrial, etc.) permitem aos seus diplomados desenvolver atividades em diversos sectores de atividade sem que se torne possível determinar *a priori* quais aqueles em que se verifica adequação/desadequação entre as áreas de formação e o emprego.

Segundo esclarecimento: os dados que obtivemos para períodos posteriores, neste caso já só no âmbito da UNL, indiciam que o tempo necessário para a *primo inserção* se tem vindo a dilatar de forma sucessiva - os licenciados da UNL em 2008/09 demoraram, em média, três meses até encontrar um emprego depois de terminarem o curso, mas entre os licenciados em 2009/10 esse valor médio ascende a mais de 4 meses, para ultrapassar já os cinco meses no ano letivo seguinte (Chaves, Alves e Morais, 2013). Trata-se, sem dúvida, de uma tendência de adiamento que exige futuras análises, mas que, em linhas gerais,

se ficará a dever à conjugação do efeito do Tratado de Bolonha no prolongamento dos estudos com a redução das oportunidades de trabalho registadas nos anos subsequentes à inquirição. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, essa contração do emprego terá atingido o seu ponto mais crítico no primeiro trimestre de 2013 (INE, 2014).

O (reconhecido) potencial explicativo das áreas de formação

Depois de documentarmos a celeridade da *primo inserção* e o ajustamento, também lesto, que se verifica, na maioria dos casos, da atividade profissional ao nível de instrução e à área de formação, iremos debruçar-nos sobre o segundo conjunto de questões enunciado de início. Serão as diferenças detetadas nos tempos de acesso ao emprego explicadas, em larga medida, pelas áreas de formação, como já foi documentado em estudos anteriores (Alves, 2000: 90; Cardoso *et al*., 2014: 25). Nesse caso que importância assumirá um outro recurso também de cariz académico – a "classificação final de curso" - na explicação dessas disparidades?

Por sua vez, assumirão as origens sociais – expressas nas variáveis "capital escolar" e "classe social da família de origem" (ambas indicativas de fatores estruturais situados a montante da entrada na universidade) – um papel relevante na diferenciação dos tempos de inserção, a ponto de tornar nítida a persistência de lógicas de reprodução das desigualdades no momento de transferência dos diplomados para a estrutura ocupacional, mesmo entre indivíduos que, como é o caso, provêm dos mesmos estabelecimentos de ensino superior?

Para respondermos a estas questões mobilizaremos apenas uma das três variáveis independentes: a "posição profissional considerada adequada à área de formação". Do trio de variáveis apreciado no bloco anterior é a que prefigura a situação de ajustamento com contornos mais exigentes. Ao mesmo tempo é aquela que regista categorias de resposta mais dispersas, viabilizando assim a realização de testes estatísticos de associação, o que não sucede com qualquer das outras.

Como era expectável as áreas de formação revelam um potencial explicativo considerável no "ajustamento profissional horizontal". Apesar do *V de Cramer* ser pouco significativo (0,222), as diferenças entre as áreas são fáceis de constatar se observarmos detalhadamente o Quadro 2, no qual os domínios formativos se apresentam sequenciados da esquerda para a direita, por ordem decrescente da percentagem de licenciados que declararam nunca ter alcançado um emprego adequado à sua área de formação[4].

4 Note-se que a elevada dispersão de respostas dificulta, por mero efeito estatístico, a obtenção de um valor elevado no teste de *V de Cramer*. Observando os resultados obtidos no Quadro, temos como muito provável que o *V de Cramer* atingiria um valor notório se as 10 áreas de formação académica fossem agrupadas num número menor de "grandes áreas" de formação e educação.

Distinguimos dois grandes grupos. O primeiro reúne as cinco áreas em que a percentagem de indivíduos que nunca alcançaram uma situação de ajustamento horizontal ao fim de cinco anos ultrapassa a média total (14,1%). Referimo-nos a "Artes e humanidades", "Ciências da Vida", "Ciências Físicas", "Ciências sociais e Jornalismo" e "Engenharias industriais e de construção". O afastamento em relação ao valor médio torna-se particularmente nítido nas "Artes e humanidades" e nas "Ciências da Vida", onde, respetivamente, 27,9% e 19% dos inquiridos afiançaram nunca ter tido um emprego ajustado à sua formação, embora, na última área referida, o tempo médio para se encontrar um trabalho com essas características seja inferior àquele com que deparamos no caso das "Ciências Físicas" (7,5 meses), das "Ciências sociais" (11,3 meses) ou do "Jornalismo" (8,5 meses).

O segundo conjunto é formado pela "Matemática, estatística e informática", "Economia e Gestão", "Direito", "Educação" e "Saúde". Sobressai, neste grupo, a última área referida, por ser aquela onde o número de respondentes que nunca encontraram trabalho adequado à área de formação não atinge sequer 1%. Este fato confirma a elevada procura de profissionais na área da Saúde, assim como a vincada adequação entre as funções desempenhadas e a posse de formação neste domínio, embora a situação dos cursos que o compõem - medicina; medicina dentária; higiene oral; prótese oral e ciências farmacêuticas – prefigurem, com toda a probabilidade, situações remuneratórias e de segurança contratual bem distintas.

Ainda no âmbito do cenário patente no Quadro 2 vale a pena chamar a atenção para o carácter especialmente atípico das áreas de "Educação" e de "Engenharias industriais e de construção", porquanto, em qualquer dos casos se verifica uma tendência paradoxal entre o número daqueles que consideram nunca ter tido um trabalho adequado à área de formação e o tempo médio que os indivíduos declaram ter demorado a alcançá-lo. Na área da Educação, embora a maioria alcance um emprego ajustado ao curso, os licenciados aí formados estão entre os que mais tardam a atingi-lo, demorando, em média, 11 meses. A estreita dependência deste contingente face ao universo da profissão docente explica grande parte da descoincidência: se no período em análise, e não obstante a elevada precariedade contratual, o grosso destes licenciados alcançava a profissão de professor, o acesso a esse meio era porém mediado por um concurso público que se iniciava apenas alguns meses depois do *terminus* da graduação.

Por seu lado, os licenciados em "Engenharias industriais e construção" registavam o paradoxo inverso ao observado na área de Educação: se o número daqueles que nunca haviam obtido um emprego ajustado ao seu curso cinco anos após a formação permanecia elevado (16,7%), não deixava também de ser notória a percentagem daqueles que o obtiveram rapidamente. De fato, não ia além de 3,5 meses o tempo médio necessário para o alcançar. Trata-se de

uma situação antagónica que só pode ser deslindada em pormenor mediante a realização de estudos específicos sobre este conjunto de licenciados – são disso exemplo os trabalhos de Rodrigues (1999) ou Marques (2006) –, mas onde parece já despontar a conjuntura negativa vivida no setor da construção.

Quadro 2
Período temporal até encontrar um emprego adequado à área de formação por área científica de formação (% em coluna)

	Área científica de formação										
	Artes e Humanidades	Ciências da Vida	Ciências Físicas	Ciências Sociais e Jornalismo	Engenharias Industriais e Construção	Matemática, Estatística e Informática	Economia e Gestão	Educação	Direito	Saúde	Licenciados UL/UNL
Imediato (0 meses)	18,4	20,3	17,9	33,3	37,5	43,8	31,3	15,8	39,1	52,8	29,5
1 a 6 meses	19,4	35,4	30,4	25,0	37,5	25,0	44,7	44,2	34,8	43,2	32,6
7 a 12 meses	13,4	11,4	13,4	6,9	4,2	10,9	7,5	13,7	6,5	0,8	9,4
Mais de 12 meses	20,9	13,9	21,4	18,1	4,2	9,4	7,5	18,9	15,2	2,4	14,4
Nunca encontrou	27,9	19,0	17,0	16,7	16,7	10,9	9,0	7,4	4,3	0,8	14,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (meses)*	11,9	7,4	11,3	8,5	3,5	4,7	4,4	11,0	7,5	2,6	7,8
Desvio padrão*	14,0	11,1	14,9	13,5	6,8	8,5	7,8	16,3	14,0	5,7	12,6

Variáveis associadas (Qui-Quadrado significativo p = 0,000 e V de Cramer = 0,222).
* Obtido através do valor inteiro do número de meses, assumindo "0" para "Imediato (0 meses)" e desconsiderando a categoria "Nunca encontrou".

Fonte: Projeto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Continuando a estimar a importância do capital escolar no processo de inserção, é possível constatar que também a *classificação final de curso* influi no tempo que os licenciados demoraram a alcançar uma posição profissional compatível com o seu curso. O Quadro 3 demonstra que o tempo necessário para se obter uma atividade "ajustada" sofre incrementos positivos à medida que a nota de licenciatura se eleva. Bastará observar que a proporção de indivíduos que, ao fim de cinco anos, considera não ter obtido um trabalho desse género (6,9%) é quase três vezes menor junto dos licenciados que obtiveram as classificações mais elevadas do que diante do contingente que não ultrapassou os 13 valores (19,8%). Diferença idêntica é obtida se tivermos em conta o número de meses necessário à obtenção de um emprego com essas características. O tempo médio foi de 4 meses para os graduados que atingiram classificações de "16 valores ou mais", duplicou entre os que alcançaram 14-15 valores, e atingiu um ápice de 9 meses junto daqueles que obtiveram classificações inferiores a 14 valores.

Cotejando o alcance explicativo das duas variáveis anteriores, verificamos que tanto o valor do *V de Cramer* como os resultados dos Quadros 2 e 3 sugerem que "as classificações de final de curso" *têm um impacto menos determinante do que o da área de formação. Não deixamos contudo de colocar a hipótese de que o fator* "classificação final" assumiria um peso diferenciador mais significativo se nos circunscrevêssemos ao grupo de licenciados que se inscreveram no sector público (5 anos após a graduação, estes correspondiam a 30,9% do total), uma vez que se torna aí mais frequente a figura do concurso público[5], mecanismo de seleção em que as classificações académicas tendem a adquirir relevância acrescida. É igualmente de considerar a hipótese de que a maior tendência observada junto daqueles que obtêm classificações mais elevadas para prolongarem os estudos ter contribuído, também, para reduzir o potencial explicativo da variável "classificação", uma vez que se encontra associada a um adiamento na procura de trabalho.

5 A informação sobre o setor de atividade em que se inseriam os licenciados "empregados" resulta da aplicação da questão "Em que tipo de empresa ou organização trabalhava?", que considera 5 categorias de resposta, a saber, "empresa privada em geral", "empresa privada unipessoal ou em nome individual", "empresa pública ou mista", "organismo da administração pública", ou "ONG/IPSS".

Quadro 3
Período temporal até encontrar um emprego adequado à área de formação por classificação final de curso (% em coluna).

	Classificação final de curso			Licenciados UL/UNL
	Até 13 valores	14 e 15 valores	16 e mais valores	
Imediato (0 meses)	23,3	28,8	47,3	29,4
1 a 6 meses	31,9	32,3	33,6	32,3
7 a 12 meses	10,3	10,7	3,8	9,6
Mais de 12 meses	14,7	16,0	8,4	14,5
Nunca encontrou	19,8	12,2	6,9	14,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
*Média (meses)**	*8,9*	*8,2*	*3,8*	*7,8*
*Desvio padrão**	*13,67*	*12,88*	*6,41*	*12,52*

Variáveis associadas (*Qui-Quadrado* significativo p = 0,000 e *V de Cramer* = 0,110).
* Obtido através do valor inteiro do número de meses, assumindo "0" para "Imediato (0 meses)" e desconsiderando a categoria "Nunca encontrou".

Fonte: Projeto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Indícios de nivelamento intrauniversitário no tempo de acesso ao emprego: uma hipótese a acompanhar

Examinemos, por fim, em que medida as desigualdades de recursos situadas a montante da entrada no ensino superior se refletem nas temporalidades da inserção, sondando o impacto explicativo do *Nível de instrução* e da *Classe social da família de origem* no tempo necessário para os indivíduos alcançarem uma atividade profissional horizontalmente ajustada à sua área de formação.

A análise dos dados permite constatar que, embora não seja espúria, a relevância explicativa do *nível de instrução dos progenitores* é reduzida, facto que se torna notório tanto na baixa intensidade da correlação (o *V de Cramer* não vai além de 0,089), como na observação dos resultados do Quadro 4. Apenas os diplomados que provêm de agregados com níveis de instrução superiores alcançam resultados que se distinguem dos obtidos pelas outras categorias. O número que declara nunca haver alcançado trabalho horizontalmente ajustado junto daqueles é de 9,9%, ao passo que atinge sempre valores superiores a 16,5% nas demais situações. Além disso, o tempo médio necessário para se obter um trabalho que se considera possuir esse atributo é de 6,6 meses para

Quadro 4
Período temporal até encontrar um emprego adequado à área de formação por nível de instrução do agregado familiar (% em coluna).

	Nível de instrução do agregado familiar					Licenciados UL/UNL
	Até 1.º Ciclo Básico	2.º Ciclo Básico	3.º Ciclo Básico	Secundário e pós-secundário	Superior	
Imediato (0 meses)	30,1	30,2	24,4	32,3	29,9	29,5
1 a 6 meses	28,2	28,3	26,1	29,7	39,2	32,6
7 a 12 meses	9,2	13,2	15,1	5,1	9,1	9,3
Mais de 12 meses	16,0	11,3	17,6	15,4	12,5	14,5
Nunca encontrou	16,5	17,0	16,8	17,4	9,9	14,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
*Média (meses)**	*8,8*	*7,4*	*10,4*	*7,6*	*6,6*	*7,8*
*Desvio padrão**	*14,3*	*10,7*	*15,2*	*12,6*	*11,0*	*12,7*

Variáveis associadas *(Qui-Quadrado* significativo p = 0,019 e *V de Cramer* = 0,089).
* Obtido através do valor inteiro do número de meses, assumindo "0" para "Imediato (0 meses)" e desconsiderando a categoria "Nunca encontrou".

Fonte: Projeto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

os provenientes das categorias de instrução mais elevadas, ligeiramente inferior aos 7,8 meses que correspondem à média total. Em qualquer dos casos, as diferenças observadas são, como é fácil verificar, pouco intensas.

A correlação volta a ser pouco expressiva (*V de Cramer* de 0,088) quando mobilizamos a *Classe Social do agregado* como variável explicativa (Quadro 5). Se os resultados indiciam que os indivíduos provenientes das classes que possuem um maior volume de capital global – "Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais" (EDL) e os "Profissionais Técnicos e de Enquadramento" (PTE) – acedem de forma mais célere a situações de ajustamento horizontal, as diferenças encontradas são, porém, ténues, fazendo-se apenas notar entre aqueles que afirmam nunca ter encontrado trabalho adequado à área de formação. Os EDL e os PTE registam, respetivamente, 11,4% e 10,1% de diplomados nessas circunstâncias, ao passo que a média total se situa na casa dos 14,1%.

Quadro 5
Período temporal até encontrar um emprego adequado à área de formação por classe social do agregado familiar (% em coluna)[6].

	Classe social do agregado familiar					
	Operários Industriais e Assalariados Agrícolas	Empregados Executantes	Trabalhadores Independentes e Agricultores Independentes	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	Licenciados UL/UNL
Imediato (0 meses)	23,0	25,9	33,8	29,1	31,3	29,0
1 a 6 meses	25,7	27,5	27,0	38,4	33,9	32,8
7 a 12 meses	14,9	10,6	9,5	8,3	8,5	9,4
Mais de 12 meses	17,6	14,3	12,2	12,8	16,3	14,6
Nunca encontrou	18,9	21,7	17,6	11,4	10,1	14,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
*Média (meses)**	*10,4*	*8,6*	*6,6*	*6,4*	*8,6*	*7,9*
*Desvio padrão**	*14,1*	*13,3*	*10,8*	*9,9*	*14,6*	*12,7*

Variáveis associadas (Qui-Quadrado significativo p = 0,025 e *V de Cramer* = 0,088).
* Obtido através do valor inteiro do número de meses, assumindo "0" para "Imediato (0 meses)" e desconsiderando a categoria "Nunca encontrou".

Fonte: Projeto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

É curioso verificar que é entre os "Empregados Executantes" (EE) que a percentagem daqueles que nunca desenvolveram atividades profissionais horizontalmente ajustadas é mais elevada, ascendendo a 21,7%. Este valor duplica os números obtidos pelos descendentes dos agregados EDL, mas é também

6 Uma vez que o peso percentual reduzido dos Agricultores independentes (1,6%) e Assalariados agrícolas (1,6%) impedia o cumprimento dos requisitos dos testes estatísticos de associação e correlação, procedeu-se a uma agregação dessas duas classes. Como refere Firmino da Costa, esta tipologia permite "agregações de categorias, rearranjos classificatórios dos elementos de base da matriz ou, ainda, eventuais desdobramentos mais finos" de forma a manter as "possibilidades comparativas e adequação à especificidade dos objetos em estudo" (Costa, 1999: 230).

superior ao dos indivíduos oriundos do Operariado, tendencialmente mais descapitalizados e mais distantes da cultura escolar. Não dispomos, no presente artigo, de condições para aprofundar o significado destes resultados. Levantamos contudo a hipótese de que os piores resultados obtidos junto dos EE, em contraste com os do Operariado, se poderão dever ao processo de sobre-selecção social que se verifica no acesso à universidade ser mais intenso junto dos segundos. Com efeito, na nossa população, o índice de recrutamento social junto do operariado é de 1, ao passo entre os EE ascende a 3 (Morais, 2012: 32)[7]. Conjeturamos que a sobre-seleção operária se refletirá numa tendência para os diplomados originários desta classe obterem classificações em média mais elevadas do que os provenientes dos EE e na posse de um conjunto de competências relevantes no momento da procura de emprego, competências que se poderão traduzir, nomeadamente, na qualidade da performance realizada em entrevistas de seleção (Chaves, 2010). Obviamente, só fará sentido aprofundar estas ou outras hipóteses explicativas se as discrepâncias registadas entre filhos do operariado e descendentes dos EE forem ratificadas por estudos análogos.

Os dados apresentados neste artigo, centrados na *primo inserção* e nos tempos de acesso ao mercado de trabalho, vêm reforçar conclusões a que havíamos aportado em análises anteriores, nomeadamente num estudo onde se procurou aferir o peso explicativo das origens sociais no tipo de posições profissionais que estes mesmos diplomados ocupavam no mercado de trabalho, considerando, nesse caso, as variáveis "Grupo profissional", "Situação na profissão", "Rendimento mensal líquido", "Vínculo contratual" e "Extensão do horário semanal de trabalho" (exploradas de forma agregada recorrendo a uma análise de Correspondências Múltiplas e a uma Análise de Clusters) (Chaves e Morais, 2014)[8]. É um facto que tanto os resultados obtidos nesse estudo como os agora apresentados convergem num ponto: as tendências de homogeneização promovidas pela titulação académica e pela socialização escolar prolongada parecem mitigar, de forma significativa, o impacto das origens sociais na qualidade da inserção profissional dos diplomados da UL e da UNL no mercado de trabalho e, por essa via, nas dinâmicas de reprodução das desigualdades sociais. Esta propriedade niveladora merece ser assinalada pois raras vezes tem sido evidenciada pela sociologia portuguesa. Trata-se de um resultado que estimula e exige novos estudos que se libertem das fronteiras destas duas universidades e que se ampliem, desejavelmente, ao conjunto do sistema de ensino superior. Com efeito, é preciso não esquecer que nos debruçamos

7 O índice de recrutamento de classe aqui calculado segue os pressupostos estabelecidos por Almeida, Costa e Machado e traduz "a probabilidade diferencial que cada classe tem de ver os filhos dos seus grupos domésticos" (1988: 43) obterem um curso superior, neste caso, na UL ou UNL.

8 Para mais pormenores acerca da construção da tipologia, consultar Ramos, Parente e Santos (2014).

aqui sobre duas escolas particularmente bem cotadas no campo universitário português e, portanto, mais favoráveis a dinâmicas de nivelamento.

Em que medida esta conclusão poderá espelhar-se no conjunto global das universidades públicas? Em que medida poderá ou não ser perturbada se se introduzir também na equação os setores privado, concordatário, bem como o ensino politécnico? Eis um conjunto de quesitos que exigem análises posteriores, mas cuja resposta dificilmente poderá ser assegurada a breve trecho em virtude da inexistência de inquirições e indicadores de inserção profissional comuns e aplicados ao conjunto do sistema.

Notas conclusivas

O presente artigo pretendeu contribuir para o reforço em Portugal de uma linha de análise sobre a inserção de diplomados na qual se procura escrutinar o grau de incorporação dos diplomados no mercado de trabalho, bem como o acesso a posições vertical e horizontalmente (des)ajustadas na estrutura ocupacional, focalizando a observação nos "tempos de inserção". Com esse mesmo enfoque, o texto pretendeu concorrer para o esforço, ainda pouco ensaiado a nível nacional, de se observar as desigualdades entre diplomados, centrando a análise no momento da transição para o mercado de trabalho.

Relativamente ao primeiro aspeto constatou-se que, para uma clara maioria de licenciados na UL e UNL de 2004-2005, tanto a *primo inserção* como a obtenção de uma atividade adequada ao nível de estudos ou ao curso realizado decorreu de forma relativamente célere. Embora não seja possível generalizar, estes dados não podem também ser entendidos como uma mera exceção, pois convergem com os resultados de outros estudos que também abordaram universos de licenciados em universidades públicas, na primeira década deste século. É o caso dos supracitados estudos de Natália Alves, dos dados acerca dos graduados da Universidade de Évora que obtiveram os seus diplomas nos anos letivos de 2001-02 e 2005-06 (Vieira, Raposo, e Santos, 2008:6), entre os quais cerca de 41% obtiveram um emprego no período de 1 mês depois de terminarem o curso; ou ainda a situação dos licenciados da Universidade do Porto no ano letivo de 2005/06 (Gonçalves, Menezes, e Martins, 2009) – neste caso, a obtenção de um emprego depois da graduação tardou, em média, cerca de quatro meses (*Ibidem*: 49), com 59,9% a considerem que "as funções desempenhadas no emprego atual só podiam ser executadas por alguém com a mesma licenciatura" (*Ibidem*: 19).

Apesar de estes dados não serem comparáveis, sugerem, no seu conjunto, que antes de 2011, ano em que a crise económica e financeira em que mergulhou a sociedade portuguesa se agravou de forma marcada, a inserção profissional de graduados do ensino superior era, como havia sublinhado Alves (2009: 29), "bem mais suave do que alguns discursos nos pretendem fazer querer", sendo

pautada por níveis elevados de empregabilidade e de ajustamento profissional, quer vertical quer horizontal e por uma tendencial celeridade no acesso ao mercado de trabalho.

Quanto ao segundo propósito da análise, reforçaram-se hipóteses a que havíamos aportado noutras explorações dos mesmos dados, recorrendo a variáveis distintas (Chaves e Morais, 2014). Os resultados alcançados indiciam que os aspetos ligados às origens sociais não se traduziam, de forma nítida, em desigualdades no tempo de acesso a um emprego qualificante; por outras palavras, que estas duas universidades possuíam um papel de nivelamento social considerável dos seus licenciados no momento em que estes transitavam para o mercado de trabalho. Também este ponto de chegada não deixa de coincidir com as conclusões de outros estudos centrados na inserção de graduados, que procuraram igualmente examinar as relações entre posições familiares e desigualdades no momento da incorporação no mercado de trabalho. É o caso da análise realizada por Gonçalves (2000), no contexto da Universidade do Minho.

Concluímos reiterando uma cautela que havíamos expresso em texto anterior (Chaves e Morais, 2014): estas observações têm que ser interpretadas no quadro das universidades em que foram geradas, e cujas particularidades, favoráveis a dinâmicas niveladoras, já sublinhámos. Impõe-se agora acrescentar que, mesmo neste segmento universitário específico, essas observações poderão ter sido recentemente abaladas por uma dinâmica de retração do mercado de trabalho que, ao diminuir a oferta de oportunidades de trabalho e ao atenuar ou estancar um processo de mobilidade estrutural (Grácio, 1997) vivido pela sociedade portuguesa nas últimas décadas poderá trazer à colação, de forma mais nítida, o papel distintivo dos recursos familiares (nomeadamente daqueles que atuam sob a forma de "capital social"). Isto significa que, mesmo no contexto das duas universidades analisadas, o processo de nivelamento poderá ter sofrido um recuo que importa confirmar e acompanhar em termos longitudinais.

Referências

ALMEIDA, J.; e outros (2003), *Diversidade na Universidade. Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*. Oeiras: Celta Editora.

ALMEIDA, J.; COSTA, A.; MACHADO, F. (1988), "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4: 11–44.

ALVES, M. (2009), "Ensino superior, trabalho e emprego na actual sociedade de risco: um olhar sobre o caso de mestres e doutores". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59: 107-124.

ALVES, N. (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa 1999-2003*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

ALVES, N. (2009), *Inserção profissional e Formas Identitárias*. Lisboa: Educa.

ALVES, N. (2010), "Contributos para a delimitação do fim dos processos de inserção profissional", in Ana Marques e Mariana Alves (coord.), *Inserção profissional de graduados em Portugal*. Braga: Húmus, 175-194.

BALSA, C.; e outros (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior. Desigualdades e Diferenciação*. Lisboa: Colibri.

BERNARDI, F. (2012), "Social origins and inequality in educational returns in the labour market in Spain". *EUI Working Paper*, *5*: 1-31.

BUKODI, E.; GOLDTHORPE, J. (2011), "Social class returns to higher education: chances of access to the professional and managerial salariat for men in three British birth cohorts". *Longitudinal and Life Course Studies*, 2 (2): 185-201.

CARDOSO, J.; e outros (2014), "Employability and higher education in Portugal". *Journal of Graduate Employability*: 17-31.

CHAVES, M. (2010), *Confrontos com o trabalho entre jovens advogados. As novas configurações da inserção profissional*. Lisboa: ICS.

CHAVES, M.; MORAIS, C.; NUNES, J. (2009), "Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes". *Fórum Sociológico,* 19: 83-98.

CHAVES, M.; NUNES, J. (2011), "As classes sociais já não contam? Advocacia e reprodução social". *Análise Social,* 66: 49-70.

CHAVES, M.; MORAIS, C. (2014), "Nivelação e desigualdade na inserção profissional de diplomados do ensino superior". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 76: 87-108.

CHAVES, M.; ALVES, M.; MORAIS, C. (2013), *Relatório síntese: Percursos de inserção profissional. Licenciados, Mestres e Doutores da UNL. Diplomados da coorte de 2010/11 em comparação com as coortes de 2004/05, 2008/9 e 2009/10*. Lisboa: UNL.

COSTA, A. (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta Editora.

COSTA, A.; LOPES, J. (2010), "Desigualdades de percursos no ensino superior", in Renato Carmo (org.). *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e Indicadores*, Lisboa: Mundos Sociais, 145-152.

CRUZ, M.; CRUZEIRO, M. (1995), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: DPGF.

GIRET, J-F. (2000), *Pour une Économie de l'Insertion Professionnelle des Jeunes*. Paris: CNRS.

GONÇALVES, C., MENEZES, I., & MARTINS, M. (2009), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2005-2006)*. Porto: Universidade do Porto.

GONÇALVES, A. (2000), "A insustentável leveza da origem social. A inserção profissional dos licenciados da Universidade do Minho segundo o grau de instrução dos pais". *Revista Portuguesa de Educação*, 13 (2): 157-174.

GRÁCIO, S. (1997), *Dinâmicas de Escolarização e das Oportunidades Individuais*. Lisboa: Educa.

HOUT, M. (1988), "More universalism, less structural mobility". *American Journal of Sociology*, 93: 1358-1400.

INE (2014), *Estatísticas do Emprego*. Lisboa: INE.

MACHADO, F.; e outros (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45-80.

MARQUES, A. P. (2006), *Entre o Diploma e o Emprego: a inserção Profissional de Jovens Engenheiros*. Porto: Afrontamento.

MARTINS, S. C.; MAURITTI, R.; COSTA, A. (2005), *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: DGES/MCTES.

MASTEKAASA, A. (2011), "Social origins and labour market success: stability and change over Norwegian birth cohorts 1950-1969". *European Sociological Review*, 27 (1): 1-15.

MAURITTI, R. (2003), "Caracterização e origens sociais", in João Almeida e outros, *Diversidade na Universidade, um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*. Oeiras: Celta Editora, 13-30.

MORAIS, C. (2012), "*Desigualdades sociais no trajecto académico e na inserção profissional: o caso dos licenciados na UL/UNL",* dissertação de mestrado, FCSH Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

ODES – Sistema de Observação de Percursos de Inserção de Diplomados do ensino superior (2002), *Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior: Síntese de Resultados*. Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação.

OPHEIM, V. (2007), "Equal opportunities? The effect of social background on transition from education to work among graduates in Norway". *Journal of Education and Work*, 20 (3): 255-282.

RADEMACHER, W.; LEITNER, M. (2009), *Bologna Process in Higher Education in Europe. Key Indicators on the Social Dimension and Mobility*. Luxemburgo: EC.

RAFFE, D. (2014), "Explaining national differences in education-work transitions". *European Societies*, 16 (2): 175-193.

RAMOS, M.; PARENTE, C.; SANTOS, M. (2014), "Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 40 (2): 383-400.

RODRIGUES, M. L. (1999), *Os Engenheiros em Portugal*. Oeiras: Celta.

ROSE, J. (1998), *Les jeunes face à l'emploi*. Paris: Desclée de Brouwer.

STOREN, L. A.; ÅSE ARNESEN, C. (2007), "Winners and losers", in Jim Allen Rolf Van der Velden (ed.), *Research into Employment and Professional Flexibility (REFLEX)*. Maastricht: Research Centre for Education and the Labor Market, 221-266.

TORCHE, F. (2011), "Is a college degree still the great equalizer? Intergenerational mobility across levels of schooling in the United States". *American Journal of Sociology*, 117 (3): 763-807.

TRIVENTI, M. (2011), "The role of higher education stratification in the reproduction of social inequality in the labour market: a comparative study of recent European graduates". *MRPA Papper*, 17: 1-35.

VINCENS, J. (1997), "L'insertion professionnelle des jeunes. À la recherche d'une définition conventionnelle". *Formation Emploi,* 60: 21-36.

VIEIRA, C.; RAPOSO, L.; SANTOS, M. (2008), *Relatório sobre o Inquérito aos Licenciados da Universidade de Évora*. Évora: Pró-Reitoria para a Política da Qualidade e Inovação.

VERNIÈRES, M. (1997), *L'insertion professionnelle: analyses et débats*. Paris: Economica.

Submetido: 09-07-2015
Aceite: 23-11-2015

Sarapicos, Rui – Svetlana Alexievich, *Vozes de Chernobyl: história de um desastre nuclear*. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 255-258

Svetlana Alexievich, *Vozes de Chernobyl: história de um desastre nuclear.* Tradução de Galina Mitrakhovich. Lisboa: Elsinore, 2016

RUI SARAPICOS*
Universidade do Minho

Sofrimento humano extremo, destruição ambiental, medo de morte num espaço e num tempo incertos, descrença. Estes temas atravessam *Vozes de Chernobyl: história de um desastre nuclear*. O subtítulo evidencia uma 'história', que Svetlana Alexievich, a autora, Nobel da Literatura em 2015, e os depoimentos orais que ela registou, sustentam ao longo do livro, de capa ilustrada por uma roda do parque de diversões de Prípiat, cidade abandonada,

Publicada em russo, em 1997, a obra chega a Lisboa, em 2016, pela Elsinore, com tradução de Galina Mitrakhovich. As fontes, testemunhas que viveram de perto ou à distância a explosão e os dias imediatos, evidenciaram perspetivas diversas.

O leitor é reportado a lugares de contaminação do ar, da terra e dos alimentos, onde sobrevive uma sociedade traumatizada, sem confiança nos líderes. Há viúvas a lembrar o último face a face com homens que ficaram a resolver o problema, sem saber que, do quotidiano que esperavam certo, estavam a fluir instantes derradeiros e irreversíveis; relatam pavores e incertezas, num espaço físico e social de solos e de familiares radioativos, por um tempo indeterminado, que não percebem; falam bombeiros e liquidadores sobreviventes que questionam a competência dos superiores hierárquicos; falam cientistas que se protestam perdidos na história; falam políticos que acusam o ocidente; há quem estenda o acontecimento às referências identitárias, Marx ou o dólar. Uns foram nos dias seguintes semear batatas, outras ouviram dizer que o marido agora é ameaça para elas ou que elas próprias são agora ameaça para os filhos.

Antes de dar voz aos sobreviventes, Alexievich registou o momento em que "culpados pelo acidente nuclear" se sentaram no banco dos réus, na casa da cultura de Chernobyl: o diretor da central, Víktor Briukhánov, o engenheiro-chefe Nikolai Fomín, o engenheiro-chefe adjunto Anatoli Diátlov, o chefe de turno Boris Rogojkin, o chefe da sala do reator Aleksandr Kovalenko, o inspetor do Serviço de Supervisão Energética e Nuclear da União Soviética Yuri Laúchkin. "Os lugares do público estão vazios. Só estão presentes jornalistas".

* Jornalista, mestrando no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Email: rsmestrado@gmail.com.

De resto, "aqui já não há pessoas, a cidade foi 'fechada', enquanto zona de controlo rigoroso da radiação", observou, questionando o motivo por que (Chernobyl) foi escolhida como lugar do julgamento: menos testemunhas, menos barulho? Não há operadores de televisão, não há jornalistas ocidentais. No banco dos réus queriam ver mais responsáveis, incluindo os de Moscovo. A ciência moderna também devia assumir a sua responsabilidade. Mas ficou-se pelos "bodes expiatórios". Veio o veredicto: Briukhánov, Fomín e Diátlov condenados a 10 anos de prisão. Os restantes tiveram penas mais leves. Diátlov e Laúchkin morreram na prisão, da exposição à radiação. O engenheiro-chefe Fomín enlouqueceu. O diretor da central Víktor Briukhánov cumpriu toda a pena, os 10 anos. Vive em Kiev, é um simples funcionário de uma das empresas... "Assim termina a história..." (23).

Adiante Svetlana viu "o início de uma nova história", e "uma catástrofe do tempo", os radionuclídeos "espalhados pela nossa terra existirão durante cinquenta, cem, duzentos mil anos… ou mais" (45). A autora repetiu perguntas e construiu "monólogos". Ao de um interlocutor que não se identificou, chamou "Monólogo do defensor do poder soviético". Ouçamo-lo: "O que é que está aqui a gravar? Quem é que a autorizou? A fotografar… Arrume já o seu brinquedo… Guarde isso senão parto-o (…) O Gorby agiu de acordo com os planos deles, com os planos da CIA… O que é que anda aqui a tentar provar-me? Pois… Eles fizeram explodir Chernobyl… os da CIA e os democratas…" (278). Ouçamos Gennadi Gruchevói, deputado do parlamento bielorrusso e presidente do Fundo para as Crianças de Chernobyl: "O que é a liberdade para nós? (…) Dantes venerávamos Marx, agora o dólar. Estamos perdidos na História. Quando pensamos em Chernobyl, regressamos a este ponto preciso: quem somos nós?". Aquele parlamentar interroga-se: "A 26 de Abril de 1986 passámos por mais uma guerra. Ela não terminou…" (181).

A Nobel da Literatura (tal distinção a não ficção suscitou em alguns meios literários certas perplexidades) nasceu em 1948, a sul de Lviv, em Ivano-Frankivsk, região hoje ucraniana que pertenceu à Polónia, ao Império Austro-húngaro e à União Soviética, filha de diretor de escola bielorrusso e de professora ucraniana. Alexievich, que em Portugal já tem *O Fim do Homem Soviético* (Porto Editora, 2015) ouviu, desde criança, mulheres à noite a conversar, sobre irmãos do pai, mortos em combate. Com base nesses relatos, escreveu *A Guerra não Tem Rosto de Mulher*, monólogos de mulheres que viveram e contaram uma história diferente da propaganda soviética. Também sobre a Segunda Guerra Mundial e com base nas memórias de infância, redigiu *As Últimas Testemunhas (cem histórias nada infantis)*. Após uma viagem ao Afeganistão, escreveu *Os Rapazes de Zinco*. Em *Encantados pela Morte* tratou suicídios na sociedade pós-soviética, antes do trabalho sobre o desastre nuclear na Ucrânia de 1986, *Vozes de Chernobyl,* como refere Paulo Moura, em prefácio.

Alexievich desenvolveu o seu método a partir da tradição oral russa, dos contadores de histórias, mas também com outros autores russos e bielorrussos, como Daniil Granin e Ales Adamóvitch, que, sobre o Cerco de Leninegrado, transcreveram longos testemunhos. Mas, acrescenta o prefaciador, Svetlana inovou ao considerar que a voz do autor não era necessária: "Deve permanecer nos bastidores, fazendo as perguntas certas, escolhendo as personagens mais interessantes, juntando as frases mais ricas. E apagar -se das páginas". A autoria está na seleção e edição. O resto são "vozes de Chernobyl, páginas inteiras de discurso direto, vozes diferentes encadeadas umas nas outras por temas, sequência lógica ou cronológica". Ouçamos Liudmila, a viúva do bombeiro Vassíli Ignatenko (40-41):

> Dois meses depois, fui a Moscovo. Da estação de comboio diretamente para o cemitério. Até ele! E no cemitério começo a entrar em trabalho de parto. Mal comecei a falar com ele… Chamaram a ambulância. Dei o endereço. Dei à luz no mesmo sítio… O da mesma Angelina Vassílievna Guskova. Já naquela altura ela me tinha avisado: «Vem aqui ter a criança.» Aonde é que eu podia ir no estado em que estava? Dei à luz duas semanas antes do tempo previsto… Mostraram -me… Uma menina… «Natáchenka», chamei. «O teu papá deu-te o nome de Natacha.» Ela parecia saudável. Bracitos, perninhas… Mas sofria de cirrose hepática… No fígado — vinte e oito roentgenes… Doença cardíaca congénita… Quatro horas depois, disseram -me que ela tinha morrido. E uma vez mais… não lha vamos dar! Como é que não ma vão dar? Eu é que não vos dou a menina! Querem levá-la para a ciência. Mas eu detesto a vossa ciência! Odeio -a!

A contextualizar testemunhos, a introdução remete à Bielorrússia, país vizinho, sem centrais nucleares. Após Chernobyl, "perdeu 485 aldeias e povoações", 70 permanentemente soterradas; um em cada cinco bielorrussos vive em solo contaminado. Nas regiões de Gómel e Moguilev, as que mais sofreram, "as taxas de mortalidade ultrapassam as de natalidade em 20 por cento". O acidente lançou na atmosfera 50 milhões de curies de radionuclídeos, 70 por cento na Bielorrússia, cujo território está contaminado em 23 por cento por césio-137, com densidade de mais de 1 curie por km^2. Fazendo comparações, a Ucrânia tem 4,8 por cento do seu território contaminado e a Rússia 0,5 por cento. A Bielorrússia é terra de florestas. Mas 26 por cento de florestas e mais de metade de prados nas lezírias dos rios Prípiat, Dnepr e Soj consideram-se zona de contaminação radioativa. O país sofreu o incremento de cancros, crianças com atrasos mentais, perturbações neurológicas e mutações genéticas.

Voltemos a ouvir, agora um engenheiro do Instituto de Energia Nuclear da Academia de Ciências da Bielorrússia: "Uma jovem sentada ao pé de casa dá de mamar ao bebé… fazemos medições ao leite materno: é radioativo" (228). O mesmo cientista, mais adiante, interroga-se: "O que hei de fazer agora com a minha fé?" (229).

Na edição espanhola, (DeBolsillo, 2015) como a portuguesa de capa ilustrada com a roda do parque de diversões, que não foi inaugurado, o subtítulo "crónica del futuro" projeta a catástrofe numa perceção prospetiva, numa cronologia por determinar. Na edição em língua inglesa (Dalkey Archive Press, 2005), o subtítulo "the oral history of a nuclear disaster" anuncia no texto o carácter historiográfico e testemunhal.

Submetido: 28-02-2016
Aceite: 27-05-2016

Sousa, Sandra I. – Sheila Khan, *Portugal a lápis de cor. A sul de uma pós-colonialidade*. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 259-261

Sheila Khan, *Portugal a lápis de cor. A sul de uma pós-colonialidade*. Coimbra: Almedina, 2015

SANDRA I. SOUSA*
University of Central Florida

Abrindo com um prefácio cativante e perspicaz de Paulo de Medeiros, *Portugal a lápis de cor. A Sul de uma pós-colonialidade* é uma importante contribuição para um dos campos que recentemente se tem configurado como dos mais dinâmicos na academia portuguesa, o dos estudos pós-coloniais. Sentindo, no entanto, uma lacuna na forma como a análise pós-colonial tem vindo a ser feita em Portugal, a autora lança-se à complexa tarefa de pensar sociologicamente um país que, como ela própria afirma, é um "grande puzzle histórico" em consequência da sua condição outrora imperial e colonizadora. Deva-se afirmar de imediato que *Portugal a lápis de cor* é um livro de indispensável leitura para aqueles que pretendem entender o passado imperial e colonial português e a forma como este legado se reflete num presente pressupostamente pós-colonial e imperial. Digo "pressupostamente" pois fica óbvio da leitura de Khan que Portugal é um país à deriva entre o que foi e o que pretende ser (não se sabendo muito bem o que pretende ser).

Partindo dos factos irrefutáveis de que, após o processo de descolonização das suas possessões africanas, Portugal acolheu no seu território "outros rostos, outras vidas com outras vivências, outras narrativas e outros modos de estar e ser" e que "estas outras presenças humanas permanecem, ainda, socialmente ignoradas e marginalizadas não obstante a existência de uma profilaxia politicamente correcta de Portugal como país 'luso-tropicalista' e, como tal, multicultural," Khan lança as pertinentes questões: porque continuam a persistir em Portugal ausências e silêncios, ou seja, porque não existe a incorporação das vozes dos *Outros* nos discursos oficiais e não oficiais?; que aprendizagens retirou Portugal da sua experiência colonial para posteriormente se iniciar como nação pós-colonial? Numa frase, porque nada (ou muito pouco) parece ter mudado em termos de atitude em relação ao *Outro* que, como é enfatizado pela autora ao longo da obra, *vive mesmo aqui ao lado*?

Tendo como foco principal "o Sul humano representado por todos aqueles que a pós-colonialidade portuguesa – sejam os africanos, os imigrantes, sejam os refugiados – insiste em esquecer" e, em particular, a comunidade moçambicana, Khan baseia-se na ferramenta metodológica a *sociologia das ausências* desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos, expandindo-a para

* Professora Auxiliar da University of Central Florida. Email. sandraasousa@gmail.com.

uma *sociologia pós-colonial das ausências*. O objetivo fundamental desta abordagem passa pela necessidade de refutar e desafiar a hegemonia ocidental ao mesmo tempo que pretende "descolonizar" a hegemonia do pensamento ocidental.

Ao longo de cinco capítulos em que o leitor segue uma linha de pensamento concisa e bem estruturada, a autora problematiza a questão da centralidade de Portugal no seu passado de país imperial e colonizador e a sua permanente tendência para se imaginar como centro desde a perda das colónias africanas e entrada para a comunidade europeia até ao presente. Para tal, Khan coloca em confronto duas presenças ou tendências que designa por *pós-colonialismo do quotidiano* e *pós-colonialismo de investigação/reflexão*. O que está aqui em causa é o suposto desfasamento ou, se quisermos, fronteira, entre o que *se faz e pensa* no mundo académico e as experiências vividas e sentidas pelas populações africanas em Portugal no seu dia a dia. É talvez no confrontar destas *duas perceções* que consiste a maior originalidade desta obra e do pensamento da autora. No sentido de chamar a atenção para essas outras vozes invisíveis que coabitam lado a lado com a população portuguesa e que esta continua sistematicamente a ignorar como não fazendo parte do mesmo tecido social, a autora confronta-nos com essas mesmas vozes, dando-lhes a oportunidade de serem ouvidas.

Existe neste livro a urgência e a extrema necessidade de reclamar um espaço para estas comunidades que vivem na periferia de uma sociedade que se diz democrática, igualitária e multicultural. É tempo de se passar da teoria para a prática e Khan faz esse apelo numa voz de humildade, firmeza e esperança, pensando a teoria pós-colonial elaborada por diversos teóricos académicos vis-à-vis narrativas ficcionais e autobiográficas, estilhaçando barreiras e confrontando experiências. É apenas neste confronto que Portugal se poderá libertar do seu défice que, segundo a autora, "resulta de uma certa tendência portuguesa de não saber encarar e aceitar o Outro como seu próximo e, de certo modo, como sua parcela histórica, social e cultural." Este défice advém ainda de uma débil revisitação do seu passado e, mais problemático quiçá, de uma perda ou aniquilação de memória. Esta revisitação das memórias e das narrativas, que não se inserem nos manuais de história, nos registos oficiais e nos anais do país, é essencial para que Portugal se reconfigure como espaço de liberdade de pensamento, ação e voz, como espaço de pertença e não de ausência. Como invoca a autora, "Hoje, mais do que nunca, pensar a pós-colonialidade como uma postura, uma opção moral, tem de inevitavelmente assumir-se como um compromisso com a História desta nação (…). Os narradores desta História terão de ser também os Outros, aqueles ainda remetidos ao esquecimento e à invisibilidade sociais".

Portugal a lápis de cor é um livro de complexidade temática, no entanto, como todos os excelentes pensadores, Khan sabe converter a complexidade em

simplicidade usando uma linguagem simples e livre dos jargões académicos que na maioria das vezes criam barreiras e muros culturais entre a Academia e o público em geral. Esta é sem dúvida uma obra de mérito igualmente por essa razão: a autora é capaz na prática de quebrar as barreiras que são o cerne do objetivo do seu livro. *Portugal a lápis de cor* é de leitura aprazível, acessível e recomendável a todos os que se pretendem tornar cidadãos conscientes de um país que se requer também ele consciente. Tal só poderá ser feito a partir da "partilha e realização de um diálogo franco e de um reconhecimento de outros saberes, outras visões, outras percepções", ou seja, rejeitando qualquer forma de hegemonia.

Submetido: 25-02-2016
Aceite: 27-05-2016